

Anexo ao
Proc. 245/97-L.M.
Defesa Doutorado

Antônio Marques do Vale

Papel e Formação do
Intelectual e o Planejamento da
Educação nos "Históricos" do
ISEB

ANTÔNIO MARQUES DO VALE

**PAPEL E FORMAÇÃO DO INTELECTUAL E O
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NOS
“HISTÓRICOS” DO ISEB**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Doutor Ivan Aparecido Manoel.



1410001208



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
MARÍLIA – SP - 2001**

ANTÔNIO MARQUES DO VALE

DADOS CURRICULARES

ANTÔNIO MARQUES DO VALE

**PAPEL E FORMAÇÃO DO INTELECTUAL E O
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NOS “HISTÓRICOS” DO ISEB**

REALIZAÇÃO Antonio Pereira do Vale
Enilda Pereira Marques

1967 - 1969 Curso de Graduação em Filosofia na Faculdade Maria
Dionísio de São Carlos-SP.

1976 - 1977 Validação do Curso na Faculdade Dom Bosco de
Filosofia Ciências e Letras de São João del-Rei, MG.

COMISSÃO JULGADORA

1972 - 1974 Curso de Pós-Graduação em Filosofia, nível de
Mestrado, na Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo - USP.

1981 - 1983 Professor de Teologia Dogmática no Instituto Teológico
“Academia dos Apóstolos” em Marília-SP.

1987 - 1995 Curso de Pós-Graduação em Teologia Dogmática, nível
de Doutorado, na Faculdade de Teologia - Nossa

Presidente e Orientador

2º Examinador

3º Examinador

4º Examinador

5º Examinador

Marília, de de 2001.

DADOS CURRICULARES

ANTÔNIO MARQUES DO VALE

- NASCIMENTO 5.9.1946 – CAIUÁ / SP
FILIAÇÃO Antônio Pereira do Vale
Emília Pereira Marques
- 1967 – 1969 Curso de Graduação em Filosofia no Seminário Maior Diocesano de São Carlos-SP.
- 1976 - 1977 Validação do Curso na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rey, MG.
- 1972 – 1974 Curso de Pós-Graduação em Filosofia, nível de Mestrado, na Pontifícia Universidade Lateranense de Roma (Registro do Diploma na Universidade de São Paulo – USP)
- 1985 – 1998 Professor de Teologia Dogmática no Instituto Teológico “Rainha dos Apóstolos” em Marília-SP.
- 1988 – 1995 Curso de Pós-Graduação em Teologia Dogmática, nível de Doutorado, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo.
- 1991 – 1998 Professor de Filosofia no Seminário Provincial “Sagrado Coração de Jesus”, em Marília-SP
- 1993 – 1996 Curso de Pós-Graduação em Educação – Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira – Linha de Pesquisa 2: Filosofia e História da Educação, nível de Mestrado, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Campus de Marília-SP.
- 1999 – Professor Assistente no Departamento de Educação da UEPG-Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

- In memoriam:

À minha querida mãe Emília,

sábua educadora de seus filhos e filhas.

Às Direções, Mestres, Funcionários e

Acadêmicos da nossa UEPG.

Queremos caminhar juntos na amizade!

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

Ao estimado professor Ivan Aparecido Manoel, meu orientador, pelo testemunho acadêmico e pelo generoso e crítico acolhimento a toda hora.

Ao caro professor Antenor Antônio Gonçalves Filho e família, pela amizade.

A meu pai e familiares todos, pela paciência com minhas ausências e por apoios vários. É inestimável quanto recebi.

Aos Superiores e Seminaristas dos Cursos de Teologia e Filosofia, em Marília, pelo estímulo e compreensão.

À Maria José Sibélis, pelos muitos sacrifícios para auxiliar-me.

A todos que de algum modo disseram: “Vá em frente!”.

À CAPES, que fomentou os inícios desta pesquisa.

À UNESP, com seus mestres e funcionários. São muitas as boas lembranças!...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I	
ISEB: SUA HISTÓRIA E SEUS FUNDADORES.....	22
1) AS PREMISSAS HISTÓRICAS PARA O SURGIMENTO DO ISEB.	
OLIGARQUIA, BURGUESIA INDUSTRIAL E PROLETARIADO	24
2) OS INTELECTUAIS DESDE 1920 ATÉ A CRIAÇÃO DO ISEB	28
1. Tradição intelectual brasileira vista pelos “históricos”	28
2. Dados biográficos e linhas de pensamento dos “históricos” do ISEB.....	35
3. Os grupos de intelectuais: Grupo de Itatiaia, IBESP, ISEB	45
3) HISTÓRIA DO ISEB E ITINERÁRIO INTELECTUAL DOS “HISTÓRICOS”	
DO ISEB	50
1. O ISEB no Ministério da Educação e Cultura	51
2. A vida do ISEB: realizações e percalços.....	64
CAPÍTULO II	
CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE MUDANÇA E	
DESENVOLVIMENTO	74
1) DA SITUAÇÃO DE “COLÔNIA” AO SUBDESENVOLVIMENTO	75
1. América Latina e Brasil: uma situação “colonial”	75
2. Industrialização, classes e capital estrangeiro	81
3. A mudança que é desenvolvimento	88
2) QUESTÃO DA CONSCIÊNCIA: DO SURGIMENTO DE UM POVO AO	
DESENVOLVIMENTO ESPONTÂNEO	92
1. Povo e cultura.....	92
2. Nação, nacionalismo e auto-determinação: o Estado.....	97
3. O espontaneísmo do desenvolvimento e da consciência.....	102
3) O INTELECTUAL E A REALIDADE BRASILEIRA: CRISE E PROJETO	
(revolucionário)	106
1. O intelectual quem é? Pensamento sobre a realidade brasileira	106
2. Crise e projeto: o problema da revolução.....	113
4) A QUESTÃO DO PODER E A PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS.	
CIÊNCIAS SOCIAIS MILITANTES	124
1. A presença das Forças Armadas na história e na formação brasileira.....	124
2. A militância do intelectual	130

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO E O PAPEL DO INTELECTUAL E A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO 135

- 1) A FORMAÇÃO DO INTELECTUAL E A CONSCIÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO 136
 1. Necessidade de uma visão histórico-empírica 136
 2. Como se forma o intelectual? 141
 3. Formar o intelectual para o nacionalismo 148
- 2) QUESTÃO DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA 153
 1. O intelectual como formulador de ideologia 153
 2. Ligações com o poder constituído 157
- 3) A EDUCAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPADORA 161
 1. O problema pedagógico como tal e a cultura 161
 2. A educação “oficial”: humanista e técnica 167
 3. Planejar a universidade 174

CAPÍTULO IV

A CRÍTICA SOBRE OS “HISTÓRICOS” DO ISEB: INTELECTUAIS, SEU PAPEL E O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO 182

- 1) A UNIDADE COMO CHAVE PARA A COMPREENSÃO CRÍTICA DOS TRÊS CAPÍTULOS 183
 1. Filosofia e unidade / totalidade nos “históricos” do ISEB 183
 1. 1. Unidade como ideologia 184
 1. 2. Filosofia na base das grandes questões 185
 1. 3. Ainda a filosofia e totalidade versus cisão 189
 1. 4. Nacionalismo 194
 2. A visão de conjunto ou a heterogeneidade? 198
 3. Comentários críticos aos capítulos II e III 204
 3. 1. Sobre as concepções fundamentais 204
 3. 1. 1. Resistências na semicolônia 204
 3. 1. 2. Mudanças na cultura 207
 3. 1. 3. O intelectual e um projeto (revolucionário) 209
 3. 1. 4. Crise e projeto: o problema da revolução 211
 3. 1. 5. As Forças Armadas. Ciências sociais militantes 213

3. 2. Sobre o papel do intelectual e o planejamento da educação	215
3. 2. 1. O intelectual / ideólogo à busca da realidade	215
3. 2. 1. 1. O histórico-empírico	215
3. 2. 1. 2. Como formar o intelectual?	216
3. 2. 1. 3. Formar para o nacionalismo	217
3. 2. 1. 4. Relação teoria-prática e o poder constituído	218
3. 2. 2. A educação crítica e emancipadora	219
3. 2. 2. 1. Pedagogia e cultura	219
3. 2. 2. 2. Como é vista a Educação "oficial"	220
3. 2. 2. 3. Planejar a universidade	223
 2) SOBRE O PAPEL DOS INTELECTUAIS – CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA DE OUTROS AUTORES	225
1. A crítica do intelectual em Gramsci	225
2. A contribuição de outros autores	234
 3) PLANEJAR A EDUCAÇÃO: APRENDER DA REALIDADE, NÃO SÓ ENSINAR	239
1. Sair da dependência – descolonizar-se	239
2. Educação geral e integral? Com o ensino técnico!	243
3. A questão da escola pública e da escola particular	248
4. Valor da ciência e ensino profissional	251
5. Os "históricos" do ISEB e o dualismo	256
 4) A PROPOSTA DO DEBATE E DA DISCUTIBILIDADE	258
1. Poder e posições (ações) em conflito	258
2. Dogmatismo e discutibilidade	262
2. 1. O dogmatismo	262
2. 2. A discutibilidade	266
3. Diálogo e modéstia intelectual	269
3. 1. Diálogo é possível	269
3. 2. O intelectual e o debate	272
 CONCLUSÃO	278
1. Questões dirigidas aos "históricos" do ISEB	279
2. Ainda o discurso sobre a multidimensionalidade e o diálogo	281
3. Proposta de ação	288
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	293
RESUMO	322
ABSTRACT	323

INTRODUÇÃO

A 13 de julho de 1955, foi publicada no Diário Oficial da União o Decreto de criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O Decreto, com data de 14 de julho, veio assinado pelo Presidente da República, então, João Café Filho.¹ A finalidade do ISEB, em termos oficiais, conforme consta no texto, "é estudar, promover e divulgar as pesquisas científicas, especialmente nas áreas de sociologia, de história, de economia, de política, especialmente para o fim de aplicar os resultados a problemas brasileiros visando a obtenção de melhoramentos técnicos que permitam o progresso e a promoção do desenvolvimento nacional." Conforme o Decreto, compoem o ISEB, primeiro, um Conselho Curador, de cinco membros, cidadãos de notável competência, designados pelo Ministro da Educação e responsável, em Conselho Consultivo, de 40 membros igualmente designados pelo mesmo Ministro "como cidadãos representantes dos diversos setores do saber ou da ação relacionados com os estudos em as atividades sociais, econômicas e políticas do País". O Conselho Consultivo tinha o encargo de assessorar o Conselho Curador, ao Conselho Curador cabia escolher de seu próprio meio um Diretor Executivo.

O objetivo do nosso trabalho é estudar as fontes históricas, isto é, as que estiveram presentes desde o primeiro momento de

¹ Decreto nº 17.698, de 13 de julho de 1955 (Publicação no D.O. de 13-7-1955).

A 15 de julho de 1955, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto de criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. O Decreto, com data de 14 de julho, vinha assinado pelo Presidente da República em exercício, João Café Filho.¹ A finalidade do ISEB, em termos oficiais, constava nestes termos: “o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia, da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências às análises e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.” Conforme o Decreto, compunham o ISEB: primeiro, um Conselho Curador de oito membros, cidadãos de notória competência, designados pelo Ministro da Educação; e segundo: um Conselho Consultivo, de 40 membros igualmente designados pelo mesmo Ministro “entre cidadãos representativos dos diversos ramos do saber ou da ação relacionados com os estudos ou as atividades sociais, econômicas e políticas do País”. O Conselho Consultivo tinha o encargo de assistir o Conselho Curador; ao Conselho Curador cabia escolher do seu próprio meio um Diretor Executivo.

O objetivo de nossa pesquisa é estudar os cinco autores “históricos”, isto é, os que estiveram presentes desde o primeiro momento da

¹ Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955 (Publicado no D. O. de 15-7-1955).

fundação do Instituto, exatamente os que foram escolhidos para Diretor Executivo e para dirigir departamentos. Eram eles: Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe Gomes de Matos e Alberto Guerreiro Ramos. Estudaremos neles a sua ação de intelectual e as suas concepções sobre o papel do intelectual e a sua formação, e procuraremos correlação de suas teorias e atividades com o planejamento da Educação, uma vez que se encontravam nomeados para estar diretamente ligados ao Ministério da Educação e Cultura. O título da tese inclui a delimitação do tema. Não abordaremos outros membros do ISEB; somente os “históricos”, provindos do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) anterior. Entendemos por bem não estudar Nelson Werneck Sodré, que participou diretamente no Departamento de História, junto com Cândido Mendes, e se introduzira naquele grupo mais tardiamente.

O Decreto é explícito em apresentar o Instituto a serviço da compreensão crítica da realidade brasileira e, de maneira geral, a serviço da promoção do desenvolvimento nacional. Os “históricos”, como grupo sob a liderança de Hélio Jaguaribe e com os mesmos objetivos, já haviam convivido dentro do IBESP, na mesma cidade do Rio de Janeiro. A oficialidade lhes consentiria ampliar a sua ação e divulgar seu pensamento. O tema dos “intelectuais”, que abordamos nas obras e na ação deles, continua de extrema relevância, pois agitou muitas discussões em todo o século e significou, no ISEB, “uma tentativa inaudita de diálogo e de colaboração mútua”. Todo povo, para sobreviver, sente necessidade, além de alimentação, de construir novos conhecimentos e de transmitir aos

pósteros o seu patrimônio cultural. De um lado, fica afirmado, com Antonio Gramsci, que “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico mas também no social e no político”.² De outro lado, está a percepção de que “o enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais...”³ Toda organização, igualmente, elege seus intelectuais tradicionais e orgânicos, dizemos nós usando categorias de Antonio Gramsci.

O Ministério da Educação e Cultura, de certa maneira órgão representativo de uma nação, teria seus objetivos mais ou menos explícitos ao introduzir, na sua programação, as atividades de um instituto especializado composto de intelectuais. No que tem de inaudito, a presença do ISEB suscita a questão, para nós, de como um intelectual “profissional” pode influir no planejamento do desenvolvimento brasileiro e da vida escolar da nossa juventude. Enquanto, com eles, se afirma que o problema pedagógico é filosófico e ético e se postula para a nação uma “visão de conjunto”, também se lhes tem de perguntar como organizar a escola e a universidade tecnicamente. A ênfase dos “históricos” na ideologia global do desenvolvimento e na consciência nacional deixa muitas interrogações sem resposta satisfatória. Temos sim de tomar responsabilidades pelo que

² GRAMSCI, A., *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 3.

³ *Ibid.*, p. 9.

acontece nessa continuidade da relação entre passado, presente e futuro. A consciência do “tempo” deve ser concreta e não abstrata. Convencemo-nos de que é necessário lutar permanentemente contra deformações e desvios e, então, vale muito a expressão de Gramsci: “Sentimo-nos solidários com os homens que hoje são velhíssimos e que para nós representam o ‘passado’ que ainda vive entre nós, que deve ser conhecido e examinado, pois é ele um dos elementos do presente e das premissas do futuro; e com as crianças, com as gerações que estão nascendo e crescendo, pelas quais somos responsáveis”.⁴

Nossa pesquisa toma como base a produção dos nossos cinco “históricos”, publicada por eles através do próprio ISEB, de livros, periódicos e jornais. Entrevistas pessoais com dois dos nossos autores nos ajudaram a tomar melhor posição diante do nosso próprio projeto, mas, por motivos vários, nos satisfizemos com relatos e entrevistas de outros pesquisadores que também conseguiram acesso a acervos particulares. Sobretudo falamos de Alzira Alves de Abreu e de Guita Grin Debert. Nossa pesquisa quis privilegiar as obras do período anterior e dos nove anos de atividades até à extinção do Instituto por força da decisão governamental de 1964; no entanto, as suas obras posteriores ofereceram contributo inestimável, descontadas as precauções por estarmos vigilantes e atentos à evolução das intuições intelectuais e emocionais por causa da mudança das circunstâncias; um aspecto histórico-hermenêutico do qual eles mesmos se sentiam advertidos. Não descuidamos de leituras afins, no que se referia às implicações com a História do Brasil, com a Filosofia, com a História da

⁴ GRAMSCI, A., *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, p. 21.



Educação, com a Didática Fundamental, e, num trabalho interdisciplinar, estivemos atentos à interlocução com professores, acadêmicos, pessoas diversas que, de suas áreas, podiam acrescentar dados de conteúdo e somar algum elemento crítico.

É nossa pretensão guardar a cientificidade, respeitar demarcações em torno ao que foi construído. Supõe-se uma objetividade. Por isso, nossa insistência em aprofundar o contato com os autores, através de uma leitura empática da sua obra e por dentro dos seus mesmos quadros teóricos, da sua visão de sociedade e de Estado, das suas concepções de vida; a autocrítica gozava da precedência e cabia, então, escutar. O debate em chave histórico-dialética não pode visar, primariamente, a destruir um inimigo ou garantir próprio prestígio, mas a fazer a história avançar, levando a sério o concreto em suas múltiplas determinações e, portanto, tendo coragem de confrontar-se com outro concreto. Por isso que, numa crítica visão etnometodológica da pesquisa, ou, simplesmente, qualitativa, abraçaremos uma escolha também no sentido daquela tendência realista da fenomenologia que cuida de ser sincera com a realidade.

Captando a intensidade com que uma temática se faz presente no grupo de interesse ou em cada um dos autores, iremos referir basicamente, nos capítulos iniciais, o pensamento e o projeto bebido na própria fonte. Nosso projeto não exclui uma boa síntese: é dialogar com eles e colocá-los em diálogo entre si para que o todo apareça. Nossa palavra vem depois, evidentemente, sem pretensões de ser a última.

Há uma riqueza que pode surgir da leitura mais atenta e da pesquisa sobre a época e o contexto. Se imaginarmos que a República mal se achava instalada nos anos 30, que o País saía de um Estado Novo de velhos e novos controles anti-democráticos sobre pessoas, comunidades e escola, e que o pós-Guerra fora um afã de sentimentos, especulações e ação por reconstrução, desenvolvimento, libertação e consciência autônoma, poderemos reconhecer que o jovem grupo pôde pecar por idealismo, por jovem e por não contar com a tradição acadêmica que país subdesenvolvido como o nosso queria ter podido acalentar. O ranço ideológico da dominação oligárquica, que eles analisaram reconhecidamente bem, se punha como forte condicionamento à hora de procurar por respiro e luz. Assim, quem queria esclarecer também não tinha bem claros os próprios caminhos. Historicamente, um problema não só deles; por isso, aliás, situamos a “discutibilidade” como elemento fundamental em qualquer método de pesquisa.⁵ Apresentando assim as coisas, cedemos espaço também a uma chave de interpretação psicológica, que só pode enriquecer uma atitude dialética perante a realidade social ou a realidade do ISEB.

O plano do nosso trabalho, como dissemos, envolve quatro capítulos. Três apresentam o projeto e as análises dos isebianos “históricos”, seja com base em suas categorias, seja com base nas suas considerações sobre intelectualidade e educação; o longo capítulo quarto seguinte é onde se unem, em discussão crítica, a

⁵ Pedro Demo considera a discutibilidade o critério de cientificidade mais aceitável – não obstante uma polêmica interminável. Ela marca a substância processual dialética das ciências sociais. Somente pode ser científico o que for discutível. Demo se fundamenta, aqui, em J. Habermas. Cf. DEMO, P., *Metodologia científica em ciências sociais*, p. 26-7.

contribuição de diferentes autores e a nossa sobre uma vida intelectual plena e transformadora, emancipada e emancipadora.

O primeiro capítulo aborda a problemática dos intelectuais desde 1920 até aos tempos do IBESP e do ISEB, na década de 50; uma história de crise que os nossos “históricos” quiseram resgatar, enquanto levados por ideais unitários e nacionalistas, numa ideologia global; suas biografias mostrarão os percalços de um projeto pessoal e grupal e também os percalços da existência de um grupo de interesse envolvido politicamente com o Estado de JK e com a burguesia industrial a caminho da hegemonia.

No segundo capítulo, nossos autores analisam um mundo colonizado e submisso a oligarquias rurais em passagem para uma sociedade mais complexa, a da industrialização, das novas classes, do domínio de novo setor burguês; o entusiasmo idealista por um projeto desenvolvimentista sugere ao IBESP e ao ISEB formular uma ideologia nacional do desenvolvimento, para base de consciência e cultura autenticamente brasileiras e para apoio ao governo populista de JK. A educação, antes de escolarizada e técnica, tem de ser ideológico-desenvolvimentista e nacionalista.

O terceiro capítulo permite aprofundar como entendem a consciência como tal e o que projetam para formá-la; predomina a filosófica e elitista “visão de conjunto”, em seguida à qual, com dificuldades, vão conseguindo integrar o ideológico / filosófico e o empírico, o pensamento e a técnica, a ideologia global e a educação escolarizada.



Nossa contribuição, no quarto capítulo, mostra como, pelas diversas categorias filosóficas, sociológicas, culturais e econômicas empregadas pelos isebianos, perpassa um anseio por unidade, forte a ponto de impedir um histórico emergir das contradições. Quem faz opção radical por uma facção hegemônica homogeneiza os diversos interesses segundo a própria ideologia e não consegue facilmente manter o diálogo com projetos e pensamentos diferentes; não submete os próprios ideais à discussão e crê que a unidade, a consciência e o correto desenvolvimento possam brotar espontaneamente, sem educação prolongada e adequada para uma vida de conflito, de questionamento e discussão dos princípios seus e dos outros. Daí a proposta da abertura contra a arrogância na vida intelectual e de uma educação marcada pelo debate.

O momento da fundamentação teórica não pode faltar numa introdução. Não temos muito que dizer, porque o propósito é discutir. Devemos discutir com o leitor, e a tese é sempre um recomeçar. Se aqui nos explicamos, inicialmente, já damos, talvez, uma contribuição sob esse aspecto de base teórica. Tentamos, aqui, resumir pontos de vista que fomos refletindo ao longo do tempo de pesquisa.

Introduzindo, como “consultor”, um livro com textos de Marx, José Arthur Giannotti encerrou assim: “Só depois da Segunda Guerra Mundial o marxismo começou a perder seu caráter de seita monolítica, de doutrina que não pode ser questionada, para poder reaparecer, no jogo das doutrinas, como um pensamento vivo. Mas agora como um clássico, como um pensamento a que sempre se faz referência sem adesão integral e que passou a viver, portanto, de suas múltiplas

leituras, sem que se deva pedir a uma delas fidelidade absoluta.”⁶ É possível que se leia com alívio expressão desse tipo, e que, então, até se reforce a adesão àquilo que, discutido, leve a novo tipo de ação válida numa práxis libertadora dos homens. A intenção da tese é ressaltar o aspecto da discutibilidade, e se diz que Marx é “discutível”. Um autor que tomamos como base para nossas discussões sobre o intelectual, e lido desde a década de 60, no Brasil, foi Antonio Gramsci. Com ele, de modo simples, gostaríamos de dizer que apraz, sem rótulos, dar uma direção de tipo dialético na condução do nosso debate. E Gramsci, o filósofo e pedagogo, sugere discussão ampla, em que todos participem criticamente e com liberdade. Não estaria aqui a declamada “subjetividade” gramsciana? Brevemente, pois. Gramsci projeta a participação, o respeito pela idéia do outro, como acima se disse; solidários com os velhos, com o passado... Contra o individualismo exaltado, então, critica o perigo da concorrência que leva alguém a querer tornar-se o “chefe do partido”.⁷ Em Gramsci, apontaremos um diálogo necessário não só porque é preciso criar hegemonia, mas porque há, nas suas bases intelectuais, a concepção convicta de que todos são intelectuais. Lembraremos o bloco que uniria operários urbanos e camponeses, num debate que constrói o partido; este o debate onde se pode formar, progressivamente, a vontade coletiva. Discussão crítica liga-se necessariamente com senso crítico em Gramsci; o contrário, para ele, é a restauração, a reorganização das forças dominantes tradicionais, ou é o controle de um “carismático”. Melhor é a “vontade coletiva” que cresce aos poucos... Quase quereríamos dizer, com um dos nossos isebianos, que ela é

⁶ MARX, K., *Karl Marx: Para a crítica da economia política; Do capital; O rendimento e suas fontes*. p. 18.

“trófica”. O partido político pode ser o moderno Príncipe, em Gramsci, por ser “a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”.⁸ O tema da contradição pode conjugar-se com o do debate e do diálogo: no partido estão todas as inteligências, e tanto está o urbano como o camponês. Se Gramsci, radicalmente, faz a crítica da situação da Itália em busca de unificação, e protesta contra os poderes tradicionais, inclusive eclesiásticos, se reclama uma “reforma intelectual e moral” e, até idealisticamente, uma “forma superior e total de civilização moderna (...) com pontos programáticos concretos”, é porque reivindica um debate que antes não se conseguira e no qual as maiorias, especialmente, pudessem ser contempladas.⁹ Melhor se entende sua posição se se lê, adiante, na mesma obra compulsada: a história do industrialismo é a de uma luta contra o elemento “animalidade” do homem, a de um processo “doloroso e sangrento”, com sujeição dos instintos, com normas de ordem; dessa maneira o industrialismo estabelece a fim de tornar possível uma forma de vida coletiva mais complexa, somente que ao custo de “muitas vidas humanas” e de “coerção brutal”.¹⁰ Gramsci aponta para as contradições da vida moderna.

O que até aqui expomos nos é proposto como referencial para reflexão. Na mesma linha crítica da discussão, podemos obter esclarecimentos na crítica moderada e inteligente de Pedro Demo. Todo cientista, ao fazer ciência, sabe que oferece apenas *um* enfoque e até que ele não passa de *um* cientista; isso evidencia

⁷ Ver GRAMSCI, A., *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, p. 20.

⁸ Cf. *Ibid.*, p. 6.

⁹ Cf. *Ibid.*, p. 6-8.

¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 393 passim.

a importância da discussão crítica, e que será científico o que se apresentar discutível e assim se mantiver.¹¹ Por isso dizer Demo que democracia é sempre ainda uma teoria; é preciso optar por uma versão, do mesmo modo como, após a longa discussão, finalmente se há de agir.¹² Qual será, porém, o “porto seguro”? Como nos posicionarmos diante da diferença dos referenciais teóricos? Podemos recordar o de Giannotti sobre Marx, como acima, e afirmar que também é desejável, na área do saber, um processo de emancipação. Aliás, quanto a isso Demo chegou a lembrar a impositividade do próprio Marx jovem em confronto com uma dialética não antagônica do velho Marx.¹³ De recordar, então, ainda em Demo, a advertência de que a “unidade dos contrários” seria provavelmente a marca mais profunda da dialética. Assim encerramos com Demo: “As totalidades históricas se mantêm processo e por isso se transformam, porque contêm dinâmica interna essencial, baseada na polarização.” (...) “Para haver diálogo é mister a polarização de interesses contrários (contrariados).”¹⁴

Nossa atitude, quanto aos referenciais, pretende ser dialética, embora avessa a muitas rotulações. Com Marx, o nosso clássico que todos têm de ler, com Gramsci na dialética que é também subjetividade, com aquela fenomenologia que se recusa a pôr entre parênteses a realidade, em diálogo com os que quiseram ser “sinceros com a realidade” (Zubiri), e até com os liberais “autênticos” que algo têm a dizer... Risco e debate teimoso, mas não obstinado. Admirando a tentativa

¹¹ Cf. DEMO, P., op. cit., p. 73.

¹² Ibid., p. 51.

¹³ Cf. Ibid., p. 104.

¹⁴ Cf. Ibid., p. 97.

intelectual e muitas conquistas dos nossos isebianos “históricos”, diríamos, contudo: por acaso não viram, não perceberam?

CAPÍTULO I

ISEB: SUA HISTÓRIA E SEUS FUNDADORES



CAPÍTULO I

ISEB: SUA HISTÓRIA E SEUS FUNDADORES



Ao tratar de rupturas dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, consumadas a partir do ano de 1960, rupturas citadas em livro de Wanderlei Guilherme publicado tardiamente pelo ISEB em 1963, Caio Navarro de Toledo sugeriu uma ressalva: não se pode “desqualificar as análises procedidas (*sic*) pelos ideólogos do desenvolvimento acerca da formação histórica do país, particularmente na sua fase pré-capitalista”.¹ Foi tomando em conta observação favorável como essa que escolhemos, na elaboração deste primeiro capítulo, basear-nos especialmente nos “históricos” do ISEB – sem exclusão de outros isebianos – na medida em que prestassem esclarecimentos sobre matéria fundamental.

É um capítulo de cunho introdutório e histórico. Teremos em vista que os intelectuais filiados ao ISEB, trabalharam, na maré alta do populismo, para identificar, ou melhor, formar um povo, uma cultura e um caráter brasileiros. Conseguiram organizar-se dentro do Ministério da Educação e Cultura, apresentando-se não como pedagogos mas sobretudo como formuladores de uma ideologia do desenvolvimento.

¹ TOLEDO, C. N. de, *ISEB: Fábrica de ideologias*, p. 155.

1) As premissas sócio-históricas e econômicas para o surgimento do

ISEB. Oligarquia, burguesia industrial e proletariado

Nos últimos cinco séculos, a Europa capturou as demais regiões do mundo, que se tornaram marginais e só por analogia puderam revestir-se da forma nacional. Foi radical conquista, sem qualquer resistência cultural, na afirmação de Cândido Mendes. Um critério cultural para abordar as relações internacionais tornou-se anacronismo; era ilusão falar da América Latina em termos de um “caráter”, uma “alma”, uma “vocação”. A consciência da América Latina se formou sem memória social da sua existência pré-colombiana, e mesmo os Estados soberanos do século XIX ainda se revelaram países sem povo. Ao meio do século XX, como no período colonial, continuavam fornecedores de matérias-primas, dado também o baixo custo da mão-de-obra. A mazela tradicional da América Latina era a sua condição de objeto da história, não de sujeito: sem possibilidade de formar verdadeiras classes médias, submetia-se a uma estrutura de servidão.

Para falar de um projeto de destino para as comunidades latino-americanas, era preciso associar a idéia nacional à tarefa de promoção do seu desenvolvimento econômico. Contudo, a presença dos Estados Unidos no mercado internacional viera agravar a fragilidade das estruturas econômicas tradicionais. No pós-Segunda Guerra, acreditava Mendes, emergia o protagonismo latino-americano e se reorientava a economia tradicional, cuja

baixa produtividade inviabilizara a formação de um processo emancipatório. Brasil, México e Chile se encontravam em pleno processo de desenvolvimento, com rápido crescimento de seus parques industriais. As revoluções irrompidas aqui ou ali tinham pretendido virar a página em branco da etapa colonial extrativa da Ibero-América. As revoluções do Brasil (1930) e da Argentina (1946), desenvolvidas sob o imperativo faseológico, visando a destruir a hegemonia latifundiário-patriarcal e a desarticular a composição clássica das forças nacionais, impuseram a figura corretora de um Estado empresário. Mendes falava, portanto, de uma “nova América Latina” com compromisso histórico. Não mais as solidariedades tradicionais, definidas por uma herança cultural vivida em servidão, mas um “ponto-de-vista” do Novo Mundo; não a órbita cultural em decadência dos discursos sobre hispanidade, lusitanidade ou fidelidade ao mundo latino, mas o caminho histórico autônomo da idéia nacional, caminho de nações que se recusavam igualmente a inclinar-se ante a doutrina de Monroe. Isso demonstravam as revoluções em curso na América Latina.²

Na expressão de Guerreiro Ramos, a sociedade brasileira da década de 50 integrava a periferia da chamada civilização ocidental e não podia furtar-se ao imperialismo cultural das sociedades dominantes nessa civilização. Guerreiro Ramos também denunciava a teorização ideológica, necessariamente sectária, que visava a justificar os interesses particulares de um grupo ou de uma classe. A essa teorização contrapunha a teorização sociológica, objetivo da ação do ISEB, que, em atitude crítica e auto-crítica, se decidia a formular uma concepção da realidade

² Para os dados históricos acima, nos servimos de MENDES, C., *Perspectiva atual da América Latina* passim.

social. Um esforço de transideologização que abordava, inclusive, a evolução política do Brasil anterior a 1930.

A classe latifundiária lutou contra o capitalismo português, foi a sua esquerda tão logo se diferenciou como uma classe para si, e logrou a dominância desde 1822 até 1930. As atividades manufatureiras, que despontaram entre 1870 e 1880 e se destacaram da agricultura para consumo direto das fazendas, ainda se apresentavam a um Brasil que era apenas arquipélago de nódulos econômicos. Até 1930, só pequenas empresas se criaram. A agricultura se especializou na produção para satisfazer a demanda externa e firmou-se o predomínio do café, com saldos positivos no comércio externo entre 1860 e 1929.

Classe proletária, no Brasil, foi realidade quase que só desta metade de século XX.

O proletariado surgia de elementos oriundos da massa de escravos e da plebe rural circunjacente às fazendas. No débil capitalismo brasileiro, não se podiam radicalizar os interesses do trabalhador. Guerreiro Ramos citava, de Sílvio Romero, obra de 1895: nesta nação embrionária, a “mais importante indústria é ainda uma lavoura rudimentar;” “o capitalismo nacional é exíguo, quase mesquinho”; se “há pauperismo, é da nação inteira”. A indústria, no entanto, cresceu sobretudo a partir dos últimos anos do Império: em 1889, os trabalhadores industriais eram 54.169; em 1907, 150.841; em 1920, quando se realizou o segundo censo industrial, 275.512; em geral, eram ex-campônios adestrados em tarefas industriais e carentes de consciência profissional. Classe média, tinha de ser simplesmente a classe eminentemente política, que foi a única

a deflagrar movimentos revolucionários, de pouca expressão até 1920, e sempre pronta a concessões que lhe permitissem um *modus vivendi*.³

Conforme Hélio Jaguaribe, se estabeleceu, desde o início da colonização, uma economia de exploração, no sentido de que “a formação da riqueza é organizada e procedida (*sic*) em benefício de valores ou de pessoas estranhos ao seu processo”.⁴ Um fenômeno que avançou República adentro e se manteve, na sua essência, até meados do século XX: não mais em favor do tesouro português, mas de uma nova classe dirigente, burocracia militar-fiscal mais latifundiários e comerciantes. Crescendo a urbanização, uma classe média se consolidava: profissionais liberais e filhos-família afastados, em proveito dos irmãos mais velhos no controle das fazendas e pequenos negociantes e empresários. Para essa classe se abria uma via de acesso ao poder: o serviço militar e burocrático; foi por sua força que se proclamou a República. No entanto, como tivesse conquistado o poder político sem alterar o regime do poder econômico, essa classe média o acabou perdendo em benefício do latifúndio. O que aconteceu, basicamente, no ciclo da República Velha? O latifúndio assumiu o controle do Estado em proveito próprio, mas ampliou os quadros burocráticos e assegurou o pleno emprego em favor da classe média; esta, por sua vez, acabou confirmando o latifúndio no poder por via eleitoral. Enquanto, porém, aparecia a classe média, ia surgindo o proletariado brasileiro, produtor de bens e serviços de que se beneficiavam o

³ Cf. RAMOS, A. G., A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. I (1), p. 30-4.

⁴ JAGUARIBE, H., A crise brasileira, em: SCHWARTZMAN, S. (org.), *Cadernos de Nosso Tempo* – Seleção e introdução de S. Schwartzman (org.), p. 134. Este livro faz parte da coleção da Câmara dos Deputados intitulada “Biblioteca do Pensamento Político Republicano”. É o v. 6.



latifúndio e a burguesia urbana e, indiretamente, a mesma classe média burocrática.⁵

Jaguaribe estudou esse Estado marcado pelo parasitismo burocrático e o denominou Estado Cartorial.

No dizer de Mendes, conhecia-se aí uma política de oligarquia com subordinação eleitoral que imitava o vínculo familiar: o coronel com o controle da terra, ao centro, e a periferia de afilhados ao seu redor. Era chamada de política de clientela, enquanto se referia à inserção das classes médias no seu contexto. Foi próprio dos Estados parasitários desenvolver excessivamente os cargos públicos e um aparelho totalmente desvinculado do desempenho efetivo de funções. Em tais Estados, aflorou uma política de grupos de pressão ainda com limitada consciência de classe. O que não aflorou nas classes sociais já emancipadas pelo desenvolvimento foi a política de ideologia, a qual supunha a denúncia partidária dos vícios de organização das formas clientelísticas de poder. Somente na medida em que surgiam políticas de pressão e política ideológica é que se podia falar de uma trajetória do desenvolvimento nacional.⁶

2) Os intelectuais desde 1920 até a criação do ISEB

1. A tradição intelectual brasileira vista pelos “históricos”

Daqui em diante, somente citaremos, após o introdutor, o título *Cadernos de Nosso Tempo* ou op. cit.

⁵ Cf. Ibid., p. 134 - 6 passim.

Para Cândido Mendes, três dados principais marcaram a vida do pós-Segunda Guerra, mas para entendê-los partia dos fatos ocorridos no país nas décadas de 20 e de 30. Esses dados permitiam verificar que inserção tiveram os homens de pensamento após 1945.

Primeiro, houve uma persistente polarização de atores políticos entre populistas e anti-populistas, provinda, sobretudo, de outra polarização: entre os herdeiros e os detratores de Getúlio Vargas, entre getulistas e anti-getulistas. Segundo elemento foi econômico: luta anti-inflacionária, com tentativas de estabilização e políticas ortodoxas de austeridade, com resistências sociais e pressão sobre salários, com necessidade de ajuda do exterior em contraste com o crescimento da dívida; tudo isso foi colocando a “questão nacional” e fazendo confrontarem-se defensores e opositores do nacionalismo. Terceiro, a presença das Forças Armadas, dispostas a intervir cada vez que um certo processo “legal” parecesse ameaçado, e isso mantinha um quadro constitucional de extrema fragilidade.⁷

Roland Corbisier, drástico, lembrou a dominação a partir de fora. Até 1922 – centenário da Independência e Semana da Arte Moderna –, “não há propriamente história, mas pré-história do Brasil (...), não tínhamos consciência de nós mesmos, não sabíamos o que éramos, não nos conhecíamos, éramos um subproduto, um reflexo da cultura européia”.⁸ Permanecíamos em posição subalterna de colonos, de meros consumidores dos produtos industriais e culturais

⁶ Ver MENDES, C., Desenvolvimento e problemática do poder, em *SÍNTESE Política, Econômica, Social*, 14, p. 64-71 *passim*.

⁷ Cf. essas curtas referências em MENDES, C., *Contestation et développement en Amérique Latine*, p. 10-1.

estrangeiros. Para Corbisier, o que tínhamos de mais autêntico, em matéria de cultura, datava de 30, da crise e da revolução de 30.⁹

Expressões semelhantes em Guerreiro Ramos: "... a crítica no Brasil tem sido, por excelência, o ofício do diletantismo"; "... há ainda a ressaltar um aspecto fundamental de nossa crítica, o qual explica a sua profunda alienação da realidade brasileira: é o fato de que ela obedece a critérios de julgamento estranhos ou importados". Nossa evolução intelectual devia estar condicionada pela evolução intelectual de outros países. Nesse sentido, Alberto Torres foi inexcedível quando focalizou o caráter abstrato de nossa cultura.¹⁰ O mesmo Guerreiro Ramos explicou em termos de classes as mudanças que se introduziam. Na década de 30, se iniciou o declínio da burguesia latifúndio-mercantil como classe dominante, forçado pela conjuntura internacional desfavorável. O espaço foi cedido aos interesses da burguesia industrial. Ao mesmo tempo, na década de 1930-40, começou a delinear-se a força política do proletariado brasileiro, força revelada, por exemplo, na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Departamento Nacional do Trabalho, e na sindicalização das classes patronais e operárias. As mudanças, em geral, se pautavam por um "espírito de imitação" do que acontecia na Europa e às vezes nos Estados Unidos. Embora admitida alguma verdade em que os grupos e facções brasileiros sabiam instrumentalizar as "fórmulas feitas" segundo os seus propósitos, sobretudo se tratava de um imperialismo cultural, estreitamente vinculado ao imperialismo econômico que só

⁸ CORBISIER, R., *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 45.

⁹ *Ibid.*, p. 47.

¹⁰ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 28 passim. Sobre TORRES, A., cf., *adiante*, p. 134-5.



na década de 50, com novas condições objetivas, dizia Ramos, se pôde ir neutralizando.¹¹

A vida intelectual do período contemplado, para Guerreiro Ramos, foi marcada por conceituação inadequada, e os escritores, de modo mais ou menos ingênuo, refletiam as tendências centrípetas de auto-determinação atuantes na sociedade brasileira já nos anos 20. Entre 1919 e 1925, se realizaram esforços por estruturar idéias destinadas a criar uma consciência política dos interesses nacionais, mas se tratava em especial da meditação de inclinação sociológica, não se fixavam objetivos concretos para alcançar. Embora com limites, aí se destacou uma obra coletiva de escritores da geração nascida com a República: A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athaíde, Vicente Licínio Cardoso. De algum modo modernistas, queriam “pensar o Brasil”, de preferência “sem os desatinos e as correrias revolucionárias perigosas e intempestivas”.¹² Das figuras de intelectuais anteriores ao período de Getúlio, e que diagnosticaram “com acerto” nossos males nacionais, menção especial a A. Carneiro Leão, Gilberto Amado e Oliveira Viana; mas houve homens do período getulista que conseguiram captar aspectos essenciais dos acontecimentos: Martins de Almeida, ainda Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa. Para Guerreiro Ramos, dos esforços de tais intelectuais “não resultou a formulação de uma ideologia orgânica da realidade nacional que refletisse a direção dominante do processo de

¹¹ Ibid., p. 49-51 passim.

¹² Ibid., p. 66-7.

desenvolvimento da sociedade brasileira”; não obstante, a teorização política se tornou cada vez mais ponderável de 1937 até à década de 50, com o merecido destaque para os papéis positivos da Segunda Grande Guerra e da correlata crise do imperialismo.¹³

Em 1921, foram fundados o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem* por católicos conduzidos por uma certa *ideologia da ordem*. À frente o escritor sergipano Jackson de Figueiredo, matriz de um pensamento que se manteve militante até a década de 60. O movimento inspirava-se em Joseph de Maistre, De Bonald e Maurras, e não admitia a justificativa de nenhum movimento revolucionário: pelo contrário, admitia o direito divino e a monarquia. Para Jackson e seus prosélitos, a questão política era eminentemente moral. A ideologia da ordem continha já os pontos principais do integralismo, defendendo, através de um sindicalismo orgânico, a questão social e o corporativismo, princípios que, de 1932 a 1937, se oporiam à liberal-democracia.¹⁴

Para Ramos, não convinha exagerar a tensão entre as duas classes, a burguesia latifundiário-mercantil e a burguesia industrial, na década de 1930-1940. Suas lutas políticas eram ainda marcadas de escassa nitidez ideológica. Por isso, fora possível o golpe de 1937 e o Estado Novo (1937-1945) se tornara uma ditadura da híbrida burguesia nacional. Se o proletariado brasileiro foi conseguindo uma estruturação sindical a partir só de 1931, a pequena burguesia, por seu lado, foi sendo cooptada pela direita política, principalmente pelo

¹³ Cf. Ibid., p. 67-9.

¹⁴ Cf. RAMOS, A. G., *A crise do poder no Brasil*, p. 144- 6 passim. Ramos acredita que, como categoria social, “a intelectualidade católica no Brasil ainda não superou a ideologia da ordem” nos inícios da década de 60. Cf. Ibid., p. 151.

integralismo – versão brasileira do fascismo, afirmada em torno ao nome de Plínio Salgado –, fundado em 1932, extinto em 1937 e reaparecido em 1945 sob o nome de Partido de Representação Popular. Nos quadros desse partido, e, após 1945, da chamada União Democrática Nacional e do pequeno Partido Democrata Cristão, evoluiu uma força reacionária domesticada por uma ideologia reformista e moralista: e contava com seus intelectuais, influenciados pela cultura das sociedades dominantes na civilização ocidental, pois que ainda não tinham sido atingidas, no dizer de Guerreiro Ramos, as condições objetivas determinadas que, na década de 1950, se iam configurar no País.¹⁵

No período do Estado Novo (1937-1945), com o crescimento do número de empregados e de operários na cidade, a política foi mais intervencionista no plano econômico: subvenções e investimentos públicos, e, no plano social, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Políticas que seriam reencontradas no período democrático do imediato pós-guerra, sob a ação do PTB, sempre interessado em canalizar as novas forças urbanas e sobretudo operárias. Também a subsequente história do ISEB iria, com jovens economistas e sociólogos “desenvolvimentistas”, no dizer de Cândido Mendes, “preconizar a confiança na capacidade intrínseca de adaptação e de reconversão das estruturas sociais e insistir na necessidade de estimular os processos de mutação por uma *política de intervenção* dos poderes públicos”.¹⁶

¹⁵ Cf. RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 48-51 passim.

¹⁶ Cf. MENDES, C., *Contestation et développement en Amérique Latine*, p. 12. O grifo é nosso.



O processo mesmo de nossa história foi apresentado por Hélio Jaguaribe como o da “crise brasileira”: econômica, social, cultural, política.¹⁷ Em cada um desses planos, quais providências ou medidas seriam mais adequadas? Jaguaribe propôs solução dinâmica, numa absoluta correspondência entre o processo do objeto e o processo da solução e sem aprisionamento em fórmulas. Parecia ater-se à onda prevalecente do planejamento, para chegar a um projeto social (ideologia) dotado de eficácia histórica. O nosso subdesenvolvimento atingia um ponto crítico, e eram requeridas propostas e planos nos campos econômico, social, cultural e político. Urgia solucionar o problema cultural. Quanto a esse, Jaguaribe sugeria: “criação de uma cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do Ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional”; “criação de um movimento ideológico que extraia da própria crise os materiais e os incentivos para uma vigorosa afirmação cultural”; “reforma da educação, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias...”; “imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores, com aproveitamento de todos os valores locais e a incorporação de elementos estrangeiros”.¹⁸

Em 1954, Guerreiro Ramos deplorava que até então não se conseguira formar especialistas aptos a fazerem uso sociológico da sociologia no Brasil. Problema e limite reais. Via-o em si próprio, e de fato seus textos anteriores a 1950 ostentava as limitações. Ramos projetou a redução sociológica como

¹⁷ Cf. JAGUARIBE, H., A crise brasileira, em: SCHWARTZMAN, S. (org.), *Cadernos de Nosso Tempo*, p. 131-45.

proposta, caminho para superar todo e qualquer formalismo intelectual, isto é, sujeição a princípios ou fórmulas vindos do exterior. Defendendo um “uso sociológico da sociologia”, propunha algo que realmente interessasse ao povo brasileiro, à nacionalidade. Tratava-se de um nacionalismo que já fizera chão, e nesse espírito é que começaram a reunir-se intelectuais paulistas e cariocas – as remotas origens destes, como agrupamento, podiam ascender a 1949, à colaboração na quinta página do *Jornal do Comércio* – dispostos a discutir os problemas do subdesenvolvimento brasileiro com especificidade.¹⁹

2. Dados biográficos e linhas de pensamento dos “históricos” do ISEB

Antes de abordar a aventura intelectual que os históricos do ISEB tentaram, vivenciar juntos, é oportuno encetar com a biografia de cada um deles, conforme os objetivos específicos da nossa tese, e enfatizando o que se refere ao itinerário acadêmico e ao trabalho para o desenvolvimento cultural e educacional do País.

Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier – Nasceu em São Paulo a 9 de outubro de 1914. Fez o curso secundário no Colégio São Luiz e no Ginásio São Bento. Em 1932, já estava na Ação Integralista Brasileira. Em 1936,

¹⁸ Cf. Ibid., p. 151-2. Observe-se que as propostas de Jaguaribe, no sentido do cultural, serão repetidas nesse mesmo volume, à p. 168, como transcrito por Schwartzman. De fato, toda a 3ª Parte, a seguir, aborda a questão da “ideologia”, fundamental para o nosso estudo.

¹⁹ Para a redução sociológica e a superação do nosso colonialismo mental, ver o livro de RAMOS, A. G., *A redução sociológica*. Benedito NUNES, em colaboração na obra, comenta: “Em seu primeiro aspecto, a redução sociológica, que tem na consciência crítica o seu pressuposto, objetiva a depuração das tendências implícitas nos postulados e nos princípios da sociologia estrangeira”. Cf. p. 209. O grifo é nosso.

bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Kursou a Faculdade de Filosofia de São Bento e a Faculdade de Filosofia do Estado; já lecionou no Colégio do Estado desde 1939. Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), do qual se tornou Diretor de Cursos e Conferências. Sob o patrocínio desse Instituto e do Museu de Arte Moderna de São Paulo, lecionou Introdução Geral à Filosofia e Estética de Hegel. Em junho de 1952, em São Paulo, Corbisier fundou com outros também o "Instituto de Sociologia e Política" (ISP), dentro de preocupação nova com os problemas econômicos, sociais e políticos; preocupação que, porém, era regida por princípios liberais. Decepcionou-se com o Instituto por não terem publicado uma sua monografia na qual defendia a distribuição da riqueza e a justiça na repartição do produto social. Também por crise familiar, ele se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1954, e o ISP saiu de seus horizontes. Em 1955, no Rio, sob os auspícios da CAPES e do IBF, pôde ministrar um Curso de Introdução à Filosofia na Escola Nacional de Belas Artes. Um dos fundadores, foi o primeiro Diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no qual lecionou Filosofia no Brasil e fez conferências sobre Cultura e Desenvolvimento, Nacionalismo e Desenvolvimento, etc. Foi deputado à Assembléia Legislativa e Constituinte do Estado da Guanabara e deputado federal na legislatura de 1963, exercendo o mandato até abril de 1964. Em 1967, fundou o Centro de Estudos Brasileiros, ministrando cursos de filosofia na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em 1970, por iniciativa do Centro de Estudos Universitários, fez uma série de conferências sobre a filosofia de Hegel, comemorativas do segundo centenário do nascimento do filósofo. Sob o

patrocínio da ABI, da Pró-Arte e de Divulgação e Pesquisa, ministrou cursos de Filosofia da Arte e de Introdução à Filosofia. Atualmente, vive no Rio de Janeiro, no Botafogo.²⁰ Pessoalmente, ainda afirma que eles não eram pedagogos, mas ensinou muito tempo e incursionou na estrita área da pedagogia com livro e alguns artigos. Da obra geral, dentre os livros mais conhecidos mencionamos: *Imagens da Suíça* (1953), *Responsabilidade das Elites* (1956), *Formação e problema da cultura brasileira* (MEC / ISEB, 1958), *Reforma ou revolução?* (1968), *Enciclopédia Filosófica* (1974), *Filosofia, política e liberdade* (1975), *Autobiografia filosófica* (1978), *Os intelectuais e a revolução* (1980).

Alberto Guerreiro Ramos – Nasceu na Bahia, em Santo Amaro da Purificação, em 13 de setembro de 1915, de família humilde e ancestralidade africana. Passou parte da infância em cidades pobres e próximas ao Rio São Francisco. Com onze anos, já em Salvador, empregou-se como lavador de frascos em uma farmácia, tornando-se caixeiro posteriormente. Feito o curso secundário no Ginásio da Bahia, já participava aos dezessete anos do ambiente cultural da classe média baiana, escrevendo em *O Imparcial* e em revistas literárias. Antes de deixar a Bahia, já publicou dois livros, um deles *Introdução à Cultura*. Foi militante do movimento integralista e, em seguida, do Centro de Cultura Católico. Migrou para o Rio em 1939, para cursar ciências sociais com bolsa de estudo do governo baiano. Formado, não conseguiu o lugar que esperava na Faculdade Nacional de Filosofia, ao lado de André Gross. Preterido em 1942, acabou empregado como professor no Departamento da Criança, por intermediação de

²⁰ Cf. especialmente a segunda capa do livro do mesmo CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica* – das ideologias à teoria da práxis. Daqui em diante, esta obra será mencionada somente como

San Thiago Dantas. Em 1943, entrou para o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Passava da universidade para a burocracia estatal, e isso ia deixar-lhe marcas profundas. Canalizou as próprias energias intelectuais para uma série de artigos de cunho sociológico na *Revista do Serviço Público*. Em 1949, a pedido do Conselho de Colonização e Imigração, e em parceria com Ewaldo Garcia, elaborou um trabalho acerca das literaturas sociológica e antropológica existentes no Brasil entre 1940 e 1949. Foi a primeira de uma série de pesquisas sobre a intelectualidade brasileira, seu papel social e político e sua produção. No começo dos anos 50, assessorou economicamente o Gabinete Civil da Presidência da República: disse que foi importante essa participação no governo Vargas para a sua compreensão do Brasil. No início do envolvimento com o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), Guerreiro Ramos escreveu *O processo da sociologia no Brasil*, em nova fase de sua atuação intelectual e política. A sociologia devia ser “um instrumento de construção nacional”.

Conjugando a construção teórica com a constante atenção para a prática da tarefa do desenvolvimento, Guerreiro Ramos publicou várias obras de sociologia: *Aspectos sociológicos da Puericultura* (1944), *Sociologia do orçamento familiar* (1950), *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho* (1952), *A sociologia industrial* (1952), *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1954), *Relaciones humanas del trabajo* (México, 1954), *Sociologia de la mortalidad infantil* (México, 1955), *Introdução crítica à*

Autobiografia filosófica.

sociologia brasileira (1957), *Condições sociais do poder nacional* (1957), *A Redução sociológica* (1958), *O problema nacional do Brasil* (1960), *A crise do poder no Brasil* (1961), *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), *Administração e estratégia do desenvolvimento* (1966), *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações* (1981), e numerosos artigos. No ISEB, foi Chefe do Departamento de Sociologia até 1960, com participação intensa e marcada por várias tensões. Foi professor visitante nas universidades de Yale, Wesleyan, Paris, na Universidade Federal de Santa Catarina, bem como, por convite em 1960, nas Academias de Ciências da União Soviética, da Iugoslávia e da República Popular da China. Foi membro da Delegação do Brasil à XVI Assembléia Geral das Nações Unidas em 1961, Deputado federal, Diretor de Pesquisas do Ministério do Trabalho e assessor de Kubitschek e Goulart. O professor Robert P. Biller, Vice-Reitor da Universidade do Sul da Califórnia, afirmou, em prefácio, que Guerreiro Ramos, cidadão do mundo, alcançou o auge de sua capacidade intelectual durante os dezesseis anos que passou nos Estados Unidos, onde morreu em 1982.²¹

Hélio Jaguaribe Gomes de Matos – Nasceu no Rio de Janeiro aos 23 de abril de 1923. Diplomado em Direito, em 1947, exerceu a advocacia bem jovem e se dedicou a temas ligados ao desenvolvimento brasileiro. Em 1949 já escrevia no *Jornal do Comércio*. Tornou-se, conhecido, depois, por sua séria formação filosófica, área da qual, porém, migrou para a análise política. Em 1950, o encontramos participando do novo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), com

²¹ Cf. BILLER, R. P., Prefácio à 2ª edição norte-americana, em: RAMOS, A. G., *A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das nações*, p. XX.

companheiros que realizaram, em São Paulo, o primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia. Fundou o IBESP em 1953 e criou, nele, a Revista *Cadernos de Nosso Tempo*, na qual escreveu vários e sérios artigos. Foi o líder, ainda, dos “históricos”, que, em julho de 1955, fundaram o ISEB; logo ocupou o cargo de Chefe do Departamento de Ciência Política. Sempre admirado e estimado no ISEB, envolveu-se, por livro sobre o nacionalismo brasileiro, em incompatibilidade com alguns amigos, o que o levou, com outros, em 1960, a deixar o mesmo ISEB que fundara. De 1964 a 1966, esteve estudando e lecionando em Harvard; de 1966 a 1967 em Stanford; em 1968 no Colégio do México; de 1968 a 1969 no MIT. Com o amigo Cândido Mendes foi Professor no Conjunto Universitário Cândido Mendes (Ciência Política); e assumiu como decano o Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro (IEPES), que fundou. Também se tornou PhD da Universidade de Mainz, Alemanha, e já foi consultor da UNESCO. Atualmente, dirige o Instituto que fundou, no Rio. Autor de vários livros sobre desenvolvimento político e social e teoria social em relações internacionais. Dentre os mais antigos, *A filosofia no Brasil* (ISEB, 1957), *Condições institucionais do desenvolvimento*, conferências de junho de 1957, e o polêmico *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de 1958. Ainda, entre outros muitos: *Political Development* (Nova York, 1973); *Introdução ao desenvolvimento social* (1969); *La política internacional de los años 80: una perspectiva latinoamericana* (1982), *Brasil, 2000* (1986), *Brasil: reforma ou caos* (1989). É um dos mais eminentes intelectuais brasileiros e exerce importante



influência sobre a escola de pensamento político e social do Brasil e da América Latina.²²

Álvaro Vieira Pinto – Vieira Pinto tem lugar proeminente no âmbito do pensamento filosófico brasileiro, como diz Dermeval Saviani. Saviani o entrevistou para introduzir o livro *Sete lições sobre educação de adultos*, inquirindo de sua vida em relação ao ISEB e da perseguição, depois, pelo regime militar. Visitando-o no Rio, em 1977, Saviani o encontrou num trabalho intelectual anônimo e solitário, porém sistemático. Era o “mestre brasileiro”, como o chamou Paulo Freire em *Educação como prática da liberdade*. Vieira Pinto fora Diretor do ISEB em momento de notável mobilização político-social do início da década de 60, e isso provocou o seu exílio em decorrência do golpe militar de 1964. Partiu em setembro de 1964, passando primeiramente um ano na Iugoslávia, com transferência, a seguir, para o Chile. A saudade o fez voltar ao Brasil em 1968, o período mais negro da ditadura militar. Foi o tempo de recolhimento para redigir manuscritos que até agora se encontram inéditos. Saviani visitou-o de novo em 1981: reviu-o alquebrado por precárias condições de saúde e convicto de que a sua contribuição de intelectual já a cumprira. Nascido em 1909, de classe média pobre, fora aluno do Colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro. Muito jovem, decidiu-se por estudar medicina. Com 14 anos já quisera fazer um vestibular, mas, enquanto aguardava idade mais madura, aplicou-se a muitas leituras de ordem literária e filosófica. Residiu em São Paulo por um ano e travou contatos com muitos intelectuais que mal saíam da agitação da Semana de

²² Para alguns desses dados ver MASCARENHAS, S., (org.), *Raízes e perspectivas do Brasil*, p.18.



Arte Moderna. Depois que lhes morreu a mãe, fez de tudo um pouco como professor para sustentar-se e aos irmãos. Depois que conseguiu terminar medicina, tentou fazer clínica em Aparecida, mas logo decidiu voltar ao Rio. Trabalhou por 16 anos como médico, e, concomitantemente, ministrou filosofia na Universidade do Distrito Federal, recém-fundada. Depois de quatro anos como professor substituto de História da Filosofia, arranhou meio de estudar filosofia na Sorbonne. Foi o ano de 1949. Preparado por uma tese sobre Platão, entrou em concurso ao regressar e foi nomeado para a Faculdade de Filosofia. Como autodidata, dedicou-se a línguas e a Matemática; a esta, por causa do interesse pelo raio-X. Em 1951, nomeado professor catedrático na cadeira de História da Filosofia, obrigou-se a trabalhar em condições às vezes precárias sem assistente algum. Foi em 1955 que recebeu de Roland Corbisier o casual convite a integrar o nascente ISEB, como professor de Filosofia, e desde então, como relatou, se tornou menos idealista e mais objetivista, mais apto a pensar com independência. Assumiu muitas posições existencialistas, mas sobretudo com tendência historicista e nacionalista. No Chile, para onde o chamara Paulo Freire, pôde dar conferências e cursos de verão a professores. Escreveu para o CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia) um livro que angariou muito boa aceitação especialmente no México. Depois, por sugestão da Diretora do mesmo CELADE, escreveu *Ciência e existência*, publicado no Brasil após o retorno. Na lista dos inéditos, muita coisa sobre a educação. Saviani, encerrando a entrevista, destacou:

“É preciso registrar que o professor Álvaro Vieira Pinto se preocupou explicitamente com a questão pedagógica.”²³

Álvaro Vieira Pinto faleceu em 11 de junho de 1987. Recebeu homenagem póstuma de Saviani, o qual lamentou se tivessem passado assim na obscuridade os últimos tempos de um grande pensador que ainda está por ser melhor descoberto.²⁴ Cândido Mendes pronunciou discurso em homenagem a Vieira Pinto no dia 28 de julho de 1987, no IUPERJ, e lembrou *Consciência e Realidade Nacional* como “vastidão da experiência cultural que chegava ao pleno domínio interdisciplinar de tantos conhecimentos”.²⁵ Ao mesmo tempo, reconhecendo a dificuldade do consenso e a busca de novas direções ao pensamento, exaltou-o assim: “Com Vieira Pinto começa a aventura do espírito brasileiro, a coexistência com a heterogeneidade de seus conteúdos de consciência.”²⁶

Cândido Antônio Mendes de Almeida – Nasceu no Rio de Janeiro em 1928. Diplomou-se pelas Faculdades de Direito (1950) e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica. Doutorou-se pela Faculdade Nacional de Direito. Foi membro fundador do IBESP e do ISEB, e neste chefiou, sucessivamente, de 1956 a fins de 1960, os Departamentos de História e de Política. Foi Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (Escola de Sociologia e Política), da Fundação Getúlio Vargas (EBAP), da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito Cândido Mendes.

²³ Cf. PINTO, Á. V., *Sete lições sobre educação de adultos*, p. 9-21 passim. A seguir, Betty Antunes de Oliveira, que acompanhou Saviani a essa entrevista, apresentou perguntas a Vieira Pinto quanto à sua visão sobre educação. A isso devemos voltar adiante.

²⁴ Cf. artigo de SAVIANI, D., Gilberto Freyre e Álvaro Vieira Pinto. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 68 (159), p. 277-8.

Exerceu atividades de Direção e Consultoria de entidades governamentais e de economia mista. Foi Coordenador Geral da Assessoria Técnica da Presidência da República durante o Governo Quadros. Em 1961, com Eduardo Portella, fundou o “Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos”, tendo sido o seu Diretor Executivo. Sucedendo ao pai, dirigiu a “Sociedade Brasileira de Instrução” e as entidades por ela mantidas, entre as quais a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito Cândido Mendes. Fundou, em 1963, o “Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro”. Foi pesquisador associado do “Center for International Affairs” da Universidade de Harvard (1965); Visiting Scholar do “Instituto Latino-Americano da Columbia University” (1966); membro convidado e conferencista do “Conselho Mundial de Igrejas”, Genebra, 1966. É o diretor da *Revista Dados*. Publicou, entre outras obras, *Possibilidade da Sociologia Política* (1954); *Perspectiva atual da América Latina* (ISEB, 1958); *Disarmament for Development* (Accra, 1962); *Nacionalismo e Desenvolvimento* (IBEAA, 1963); *Crise e mudança social* (org., 1974), *Le mythe du développement* (1977), *Contestation et développement en Amérique Latine* (1979), *A presidência afortunada – depois do real, antes da social-democracia* (1998). Participou em muitos seminários, publicou e publica muitos artigos.

²⁵ MENDES, C., *In memoriam: Vieira Pinto e a conquista da consciência nacional*. *Rev. Dados*, v. 30 (3), p. 244.



3. Os grupos de intelectuais: Grupo de Itatiaia, IBESP, ISEB

Na perspectiva do nacionalismo desenvolvimentista, o pensamento do grupo dos “históricos” começou a manifestar-se especialmente através das páginas do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1949. Era a famosa quinta página do Jornal. Aí escreveu Jaguaribe. Como noticiou Roland Corbisier, um grupo de cariocas veio a São Paulo, em 1950, participar do primeiro Congresso Nacional de Filosofia. Congresso promovido pelo “Instituto Brasileiro de Filosofia” (IBF), que fora fundado em São Paulo, em 1949, “por iniciativa de Miguel Reale, Vicente Ferreira da Silva, Renato Cirell Czerna, Luís Washington Vita, Almeida Salles e Heraldo Barbuy”. Ali se achara também Corbisier como fundador. Ora, naquele Congresso de 1950, o grupo carioca incluía Hélio Jaguaribe, Oscar Lourenço Fernandes, Jorge de Serpa Filho, José Paulo Moreira da Fonseca e Israel Klabin, entre outros: eram os que mais tarde comporiam o Grupo de Itatiaia e chegariam à fundação do IBESP. No mesmo ano de 1950, o IBF começou a publicar a *Revista Brasileira de Filosofia*, na qual Corbisier colaborou com vários trabalhos.²⁷

O GRUPO DE ITATIAIA - Enquanto as preocupações com o novo Instituto de Sociologia e Política – ISP – ainda se desenvolviam em São Paulo, já era criado um outro grupo, em 1952, por iniciativa e sob a liderança de Hélio Jaguaribe do Rio: esse Grupo de Itatiaia seria a “antevéspera do ISEB”, porque

²⁶ Ibid., p. 248.

²⁷ Para estes dados, e a seguir, ver CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 75-6.

havia de tornar-se IBESP, “Instituto de Economia, Sociologia e Política”, o qual, por sua vez, ia ser absorvido pelo ISEB em julho de 1955.²⁸

O Grupo de Itatiaia se reunia mensalmente no Km. 155 da Rodovia Presidente Dutra, eqüidistante de São Paulo e do Rio, na sede do Parque Nacional de Itatiaia, um prédio do Ministério da Agricultura. Do Rio, iam Hédio Jaguaribe, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Oscar Lourenço Fernandes, Inácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Cid Carvalho, Fábio Brevesma, Ottolmy da Costa Strauch, Heitor Lima Rocha e Rômulo de Almeida. De São Paulo, Vicente Ferreira da Silva, Ângelo Simões de Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto, Miguel Reale e um professor italiano chamado Luigi Bagolini. Sobre a ideologia dos dois grupos, o paulista e o carioca, Corbisier explicita: os de São Paulo eram de direita, os do Rio eram tendencialmente de esquerda; não sendo todos marxistas, sofriam profunda influência de Ortega, Max Weber, Jaspers, Gabriel Marcel. A perspectiva dos cariocas era algo novo para os de São Paulo; sem abstrações, queriam analisar e compreender a situação mundial e a situação brasileira. O grupo paulista parecia estar ainda envolvido em metafísica (Gabriel Marcel), em renúncia à participação política (Ortega y Gasset), em hostilidade com relação à ciência, à indústria e à tecnologia (Spengler e Heidegger). No grupo de Itatiaia, as teses eram revistas e criticadas de alto a baixo, numa quase demolição que tinha à frente a excepcionalidade intelectual de Jaguaribe. Corbisier cita que numa ocasião, na volta ao Planalto, Vicente Ferreira declarou:

²⁸ Ver CORBISIER, R., *Ibid.*, p. 78-83 *passim*.

“Não tenho condições de resistir ao Jaguaribe, vou entregar-me a ele e elegê-lo mestre e líder”. O grupo se dissolveu em fins de 1953.²⁹

O IBESP – Em fins de 1953, como se viu, já se encontravam próximos Jaguaribe, Corbisier, Guerreiro Ramos e Cândido Mendes. Ainda ia demorar a chegada de Álvaro Vieira Pinto para completar o quadro desses nossos autores.

Encerrados os encontros do Grupo de Itatiaia, os cariocas fundaram um instituto particular, o IBESP. Hélio Jaguaribe assumiu como Secretário-Geral. Dos paulistas, somente ingressou Corbisier. Em 1955, se agregaram Juvenal Osório Gomes e Nelson Werneck Sodré, militar de carreira ligado à corrente nacionalista do general Newton Estillac Leal. O IBESP publicou uma revista, *Cadernos de Nosso Tempo*, cujos cinco números saíram entre 1953 e 1956. Simon Schwartzman, organizador de seleção de artigos desses *Cadernos* para a UnB, apontou como equívoco supor que os numerosos colaboradores dos *Cadernos* e futuros membros do ISEB “tivessem uma maneira unívoca e coerente de ver as coisas. A própria história mostraria que este movimento juntou, por alguns anos, pessoas com trajetórias intelectuais e políticas bastante diversas”.³⁰ No entanto, segundo expressão de Schwartzman, “pela primeira vez, um grupo intelectual se propõe assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios (...). Para o IBESP, eram os intelectuais, mais do que suas idéias e partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos”.³¹ Os intelectuais do IBESP se preocupavam, desde o número 1 dos *Cadernos*, com dedicar-se à “interpretação”

²⁹ Cf. *Ibid.*, p. 83-5 *passim*.

³⁰ SCHWARTZMAN, S., Introdução, in: SCHWARTZMAN, S. (org.), *op. cit.*, p. 3.

da crise nacional; mesmo que vagamente, falavam da necessidade de promover a “circulação das elites” e a “formação de um movimento social, apoiado numa ideologia e orientado por uma programática, apto a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados”. Conforme o último dos *Cadernos* (título: *Para uma política nacional de desenvolvimento*), enfim, e numa formulação clara, a realização do seu programa político teria duas condições: “o esclarecimento ideológico das forças progressistas acima indicadas, a partir das mais dinâmicas – burguesia industrial, proletariado e setores técnicos da classe média – e arregimentação política destas forças. Tanto aquela como esta condição, conforme se viu, requerem, para se realizar, a atuação promocional e orientadora de uma vanguarda política capaz e bem organizada”. Quem comporia esta vanguarda não estava dito, mas podia ser facilmente intuído.³² Schwartzman definiu assim: era “a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país”.³³

Em razão de um convênio com a CAPES, liderada, na época, por Anísio Teixeira, o IBESP se dispôs à realização de uma série de seminários sobre os “problemas de nossa época”. Faltava um passo para que o IBESP se tornasse órgão permanente do Ministério da Educação; de fato, bem logo se transformou ele no ISEB.

³¹ Ibid., p. 4.

³² Cf. Ibid., p. 4 - 5.

³³ Ibid., p. 6. O grifo é nosso.

O ISEB – O documento que presidiu à criação do ISEB deveu-se a um ato oficial do Ministério da Educação. O Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, assinado pelo Presidente da República João Café Filho, sucessor interino de Getúlio Vargas, e referendado pelo Ministro da Educação Cândido Motta Filho, apresentou-se nestes termos: “Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros...”. O artigo 2º rezava: “O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. O Instituto também podia ser incluído, sem prejuízo de sua autonomia e com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, em entidade cultural ou educativa pública ou subvencionada pela União, conforme o parágrafo único do artigo 10.³⁴ Era a consagração do pensamento ideológico para ação em favor do desenvolvimento; este se tornava, até, uma verdadeira obsessão. Na verdade, o ISEB, apesar das dificuldades do segundo semestre de 1955, quis afirmar-se especialmente como apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek, o qual o considerou centro de “irradiação da cultura” e lugar onde se formariam elites para “colaborar na batalha do desenvolvimento”.³⁵ Nelson Werneck Sodré noticiou que o ISEB lançou, em 1956, o livro inaugural intitulado *Introdução aos problemas brasileiros*, coletânea das conferências

³⁴ Texto do Decreto se encontra em *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 24 (60), p. 266-8.

pronunciadas no segundo semestre de 1955. A apresentação fora provavelmente escrita por Roland Corbisier. Corbisier, que permaneceu na direção do ISEB desde a fundação até 1960 – sobretudo porque outros tinham afazeres em áreas diversas –, confirmava: as conferências “representam a primeira contribuição do ISEB ao esforço urgente pelo qual a inteligência brasileira procura tomar clara consciência da realidade brasileira”. E prosseguia: “essa tarefa, em função da qual foi criado o ISEB, parece-nos o pressuposto indispensável à elaboração de uma ideologia do nosso desenvolvimento”.³⁶

Em 1956, se iniciaram os primeiros cursos. A essa altura, também faziam parte do ISEB Álvaro Vieira Pinto, já convidado para as aulas de Filosofia do IBESP, e Nelson Werneck Sodré, que, regressado de um exílio na fronteira sulina e co-fundador do ISEB, foi chamado a encarregar-se da parte brasileira da História.³⁷

3) História do ISEB e itinerário intelectual dos “históricos” do ISEB

Aqui são complementados os acenos já feitos aos nossos “históricos” e apresentadas as marcas próprias do ISEB na busca do desenvolvimento nacional e da compreensão da realidade brasileira. Partimos de Corbisier, em quem mais

³⁵ OLIVEIRA, J. K. et al., *Discursos*, p. 47ss; citado em TOLEDO, C. N. de, *Ibid.*, p. 147.

³⁶ SODRÉ, N. W., *A verdade sobre o ISEB*, p. 12. Sodré adiantou-nos que, desde as conferências iniciais de 1955, já se percebia a profunda diferença que cada um dos conferencistas estabelecia quanto ao próprio tema central; isto é, Sodré acentuava (p.13) a heterogeneidade que marcava a própria origem do ISEB.

³⁷ Cf. como SODRÉ, à p. 17-8, fez questão de enfatizar ausência de diálogo com o colega Mendes em torno ao Departamento de História, que juntamente assumiam; acentuava, com isso, a não-homogeneidade ideológica no ISEB.

ressalta a incidência do elemento “cultural” e “unificador”, na missão e tarefa do ISEB, como as interpretava.³⁸

1. O ISEB no Ministério da Educação e Cultura

Roland Corbisier confessou, na *Autobiografia filosófica*, que sua vinda para o Rio aconteceu graças ao empenho de Hélio Jaguaribe e de Augusto Frederico Schmidt, amigo próximo. A Jaguaribe se devia a elaboração de uma série de projetos que deviam corrigir o MEC, no que a este faltava nos termos da sua “hemiplegia”: no setor de Cultura, o MEC não tinha os órgãos simétricos e correspondentes aos do setor de Educação. Os trabalhos de Jaguaribe, então, incluíram o Fundo Nacional, o Conselho Nacional e o Departamento Nacional de Cultura, além do tal Colégio do Brasil, que acabou configurando um germe do futuro ISEB. Desse modo se resolveu a assimetria.³⁹

Corbisier explicou que ele mesmo, em 1954, por contrato com a CAPES dirigida por Anísio Teixeira, deveu visitar Salvador e Recife em viagem de pesquisa para um trabalho sobre filosofia no Brasil. Referiu três experiências de então. Primeiro, lá no Recife, ao falar sobre a significação da cultura – em presença de Gilberto Freyre aliás –, a impressão de que o Nordeste era “uma das faces mais autênticas e dolorosas do Brasil, da qual tinha notícias pelas obras

³⁸ Ressalte-se, aqui, a importância do que escutamos, em breve e cordial entrevista, e dito com incisividade, dos próprios isebianos Jaguaribe e Corbisier: “Atenção, que não somos pedagogos!”. E como foram parar no MEC? É razão pela qual insistimos em começar por alguns esclarecimentos de Corbisier, na *Autobiografia filosófica*, aos quais acrescentaremos outros dados preambulares à nossa tese.

³⁹ CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 87-8.



literárias apenas”.⁴⁰ Segundo momento, Corbisier relatou a experiência com os cariocas no “Grupo de Itatiaia” e no próprio Ministério da Educação e Cultura, convivência que pôs em questão todas as suas idéias e crenças e o fez mergulhar em crise pessoal.⁴¹ Num terceiro momento (de libertação), Corbisier tratou de sua “conversão ao Brasil”, porque, “desde” (permitindo-se o castelhano de Ortega y Gasset) São Paulo e seu provincianismo e cosmopolitismo, vinha vendo bloqueado o acesso ao nacional, ficando em relação apenas com o regional; e explicitava: “A cidade não era uma síntese, mas um aglomerado, uma justaposição de colônias, de cuja convivência não resultava uma nova forma, mas, precisamente, o amorfo, o incaracterístico.”⁴² Para Corbisier, o grande aglomerado urbano significava congestionamento e impasse, enquanto que o Rio propiciava o sentimento e a visão do Brasil, como cidade-síntese em que o País se resumia, se encontrava e tomava consciência de si mesmo.

O relato das experiências de Corbisier permite entender, nele como nos demais “históricos”, a implicação com a educação dos conceitos correntes de cultura e de unidade.

Desde os antecedentes, desde o IBESP, o ISEB recebera o apoio de Anísio Teixeira. Ora, em Anísio Teixeira estava presente o velho tema, também populista, da unidade nacional. Anísio tinha forte ascendência no MEC como na CAPES. Dentro do espírito da Escola Nova, da qual foi sempre o mais destacado promotor no Brasil, era, ao mesmo tempo que pragmático, um liberal de claros

⁴⁰ Ibid., p. 88.

⁴¹ Ibid., p. 89.

⁴² Ibid., p. 92-3.

compromissos com a causa do desenvolvimento, e se preocupava com a unidade nacional em certa sintonia com o discurso nacionalista vigente.

Anísio defendia uma “organização administrativa do sistema escolar brasileiro”, sob responsabilidade das comunidades, mas não sem a “unificação indispensável ao mínimo de coesão e unidade da educação nacional”, por conta do Estado, isto é, de um órgão supremo do Governo Federal.⁴³ No mesmo sentido, insistiu em normas e padrões que – harmonizando as três órbitas do Governo da República, municipal, estadual e federal – podiam impedir a expansão contraproducente e fragmentada da educação.⁴⁴ Unidade defendia ele também ao propor, partindo do técnico – educação essencialmente técnica, com o enriquecimento do aspecto científico –, que se ensinassem os três estágios de uma verdadeira formação humana contemporânea, ou seja, os três campos: educação literária, científica, técnica. Além dessa unidade, uma outra, a da formação secundária: não separar de um lado a elite “intelectual” e de outro o trabalho e a produção, mas simplesmente “habilitar os homens a viver adequada e inteligentemente”.⁴⁵ E ainda uma antiga aspiração para Anísio: a unidade num espírito universitário, para manter um quadro de intelectuais relativamente coeso, capaz de favorecer a “coordenação da vida espiritual do país”,⁴⁶ como uma *comunhão* em torno aos mesmos ideais e interesses.

⁴³ TEIXEIRA, A., A educação que nos convém. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXI (54), p. 28-9 passim.

⁴⁴ IDEM, Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXII (55), p. 19-20.

⁴⁵ IDEM, A escola secundária em transformação. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXI (53), p. 6-7.

⁴⁶ IDEM, Discurso proferido na inauguração dos cursos da UDF, em 31 / 07 / 1935. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXXVII (85), p. 187.

Em Anísio se materializava um ambiente geral educacional – com entusiasmo pela ciência –, no qual o ISEB, ou mais ou menos consciente, pretendia projetar a proposta de formulação de uma ideologia única para o desenvolvimento do país. Ambiente tampouco estranho, por exemplo, à percepção de Abgar Renault, o qual, ao assumir como Ministro interino da Educação e Cultura, dias antes da posse de Juscelino Kubitschek, proclamou que a cultura, propiciada pelo esforço nacional em favor da educação, seria, “acima de tudo, um processo de redução à unidade”.⁴⁷

Como já dissemos, podemos encontrar em Corbisier expressiva conexão do tema da cultura com o da unidade. Especialmente quando definiu cultura no sentido objetivo, que não lhe impedia insistir no sentido da historicidade do conceito: “O mundo da cultura é um mundo em trânsito, afetado em suas entranhas pelo tempo, pela historicidade”.⁴⁸ Cultura era totalidade dinâmica, um complexo em movimento; seu desenrolar se processava dialeticamente, e, portanto, também era poroso à interferência da liberdade. Era possível, assim, com a superação do colonialismo na fase recente da história brasileira, “inventar nosso destino e construir uma cultura que seja a expressão, a forma adequada do novo Brasil que devemos criar”.⁴⁹

Guerreiro Ramos procurou articular a questão racial com a questão nacional. Tinha como urgente construir uma identidade nacional: uma visão integracionista (raça-classe, e não só raça-nação), que ia evoluir no sentido de que

⁴⁷DOCUMENTAÇÃO: Posse do Ministro Abgar Renault na pasta da Educação e Cultura. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXIV (60), p. 122.

⁴⁸CORBISIER, R., *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 18.

⁴⁹*Ibid.*, p. 50.

o negro devesse ser visto não simplesmente como ingrediente normal da população do país, mas dentro do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil; é um parâmetro da realidade nacional. Nessa construção de uma identidade nacional brasileira, servia a Guerreiro Ramos a referência central de Alberto Torres; era o “negro como lugar”, como representação das classes subalternas, da pobreza, do povo, do dilema brasileiro. Os intelectuais, “*intelligentzia*” engajada, interviriam então para superar as mazelas do subdesenvolvimento em contexto nacionalista.⁵⁰

É pertinente considerar o conceito defendido por Guerreiro Ramos, de “redução sociológica”, isto é, que se tem de opor uma assimilação crítica à assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados.⁵¹ Guerreiro Ramos aplicou o método da redução sociológica à cultura e à inculturação, bem como à questão do controle. Advertiu que os vários modos de especulação sociológica que podiam interessar aos norte-americanos – o exemplo dos chamados processos ou fenômenos sociais –, se literalmente adotados pelo sociólogo brasileiro, podiam levar a “distrair-se das questões que têm mais interesse para a coletividade nacional”.⁵² Com isso, afirmava o nacional como um todo, no sentido de que “o todo condiciona as partes”, e vislumbrava uma sociologia “brasileira”, uma *práxis* coletiva, fundamento do nacionalismo : “já estão deflagrados na economia brasileira fatores de tal natureza e vulto que nos permitem comandar, em grande parte, o nosso desenvolvimento, o que não se

⁵⁰ No que se refere a RAMOS, A. G., ver o artigo de MAIO, M. Ch., Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Rev. Dados*, v. 40 (1), p. 127-63.

⁵¹ Cf. RAMOS, A. G., *A redução sociológica*, p. 80.

⁵² Cf. *Ibid.*, p. 90.

verificava até há bem pouco...”⁵³ Em Ramos, foi-se avolumando como que um projeto, no qual, segundo ele, se envolviam as próprias classes dominantes, que deviam, elas mesmas, unir todos os nacionais: “A classe dominante do Brasil atual não é, em verdade, uma classe dirigente, na medida em que ela não possui a consciência orgânica das necessidades da comunidade nacional. Para ser dirigente, falta-lhe uma componente psicológica e ideológica – a compreensão da realidade do país como um todo”.⁵⁴ Ao intelectual sociólogo, no seu papel organizatório, estaria cabendo como tarefa aquela “integração das condutas” atrás contemplada.⁵⁵

Vieira Pinto falou de torpor milenar e de servidão aparentemente natural dos quais os pobres emergiam. Eles começavam a indagar das causas de sua pobreza, da espécie de relações a que se achavam submetidos.⁵⁶ Entre esses pobres se formava novo tipo de união, mas ao mesmo tempo união do pensador com a classe trabalhadora. Vieira Pinto acenava à possibilidade de aliança de pensadores que não aceitavam mais ser cúmplices e co-autores da situação de pobreza e miséria das massas.⁵⁷ As massas, cuja consciência seria penetrada pela formulação teórica que os pensadores que as representavam lhes poderiam oferecer⁵⁸; as massas que, assim esclarecidas, ascenderiam das abstrações para o conceito concreto, ou seja, para a apreensão legítima e integral da verdade da

⁵³ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 205.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 206.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 205.

⁵⁶ PINTO, Á. V., indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. III (2), p. 252.

⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 256-7.

⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 267.

coisa⁵⁹, num momento crucial do processo intelectual. O discurso dele era complexo, e às vezes se tornava difícil perceber como podia inserir o pensamento na realidade, para a transformação real dos fatos. Tratava, porém, da motivação objetiva: ali estava a dialética do real, que oferecia as condições materiais para constituir a consciência dialética capaz de apreendê-lo. O conceito concreto de subdesenvolvimento, dinâmico e não estático, podia auxiliar a resolver as questões práticas que a política e a luta social impunham a quem quisesse suprimir o estado de atraso e incultura. Vieira Pinto, entretanto, cuidava por dar as bases filosóficas para assegurar, primeiro, o método lógico adequado, de maneira que só então os demais se acomessem ao exame objetivo da realidade brasileira.⁶⁰

Vieira Pinto, ressaltando o papel da filosofia, lamentava a carência, no Brasil, de filósofos que sugerissem aos diferentes especialistas a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto. Os filósofos podem pensar em termos de universalidade, escreveu em 1956⁶¹. Evidentemente, ninguém podia interpretar sua realidade com uma visão desarmada, e a realidade requeria uma consciência objetiva, a qual reclamava, por sua vez, categorias prévias de interpretação. Enveredamos pela estrada do pauperismo por ter faltado uma ideologia do progresso. Vieira Pinto advertiu, porém, que não se podia chamar de incultas as massas; na sua protoconsciência, carregavam um ímpeto a se desenvolver, a iluminar a si mesmas, a passar a formas mais altas e claras.⁶² Elas participavam na construção da ideologia do desenvolvimento nacional.

⁵⁹ Cf. *Ibid.*, p. 270.

⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 279.

⁶¹ Cf. *IDEM, Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 12-3

⁶² Cf. *Ibid.*, p. 14-7 *passim*.



Contudo, em termos de projeto, tornavam a ganhar com a atitude de “homens objetivos e rigorosos” que, excluída a divagação doutrinária, permitiam a realização do projeto, a consecução do progresso.⁶³ Aí a relevância daquele aspecto da unidade, unidade dinâmica expressa na concatenação dos fatos segundo uma idéia unificadora e em vista do valor normativo do planejamento elaborado a partir de dentro e não de fora.⁶⁴ Se era imprescindível, portanto, uma ideologia do desenvolvimento nacional – e era essa a tese de Vieira Pinto –, compreendia-se que a consciência do desenvolvimento não devia vir de cima, “artefato da especulação da elite intelectual que se pretende esclarecida, mesmo quando esta, com a melhor intenção e boa-fé, imagina estar a serviço dos interesses populares. Ao contrário, a ideologia do desenvolvimento só é legítima quando exprime a consciência coletiva...”⁶⁵

Mais tarde, Vieira Pinto indicou para a união de teoria e prática nas próprias massas, e foi quando deu como reconhecido o valor do trabalho: “É preciso fazer-lhes ver que ao trabalharem estão pensando o mundo onde vivem e dando origem ao projeto de alterá-lo”.⁶⁶ Foi exatamente na prática dos atos transformadores da realidade que se fez a ética do desenvolvimento, moral social que ergueu o país como totalidade (nacionalismo) e o indivíduo que a ele pertence.⁶⁷ Uma ética que supunha a educação de uma consciência nacionalista para superação de uma consciência alienada (sujeita à metrópole), mediante a consideração de três setores que se implicavam, o econômico, o político, o

⁶³ Ibid., p. 20.

⁶⁴ Ibid., p. 23-8.

⁶⁵ Ibid., p. 34.

⁶⁶ PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 2^a v. – A consciência crítica, p. 17-8.

cultural.⁶⁸ Nesse sentido, Vieira Pinto se convenceu que podia usar do conceito de “totalidade” sem os riscos de qualquer misticismo obscuro ou concepção idealista. Pelo uso de “totalidade”, afirmava apenas, e unitariamente, “a necessidade de pensar categorialmente a realidade, em particular a realidade do país (...), como referência dos fatos uns aos outros, correlação recíproca das coisas, negação da inteligibilidade isolada de qualquer aspecto do real”.⁶⁹

Também em Jaguaribe, apareceram em recíproca relação os temas unidade e cultura. Ele os enfatizava, em 1954, ao expor o que representava em seu tempo a universidade. A consciência histórica era produto da educação superior. Deixando de haver homens cultos, desaparecendo a influência histórico-social do homem culto, perder-se-iam ao mesmo tempo a cultura e o próprio homem. Faziam-se necessários, pois, a universidade e sua oferta de educação superior bem como os fundos para a manutenção de estudiosos. Homens dotados de visão culta dos acontecimentos seriam capazes de suprir o hiato que entre si deixavam os demais especialistas alienados ao coletivo. Com isso, Jaguaribe se impunha reservas diante da pura “visão científica da realidade”, da cultura científica tripartida nos planos autônomos da metodologia, da ciência natural e da tecnologia.⁷⁰ Entendida a cultura como compreensão unitária e total da realidade, ele defendia o renascimento humanístico suscitado pela filosofia da existência e pelo culturalismo. Os líderes proletários, por seu lado, deveriam adquirir habilitação cultural, caso desejassem a participação das massas trabalhadoras no governo.

⁶⁷ Cf. Ibid., p. 238-9.

⁶⁸ Ibid., p. 396ss.

⁶⁹ Ibid., p. 540-1.

⁷⁰ Cf. JAGUARIBE, H., A crise da Universidade. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. IV (1), p. 31.

Enfim, numa reforma universitária, seria preciso assegurar a todos os universitários tanto um ensino técnico-profissional como uma compreensão culta do mundo.⁷¹

Jaguaribe abordou com realismo econômico-político o problema da década de 20: era impossível manter a linha latifúndio-mercantilista, exportadora; urgia voltar-se para o mercado interno, atender à crescente demanda de bens produzidos no país e destinados ao seu consumo. Tomou em consideração, então, as ideologias que correspondiam às necessidades situacionais das três classes: proletária, pequeno-burguesa, burguesa. Para Jaguaribe, elas se entrosavam na mesma necessidade de conjunto, isto é, na promoção do desenvolvimento. Problema de projeto e de unidade, pois. Segundo Jaguaribe, e no que respeitava à ideologia do desenvolvimento, devia o Estado colocar-se em sua função de planejador e de executor do planejamento econômico requerido pelas necessidades do país. Estado que se defrontaria, portanto, com um problema de educação e de organização ideológica.⁷²

O tema da unidade inseria-se no âmbito classista-político: “Configura-se a necessidade, de que não se apercebiam as classes, de padronizar os comportamentos políticos em moldes que superam a barganha clientelista, organizando-se tais padrões segundo as grandes diretrizes da posição ideológica”.⁷³ Requeriam-se núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais, independentes da distribuição dos partidos: para que se constituísse “a grande unidade nacional para o desenvolvimento” e se imprimisse “ao Estado a

⁷¹ Ibid., p. 32-4 passim.

⁷² IDEM, *Condições institucionais do desenvolvimento*, p. 52-3.

funcionalidade de que carece”.⁷⁴ Jaguaribe apelou para a superação das divisões na opinião pública a respeito de premissas e valores de base, como igualmente convocou à unidade interna quanto a política exterior, quando ele discutia as possibilidades de o Brasil manter política de neutralidade diante dos Estados Unidos, da Guerra Fria.⁷⁵ Sem dúvida, o problema ideológico implicava apreço à tarefa educativa e cultural.

O tema dos partidos reapareceu, junto com o tema das classes, ao analisar a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Jaguaribe desenhou uma retrospectiva desde a eleição de Vargas. Em 1950, começara a manifestar-se uma vontade própria no eleitorado, a qual se foi acentuando na eleição de Juscelino e se veio a consolidar na de Jânio. Com esta última, “uma campanha realizada predominantemente por fora dos quadros partidários”, o povo brasileiro se tornou um “povo para si”.⁷⁶ Ora, a unidade se construía lá onde havia uma consciência favorável ao desenvolvimento econômico. Jaguaribe alistou os grupos que por ele aspiravam, e afirmou haver uma parcela crescente de população direta e indiretamente beneficiada pelo incremento da produtividade e pela fruição de condições mais elevadas de vida. Tendo repostos noutros termos, depois, a questão da unidade, Jaguaribe se inclinou por uma unidade a partir do nível federal e contra a dualidade de planos políticos. O desenvolvimento do colonialismo favorecera propensões centrífugas. Propensões tais se verificavam com os partidos em dualidade horizontal, pois, sendo federais as agremiações partidárias,

⁷³ Ibid., p. 53.

⁷⁴ Ibid., p. 53.

⁷⁵ Ver IDEM, *O nacionalismo e a atualidade brasileira*, p. 272.

por força da lei, de fato cada uma delas significava apenas justaposição de suas seções estaduais. Por outro lado, cada unidade federada se relacionava diretamente com centros externos para onde exportava as matérias primas. Jaguaribe ainda esbarrou com o tema da unidade quando tratou de classes sociais. Para acentuar como que uma unanimidade de interesses, arrolou como favoráveis ao desenvolvimento nacional: na burguesia, seus setores industrial do grupo urbano e capitalista do grupo rural; na classe média, tanto urbana como rural, seus respectivos setores tecnológicos e gerenciais; no proletariado, os setores funcional do grupo urbano e assalariado do rural. A seu modo, enfatizava a tal ponto uma abertura pluriclassista que afirmava: no Brasil, as posições de classe são muito mais referidas aos setores contrários e favoráveis ao desenvolvimento do que referidas à detenção ou não da propriedade dos meios de produção.⁷⁷ A polêmica que Jaguaribe enfrentou em 1958, sobre problemas ligados ao capital estrangeiro, nos permitiu vislumbrar o viés ideológico com que ele preferia assumir a “deficiente integração vertical”.⁷⁸

Cândido Mendes lembrou que no populismo – o de Vargas no Brasil, ou o de Perón na Argentina – se formavam massas debilmente enquadradas e que não chegavam a constituir propriamente um proletariado. “No populismo não se recortam nitidamente as várias classes, uma vez que nelas não existem bases

⁷⁶ Cf. IDEM, *A renúncia do Presidente Quadros*. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. I (1), p. 291.

⁷⁷ Cf. *Ibid.*, p. 292-3. Tenha-se também presente a afirmação de JAGUARIBE: “a promoção do desenvolvimento se constitui no objetivo ideológico mais representativo de todas as classes brasileiras” (o grifo é nosso). Cf. *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 51.

⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 294.

econômicas que permitam essa diferenciação.”⁷⁹ Portanto, os líderes políticos avançavam à base da outorga. Contudo, segundo Mendes, se vivia, na América Latina como no Brasil, um momento de compromisso com o desenvolvimento econômico, sem subserviência a resíduos culturais recebidos da colonização. Concebiam-se projetos de destino histórico. Havia unidade, no continente, contra a idéia de submissão a projetos imperialistas como era o da “Boa Vizinhança”. Os pactos de auxílio já não ocultavam que a ideologia do pan-americanismo mascarava uma convivência desequilibrada entre os Estados Unidos e o resto do Novo Mundo. Para os países periféricos, o desenvolvimento econômico devia dar-se nos quadros da nação, em esforço único e capaz de abranger plenamente a coletividade e de convocar todos e cada um a participar.⁸⁰ Na unificação em torno a um projeto é que pensava Cândido Mendes quando, após o golpe dos militares, sugeria à Igreja precaver-se contra certa racionalidade tecnocrata oportunista: incumbe à Igreja Católica “impedir que a racionalidade, desligada das tensões do concreto, possa, à sua vontade, trocar, indefinidamente, um grande desafio por um pequeno sucesso”.⁸¹

Em 1968, em pleno endurecimento do regime militar vigente, em retrospectiva quanto à unidade para um projeto emancipador, Mendes escreveu sobre a “*intelligentzia*” e a sua reflexão na crise do desenvolvimento. Procurou mostrar como, no Brasil, num momento “canônico” (1956-1961), a “*intelligentzia*” se determinou a uma relação ideal entre desenvolvimento, reflexão e ação (ISEB). Ela assumiu uma perspectiva crítica e fez a análise da

⁷⁹ MENDES, C., *Perspectiva atual da América Latina*, p. 36.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 40-2 passim.

alienação dos conteúdos mentais dos grupos anteriores; procurou estabelecer a compatibilidade na conexão de interesses entre os vários atores da mudança (uma ideologia englobante); destacou no todo social a função das “*intelligentias*”, criando uma agência de assessoramento e de crítica aos centros do poder; e, finalmente, se lançou à procura dos símbolos de mobilização, por exemplo, o valor de figuração da gigantesca “maquete do futuro”, Brasília recém-construída. Para Mendes, tratar-se-ia de unidade, de um “sistema social primário”, de “auto-afirmação nacional”, de um “sistema crescentemente industrial e voltado para o próprio mercado interno imediato do país”.⁸² No entanto, na agonia de um projeto nacional, a partir de 1964, com novos detentores do centro de decisão e um grupo ideologicamente homogêneo – compatibilização mais redução dos dissensos –, desapareceu necessariamente o comportamento ideológico e se perdeu a vigência do produto democrático clássico.⁸³

2. A vida do ISEB: realizações e percalços

Criado em 14 de julho de 1955 por João Café Filho, que assumira o Governo após o suicídio de Getúlio Vargas, o ISEB foi extinto a 13 de abril de 1964, por força do Decreto n.º 53.884, assinado por Paschoal Ranieri Mazzili, que respondia provisoriamente pela Presidência da República após a deposição de João Goulart. Já vimos, anteriormente, como se deu a passagem dos intelectuais

⁸¹ IDEM, *Memento dos vivos – a esquerda católica no Brasil*, p. 256.

⁸² IDEM, *Perspectiva do comportamento ideológico: o processo de reflexão na crise do desenvolvimento*. *Rev. Dados*, 4, p. 99-100 passim.

⁸³ *Ibid.*, p. 108-9.



“históricos” do ISEB pelo “Grupo de Itatiaia” e pelo IBESP. Cândido Motta Filho, Ministro da Educação, favoreceu esses inícios, como se viu. A experiência do alcance extremamente reduzido do IBESP foi que pressionou a criar uma instituição de projeção nacional e melhor definida juridicamente. De fato, o ISEB nasceu dotado de “autonomia administrativa e plena liberdade de pesquisa, de opinião e cátedra”.

Conforme o decreto de criação, o ISEB se compunha de três órgãos: o Conselho Consultivo, o Conselho Curador e a Diretoria Executiva. O Conselho Consultivo “compunha-se de 40 membros, designados pelo Ministro da Educação e Cultura de entre cidadãos representativos dos diversos ramos do saber ou da ação, relacionados com os estudos ou as atividades sociais, econômicas e políticas do país”. O Conselho Curador compunha-se de oito membros; foram, inicialmente: Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabal, Hélio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto de Oliveira Campos e Roland Corbisier. A esse Conselho Curador cabia escolher um dos próprios membros como Diretor Executivo, e tal encargo se confiou a Corbisier. Os responsáveis pelos Departamentos foram: *Filosofia*: Álvaro Vieira Pinto; *História*: Cândido Mendes; *Sociologia*: Alberto Guerreiro Ramos; *Ciência Política*: Hélio Jaguaribe; *Economia*: Ewaldo Correa Lima. O ISEB promoveu cursos, conferências, seminários de estudos, pesquisas, etc., durante seus quase nove anos de existência. Participavam: representantes das Forças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional, do Congresso Nacional, dos Ministérios de Estado; empresários industriais, líderes sindicais,

parlamentares estaduais, professores e estudantes universitários, profissionais liberais, funcionários públicos, e outros. Concediam-se bolsas de estudos.⁸⁴

De Caio de Toledo utilizamos uma cronologização do ISEB em três fases:

1) Um breve período, da criação até a “encampação” por Juscelino. Caracterizou-se pela manifestação de posições ideológicas ecléticas e conflitantes. Para comprová-las, bastaria considerar a composição do Conselho Consultivo na contracapa das publicações do próprio ISEB; ou mesmo do Conselho Curador, nos quais se acham as mais diversas orientações político-ideológicas. Mas ficou muito bem evidenciado o arco-íris ideológico no Primeiro Curso patrocinado pelo ISEB, segundo semestre de 1955, e que foi publicado em livro sob o título *Introdução aos problemas do Brasil* (1956). Estão aí, de um lado, os primeiros ensaios de formulação da ideologia nacionalista isebiana (Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Werneck Sodré); de outro, os discursos dos defensores da via tecnocrática de desenvolvimento (a-ideológica?) ou as imprecisões contra o “nefasto” movimento nacionalista (Roberto de Oliveira Campos); por outra parte, orientações das mais diversas. Eram muitos os que abordavam o desenvolvimento industrial brasileiro do ponto de vista do antiestatismo e do antinacionalismo. Conforme Toledo, esse primeiro momento não chegou a ter consequências importantes nas definições posteriores do ISEB.

⁸⁴ Para estes primeiros dados de crônica também nos servimos do “anexo” de TOLEDO, C. N. de; ver seu livro, rescrito da tese de doutoramento: *ISEB: fábrica de ideologias*, p. 184-6. Ver também, de ABREU, A. A. de, *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. A autora, nessa tese de doutoramento, refere que os membros do Conselho Consultivo são 50; alista apenas 47 nomes à p. 110. O Decreto de fundação, n.º 37.608 – de 14.7.1955 –, menciona 40 membros.

2) A segunda fase correspondeu ao quinquênio juscelinista. A ideologia nacional-desenvolvimentista foi hegemônica no ISEB.

Em 1959, por Decreto Federal, houve alteração de alguns artigos do Regimento Geral, e assim ficou extinto o Conselho Consultivo, que se mostrara funcionalmente ineficaz. Em seu lugar foi criada a *Congregação*, a qual, composta por professores responsáveis pelos Departamentos, assumiu a direção da política cultural. Bem posteriormente (1963), o professor Osny P. Duarte interpretava ditas mudanças: como os professores do ISEB reivindicavam liberdade de cátedra, como o desenvolvimento de Juscelino passou a ser discutível, pareceu conveniente ao próprio Governo Federal não ser mais o fiador das idéias e princípios generalizados dentro do ISEB. Libertação para ambos os lados, pois também o ISEB, ainda um centro oficial de estudos, e privilegiado pela sua impeniência científica, via aumentada a própria autoridade. Para além do comentário de Osny Duarte, entretanto, Toledo apresenta um ISEB ainda submisso ao Presidente da República João Goulart por necessitar das verbas de financiamento.

Importante acontecimento, na vida da Instituição, foi o desligamento de Hélio Jaguaribe, em consequência das vicissitudes de 1958 provocadas pela publicação de seu livro "*O nacionalismo na atualidade brasileira*". O livro atraiu aversão ou crítica, devidas primeiramente ao fato de advogar, por razões de "eficácia técnica", a privatização de setores básicos da economia, e depois por sugerir, em nome de maior segurança nacional, a repressão à agitação comunista.

Outro desligamento marcante foi o de Guerreiro Ramos, que chefiava o Departamento de Sociologia. Aventou, em escrito posterior (1963, *Mito e verdade da revolução brasileira*), que o ISEB se transformara em agência eleitoreira e escola de marxismo-leninismo. Muito mais tarde, Ramos escreveria que seu afastamento se deveu a que a posição nacionalista da Instituição se tornara incompatível com o seu (dele) “*ponto de vista proletário*” – este nada teria a ver com marxismo-leninismo, porém –, ponto de vista que ele pareceu radicalizar fortemente para aplacar uma “consciência culposa”, segundo a expressão de Toledo.

3) Terceira fase foi aquela em que o ISEB *acompanhou* o movimento político pelas Reformas de Base. A perspectiva nacionalista apareceu, então, sensivelmente atenuada. O caráter “entreguista” do Governo JK frustrou as esperanças de que o desenvolvimento beneficiasse toda a Nação, e o ISEB fez coro com os grupos que, como numa revolução, pleiteavam “alterações nas estruturas básicas da sociedade” e “reformas de base”. Oferecia apoio a João Goulart. O livro de Wanderley Guilherme, *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*, o único que foi publicado pelo ISEB após 1960 – falta das verbas desde Jânio –, ostentava postura teórica e política radicalmente diversa daquela hegemônica alguns anos atrás dentro da Instituição; para Guilherme, a ideologia desenvolvimentista era ideologia da classe dominante. Na verdade, o ISEB de após 60 parecia estar aberto para a discussão e exposição de teses que negavam pressupostos da ideologia nacional-desenvolvimentista. De certo modo, os “*Cadernos do Povo Brasileiro*”, embora não editados pelo ISEB, eram

promovidos pela ideologia nele vigente e escritos por autores que pertenceram aos quadros isebianos. Nos últimos anos de sua existência, só permaneceram assíduos na Instituição, dentre os isebianos de “primeira hora”, Vieira Pinto e Werneck Sodré. Toledo afirmou que, como a da UNE, a sede do ISEB foi destruída e teve seus documentos, arquivos e publicações consumidos pelo fogo.⁸⁵

Quanto aos percalços vividos pela “*intelligentzia*” do ISEB, e para completar a visão sobre suas dificuldades, pode-se retomar, ainda que de modo sumário, as notícias fornecidas por Werneck Sodré.⁸⁶ Sodré salientou, como Toledo, a heterogeneidade inicial entre os membros da instituição; dela já se apercebera nas primeiras conferências de 1955.⁸⁷ Segundo Sodré, Jaguaribe era estrela central nessa constelação de valores e sua ascendência contribuía para unir a todos; mas, por vezes, sua divisão entre atividade empresarial e cultural era conflitante e tinha dificuldades em conciliar as contradições.⁸⁸ Corbisier, vindo de São Paulo e amigo de Kubitschek, merecedor de emprego condizente com o seu nível intelectual, ficara Diretor; fora integralista e vinha emergindo do existencialismo; vitalidade intelectual, gesticulação larga e extrovertida, agradável, apaixonava-se pelas tarefas e buscava exercê-las com rigor.⁸⁹ Sodré apontava a si mesmo como pessoa de segundo plano; lamentava não ter tido encontros com Mendes para discutirem os programas de História que passavam; Sodré não se entusiasmara por Kubitschek e insinuou que os outros do ISEB, “na

⁸⁵ Para esta síntese histórica, conferir o texto de TOLEDO, C. N. de, *ISEB: fábrica de ideologias*, p. 184-91.

⁸⁶ SODRÉ, N. W., *A verdade sobre o ISEB*, publicado em 1978, volume de uma coleção de depoimentos.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 14.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 15-6.

maioria, viam na vitória de Kubitschek a grande oportunidade política, para o grupo e para cada um”, e “achavam que ela faria o país avançar”.⁹⁰ O ISEB sempre foi apresentado como o que ia formular a “ideologia do desenvolvimento”. A esse desenvolvimento, no entanto, escreveu Sodré, “o Plano de Metas, elaborado por Roberto Campos, definiria como o esforço para acelerar o ritmo do crescimento sem tocar na estrutura, de sorte a alcançar determinados níveis, tidos como metas, meramente quantitativos, particularmente pelo ingresso maciço de capitais estrangeiros, que seriam cobertos de privilégios”.⁹¹ De março a maio de 1957, o ISEB realizou conferências em São Paulo, sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias, com sucesso, mas logo, no Rio, arrebataram catilinárias contra a instituição e seus membros. Sodré opinou que a heterogeneidade do ISEB possibilitava esses tipos de manobra.⁹²

Para Sodré, a crise do ISEB só podia ser entendida se inserida na crise geral brasileira. Em junho de 1958, em *A Tribuna da Imprensa*, falsa acusação ao ISEB de estar conspirando em torno à manutenção do Ministro da Fazenda Alkmin na sua pasta. Gerou-se a ocasião, para Gustavo Corção, de agredir o Instituto. O próprio Sodré foi atacado por jornal, em julho de 1958, por ocasião em que substituiu Corbisier, ausente na Europa: certa espionagem se misturava a uma acusação de que era militar comunista; na verdade, ele assinava, no *Última Hora*, como sendo o Observador Militar, uma coluna que vinha incomodando os

⁸⁹ Ibid., p. 17-8.

⁹⁰ Ibid., p. 17-8.

⁹¹ Ibid., p. 19. À p. 20, Sodré mostra que logo se foi dando uma cisão, entre os que se associavam ao imperialismo e os que eram partidários do desenvolvimento em bases nacionalistas. Não era de estranhar que, já em dezembro de 1956, surgiu, em *A Tribuna da Imprensa*, uma série de

padrões.⁹³ Para Sodré, a maciça campanha contra o ISEB já conheceu semelhantes, e era como as que depois iam desencadear-se, em 1963 e no primeiro trimestre de 1964, até o colapso do regime democrático no País.⁹⁴

A grande crise, foi dito, estourou em fins de 1958, em torno à publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na atualidade brasileira*. Ao início do mês de novembro, Corbisier estivera respondendo a uma repórter sobre os critérios para publicações no ISEB, e, como primeiro a sair em breve, mencionara o livro de Jaguaribe. Mês depois, como se achasse substituindo Corbisier, ausente no exterior, Sodré recebeu ofício do Presidente da UNE, que pedia “urgentes esclarecimentos a respeito da publicação” do livro de Jaguaribe, apontado, dizia, pela opinião pública como “livro dos trustes estrangeiros”, etc. O livro nem fora colocado no mercado, e já se levantava a UNE, vigilante contra o governo de Juscelino e para defender a manutenção do monopólio estatal do petróleo. Sodré lamentou que a UNE estivesse favorecendo manobras divisionistas, e mais uma vez afirmou que o ISEB, desde sua origem, fora marcado pela heterogeneidade ideológica.⁹⁵ E se detinha por aí a questão do livro. Sodré também fez verificar como havia, entre os professores, competição por prestígio e divisões nascidas do individualismo do intelectual, da vaidade e da concorrência. E revelou que Guerreiro Ramos, noutros tempos admirador de Jaguaribe, se voltara contra o amigo e levava o livro herético à UNE, mobilizando outros setores com habilidade

reportagens (“*infiltração totalitária*” e outras mentiras contra pessoas) contra o ISEB; como instituição, este visaria a “*constituir uma réplica à Escola Superior de Guerra*” (p. 22).

⁹² Ibid., p. 24-5.

⁹³ Ibid., p. 30-1.

⁹⁴ Ibid., p. 32.

⁹⁵ Ibid., p. 33-5.

incontestável. Sodré evocou a figura humana, ética e estimável de Jaguaribe, contrapondo-a ao comportamento de Ramos. Por razões que se conservaram ocultas, Ramos tencionava expulsar Jaguaribe, e o momento azado surgira daquele escândalo afinal: era o escândalo de uma traição contra o ISEB, baluarte nacionalista.⁹⁶ Sodré narrou como Ramos se serviu do sectarismo para seus propósitos pessoais, depois que mudou a uma posição de direita. Por outro lado, confessou que sentiu ter falhado na discussão com a UNE, ao contemporizar ante o esquerdismo radical dos jovens que só aceitavam o padrão máximo de “pureza”; sofreu ao ver a opinião pública contra Hélio Jaguaribe e a divisão crescendo. Admirou-se de como Ramos soube envolver a fidelidade esquerdista de Corbisier, de Vieira Pinto e dele mesmo, Sodré, e de como a manobra evoluiu mansamente.⁹⁷

Corbisier convocou reunião para 19 de dezembro, reunião conjunta do Conselho Curador e da Congregação. Na discussão da questão do livro, prós e contras; os mais moderados no centro. Quanto ao que podia significar preservar o ISEB, os presentes se dividiam em duas áreas. Hélio Jaguaribe chegou a dispor-se a assinar um documento com posições mais favoráveis ao nacionalismo, baseado em duas moções, sem diferenças essenciais, redigidas por Corbisier e por Anísio Teixeira. Pareciam chegar todos a um entendimento, a uma decisão unitária, da qual, praticamente, só Guerreiro Ramos e Roberto Campos estariam discordando. Mas Sodré referiu a presença, na manhã seguinte àquela reunião, do jornalista Paulo de Castro, que já ensinara algo no ISEB e que assinava um comentário

⁹⁶ Ibid., p. 36-8.

⁹⁷ Cf. Ibid., p. 37-43.

internacional no *Diário de Notícias*; Castro estivera conversando com Ramos. Quando, nesse jornal, dia 23 de dezembro, saiu versão detalhada e deformada do que acontecera na reunião de 19, Sodré viu confirmadas tanto a interferência de Paulo de Castro como a ligação do mesmo com Ramos no desenvolver-se de toda a crise. Sodré ia certificando-se de que, “dentro da estrutura do ISEB, com a composição reinante, a posição sectária não tinha a mínima condição de vitória”.⁹⁸ Tentativas de esclarecimento na imprensa, porém – Jaguaribe que defendia Sodré, Sodré que advertia contra as divisões provocadas por forças antinacionais... –, não ajudaram muito. Sodré escreveu: “O trabalho intelectual, pela sua própria essência, está impregnado de individualismo e dificulta a fusão de esforços, a comunidade nas tarefas, o caráter coletivo dos empreendimentos”.⁹⁹

Não havia sido apenas uma doença infantil. As mudanças foram várias em 1960. Aconteceu a saída de Jaguaribe, e, logo depois, a de Ramos. Sodré comentou que se robusteceu logo a convicção de que a tarefa preliminar era a homogeneização. Com nova estrutura, o ISEB ia se dispor a novas lutas, conquanto, por nenhum instante mais, havia de ser poupado.¹⁰⁰

Este primeiro capítulo deixa algumas perguntas: qual a relação dos históricos do ISEB com a educação? Eram ou não pedagogos esses homens que, juntos, teimavam em falar de descolonização da nação e das consciências e de formação de uma cultura nacional? Que pensar da unidade por eles propalada?

⁹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 43-9.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 51.

¹⁰⁰ Cf. *Ibid.*, p. 52-3.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE MUDANÇA E DESENVOLVIMENTO



Depois de ter estudado a história do ISEB a partir dos seus membros “históricos”, consideraremos, neste capítulo, as principais categorias com que trabalharam a realidade brasileira em mudança, a fim de, segundo as suas próprias concepções em ciências sociais, ir coligindo as análises que poderiam apresentar sobre o papel próprio de intelectual ou sobre o papel do intelectual em geral.

1) Da situação de “colônia” ao subdesenvolvimento

1. América Latina e Brasil: uma situação “colonial”

Em livro editado pela primeira vez em 1957, e pretendendo oferecer a contribuição da inteligência brasileira à formação de um novo “ponto-de-vista” da América Latina, Cândido Mendes começou por falar das condições da vida colonial e do caráter alienado que marcava os países latino-americanos. Com a primeira expansão oceânica do espaço europeu, esta América Latina foi objeto de radical conquista, e nela se formou, desde então, uma consciência sem memória social da sua existência pré-colombiana. Consciência dócil ao projeto de destino a que era incorporada. Nas “cidades revérbero”, se criaram padrões imitativos das cortes européias e predominava o alheamento à circunstância e ao desafio local. As estruturas impediram a organização de comunidades nacionais; mesmo após os

movimentos de independência, eram “países sem povo”. Nos países egressos dos despojos do império espanhol no século XIX, ainda não se produzia qualquer aglutinação de interesses entre os “territórios” e as cidades, e a idéia de comunidade nacional se via esfacelada sobre um espaço ganglionar. O que subsistia era um gigantesco sistema de produção fornecedor de matérias primas. A mão-de-obra barata fora secularmente acostumada à servidão das atividades extrativas numa economia de exploração. Era a condição de objeto e não de sujeito da história.¹

O que sustentava as oligarquias era uma escassa unidade de “grupos de unidades regionais discretas”, dominada cada área por grupos de estrutura familiar e não por um povo; desse modo, muitos governos latino-americanos foram a expressão dos interesses mais de limitado número de famílias que da coletividade.²

O momento que ora estudamos, segundo escreveu Mendes, veio caracterizar-se pela mudança radical da posição reflexa e passiva da América Latina. Tendo a idéia nacional como ponto de arranque de sua visão de mundo, os países foram rompendo com o condicionamento exógeno do seu processo histórico e com o próprio comportamento de simples mercados especializados e acessórios do sistema. Associaram-se a idéia nacional e a tarefa de promoção do desenvolvimento econômico se associaram. Um novo ponto-de-vista latino-americano permitiu supor a destruição do regime econômico que conduzia ao imobilismo as nações do hemisfério. Também lhes caberia, a elas, no esforço

¹ MENDES, C., *Perspectiva atual da América Latina*, p. 9-17 passim.

² *Ibid.*, p. 19.

contra a passividade que permeava a sua própria realidade cultural, superar o tipo de convivência extremamente desequilibrada com os Estados Unidos.³

Com a indigência de recursos que o colonialismo deixou, era forçoso reconhecer também as limitações do mercado interno que inviabilizavam a formação de um processo emancipatório em vários de nossos países. Com maior dinamismo e mercado interno ponderável se destacavam Peru e Colômbia. Em pleno processo de desenvolvimento, Brasil, México e Chile; nestes países, com a quebra do imobilismo, cresceram o parque industrial, o planejamento e a atividade produtiva. Foram imperativos faseológicos o de destruir a hegemonia latifundiário-patriarcal, nas tentativas do Brasil (1930) e da Argentina (1946) de superar a antiga ordem de coisas, e o de se confiar no Estado para conjurar a ameaça de sobrevivência dos aparelhos tradicionais de economia de exploração. O projeto recente – década de 1950 –, apoiado em novas classes, vinculava-se à industrialização, que podia acelerar o aumento da renda *per capita* e cooperar para a erradicação do pauperismo. Mendes se revelava confiante com a possibilidade de conceber em termos autárquicos, embora numa “experiência aberta”, o projeto latino-americano de destino histórico.⁴

No caso do Brasil, Hélio Jaguaribe falou de três estágios de desenvolvimento: o colonial, até 1850; o semicolonial, de então até 1930; e o de transição, ainda em curso.

³ Ibid., p. 21-4 passim.

⁴ Ibid., p. 38. O autor sabia que os países subdesenvolvidos enfrentavam esquema limitado de opções políticas, no mundo contemporâneo, mas se posicionava contra a ideologia pan-americana dos Estados Unidos e sugeria inclinar-se para a busca de “um caminho histórico autônomo” em vez de inclinar-se pela doutrina de Monroe (p. 41).

Para Jaguaribe, o estabelecimento colonial baseou-se na apropriação da terra e dos meios de produção por uma minoria aristocrática, minoria essa ajudada por alguns comerciantes urbanos e apoiada por estrita classe-média militar e burocracia oficial. Tudo se produziu por meio de escravos e, depois, por alguma maquinaria, em vista da exportação para a metrópole; as mercadorias necessárias à manutenção do regime econômico deviam ser importadas. O estágio semicolonial foi introduzindo-se desde a Lei de Eusébio de Queirós de 1850, que impunha limitações à importação de escravos. Aos poucos, chegava a mão-de-obra importada e paga que favorecia um crescimento endógeno. Uma complexidade maior se manifestou, então, na sociedade brasileira. O domínio continuou sendo do patriciado de latifundiários rurais, que estabeleceu um governo centralizado, mas se expandiu uma classe média marginal, da qual foi cooptada a burocracia militar e civil, podendo formar-se o chamado Estado “Cartorial” e uma cultura de intelectuais. Embora os centros de produção continuassem muito desligados uns dos outros, o mercado se ampliou e também emergiu uma classe média com influência política e participação econômica. Esse estabelecimento semicolonial entraria em crise estrutural na década de 1920, conforme a leitura de Jaguaribe.⁵

O período semicolonial foi chamado mais freqüentemente, no ISEB, de período do subdesenvolvimento. Nele nos achávamos ainda mergulhados em 1950. Guerreiro Ramos, um veterano do grupo, realizou pesquisa sobre o pauperismo, avaliou bem cedo a complexidade da situação da maioria

⁵ Para os três estágios, cf. JAGUARIBE, H., *Problemas do desenvolvimento latino-americano: estudos de política*, p. 4 -7 passim.

subdesenvolvida da população e reivindicou planos de mudança de estrutura econômica e social.⁶ Era o tempo em que também Corbisier, como estudioso de filosofia, sentia a crise e declarava que a filosofia tinha de aludir a realidades inscritas nas “circunstâncias” e recuperar a “terra firme”.⁷

Jaguaribe, que forneceu as definições do período colonial e semicolonial, como acima, entendeu o subdesenvolvimento como um fato social global determinado por três espécies particulares de alienação sócio-histórica: (1) a alienação cultural, (2) a alienação societal e (3) a alienação nacional.⁸ Ora, também tratou do subdesenvolvimento em seu conhecido livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, dentro do tema das contradições do nacionalismo brasileiro, contradições que eram: econômicas, ligadas à subcapitalização; sociais, ligadas às inconsistências presentes no proletariado, nas classes médias, na burguesia; culturais, ligadas à incapacidade de conceber a própria situação e à mentalidade nativista; e políticas, ligadas à pretensão de ainda poder preservar o clientelismo e o Estado Cartorial.⁹

Depois dessas análises de Jaguaribe, é ilustrativo considerar uma definição de colônia. Tomamos a de Corbisier com seu comentário. Era uma região cujo aparelho econômico se esgotava na produção de matérias-primas e na importação de produtos acabados; mas significava também uma estrutura social e ideológica, segundo a qual as instituições políticas e culturais reoperavam sobre as estruturas

⁶ RAMOS, A. G., Pauperismo e mudança social. *Rev. de Sociologia*, v. XIII (3), p. 253 e 272-3.

⁷ CORBISIER, R., Introdução à filosofia como problema. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (4), p. 677-8.

⁸ Ver JAGUARIBE, op. cit., p. 69. Adiante, desenvolve como vê tais tipos de alienação.

de base, consolidando o poderio das classes dominantes. Nos países subdesenvolvidos, que se mantinham na condição de colônias, as classes trabalhadoras eram excluídas da educação e da cultura, e as classes médias desfrutavam de subvenção da classe dominante na forma de emprego público e de serviço burocrático; assim, até a erudição se tornava um reflexo e forma alienada de cultura. Uma cultura autêntica só seria criada pela instauração das condições objetivas – a independência e a integração econômica – que tornassem essa cultura possível¹⁰. Efetivamente, a desarticulação de regiões entre si sempre impedira o desenvolvimento econômico e cultural; no período colonial e semicolonial, sem comunicação, cada região produzia somente para o auto-consumo e o mercado externo.¹¹ Para Corbisier, a coragem para a construção de Brasília se manifestara, finalmente, graças às condições de possibilidades culturais: as comunidades se dispunham a participar e colocavam exigências de desenvolvimento.¹² Com o novo projeto de produção voltada para o próprio país, a teoria do desenvolvimento, constituída havia pouco em nova disciplina, se configurou em correspondência com uma tomada de consciência: do desequilíbrio entre países adiantados e atrasados e da submissão à ideologia colonialista e à pretensa superioridade do colonizador.¹³

Em conferência de 1956, Vieira Pinto fez a crítica da ideologia de dominação, da alienação e inautenticidade a que estiveram sujeitos historiadores e

⁹ Cf. IDEM, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, obra publicada em 1958 e objeto de severa controvérsia, como já vimos no primeiro capítulo. As contradições que mantiveram o subdesenvolvimento foram analisadas entre as páginas 37e 46.

¹⁰ Cf. CORBISIER, R., *JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista*, p. 156-7.

¹¹ Ibid., p. 162.

¹² IDEM, *Brasília e o desenvolvimento nacional*, p. 18-22 passim.

sociólogos. Nós nos comportávamos como objeto, não obstante se fosse impondo, já dos tempos coloniais, a configuração de sujeito nacional.¹⁴ Do que tocava à consciência individual, ingênua ou crítica, falou depois, em longa obra já referida.

2. Industrialização, classes e capital estrangeiro

Na abordagem dos fatores da consciência crítica no Brasil, Guerreiro Ramos começou com a afirmação bem isebiana de que “o povo brasileiro vive nestes dias uma nova etapa do seu processo histórico-social”. Fato inédito era a industrialização, com dois conseqüentes: a urbanização e a alteração no consumo popular. Interessou-nos mormente a industrialização, mais central em todo e qualquer estudo.

Atividades industriais têm longo passado no Brasil, pois que a população, mesmo rural, sempre deveu atender a novas necessidades com a produção mercantil. Esta foi incrementada a partir de 1850, sem dispensar a suplementação da importação. Se tivermos presente que a exportação do país aumentou entre 1850 e 1929, poderemos ver que a economia brasileira se foi dotando de condições de auto-desenvolvimento: o número de sacas de café exportadas cresceu progressivamente até perto de 1930, e a agricultura se especializou e várias atividades produtivas do âmbito rural se transferiram para os núcleos urbanos. Segundo Guerreiro Ramos, a magnitude do processo industrial foi percebida em especial na década de 1950, quando a importação de bens de

¹³ IDEM, *Filosofia política e liberdade*, p. 125-7 passim.

¹⁴ PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 25-7 passim.

produção já superava em muito a importação de bens de consumo: em 1954, os bens de produção atingiam 79,5% sobre o total das importações. Os membros do ISEB exultavam: a industrialização "...demanda elevada capacidade empresarial de particulares e do Estado, assume o caráter de empreendimento político, provocando modificações na psicologia coletiva, entre as quais se inclui o pensar em termos de projetos. O povo brasileiro está atualmente empenhado na realização de projetos".¹⁵ E Ramos enfatizava que, quando um povo passava a ter projeto, adquiria uma individualidade subjetiva, via-se como centro de referências, o que, na colônia, instrumento da metrópole por definição, não podia ocorrer. Com a urbanização, um indivíduo se tornava essencialmente comprador e via crescer o próprio conteúdo político; efetivamente, nos anos 50, a consciência política cresceu e o grau de politização foi sem precedentes.¹⁶ Junto com melhor nível de subsistência na cidade e refinamento dos hábitos populares de consumo, Ramos também detectou uma psicologia coletiva de forte conteúdo reivindicativo.¹⁷ E Ramos ainda pareceu exultar com a nova formação da cidade, da indústria, do comércio, do desenvolvimento: "Este processo de abertura do complexo rural, que permite a migração de fatores (mão-de-obra e capitais) do campo para as cidades, ainda hoje é importante referência dinâmica da economia brasileira".¹⁸

Em 1957, em retrospectiva, Guerreiro Ramos expressou paixão pelo novo Brasil e até pela figura do empresário. A recente formação de um mercado

¹⁵ RAMOS, A. G., *A redução sociológica*, p. 71.

¹⁶ Ibid., p. 72-3.

¹⁷ Cf. Ibid., p. 78.

¹⁸ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 44.

nacional implicava alteração no esquema de convivência das classes sociais. Os proprietários de terras, antigos titulares do poder, teriam perdido suas posições dominantes em proveito de novos titulares. Formou-se uma população obreira e também uma burguesia empreendedora cujos interesses dependiam do consumo interno: “Compondo a matriz de um verdadeiro povo, constituem hoje a maior força política do Brasil”.¹⁹ A nova classe dirigente ainda carecia da consciência das necessidades orgânicas da sociedade brasileira naquela fase, mas o Brasil, amadurecendo, estava em vias de tornar-se um país secundariamente agrícola e predominantemente industrial.

Entre 1920 e 1930 se levantara, para Jaguaribe, a rebeldia da classe média, que incluía os militares. Também se gerara uma nova classe, a operária, e uma nova sub-classe, o setor industrial da classe burguesa; predestinado esse, como empresariado, a exercer a liderança na burguesia.²⁰

Com a revolução industrial, e sob novas lideranças, após 1930, promoveu-se a cooptação das massas emergentes dentro de um sistema político populista. Era um sistema capitalista, de propriedade privada, baseado na expansão das indústrias, mas com o Estado como planejador e complementador de inversões. O Estado, através de serviços empresariais específicos, assegurava transportes, comunicações, eletricidade, produção siderúrgica, exportação de minérios, petróleo, ficando os demais setores para aquela indústria privada. Malgrado a retórica um tanto socializante, o sistema produtivo era essencialmente privado, e as massas o acolheram não por causa do engodo mas porque teriam o que ganhar;

¹⁹ IDEM, *Condições sociais do poder nacional*, p. 16-7.

²⁰ JAGUARIBE, H., *Sociedade e política: um estudo sobre a atualidade brasileira*, p. 11-13.



para Jaguaribe, os salários subiram e a participação aumentou.²¹ Com efeito, houve ganhos reais com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que não quis ficar parado e promoveu progresso; só que heterodoxamente e ao custo de transferir para o sucessor uma conta difícil de pagar, a conta da modernização automobilística para um mercado interno ainda restrito.

Jaguaribe veio a reconhecer mais tarde, que a alta taxa de marginalidade não permitira ao governo seguinte aumentar a capacidade aquisitiva dos mercados, e que um Congresso conservador impedira reforma fiscal. Com efeito, à posse de Vargas, a arrecadação federal havia correspondido a 9% do produto, e os mesmos 9% que persistiam com João Goulart enquanto a despesa da União, já pelos 18%, gerava inflação e déficit do Tesouro. A dívida continuava por pagar, porém. E se a economia parava de crescer, as massas mantinham as reivindicações e exigiam a redistribuição da riqueza existente.²²

Os bons êxitos do país na área da indústria e na implementação da infraestrutura tiveram o que ver com o interesse pela integração e pela ciência. Em termos de educação, avançou o debate em torno à projetada Lei de Diretrizes e Bases, e se foi apelando para formação técnico-científica que viabilizasse maior produtividade e competitividade. Doutra parte, ganhava relevância o empenho em formular uma ideologia para o desenvolvimento, de maneira que se afirmasse a nacionalidade e seus interesses histórico-econômicos. O país não podia ficar à mercê do capital estrangeiro e permanecer no semicolonialismo secular. Roland Corbisier, consciente da interrelação entre cultura, consciência e economia,

²¹ Ibid., p. 16-7.

²² Para esses dados, conferir leitura feita por JAGUARIBE. Ibid., p. 18-22.

denunciava a situação de dependência numa das primeiras conferências realizadas no ISEB em final de 1955: “No plano cultural, essa oposição ativa se revela na ação da ‘*intelligentzia*’ que se converte, como dissemos, em órgão da consciência nacional; no plano político, na luta dos partidos ou movimentos de sentido nacionalista, que representam os interesses do desenvolvimento nacional; no plano econômico, pela ação realizadora dos produtores, dos industriais autóctones, do proletariado industrial e da lavoura de base tecnológica”. E a seguir, citando palavras de Hélio Jaguaribe: “O Brasil, (...) ou completa seu desenvolvimento econômico, ultimando a sua industrialização, reformando o seu sistema agrícola, comercial e financeiro, e adotando as medidas políticas e administrativas correspondentes, ou retrocede à condição de país colonial”.²³ Noutra conferência, Corbisier disse que o Brasil, deixando de ser país agrícola, e empenhado em emancipar-se, “adota e procura realizar o projeto de industrialização como o único capaz de promover essa emancipação”.²⁴

No primeiro capítulo, já acenamos ao conflito em torno ao livro de Jaguaribe publicado em 1958. Seu nacionalismo aprovava o capital estrangeiro, mas preconizava o controle sobre ele. Como havia o Brasil de industrializar-se, fechando as portas ao capital externo? Jaguaribe assumiu posições que suscitaram constrangimentos e divisão no grupo; aqui mencionaremos o que tem maiores implicações com este nosso estudo.

Muitos do ISEB foram contra o capital estrangeiro ou, no mínimo, por seu severo controle. Mas, na verdade, optando pela modernização e pela burguesia

²³ Ver CORBISIER, R., *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 49.

²⁴ *Ibid.*, p. 58.

industrial nacional, seus membros viveram um entusiasmo descuidado. A posição de Jaguaribe, sempre perspicaz e mais inclinado ao realismo e à abertura, não deixou de causar perplexidade. Ele atribuiu ao empresário nacional uma “missão schumpeteriana”, situando-o no capitalismo social do século XX, um sistema produtivo com máxima acumulação social de capitais e ótima utilização. O empresário seria, cada vez mais, um coordenador de fatores produtivos a operar com os recursos de que dispusesse a comunidade, distinto dela não por estilos de consumo mas apenas por capacidade profissional. Ao Estado caberia adotar as medidas que tornassem a função empresarial possível. Para Jaguaribe, a função do capitalista sofreu processos de dispersão e de concentração: de um lado, a função se dispersou pela comunidade, pois cada cidadão, com a elevação da renda *per capita*, se tornou um poupador e investidor; de outro, o Estado, pela tributação e pela imposição de empréstimos compulsórios, conduziu a poupança ao máximo permitido pelas condições econômico-sociais. Poupança pela tributação e poupança privada se complementavam. Do empresariado, Jaguaribe requeria que fosse dinâmico e austero, e, da comunidade, não viesse a aplicar tanto no mercado imobiliário.²⁵

Num certo contraste com tal perspectiva, encontramos Cândido Mendes. Reconhecia que na América Latina, em 1957, se descortinavam verdadeiras classes em projeto, vinculadas à industrialização. Chamava-as de burguesia industrial, proletariado, classe média produtiva. Atento ao pauperismo, também lembrava Mendes a desconcentração da renda nacional, a aceleração da renda *per*

²⁵ Cf. JAGUARIBE, H., *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 213-6 *passim*.



capita e a implantação de parques industriais resultantes do processo. A isso conectou o populismo: forma de conduta político-partidária, na qual nem se recortavam nitidamente as várias classes, nem se constituía um proletariado. Foi o caso do Brasil de Vargas. Aqui e noutros países, o proletariado, criado por decreto do Estado, permaneceu artificial, e os beneficiários da outorga não puderam definir posição de classe. Mendes concluiu que as revoluções em curso na América Latina realizaram a tarefa de extinguir os proletariados históricos contemporâneos.²⁶ Ora, Mendes observou criticamente, após um provável reexame da proposta de Jaguaribe e das suas próprias de 1957: a desintegração brasileira consentia na existência de populações felás. Ele sugeria que se colocasse em outros moldes, diferentes dos de países adiantados, a polêmica entre o setor privado e o setor público na política do desenvolvimento. Não lhe agradavam nem uma evolução em termos neo-capitalistas, nem a idéia de manter a “alienação” própria daquele universo ideológico preso às estruturas do velho regime, e por isso apelava para maior cautela.

Em poucas palavras: Mendes advertia, mais vezes, que as classes em emergência e os grupos de pressão, que acompanhavam a industrialização do país, a formação de um mercado interno e a expansão acelerada da renda *per capita*, estavam, de fato, pugnando pela dominância.²⁷ Via o perigo, entre outros, da “utilização concentrada do crédito público em termos de benefício de uns poucos

²⁶ Cf. MENDES, C., *Perspectiva atual da América Latina*, p. 34. Ver também p. 42.

²⁷ Cf. MENDES, C., *Desenvolvimento e problemática do poder. SÍNTESE Política, Econômica, Social*, v. 14, p. 62-4 *passim*.

privilegiados”.²⁸ Insistia, mesmo, contra a política de respeito a um desenvolvimento privatista e espontaneísta.²⁹

Álvaro Vieira Pinto, entretanto, quanto à industrialização para o desenvolvimento, opinou que a divisão de classes era de ordem secundária na fase do processo que se vivia em 1960. Para ele, a contradição principal era nacional e não de classe; pareceu acreditar que o nacionalismo, no qual se exprimia a ideologia do desenvolvimento nacional, “se apoia sobre um terreno unificado, onde classes distintas unem neste momento seus interesses...”.³⁰ Vieira Pinto participava da euforia isebiana pela industrialização que ia sendo promovida pela burguesia nacional, a nova classe hegemônica que reputavam desapegada e patriótica. Como em muitos outros, também nele o crescimento patológico das cidades e a marginalização do homem saído do campo ainda passavam despercebidos.

3. A mudança que é desenvolvimento

Aqui, o conceito predominante entre isebianos, e mesmo esquerdas, é o de revolução brasileira. Mas, se desenvolvimento reporta à idéia de devir e progresso, julgamos oportuno esclarecer, antes, os sentidos da *mudança* que resultaram de nosso exame dos autores.

Cândido Mendes martelou sempre na desejada mudança, como foi próprio dos isebianos em geral. Era sobretudo a mudança de uma estrutura de colônia

²⁸ Ibid., p. 88.

²⁹ Cf. IDEM, *Memento dos vivos*, p. 137.

para uma estrutura de desenvolvimento: e encargo eminente do Estado.³¹ Guerreiro Ramos queria um projeto societário global e institucional que minasse os fundamentos psicológicos e sociais dos grupos que punham obstáculo ao processo. Um novo estado de coisas podia sentir-se na década de 50, em especial no início do governo JK: já não éramos uma sociedade produzida; estavam deflagrados, na economia, fatores que permitiriam comandar o desenvolvimento, interferir para acelerar o progresso material.³² Evidentemente, não se podia pensar apenas em crescimento econômico, mas certas condições haviam sido criadas para um autêntico desenvolvimento: Hidrelétrica do São Francisco, no Governo Dutra, e depois, com Vargas, a Petrobrás, a Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores. Impulso decisivo deveu-se ao Plano de Metas de Juscelino.

Segundo Corbisier, integração econômica e revolução democrático-burguesa, com avanço tecnológico segundo exigências das classes que dominavam o processo, coincidiam. Ao longo dessa revolução, se criara (e se estava criando) a própria nação. A industrialização, era certo, fora um crescimento só quantitativo, desde os engenhos de açúcar, as minas, o café, a borracha; condição, porém, segundo as expectativas de Corbisier, para um desenvolvimento para além da renda *per capita*, isto é, de qualidade e capaz de realizar os desejos do homem de liberdade, justiça, verdade.³³ O pauperismo como tal e como estado de espírito tem sua inércia, resiste à mudança, pensou Ramos de muito longe.

³⁰ PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 1º v. – Consciência ingênua, p. 36.

³¹ MENDES, C., *Memento dos vivos*, p. 56.

³² RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 205-6.

³³ CORBISIER, R., *Filosofia política e liberdade*, p. 114 - 8 passim.

Mudança em termos de saúde, por exemplo, ia implicar em mudança cultural, de hábitos, e sempre só a longo prazo. Qualquer mudança, nesses campos, dependeria de mudança de estrutura econômica e social. Tudo aconteceria só lentamente³⁴.

Também Jaguaribe confiava as mudanças ao Estado brasileiro, mas não o Estado instrumento de conservação da propriedade latifundiária, capitalista, cartorialista, como o de 1930. Na crise do período estudado, ele propunha uma ideologia geral para integrar a programática exigida pelos problemas; ideologia voltada, de certo, para uma socialização, mas com burocracia gerencial e sob controles planejados.³⁵

O referencial da mudança relançava o tema básico da cultura. Mas, como cultura não muda facilmente, já lembrou Ramos, aguçava-se como desafio o aspecto qualitativo: a industrialização vinha afetar era o “espírito”, que não se confundia com uma erudição qualquer, segundo advertiu Corbisier amiúde. A cultura se manifestava como crescimento pessoal e como consciência em Vieira Pinto. Quando um trabalhador se sentiu mais ágil e qualificado; quando a qualificação da obra se refletiu na sua própria pessoa; quando ele viu a própria produção aumentar e se descobriu como o autor do que estava produzindo... mostrou-se a consciência de uma cultura, consciência da participação.³⁶ A cultura do desenvolvimento, pois, nunca entendida como “cultura popular”, mas como provocação à mudança e ao novo fazer, tinha de despontar como consciência

³⁴ RAMOS, A. G., *Pauperismo e medicina popular*. *Rev. de Sociologia*, v. XIII (3), p. 252.

³⁵ Cf. em JAGUARIBE, H., *A crise brasileira*, em: SCHWARTZMAN, S., (org.), op. cit., especialmente a 3ª Parte, *A ideologia*, às pp. 153-70.

³⁶ Ver PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 1º v. – Consciência ingênua, p. 111.

crítica, indagadora e reflexiva. E jamais como doação de uma elite: seu crescimento seria sempre resultado do movimento próprio do processo da realidade.³⁷

Ora, para criar cultura *brasileira*, precisávamos da revolução nacional do desenvolvimento, e ela implicava, conjuntamente, cultura, desenvolvimento e consciência. Por aí se deveria esclarecer, no ISEB, o conceito de espontaneísmo da economia e do desenvolvimento: o espontaneísmo se dá quando se trabalha para construir, na história, o consenso ideológico e democrático.³⁸

A filosofia, fornecedora de importantes pressupostos, com a sociologia, mostraram-se fundamentais nas pesquisas do Instituto. Com frequência se abordou o tema da teoria sociológica. Guerreiro Ramos falou de planos para o sociólogo em vista do autêntico desenvolvimento: “A sociologia no Brasil será autêntica na medida em que colaborar para a autoconsciência nacional, na medida em que ganhar em funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em organicidade”.³⁹ Desde as suas primeiras denúncias da “oficialidade” da sociologia em 1953, Ramos tentava promover uma teoria da sociedade brasileira. A formação do sociólogo, ajudada pela posse do conhecimento básico da ciência social, deveria resultar da indução dos fatos nacionais; e a sociologia iria mudando

³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 107.

³⁸ Para entender-se o conceito de espontaneísmo e de padrão trófico (e distrófico) de desenvolvimento, vejam-se e relacionem-se os dois artigos de MENDES, C.: 1) O discurso político como indicador nos sistemas de elite de poder na América Latina, em MENDES, C., *Crise e mudança social*, Introdução, p. 147ss; 2) Sistema político e modelos de poder no Brasil. *Dados*, v. 1, p. 7-16 principalmente.

³⁹ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 26.



do âmbito “oficial” para o âmbito da realidade, pois o importante era a autoconsciência da nossa sociedade.⁴⁰

A educação também exerceria seu papel na transformação e mudança. Ninguém ficaria na alienação “semicolonialista”, voltado para a Europa e para a erudição, para a sociologia do Velho Mundo ou norte-americana. Nem se preparariam funcionários para um Estado cartorialista. A educação, científica e integral, conservaria seu valor pragmático, sem descuidar sua tarefa pedagógica, ética e política, conforme as melhores expressões de Corbisier. Educação para a consciência crítica e para a superação da consciência ingênua, segundo Vieira Pinto. Educação como conscientização para Vieira Pinto e Paulo Freire. Mendes viu, na conscientização, o momento praxístico da teoria: nem estrita denúncia nem simples educação, mas vetor do processo em que o povo se torna protagonista.⁴¹

2) Questão da consciência: do surgimento de um povo ao desenvolvimento espontâneo

1. Povo e cultura

Em 1952, em São Paulo, Roland Corbisier, em conferência inaugural do primeiro curso do recém-fundado Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), referindo-se à cultura e à pedagogia, e sob a influência do existencialismo de Marcel e Jaspers e de Ortega y Gasset, ainda se mostrava basicamente preocupado

⁴⁰ Conferir especialmente o artigo de RAMOS, A. G., A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. I (1), p. 23-38.

com a construção de uma imagem unitária de homem, como se dispunha a criticar todo projeto que manipulasse as massas.⁴² Mais tarde, acumuladas novas experiências, e junto aos cariocas, revelou outra perspectiva e projeto de Brasil, lamentando sinceramente: “A rigor, nunca houve sociedade nem povo brasileiro”.⁴³

A experiência não foi só de Corbisier. Guerreiro Ramos explicitava nas suas análises: “Durante a dominação dos fazendeiros, o Brasil foi um país sem povo”. Ramos, com isso, rememorava o Padre Antônio Vieira: “Cada família é uma república”; o francês Louis Couty, que observou: “O Brasil não tem povo”; Sílvio Romero de 1907: “Não éramos uma nação, pois a nação não se configura historicamente sem a sua substância que é seu povo”.⁴⁴ Para Ramos, o Brasil sempre se definira como um país que, na divisão internacional de trabalho, exercia o papel da complementaridade satisfazendo apenas à demanda externa, e que refletia, política e culturalmente, a alienação nas relações de produção. A matriz de um verdadeiro povo somente se compôs quando se formou uma população obreira e uma burguesia empreendedora, cujos interesses dependiam do consumo interno. Com isso, também surgiu um novo substrato de poder.⁴⁵ Era a burguesia industrial, com uma indústria que foi evoluindo desde os lentos anos de 1880 até os inícios da década de 1950. Depois de observar que a nova classe industrial ainda não amadurecera ideologicamente, Ramos comentou que a recente irrupção do povo instalara na comunidade brasileira, entre o Estado e a sociedade, uma

⁴¹ Cf. especialmente MENDES, C., *Memento dos vivos*, p. 178.

⁴² Cf. CORBISIER, R., Situação e problemas da pedagogia. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (2).

⁴³ IDEM, *Brasília e o desenvolvimento nacional*, p. 37.

⁴⁴ RAMOS, A. G., *Condições sociais do poder nacional*, p. 14 -5 passim.

tensão que nossos antepassados não conheceram. Ramos reclamava por uma redefinição do poder nacional: era tempo de o nosso “terceiro estado”, com vontade política, se transformar numa força para si, pois que o país se estava tornando predominantemente industrial.⁴⁶ Como, então, existia povo, estava fundada concretamente a nação brasileira; o Estado, condicionado pela sociedade, não mais operava num vazio histórico. Essa conversão à forma nacional era comparável ao fenômeno do nascimento de uma cultura. Uma revolução nacional até distinta das revoluções do princípio do século XIX, porque, nos últimos tempos, não se tratava só da independência política, mas da conquista de um desempenho histórico.⁴⁷ Para relações de independência com o exterior, faltava apenas um elemento anímico – “a nossa vontade”. As massas, ademais, para ruptura com os antigos quadros de dominação espoliativa, e convocadas por governos representativos, caucionavam condutas externas de significado emancipador.⁴⁸

Esse o otimismo de Ramos, na aula inaugural do ISEB de março de 1957, quando já ia em curso o segundo ano do governo Kubitschek. Otimismo sobre a união de um povo, sobre a vocação da classe burguesa industrial, sobre as possibilidades de transformação sob esse novo governo.

Em termos gerais, tais concepções sobre o povo se encontravam nos demais históricos isebianos. Para Corbisier, a construção de Brasília pelo

⁴⁵ Cf. IDEM, p. 16.

⁴⁶ Cf. IDEM, p. 22-3.

⁴⁷ Cf. IDEM, p. 25-6.

⁴⁸ Cf. IDEM, p. 35-7 passim.

Presidente que ajudaram a eleger foi símbolo de um povo e de sua força criadora no campo da cultura.⁴⁹

Corbisier já viera refletindo sobre a cultura desde longa data. Em 1952, no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), já enfatizara que cultura não era só um patrimônio que se transferisse individualmente através da educação formal; de preferência, então, criticava aquele colonialismo cultural que mantinha o país no não-ser ou como puro objeto. Cultura não podia guardar sentido livresco ou de conjunto de “coisas” prontas e acabadas; isso ocultaria a realidade do país ou impediria a descoberta de sua própria realidade.⁵⁰ Corbisier desejou assumir cultura como totalidade; na linha de Max Weber, valorizou a interação dos fatores reais e dos fatores ideais, como até o elemento totalmente imprevisível. Assumiu a “circunstância”, segundo a proposta de Ortega y Gasset e outros. Depois, interessou-se pelos objetos culturais, porque os via como portadores de significação.⁵¹ Enfim, se entusiasmou com a industrialização, e, contemplando o símbolo da construção de Brasília, exaltou o contexto urbano, que era onde o espírito podia despertar para a elaboração de formas superiores de cultura.⁵²

Com a idealização da cidade, evidentemente a da burguesia industrial. E se repunha a questão das classes sociais. A cultura é elemento unificador de classes que existem dialeticamente. Como disse Corbisier, o homem que trabalha está situado num grupo ou classe social – como um país está situado num contexto

⁴⁹ CORBISIER, R., *JK e a luta pela Presidência*, p. 178.

⁵⁰ IDEM, *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 79. No mesmo sentido, Ramos lembrou que o intelectual é o que se habilita, como foi no século XVIII europeu, a favorecer tarefa criadora e emancipadora no domínio da cultura. Ver RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 213.

⁵¹ Cf. Ibid., p. 12-3.

mundial, ou num momento do processo que chamamos de história universal. Em linguagem frobeniana, escreveu Ramos: a classe social “marca todo homem na sua carne e no seu espírito”, ela “atravessa o homem”.⁵³ Mas também em Ramos se percebeu a elevação da classe burguesa industrial. Em artigo de 1956, deixou atrás a classe média e subestimou o “*lumpenproletariat*”.⁵⁴ Certo descaso pelas classes médias – parasitas – pudemos detectar em Jaguaribe, quando ressaltava que delas provinha a clientela que inchava o Estado Cartorial. O neo-capitalismo de Jaguaribe, que favorecia mesmo a nova burguesia dinâmica, sugeria que aquele tempo (1957) era auspicioso, do ponto-de-vista da representatividade e da autenticidade dos interesses ideológicos, pois que coincidiam os interesses do proletariado, da burguesia industrial, do campesinato e da classe média e todos só teriam a ganhar segundo as perspectivas de sua classe.⁵⁵

O discurso mudava, porém, com o término do Governo JK. Cândido Mendes, nos inícios de 1962, e após a renúncia de Jânio Quadros, falava de uma “etapa de transição”. Em meio a condicionamentos da estrutura colonial, havia forças em jogo disputando a dominância. Diversos comportamentos egressos de diferentes matrizes sociológicas mostravam uma política de oligarquia, uma política de clientela e uma política de grupo de pressão. Esta última provinha de outra estrutura de vida coletiva já típica de uma sociedade mais diversificada e sem a homogeneidade da moldura social do Estado Cartorial. Revelava-se o novo

⁵² IDEM, *Brasília e o desenvolvimento nacional*, p. 48.

⁵³ RAMOS, A. G., *Sociologia do orçamento familiar*, p. 67.

⁵⁴ IDEM. A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. I (1), p. 26-7.

⁵⁵ Cf. a obra – conferência – de JAGUARIBE, H., *Condições institucionais do desenvolvimento*, em especial p. 30-1.

eixo de interesses mais aperfeiçoado, a “classe social”, e vivia-se o momento da política de ideologia com seus partidos, os agrário-conservadores, os liberais-burgueses, os socialistas-proletários.⁵⁶

De Vieira Pinto, quando abordou a cultura, selecionamos um esquema útil para podermos compreender o que estamos vendo neste capítulo. Em linhas gerais, as transformações econômicas provocavam o surgimento de um povo, um povo que permitia supor uma cultura solidificadora das muitas relações, também as de classes; cultura e classes requeriam uma tomada de consciência, em conexão com as consciências individuais, o que, necessariamente, conduzia a movimentos e lutas de onde se geravam forças consideráveis e projetos, sobretudo um projeto dos trabalhadores. A ação do intelectual, bem como a educação, se apresentam no momento em que se torna urgente interpretar um projeto, cabendo dizer que a cultura é o conteúdo da educação.⁵⁷

2. Nação, nacionalismo e auto-determinação: o Estado

Alberto Torres, na segunda década da República, considerara a nação brasileira uma ficção jurídico-institucional, algo artificial e imposto de cima para

⁵⁶ Conferir o artigo de MENDES, C., Desenvolvimento e problemática do poder. *SÍNTESE Política, Econômica, Social*, v.14, p. 60-91. O autor já se pergunta, na segunda parte do artigo, qual seria o lugar de uma legítima tecnocracia política. JAGUARIBE, H., em estudo sobre a queda de Jânio, anotou que a distinção de posições políticas ditas de direita e de esquerda, no Brasil, eram mais posições referidas aos setores, contrários ou favoráveis ao desenvolvimento, e que não se atinham à detenção ou não da propriedade privada dos meios de produção. Pareceria que, mais do que diminuir a esquerda, Jaguaribe quisesse afirmar que Jânio, na sua indefesa deposição, não podia contar com força organizada do seu lado. Ver seu artigo, A renúncia do Presidente Quadros, *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. I (1), p. 292-3.

⁵⁷ Sugerimos a leitura do capítulo VI, “Teoria da cultura”, p. 119-38, em PINTO, Á. V., *Ciência e Existência – problemas filosóficos da pesquisa científica*.

baixo; faltava à nação a correspondência com suportes consuetudinários. A esses pontos de vista, Ramos, a seu modo, arrematou assim: Torres não viu que a nação brasileira só se poderia ter verificado, em toda a sua plenitude, com o surgimento do capitalismo brasileiro. Não tendo percebido o condicionamento econômico do fenômeno nacional, equivocou-se ao propor que a nação se forma de cima para baixo, da inteligência para as emoções, com a tutela do povo pelas elites nacionalistas. Ramos acreditava que o nacionalismo tinha seu fundamento econômico – verificado na década de 1950 em vários componentes objetivos – e que ele já se tornara um fato sociológico.⁵⁸ A nação, porém, enquanto autoconsciência da sociedade, tinha de existir como vigência de uma comunidade com estilo de vida histórico. Por isso que 1822, quando as gerações de brasileiros assumiam o mister ciclópico de criar instituições para uma nação, só deveria ser entendido como a simples inauguração de fase.⁵⁹ Na mesma linha histórica, ao sociólogo brasileiro dedicado ao ensino tocava a tarefa de estimular nos discípulos uma capacidade de autonomia e de assenhoreamento das forças particulares da sociedade em que viviam, bem como de promover a autarquia social do seu país.⁶⁰

Também Hélio Jaguaribe, em *O nacionalismo na atualidade brasileira*, começou perguntando o que era a nação. De modo histórico, respondeu: primeiro, é a existência de um povo, dotado de vínculos comuns (raça, tradição cultural...); segundo, é a consequência da vontade prévia de constituí-la e mantê-la. Para

⁵⁸ Ver RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 32.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 86.

Jaguaribe, numa concepção que chamava de dialética, a nação e a nacionalidade supunham o “projeto político que visa fundá-las e mantê-las”.⁶¹ Corbisier, tratando da configuração e definição da nação, acentuou que provinham da integração econômica, social, política e cultural; e, salientando os dois últimos elementos, acentuou que cabia ao Estado uma soma maior de responsabilidades, dada a concentração de recursos, nele, para qualquer planejamento.⁶² E qual seria o processo político real para garantir o destino econômico numa nação? perguntava-se Vieira Pinto. A plenitude da existência estava na autonomia material, e as nações subdesenvolvidas se encontravam apenas a caminho. Se o “universal concreto” é a realidade histórica, a nação à qual pertença é única, “para mim não há outra”, e não posso, em generalização vazia, desligar-me do contorno histórico.⁶³

E voltamos a Jaguaribe. Nacionalismo significava, essencialmente, o “propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento de uma comunidade”. Foi suscitado especialmente depois dos anos 20, quando o desenvolvimento passou a exigir uma ordenação político-jurídica adequada.⁶⁴ Jaguaribe enfatizava que o nacionalismo só se realizaria na medida em que reconhecesse o seu fim, o desenvolvimento. Para isso, os agentes, fosse qual fosse a sua origem, utilizariam todos os meios apropriados: o nacionalismo não tinha de fechar-se necessariamente aos recursos

⁶⁰ Ibid., p. 95-6. Ramos enfatiza que a função da teoria sociológica é servir a que a nação possa compreender a si própria e decifrar problemas; daí que se planifica tanto o ensino como o trabalho de campo. Ver p. 104.

⁶¹ Cf. JAGUARIBE, H., *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 18-20 passim.

⁶² CORBISIER, R., *Brasília e o desenvolvimento nacional*, p. 45-6 passim.

estrangeiros.⁶⁵ Na verdade, Jaguaribe reprovava a proteção de atividades marginais ou de baixa produtividade, num nacionalismo de conotação fortemente econômica; e advertia tanto contra o clientelismo do Estado Cartorial quanto contra reivindicações do proletariado que impediam o desenvolvimento.⁶⁶ Isso nos força a recordar que Jaguaribe dava razões a Juscelino, que optou por fazer – e fez mesmo! – crescer o Brasil cinquenta anos em cinco. Endividamento, inflação, desequilíbrios haviam de tornar-se depois mais visíveis. Só posteriormente Mendes expressou as restrições à aceitação de riscos com negativas consequências: as metas custaram muita marginalização e desigualdade.

8021K Vieira Pinto colocou o nacionalismo como prática política no centro de sua obra filosófica. Contra a primeira fase nacionalista, a do beletismo, valorizou a discussão sobre a emancipação econômica e em defesa do nacionalismo autêntico. Contra o nacionalismo espúrio, que confundia o pensamento das forças de vanguarda e dos trabalhadores, defendia o da consciência popular, das massas e das elites autênticas; de nada servia o nacionalismo simplesmente das “elites”, para as quais só eram legítimos os interesses delas mesmas.⁶⁷

“Seremos enérgicos e oportunos”, foi a palavra do candidato JK, segundo relatou Corbisier; invectivas e intimidações só fortaleciam, no futuro Presidente, a disposição para a luta. Na empresa revolucionária de emancipação econômica e

⁶³ Para essa problemática, leia-se em PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 2º v. – A consciência crítica, p. 368-70.

⁶⁴ JAGUARIBE, H., *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 51.

⁶⁵ Ibid., p. 52-3.

⁶⁶ Ibid., p. 64.

⁶⁷ PINTO, Á. V., op. cit., p. 317-26 passim.

cultural, Corbisier atribuía papel preponderante ao Estado e ao Poder Público.⁶⁸ O povo, Corbisier o descobriu numa nova “conversão”, quando, em campanha para deputado, e passando já do nacionalismo ao socialismo, se encontrou em meio a favelados e congressistas, a políticos e problemas. “Como não reconhecer o antagonismo das classes, a exploração do homem pelo homem, a alienação do trabalho e a tirania do dinheiro?”⁶⁹

Uma normatividade primeira, se acharia no Estado, segundo Guerreiro Ramos. Estado idealizado até ao excesso do otimismo: “...os objetivos fundamentais do poder nacional devem, internamente, constituir-se como suprema instância normativa, hábil para encaminhar o processo emancipatório do país,...”; e o poder nacional objetivaria, “...externamente, tornar-se garantia de uma política internacional que tire legitimamente o melhor partido dos acontecimentos mundiais”.⁷⁰

Em Jaguaribe, também prevaleceu o Estado como a área do consenso. Defendeu o monopólio do petróleo, porque considerou que somente o Estado conseguiria a visão de conjunto dos interesses sociais e os preservaria. No entanto, esse Estado tinha de aceitar o capitalismo da burguesia, o único então oportuno; a burguesia industrial era capaz de reduzir as desigualdades e ia ser austera e eficiente – deveria sê-lo, do contrário, sabia ela, o povo pediria o socialismo.⁷¹ Mostrou otimismo ainda quando favorável – e aí as declarações polêmicas – a que se mantivessem os investimentos estrangeiros, valioso fator auxiliar, com a só

⁶⁸ CORBISIER, R., *JK e a luta pela presidência*, p. 168. Cf. p. 42. Ver a mesma confiança em IDEM, *Filosofia política e liberdade*, p. 142.

⁶⁹ CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 105-7 passim.

⁷⁰ RAMOS, A. G., *Condições sociais do poder nacional*, p. 38.

ressalva de que se neutralizasse o inconveniente do capital externo, os seus efeitos colonizadores.⁷² O Estado não se poria como empresário direto e o empresariado brasileiro não seria vítima uma vez mais.⁷³ Desse modo, ia sendo superado o Estado Cartorial com prevalecimento da política ideológica. Pontos-de-vista que teriam encontrado apoio de Cândido Mendes, não fosse a ambigüidade da posição de Jaguaribe em subestimar a crescente marginalidade e as conseqüentes lutas do proletariado.

Em 1977, nos estertores do “milagre econômico” do governo militar, Jaguaribe havia de reconhecer que o capital estrangeiro fora usado em excesso e que a América Latina sofria o perigo da estagnação sob o seu domínio.⁷⁴ No período pós-ditadura, também iria acusar que o modelo do nacional-capitalismo requeria uma sociedade menos heterogênea e uma consciência mais generalizada, da parte da burguesia nacional, do próprio interesse de classe e da própria função social.⁷⁵

3. O espontaneísmo do desenvolvimento e da consciência

Segundo Cândido Mendes, houve, no período populista de desalienação, descuido com os *conteúdos* da “cultura popular” e se pensou mais na problemática do contato “mensagem-destinatário”. Ao mesmo tempo em que se

⁷¹ JAGUARIBE, H., *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 98-9 passim.

⁷² IDEM, p. 210.

⁷³ IDEM, p. 213.

⁷⁴ IDEM, *Problemas do desenvolvimento latino-americano – estudos de política*, p. 49.

⁷⁵ IDEM, *Brasil: estabilidade social pelo colonial-fascismo?* em FURTADO, Celso et al., *Brasil: tempos modernos*, p. 30.

manifestava a potencialidade de mudança da ordem social, ressurgia o velho preconceito da eficácia substantiva do plano ideológico. A perspectiva intelectual até sofreu de um ofuscamento, deflagrado pela “aparição do povo, em bruto, sobre o processo social, como ariete desatado”.⁷⁶ Que expressaria Mendes com semelhantes termos? Censurava a pressa em conscientizar sem a devida discussão. Eram limitadas as análises, e a realidade mais complexa. Reprovou, por outra parte, que se tivesse dado um cunho apenas “praxístico” à cultura nos movimentos de base. De fato, Mendes se inclinava para a abordagem também reflexiva. Quando bem se reflete, acontece unirem-se melhor a teoria e a ação.

Contudo, se inflou o momento da idéia no ISEB, acentuou-se demais a idéia sem ponderar suficientemente sobre a viabilidade ou a execução. Nesse sentido, Guerreiro Ramos advertiu quanto às limitações da própria burguesia industrial – dirigente ou chamada a sê-lo –, classe que dominava mas não dirigia. Para dirigir, fazia-se necessária a consciência orgânica das lacunas e necessidades nacionais. Mas não somente. Como era relativamente curto o prazo para realizar a emancipação do País, tornava-se obrigatório enquadrar os novos fatores autodeterminantes em estudos econômicos e sociais e realizar um elenco de medidas integradas que refletissem aquela consciência orgânica.⁷⁷ Conforme Ramos, tais fatores de vulto que permitiam assumir o comando do desenvolvimento se achavam como que desvairados e entregues à sua espontaneidade. E o espontaneísmo poderia ser mortal para o Brasil.

⁷⁶ MENDES, C., *Memento dos vivos*, p. 183.

⁷⁷ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 206.



Corbisier mesmo se entregou mais vezes a um espontaneísmo, o da consciência, como se esta surgisse amadurecida logo após qualquer experiência de progresso de um grupo ou nação. Na conferência de 1956, na qual pintou em cinza forte o torpor da vida intelectual nacional pregressa, acabou dando ensejo ao espontaneísmo das mudanças, por não explicitar qual ação se deslancharia após a formulação da ideologia do desenvolvimento. No entanto, foi cedendo maior importância ao planejamento, na medida em que se voltava para a *circunstância*. “A idéia de desenvolvimento envolvia a idéia de planejamento”, e a planificação subentendia a idéia de “práxis” social e abarcava a noção de luta.⁷⁸ Já anteriormente criticara Ramos quanto a esse aspecto: “Talvez Guerreiro Ramos exagere ao dizer que com a Independência se torna lúcida e dramática a consciência do problema da transplantação”.⁷⁹ Para ele, Corbisier, nem mesmo a Abolição viera alterar a estrutura sob a qual se tinha vivido. Como intelectual, e analisando a inteligência brasileira, declarara em 1955: “Compreendemos hoje que a tomada de consciência de um país por ele próprio não ocorre arbitrariamente, nem resulta do capricho de indivíduos ou de grupos isolados, mas é um fenômeno histórico que implica e assinala a ruptura do complexo colonial”. E a seguir arrolou os fatores que provocavam o advento da nova consciência crítica. Fatores históricos, sim. Corbisier tratou, então, de enunciar as classes nas quais a “*intelligentzia*” se apoiaria ao forjar a ideologia da libertação contra o

⁷⁸ CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 99. No mesmo sentido, a experiência mais tardia do autor de que não basta a utopia que consente em deixar a realização da cidade ideal na dependência do aleatório, isto é, do aparecimento do filósofo-rei; o pensamento não se separa da vida, nem a teoria da prática. Cf. *Ibid.*, p. 15-6.

⁷⁹ CORBISIER, R., *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 39.

semicolonialismo. Aqui, porém, resvala de novo para o espontaneísmo: não prevê como, ou por que meios reais, a ideologia libertária penetraria nas massas.⁸⁰

Bem mais vezes nos surpreendemos, em Vieira Pinto, com o idealismo de quem concebia uma idéia que poderia tornar-se realidade espontaneamente. Surpresa ao menos com a mais volumosa de suas obras; freqüentemente, não discute por qual modo conduziria uma população à realização efetiva da idéia-projeto em meio a contradições e determinações das mais diversas.⁸¹

Igualmente se falou de espontaneísmo em termos de produção capitalista. Jaguaribe abordou a questão em 1958, usando de linguagem às vezes sub-reptícia que, necessariamente, ia abrir conflito com o grupo isebiano favorável a maior intervenção estatal. Abordou o ponto candente, não na forma de alternativa, porém: dirigismo e espontaneidade. Lançava a questão para o político, campo de opções ou de livre escolha. Opinava, entretanto, que cada vez mais diminuía o número dos autores propensos a defender uma posição liberal estrita, e, paralelamente, o dos que se inclinavam a defender o dirigismo total. Na prática, dizia Jaguaribe, a controvérsia tendia a ser superada, e até a União Soviética já fazia outorgas aos mecanismos espontâneos que incitavam o trabalhador à produtividade e à boa execução da tarefa. Jaguaribe se desvencilhava de qualquer posição mais radical e favorecia a conciliação: entre o princípio da espontaneidade

⁸⁰ Ibid., p. 41-5. Parece que aí falaria, de preferência, de tomada de distância dos problemas, e não de tomada de consciência por parte dos intelectuais.

⁸¹ Falamos da obra em dois volumes, rica mas extraordinariamente difusa, *Consciência e realidade nacional* - 1º v. - *A consciência ingênua*; 2º v. - *A consciência crítica*. Mais vezes nos deparamos aí com a idéia hegeliana; de modo "espontâneo" deveria ela surgir como realidade objetivada, sem que ficasse explicitado qual parte tocaria a um agente histórico-social assumir. Às vezes, parece envolver algo como o argumento ontológico anselmiano: uma vez que se concebe, existe.

e o do dirigismo, entre uma certa privacidade espontânea e estímulos vários para realizar a expectativa contida no plano.⁸²

Quanto a esse aspecto, Mendes se convenceu, depois, que os anos 50 e primeiros de 60 foram efetivamente anos de espontaneísmo. Em que sentido? No sentido de que o padrão de mudança foi um “padrão trófico”, padrão do debate democrático e contínuo dos sistemas de vontade geral, mais que do intervencionismo de alguma “elite de poder” disposta a impor um consenso ou homogeneidade.⁸³

Analizados esses conceitos básicos, passaremos a outros: crise, projeto, revolução; mostrarão como os nossos autores situaram o intelectual na vida brasileira crítica e num projeto nacional.

3) O intelectual e a realidade brasileira: crise e projeto **(revolucionário)**

1. O intelectual, quem é? Pensamento sobre a realidade brasileira

Azevedo Amaral, com sua observância das boas regras empírico-indutivas, foi admirado como escritor fiel ao tema da realidade brasileira, durante toda a sua vida produtiva, e até como o mais complexo e o mais completo do seu período. Assim em Guerreiro Ramos.⁸⁴ No meio de um povo sem memória e experiência nacional, como expressou Corbisier, as elites todas, especialmente as

⁸² Cf. JAGUARIBE, H., *Condições institucionais do desenvolvimento*, p. 40-2 passim.

⁸³ Cf. MENDES, C. (org.), *Crise e mudança social*, p. 147-53 passim.



intelectuais, existiam para esclarecer, definir, decifrar e resolver os problemas. Essa visão tutelar é cônica de que a ditadura varguista não formou novas elites. Os intelectuais tinham a visão de conjunto, não os “técnicos”. Técnicos até se poderiam formar, em estabelecimentos de ensino, mas não ostentariam a visão de conjunto tão necessária nos tempos novos de liberdade; donde, no meio da desolação, a urgência de surgirem as elites de tutela, especialmente as intelectuais.⁸⁵ A tomada de consciência não ocorria, e, como faltava a preparação dos espíritos e a conversão das consciências, Corbisier exaltou assim o papel dos intelectuais: “Os homens de ação, os políticos puros, não fazem senão encarnar em fatos, em realidade, a meditação e o pensamento dos ideólogos, dos teóricos, dos intelectuais”.⁸⁶ Estes adquiriam tanta importância quanto os enciclopedistas ao seu tempo, os quais, com suas idéias que eram gestos em estado potencial, não foram menos eficazes do que Napoleão. Para Corbisier, recordou-o posteriormente, rebentava nova e inevitável luta contra ameaças às melhores tradições e valores, e então caberia aos intelectuais também o “papel de sentinelas, de guardiões da cidadela do espírito”.⁸⁷ Se o problema fora, antes, o da situação de marasmo de quem mal saía do semicolonialismo, mais tarde, em plena aceleração industrial, se definia uma tarefa de denúncia e de oposição ativa perante toda situação de dependência cultural: a intelectualidade era convocada a tornar-se órgão da consciência nacional.⁸⁸

⁸⁴ RAMOS, A. G., *A crise do poder no Brasil*, p. 175.

⁸⁵ CORBISIER, R., *Responsabilidade das elites*, p. 47-51 passim.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 51.

⁸⁷ CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 49.

⁸⁸ CORBISIER, R., *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 48. O livro é de 1955, nos inícios dos trabalhos do ISEB: pretende veicular expressões programáticas, portanto.

Vieira Pinto também se pronunciou assim, em 1956, a respeito da intencionalidade do primeiro Curso Regular do ISEB: “Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto”.⁸⁹

Guerreiro Ramos sugeriu que o conceito russo de “*intelligentzia*” incluía, o mais das vezes, escritores, filósofos e sábios que, com posição cismática e até intransigente, desempenharam relevante papel na história do pensamento de sua pátria. Lembrou a definição do Oxford Dictionary, “aquela parte de uma nação que aspira a pensar com independência”, e destacou, assim, duas características do intelectual: independência de pensamento e militância. Os paradigmas dessa “*intelligentzia*”, Ramos os achava no círculo weberiano – ou melhor, nos círculos do Weber pai (Berlin) e do Weber filho (Heidelberg) – e na “sociedade fabiana” da Inglaterra. Cada um dos dois Webers, “como quase todo pensador alemão, por mais abstratas que fossem suas preocupações, era afetado pela consciência da especificidade do destino alemão”. Max Weber “jamais se distraiu em seus estudos e em sua vida prática do problema nacional alemão”; enfatizava, com efeito, que “imensa tarefa de educação política está diante de cada um de nós”, e “não há mais sério dever para cada um de nós, para cada um em seu estrito

⁸⁹ PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 12.



círculo, do que colaborar na educação política de nossa nação, que deve ser o fim último de nossa ciência”.⁹⁰

Vieira Pinto propunha que sociólogos e filósofos devessem preceder os economistas na iluminação conceitual, como aliados; e aqueles pudessem gozar, afinal, da elaboração realizada pelos últimos das noções, minúcias e tecnicidade específica. Igualmente preceder os políticos: amiúde marcados pela ingenuidade, mas preponderantes como delegados do povo, teriam a ganhar no que se referisse às cogitações sobre os rumos do governo.⁹¹ Vieira Pinto, nas crises isebianas de 1958-59, projetava ampliar os quadros nacionalistas, ainda modestos e imperitos. A despeito de abundantes meios materiais e intelectuais postos a serviço do combate ao nacionalismo (os maiores jornais do país, políticos habilidosos, economistas teóricos, sociólogos eruditos, pensadores sutis...), afirmava que o nacionalismo era a totalidade de uma consciência, o grau da consciência nacional e máxima verdade que então era possível ter.⁹² Em meio ao debate sobre a universidade, em 1962, Vieira Pinto mostrou, mais uma vez, a gravidade do momento, apontando o papel alienador desempenhado por grupos professorais. Intelectuais da burguesia, cumulados que tinham sido dos favores das classes econômicas dominantes, não tinham a revelação da realidade de si mesmos. Tudo conspirava contra tal revelação.⁹³ Vieira Pinto parecia, de fato, confiar na transformação das mentes estudantis mais que das mentes dos mestres universitários.

⁹⁰ Cf. RAMOS, A. G., *A crise do poder no Brasil*, p. 187-8 passim. Assim, o ISEB vai procurando legitimar teoricamente a própria posição nacionalista.

⁹¹ PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 1º v. – A consciência ingênua, p. 106-7.

⁹² IDEM, *Consciência e realidade nacional* – 2º v. – A consciência crítica, p. 331.

Vieira Pinto também criticou asperamente o papel dos técnicos universitários que usaram de esquemas intelectuais de dominação e que, inocentando a classe dominante, terminaram por a ela servir e por manter-lhe o poderio.⁹⁴ Revisitando sempre o papel das “elites”, intelectuais inclusive, no processo do desenvolvimento e do engajamento exigido, dizia: “A sua prática é que deve servir-lhes de instrumento de compreensão da realidade, levando-as a cooperar na dinâmica do processo coletivo”.⁹⁵ Já não se tratava, pois, de esclarecimento iluminista a outorgar, ou de formação das consciências; tratava-se do fazer e do trabalhar, sob pena de repúdio pelas massas.

A realidade com que o sociólogo brasileiro se defrontava o forçava a sair do nível abstrato e abraçar o heideggeriano “ser-no-mundo”. Era para transformar a realidade e a “circunstância”. Para elas Ortega y Gasset ou Dilthey foram orientando a atenção dos nossos “históricos”, muitas vezes distraídos pela “idéia” hegeliana. Houve, nisto, uma evolução no pensamento dos nossos autores, alguns dos quais bem propensos, depois, ao encontro com a historicidade através do marxismo-leninismo.

Se Vieira Pinto alimentava esperanças de bom êxito em favor da nacionalidade, através do processo de reflexão, já Cândido Mendes – ressalvado que aqui deparamos com um olhar para trás, um exame “*a posteriori*” – sentiu que a autonomização da reflexão do período “canônico” (1956-61) dificilmente podia subsistir diante das “elites de poder”, sobretudo se se atentasse à paralisia da

⁹³ IDEM, *A questão da universidade*, p. 17.

⁹⁴ PINTO, A. V., *A questão da universidade*, p. 32. Escreveu, à p. 41, que a classe dominante precisa dos letrados, e a universidade é a oficina onde os prepara.

⁹⁵ IDEM, *Consciência e realidade nacional* – 1º v. – A consciência ingênua, p. 56-8 passim.

mudança econômica e à presença de outras correlações econômicas e sociais. Sem excessivas pretensões, Mendes declamou, em síntese, o que fora o papel dos intelectuais do ISEB naquele período “canônico”: o exercício da função crítica; contínua confrontação da decisão política com o projeto histórico da coletividade; produção de ideologia vinculada à compatibilização dos dissensos na mudança; produção de símbolos para auxiliar ao consenso; organização das vanguardas sociais, difusoras da conduta específica das “*intelligentzias*”; e interveniência nos centros decisórios, num curto-circuito do papel crítico, e esperando também institucionalização dentro do aparelho de poder.⁹⁶

Formação do intelectual e seu papel tinham o que ver com o tema da redução sociológica, desenvolvido por Guerreiro Ramos com inspiração em E. Husserl e na fenomenologia. Em sentido genérico, *redução* consistia na eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturbava o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado; referida, por exemplo, à transformação do minério, significava desembaraçá-lo de componentes secundários. No que tocava à sociologia, a redução sociológica decorria da necessidade de uma comunidade de servir-se da experiência de outras comunidades na realização de seu projeto de existência histórica. Para Ramos, o sociólogo brasileiro devia cuidar-se com que, ao abordar problemas e categorias da sociologia norte-americana, não se distraísse das questões de maior interesse para a coletividade nacional.⁹⁷ Uma consciência crítica formada não mais admitiria importar e consumir objetos culturais acabados para a realização de um

⁹⁶ Cf. MENDES, C., *Prospectiva do comportamento ideológico: o processo de reflexão na crise do desenvolvimento. Dados*, 4, p. 99-101 *passim*.

projeto comunitário; sob o risco de expor-se como caso aberrante. A prática da redução sociológica só havia de ocorrer no cientista social que tivesse adotado uma posição de consciente engajamento e de compromisso com o conteúdo dessa posição. Em sentido semelhante, podemos tomar o que, em 1952, Corbisier escrevia como que por antecipação: que o problema pedagógico, ou, aliás, da formação do próprio técnico, era mais que tudo filosófico e ético. Só a técnica – ou só a educação – não podia oferecer à vida objetivos e ideais.⁹⁸

Roland Corbisier, nos finais do regime militar, reafirmou que o intelectual é o não-especialista, o não-técnico, o especialista do universal; o intelectual é o filósofo que se define pelo projeto de apreender o real em sua totalidade, e o filósofo é a consciência crítica da totalidade.⁹⁹ E mais, a “*intelligentzia*”, pelo simples fato de ser “*intelligentzia*”, é crítica e, portanto, revolucionária. Após a análise do problema da censura no regime militar, transbordou: intelectual conservador representa “por assim dizer, uma contradição nos termos”.¹⁰⁰

O tema da “realidade” foi ocupando espaço e teve destaque desde os “*Cadernos de Nosso Tempo*” do IBESP. Suscitou longo artigo do ibespiano Oscar Lorenzo Fernandez.¹⁰¹ Desde as propostas sobre a redução sociológica, Guerreiro Ramos queria descobrir os pressupostos referenciais dos objetos e fatos da realidade social; no “estudo da evolução da teoria da realidade brasileira”, que de

⁹⁷ Cf. RAMOS, A.G., *A redução sociológica*, p. 81 e p. 89-90.

⁹⁸ CORBISIER, R., *Situação e problemas da pedagogia*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (2), p. 221.

⁹⁹ Cf. CORBISIER, R., *Os intelectuais e a revolução*, p. 18-9.

¹⁰⁰ Cf. IDEM, *Filosofia política e liberdade*, p. 156.

¹⁰¹ Cf. FERNANDEZ, O. L., *Análise existencial da realidade brasileira*, em: SCHWARTZMAN, S. (org.), op. cit., p. 93-127.

longe se propusera, citava não só Azevedo Amaral mas também Martins de Almeida, como autores marcados por caráter empírico-indutivo.¹⁰²

O filósofo Corbisier, por seu lado, recordou mais vezes a “circunstância” e enfatizou que Natureza e História envolviam a contradição, raiz e mola de todo movimento; só como processo e contradição se podia pensar a realidade. O historicista Hélio Jaguaribe salientou os “fenômenos histórico-sociais”, que, com sua faceta objetiva, podiam tornar-se insuscetíveis de julgamentos de valor...¹⁰³.

Vieira Pinto captou, desde cedo, a tendência das massas a tomar consciência da “nova realidade” nacional; daí, a escolha, em fase nova do ISEB, do título da conhecida obra. Vieira Pinto abriu-se ao método da pesquisa científica, criticou a possibilidade idealista de idéias serem “a única origem das idéias”, e passou a acentuar que o processo objetivo do homem “se encontra sempre em contato com o mundo material, com o movimento dos fenômenos e a transformação das coisas que se passam na realidade”; e, por fim, imbuíu-se da obrigação do homem de “pensar a realidade e projetar a transformação do mundo, de modo a fazê-lo acolhedor”.¹⁰⁴

2. Crise e projeto: o problema da revolução

Roland Corbisier se perguntou, nos inícios, sobre o que era a crise. Exatamente porque se teriam encontrado todos num tempo de crise. As épocas de crise se caracterizariam pela complicação da vida, mas também pela nostalgia da

¹⁰² Ver RAMOS, A. G., *A crise do poder no Brasil*, p. 172.

¹⁰³ Cf. JAGUARIBE, H., *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 18.

simplificação. Em tempo de crise, se sofria pela falta do essencial e por não se saber o que fazer de si mesmo: gestos sem sentido, reflexão sobre o caos ao redor, e também os momentos de lucidez em que se podia sonhar com uma existência simples e autêntica.¹⁰⁵ Era próprio da crise que, no esboroamento das crenças que podiam dar sustentação à vida, não se encontrasse uma filosofia pronta para oferecer qualquer conjunto de certezas.¹⁰⁶ As diversas concepções de crise tinham em comum as idéias de ruptura, desequilíbrio, ser em trânsito. Também quanto à crise econômica se aplicava a noção de ruptura e desequilíbrio. Num governo, a crise podia ocorrer sem que afetasse a estrutura do regime vigente; e poderia acontecer que a resistência das instituições fosse proporcional à sua capacidade de superar as crises que seu funcionamento periodicamente suscitasse. Assim as crises “no mundo” e não “do mundo”, como foi a crise da confiança na ciência após a Primeira Grande Guerra.¹⁰⁷

Corbisier passou às análises econômicas do capitalismo como processo. O caudal de progresso desembocara na crise sem precedentes da primeira metade de século XX. Ensaístas, sociólogos e filósofos o perceberam. O fato da crise tirou razões aos doutores do progresso indefinido e até fez constituir-se um campo de saber, a “epocologia”, para analisar como o progresso se desenrolava dialeticamente e não em trajetória retilínea. Uma das crises do mundo moderno era a do capitalismo, cujas contradições ou eram mola de desenvolvimento ou

¹⁰⁴ Cf. PINTO, Á. V., *Ciência e existência*, p. 438-9 passim.

¹⁰⁵ CORBISIER, R., *Situação e problemas da pedagogia*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (2), p. 223.

¹⁰⁶ IDEM, *A introdução à filosofia como problema*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (4), p. 677.

¹⁰⁷ IDEM, *Significação da idéia de mundo e de crise*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. III (3), p. 432-5 passim.



fator paralisante. Urgente buscar as causas da paralisia.¹⁰⁸ A crise do capitalismo equiparou-se à crise do racionalismo; não havia duas crises, mas apenas uma: crise do conjunto de crenças e valores em que se apoiava o mundo moderno.¹⁰⁹

Quanto à crise político-econômica, o mesmo Corbisier disse ao final da construção de Brasília: a nossa crise “consiste na inadequação entre o projeto que se quer realizar e o meio, o instrumento de que se dispõe para realizar o projeto, ou, em outras palavras, entre o desenvolvimento e o Estado Cartorial”.¹¹⁰

Em Jaguaribe, pudemos achar o comentário dos vários aspectos da crise. Ele definiu a crise econômica: “Estruturalmente, a crise econômica brasileira consiste no fato de ter ultrapassado o seu nível de tolerância o processo de nosso subdesenvolvimento”.¹¹¹ Tratou, depois, da crise social brasileira “...consiste no agravamento crítico do ‘problema social’, dentro das condições peculiares à nossa História”.¹¹² A crise cultural era “o agravamento, em termos críticos, da incultura nacional”, pois que não pôde formar-se a cultura brasileira.¹¹³ E, definindo, disse que a crise política brasileira: “... como crise na fundamentação e estruturação do Estado, nos processos de aquisição e de transmissão do poder, nas concepções sobre a missão do Estado e o exercício das atividades estatais, exprime as dificuldades e a desorientação nos itens precedentes”.¹¹⁴ Jaguaribe, concluindo,

¹⁰⁸ IDEM, *Dialética e crise do capitalismo*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 4 (14), p. 218.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 226.

¹¹⁰ CORBISIER, R., *Brasília e o desenvolvimento nacional*, p. 43.

¹¹¹ Cf. JAGUARIBE, H., *A crise brasileira*, em SCHWARTZMAN, S. (org.), *op. cit.*, p. 131.

¹¹² *Ibid.*, p. 134.

¹¹³ *Ibid.*, p. 140.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 141.

ressaltou que, sendo o fenômeno crise um complexo integrado, só comportava uma solução integrada, a saber, “no bojo de um movimento ideológico”.¹¹⁵

Quanto às soluções, comentava Jaguaribe: “Se a crise de nossas crenças substantivas escapa às nossas possibilidades de interferência deliberada, o mesmo não se verifica com relação às crenças adjetivas. Essencialmente, as crenças substantivas são religiosas e as adjetivas são ideologias (...), as ideologias podem ser construídas por atos da inteligência e da vontade (...). Uma ideologia consiste, essencialmente, na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica”.¹¹⁶ E insistiu que o projeto de vida coletiva das elites anteriores não despertava mais apelo social, e que, então, se punha o problema da exigência da formação de uma nova ideologia.¹¹⁷

Depois de superar uma crise, se chegaria às condições estruturais para a reforma do Estado e a modificação da política.¹¹⁸ Colocar, pois, o problema da crise e da vigência de uma ideologia significava colocar o problema de um novo projeto.

Os nossos “históricos”, por conseguinte, acalentavam um projeto de desenvolvimento, e em vista da sua realização propugnavam a formulação de uma ideologia. Aparecia claro que, como a crise se difundia em vários campos, vários também eram os projetos. Isso era secundário, porém, no corpo de pensamento que tentavam construir: buscavam a essência mais que a diversidade. Quando Corbisier e Jaguaribe viajaram à Suíça, em 1953, representando o jornal *O Estado*

¹¹⁵ Ibid., p. 148.

¹¹⁶ Cf. Ibid., p. 148.

¹¹⁷ Ibid., p. 154.

¹¹⁸ Cf. JAGUARIBE, H., *Condições institucionais do desenvolvimento*, p. 29.

de São Paulo, pretendiam investigar a “idéia platônica da Suíça”, a “estrutura ontológica da Suíça”, o “projeto” que unificava e orientava os seus gestos no presente (a “*suiceté*”). Admiraram a “ordem” e a “liberdade” lá reinantes, como em composição de forças mais do que oposição.¹¹⁹ Para Corbisier, o homem era concebido como projeto; mas tinham de descobrir, para o Brasil, a “nação-projeto”, de que falava Ortega y Gasset; ou o “caráter nacional” de Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda; ou o brasileiro como “essência metafísica”.¹²⁰ A busca ia consolidando o projeto nacionalista, o projeto do desenvolvimento nacional, porque se rejeitava o projeto alheio, colonial. A cultura despertava como consciência e tensão, em constante esforço para realizar novo projeto e destino. O intelectual não mais devia carecer de tarefa própria; a consciência intelectual romperia com a condição de subproduto da cultura estrangeira.¹²¹ Na expressão de Guerreiro Ramos, o nacionalismo, depois de superar o nativismo, significou o projeto de elevar uma comunidade ao “ser para si”, à apropriação total de si mesma.¹²²

O projeto, para Vieira Pinto, era uma idéia ainda não realizada mas pensada em função das representações do momento. Só teria significação, visibilidade e eficácia o projeto que decorresse do que concebemos como realidade presente. Se a “ideologia do desenvolvimento nacional” tendia ao avanço histórico, devia o realismo caracterizar homens objetivos e rigorosos que, sem divagação doutrinária, sem misticismo social e onirismo político, buscassem

¹¹⁹ Cf. CORBISIER, R., *Imagens da Suíça*, p. 81 e 58 respectivamente.

¹²⁰ Cf. IDEM, *Autobiografia filosófica*, p. 65-6 passim.

¹²¹ Cf. IDEM, *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 73-5 passim.

¹²² RAMOS, A. G., *Condições sociais do poder nacional*, p. 28-9.

alcançar o progresso possível.¹²³ Vieira Pinto sempre insistiu na unificação do curso histórico. Portanto, o projeto comunitário de destino é que, na base, gerava a relação de “sentido”, o “nexo associador das partes do todo”. As nações pobres, por seu lado, deviam ser convocadas a participar do processo da humanidade como um todo. A tendência à unidade da história levava a uma consciência que permitia às nações perceberem os níveis a que chegaram outras e meditarem sobre a condição de marginalidade em que elas mesmas se encontravam.¹²⁴

A revolução como projeto iria merecer dos “históricos” do ISEB longas explicações.

Guerreiro Ramos ponderou sobre a necessidade ou não da revolução para a conquista de um desempenho histórico independente e contrário ao semicolonialismo. Revolução, para ele, não tinha necessariamente o que ver com insurreições e quarteladas, mas com mudanças qualitativas em favor de uma coletividade humana. Ressalvando-se a ambigüidade de certos conceitos de mudança que ele denunciava, conduta não caudatária seria apenas aquela que revelasse articulação das instâncias de poder com as massas populares. Ramos acalentou esperanças quanto às possibilidades da “revolução nacional”, fundamentado, especialmente, em dados brutos sobre os anseios da população e em expectativas externas quanto à bipartição mundial do poder entre dois centros unificadores do mundo, EUA e URSS.¹²⁵ Podiam ser fecundas, para os países, as tensões em busca de auto-conformação cultural e econômica. Mas, de qual revolução Ramos tratava? Ele recusava revolução como patologia social (Comte),

¹²³ PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 19-20 passim.

¹²⁴ IDEM, *Consciência e realidade nacional* – 2º v. – Consciência crítica, p. 162-3 passim.

para tomá-la como categoria básica sociológica. A revolução, para ele, era a democrático-burguesa. No Brasil e demais países latino-americanos, sem violência, se havia de buscar uma unificação da classe burguesa e da massa dos trabalhadores; com a hegemonia da primeira, evidentemente.¹²⁶

Roland Corbisier, nas primeiras fases, também foi explícito em tomar como verdadeira revolução a que a burguesia industrial ia liderando, não sem o apoio das massas proletárias. Revolução já se dera com o fenômeno da vitória de Getúlio nas urnas em 1950, porque triunfo da realidade social sobre as aparências: as massas trabalhadoras tomavam consciência da sua “circunstância”, inclusive quando o elegiam.¹²⁷ Se não quartelada ou levante militar, cabia enxergar essencialmente, já nas eleições, uma idéia, um projeto, um diagnóstico, uma terapia da situação de crise nacional; o que lá estava agindo era uma ideologia de desenvolvimento, que devia então ser aprofundada numa revolução do desenvolvimento.¹²⁸

Vieira Pinto destacou a consciência crítica como requisito fundamental para a revolução que viesse arrancar o país do estado de subdesenvolvimento econômico. Revolução era possível. Todo país podia escapar ao primarismo econômico e não carecia que viessem de fora realizar a revolução, que era desenvolvimento.¹²⁹ Os atos de condenação contra o nacionalismo traziam às claras um jogo ideológico: o pensador metropolitano sempre achava que a teoria

¹²⁵ Cf. RAMOS, A. G., *Condições sociais do poder nacional*, p. 35-6.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 8-11 *passim*.

¹²⁷ CORBISIER, R., *Responsabilidade das elites*, p. 63-5 *passim*.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 49-50.

¹²⁹ Conferir essa problemática em PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 1º v. – A consciência ingênua, p. 94-8 *passim*.

revolucionária devia preceder de muito a ação. Na verdade, se a revolução que acontecia no país subdesenvolvido não dispensava a teoria revolucionária, na aceleração do tempo quase coincidiriam teoria e prática e tudo chegaria a parecer um gesto desvairado.¹³⁰ O Brasil, com efeito, se desenvolvia mais depressa em fatos do que em palavras; era mais fácil ver o desenvolvimento do que exprimi-lo.¹³¹ Vieira Pinto também criticou, como Guerreiro Ramos, que não era revolucionária uma mudança superficial, mas preconizava o pleno desenvolvimento dentro do mesmo regime produtivo, mudança máxima possível no momento.¹³² A essência da revolução necessária era a conquista da plena soberania: colocar nas mãos do povo, das *massas trabalhadoras*, o centro das decisões históricas da nação. Voltaria a afirmar, porém, que – observe-se o outro pólo – a contradição que rege é entre “o trabalho e o *capital nacional* autênticos”. Ele prossegue no capitalismo, embora se opondo fortemente ao capital estrangeiro.¹³³

De interesse especial se revestiu o livro de Corbisier, *Reforma ou revolução?* Numa esforçada elaboração, tratava diretamente do tema que nos ocupa. Os povos colonizados tomaram consciência da miséria da própria situação, e repeliram também o Ocidente opressor. Entre nós, a tomada de consciência fez descobrir muitas distorções internas, agravadas no período de 1955-60, porque o

¹³⁰ IDEM, p. 342-3.

¹³¹ IDEM, p. 345. Expressões como essas, em Vieira Pinto, são frequentes, e denotam um otimismo muita vez idealista. De fato, ele abraça também, em tese, a revolução pela burguesia, a que produz o visível progresso econômico e tecnológico; a população, as maiorias, são deixadas em segundo plano em geral. Centra a sua atenção nos estrangeiros: “...a única revolução nacional desejável nesta fase da vida brasileira consiste na tomada do poder (...), a fim de extinguir a dominação estrangeira...”. Cf. p. 586.

¹³² Ibid., p. 577.

¹³³ Cf. Ibid., p. 586 e p. 607, respectivamente. Os grifos são nossos.

Estado, ao qual se confiavam, não conseguiu sanar os desequilíbrios reais. Entre as possíveis atitudes assumidas politicamente, contavam-se: a conservadora, a reformista, a revolucionária. A classe trabalhadora ostentava-se a mais bem condicionada para as transformações; disse Corbisier que ela era sociologicamente pura, por situar-se em um dos pólos da estrutura social e por viver excluída de qualquer convívio com a classe dominante.¹³⁴ A posição reformista era ambígua, de maneira geral, excetuado talvez o reformismo progressista, que podia ser dialético e admitir um caminho para a mudança qualitativa das estruturas econômicas e sociais. As atitudes revolucionárias eram claras. Contudo, dizia Corbisier, tinham de mover a informação e o esclarecimento da opinião pública através de um trabalho pedagógico, o qual, por seu lado, tendesse a respeitar o Congresso e preservar a legalidade. Constava, para Corbisier, que milhões de brasileiros esclarecidos e conscientes, se organizados, significariam torrente irresistível.¹³⁵

Ainda não se configurava uma situação revolucionária. De preferência, pré-revolucionária, já por causa do agravamento das contradições internas, já por causa do despertar da consciência popular e nacional. Desde 1955, em meio a vários esforços, sempre se valorizou a ação do Estado, ação esta que se obnubilou após o quinquênio de JK, em razão especialmente da campanha desordenada e radicalização da extrema-esquerda.¹³⁶ Ao discutir os primeiros anos da década de

¹³⁴ Cf. CORBISIER, R., *Reforma ou revolução?*, p. 95. A expressão deixa a desejar, aqui, em termos de clareza. Corbisier não considera o alcance dos meios de comunicação que alienam. Adiante, porém, os mencionará, adequando melhor a linguagem.

¹³⁵ Cf. *Ibid.*, p. 132. Aí Corbisier acentuava a tarefa e responsabilidade do intelectual: esclarecer, donde, então, a pressão sobre a legalidade vigente.

¹³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 191.

60, Corbisier distinguiu entre o líder e o ideólogo, conceitos que se implicam. O líder era líder porque levava em si “a capacidade de conciliar ou de atender simultaneamente as duas exigências, de visão lúcida das idéias e de intuição segura do momento e das condições adequadas à sua realização”,¹³⁷ como líder, sabia não poder agir à revelia de condições objetivas. O ideólogo, o homem de pensamento, capaz de visão global da história, era chamado à vida em equipe ou em grupo com diferentes especialistas.

A violência, Corbisier não a considerava ingrediente essencial da idéia de revolução; ainda que maior parte das revoluções tivessem sido efetuadas com violência, não imaginava compromisso prévio com as soluções de força.¹³⁸

Corbisier passou, então, a uma análise do período anterior ao golpe militar, quando escreveu praticamente todo o texto. Analisou a expressão “revolução nacional brasileira”. Não significava só a industrialização e o ingresso na era tecnológica, mas também a luta pela justa distribuição da renda, pelo bem-estar do povo. Corbisier reconheceu: o capitalismo foi progresso; e daí que o nacionalismo – opção necessária – abraçava o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos e assumia a burguesia nacional como a protagonista e a vanguarda da revolução do desenvolvimento. Corbisier afirmava já ter trabalhado com essa hipótese no período de 1956 a 1960, e se tratava de ajudar à burguesia nacional a tomar consciência dela própria, para, contando com o amparo do

¹³⁷ Ibid., p. 193.

¹³⁸ Ibid., p. 232-4.

Estado, liderar tal “revolução”. À época, se chamou a isso de “ideologia global” ou nacionalismo.¹³⁹

Corbisier acreditou que todas as correntes de esquerda, que, durante o quinquênio, lutaram pela revolução democrático-burguesa, tivessem aderido ao nacionalismo; a burguesia nacional, porém – incluindo-se a FIESP de São Paulo, a convite da qual dirigiu um curso –, não teria sabido tomar consciência de si e realmente viu o nacionalismo com reserva e desconfiança. Era de se perguntar: como teria despertado essa burguesia nacional, se não lhe bastava o esclarecimento de assessores, técnicos e intelectuais? Impunha-se, então, a palavra de Che Guevara: “Ou revolução socialista ou caricatura de revolução!”¹⁴⁰ E Corbisier, nas últimas páginas, repropôs que revolução não se fazia no mundo das idéias platônicas, mas sob determinadas condições, sem descurar do processo histórico. Ao final do livro, Corbisier reconheceu que precisava, sim, caminhar para a revolução socialista, mas com a prudência sugerida por Roger Garaudy: criando as condições que tornassem a revolução possível, acelerar seu advento. Revolução sem violência, mesmo que as classes dominantes pressionassem, e preparada pelo trabalho pedagógico da “*intelligentzia*”.¹⁴¹

A discussão que travamos aborda o poder em nossos autores – uma categoria, dentre as principais, que não podia faltar.

¹³⁹ Cf. especialmente Ibid., p. 238-40 passim.

¹⁴⁰ Cf. Ibid., p. 244 a 256 passim.

¹⁴¹ Cf. Ibid., p. 264-74 passim. O material abundante de *Reforma ou revolução?* foi retomado pelo autor no livrinho *Os intelectuais e a revolução*, editado em 1980. Neste, encerrava assim: “Tal é a tarefa histórica dos intelectuais. Se não há movimento revolucionário sem teoria do movimento

4) A questão do poder e a presença das Forças Armadas. Ciências sociais militantes

1. A presença das Forças Armadas na história e na formação brasileira

Segundo Cândido Mendes, o poder, na década de 40, ainda estava concentrado nas mãos da organização latifundiário-patriarcal de produção. Em aliança com esse poder se deram “*pronunciamentos*” e movimentos militares na América Latina. Os militares não entravam para defender a soberania nacional, mas, de modo arbitral, sentiam-se como se fossem a única força organizada e à margem do primarismo dos quadros econômicos. Numa tradição de levantes, os exércitos abandonavam a posição de fiadores da ordem para controlar diretamente a máquina política e modificar o rodízio governamental. Algum controle sobre as Forças Armadas se deu, às vezes; na Bolívia, depois da reforma agrária, em 1952, foi abolido o exército e substituído por milícias obreiras subordinadas a controle sindical.¹⁴² Por seu lado, o Exército brasileiro sempre se compôs de uma classe média que, de preferência, se unia à alta burguesia em troca de receber respeito, prestígio e atendimento às próprias demandas de classe.

Na década de 20, os movimentos políticos de classe média foram assumidos principalmente por uma ala revolucionária das Forças Armadas, gerando-se o “tenentismo” e as subversões de 1922, 1924 e 1930. Segundo

revolucionário, como ensina Lênin, cabe-lhes criar a consciência revolucionária, condição prévia da transformação do mundo”.

Guerreiro Ramos, a escassa contradição entre as classes, confundidas como povo, puseram à mostra que o tempo era de real mudança no centro de poder.¹⁴³ Ramos escreveu que o povo, na reviravolta de 1930, pouco ou nenhum papel chegou a desempenhar, e que mesmo a pequena burguesia, que não pretendia lhe fosse transferido o poder, só tinha reparos tópicos a fazer nas instituições. O reformismo moderado desta, aliás, lhe valeu ascender à área decisória. Na verdade, a antiga classe dominante já não podia exercer o poder em termos exclusivistas, aceitava compromissos com os industriais e, ao mesmo tempo, com a classe média, classe de origem dos militares de modo geral. Por essa razão, a análise de Ramos entendeu que, em nossa história, a classe média jamais teve tão larga participação no poder como durante o Estado Novo, ditadura de uma híbrida burguesia nacional e ultimção da revolução de 30.¹⁴⁴

Hélio Jaguaribe confirmou que Vargas realizou, de 1930 até 1942, uma política de classes médias, e a elas devia a conquista do poder (1930 e 1937), ou a sua permanência no mesmo.¹⁴⁵ Classe média, porém, que se divorciaria de Getúlio na fase de governo populista de 1950, por sentir-se abandonada: “Na segunda fase do governo, a atual, a classe média, sempre mais angustiada economicamente, se depara com um governo que lhe parece ter interesse apenas pelo proletariado, que procura arregimentar para fins eleitorais (...)”; “(...) a classe média vê o governo

¹⁴² Cf. MENDES, C., *Perspectiva atual da América Latina*, p. 32-3.

¹⁴³ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia política*, p. 47.

¹⁴⁴ IDEM, *A crise do poder no Brasil*, p. 29-30 passim. Cf. *Ibid.*, p. 180.

¹⁴⁵ JAGUARIBE, H., *O moralismo e a alienação das classes médias*, em: SCHWARTZMAN, S. (org.), *op. cit.*, p. 33 passim.

agitar as mesmas bandeiras que, anos atrás, eram consideradas subversivas (...).¹⁴⁶

Jaguaribe fez outras análises, distinguindo entre burguesia industrial e burguesia mercantil, a do comércio; a comercial mostrava-se mais realista e envolvida com a manipulabilidade individualista dos negócios. Essa manipulabilidade, própria do comércio, era utilizada para garantir também o apoio mobilizado da massa pequeno-burguesa através do moralismo ideológico: a constante crítica à “corrupção dos governos” e a generalização da teoria da “corrupção do Estado”.¹⁴⁷ Ora, exatamente esse moralismo político representou uma superestrutura ideológica de classe média, com méritos mas com limitações no seu idealismo, pensava Jaguaribe; sem as devidas análises da inautenticidade do governo, tal idealismo das classes médias se alienava numa falsa revolução e consolidava o predomínio da burguesia mercantil e a espoliação das classes média e proletária.¹⁴⁸ Se considerarmos que, atrás, Jaguaribe tratava da insatisfação até dos militares com os salários que se aviltavam – e houve manifesto dos coronéis nesse sentido –, poderemos sentir que a classe média, toda ela, ficava descontente tanto com a inflação quanto com a desigual distribuição do seu ônus.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Ibid., p. 34.

¹⁴⁷ Cf. Ibid., p. 34-5.

¹⁴⁸ Cf. Ibid., p. 35-8 passim.

¹⁴⁹ Cf. de novo, Ibid., p. 33. Na verdade, o escrito de Jaguaribe saiu na primeira metade de 1954, e parece prever um desfecho trágico para o governo de Getúlio; veja-se a páginas 31-2: “Daí a formação de outros movimentos, como a ‘Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe’. Daí o indefinido alargamento dos propósitos moralizantes, que passaram a visar à deposição do Sr. Getúlio Vargas – considerado fonte de todos os males do país, causa de todas as corrupções e ameaça constante à legalidade – e lograram conduzir as Forças Armadas a desfechar um verdadeiro golpe branco no presidente da República, (...) que ficou, praticamente, prisioneiro em palácio.”

O golpe de 1964 foi ensaiado em 1954 e, depois, em 1955. O suicídio de Vargas, em agosto de 1954, e o libelo contido em sua carta-testamento barraram o aprofundamento do golpe. E, no famigerado 11 de novembro de 1955, foi a posição democrática do general Teixeira Lott que impediu o desencadeamento do golpe que proibiria a posse de Kubitschek. Fora do governo se conspirava para manter o regime, enquanto que, dentro do governo, no Catete, se conspirava para destruí-lo.¹⁵⁰

Em visita à Escola Superior de Guerra para uma conferência, fim de fevereiro de 1955, vários meses antes das eleições que iam consagrar o nome de Kubitschek para a Presidência, o Ministro da Educação, Cândido Motta Filho, teve a oportunidade de afirmar que os acontecimentos recentes recolocavam a questão da crescente influência das classes armadas, cuja função devia ser definida com clareza: nas democracias, as classes armadas eram, em tese, o povo em armas, o próprio povo que se arma para garantir as instituições e o regime. O Ministro destacou o papel da educação de reforçar a comunhão dos interesses.¹⁵¹

Jaguaribe, ao lembrar como coubera aos militares apelar Getúlio do poder em 1945, considerou o Exército como tradicional agente da classe média.¹⁵² Também afirmou que Kubitschek, para evitar fatal confrontação com os militares, como a de Vargas, optou por um acordo com as forças oligárquicas e

¹⁵⁰ Cf. SODRÉ, N. W., *A verdade sobre o ISEB*, p. 15. Interessante ler o que, com comoção, refere Barbosa Lima Sobrinho, no seu prefácio ao livro de CORBISIER, R., *JK e a luta pela presidência – uma campanha civilista*, p. 16: “Agora vamos para o Catete”, disse um oficial militar de alta patente ao General Lott, agarrando-o pelo braço”. Ao que este retrucou: “O que acabamos de fazer foi para assegurar o respeito ao voto do povo brasileiro, não para violentá-lo. E continuarei no meu posto para fazer cumprir a vontade do povo”. Juscelino tomou posse.

¹⁵¹ Cf. CORBISIER, R., *Ibid.*, p. 83-4.

¹⁵² JAGUARIBE, H., *Problemas do desenvolvimento latino-americano – Estudos de política*, p. 10.

comprometeu-se a manter inalteradas as condições de vida no campo, em troca de apoio na promoção de um desenvolvimento acelerado da indústria.¹⁵³ Deixamos em aberto a pergunta, se teria sido por convencer-se da instabilidade das relações com o Exército que Guerreiro Ramos – cooptador? – se arrojava, em 1957, a abordar como abordou uma determinada Sociologia do Exército: Exército, instituição cuja sensibilidade política seria “virtude saudável da estrutura do país”; instituição que, “com raízes tão profundas no meio do povo, sai invariavelmente de sua posição discreta, toda vez que a comunidade brasileira, por incapacidade temporária das instituições civis, fica exposta a um desvio em sua evolução”.¹⁵⁴ Em nenhuma outra parte dos escritos de Ramos, parece, se poderiam encontrar expressões dessa índole; constam, para nós, como um desafio para a análise. Ou quereria levantar o ânimo nacionalista dos militares? Adiante, de fato, Ramos recordou aos titulares do poder nacional o nosso processo de emancipação: as instâncias do poder, em suas mais diversas modalidades, não deviam ser apenas receptivas, tinham de assumir exigência ética e conteúdos de valor, incluídos no processo. Critérios de complementaridade só embaraçariam o processo de emancipação.¹⁵⁵

Em 1961, a liderança do PSD sentiu-se mal satisfeita com diferentes atitudes de Jânio Quadros; o partido perdera antigas facilidades e buscara convivência com o marechal Denys e seus colegas Heck e Moss. Os militares,

¹⁵³ Ibid., p. 19.

¹⁵⁴ RAMOS, A. G., *Condições sociais do poder nacional*, p. 19.

¹⁵⁵ Cf. Ibid., p. 30. Guerreiro Ramos publicou, em 1957, pequena obra sobre a segurança nacional, na verdade uma conferência que deixou insatisfeitos os militares presentes, porque o sociólogo isebiano apresentou as Forças Armadas como força felizmente dividida perante a realidade

descontentes por não terem recebido de Jânio a atenção que mereciam, e competentemente manobrados por Carlos Lacerda, somaram-se às pressões que forçaram à renúncia do Presidente. O Marechal Denys insurgiu-se contra a legalidade à hora de o Vice, João Goulart, tomar posse. O Sr. Ranieri Mazzili assumiu uma presidência nominal e, com outros altos dirigentes, ficou obediente às prescrições dos chefes militares. Como, no entanto, o III Exército apoiasse as resistências civis, sobretudo lideradas por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e outras manifestações defendessem a legalidade, já não puderam as Forças Armadas tutelar o governo.¹⁵⁶

Também a Goulart escaparam os meios de manter sob o próprio controle as ações e a imagem política do seu governo. Já antes da formulação apropriada das suas metas, foi derrubado por um golpe dos militares, frustrados por tanto tempo de marginalização no processo do desenvolvimento nacional. Partiu para o exílio. Os militares, numa apropriação nua e crua do poder, editaram, em 9 de abril, o Ato Institucional nº1, ao qual outros atos se deveriam seguir.¹⁵⁷ Os militares, sem vontade de entregar de novo o controle do governo aos civis, abraçaram uma tendência fascista-colonial, dependente perante os Estados Unidos, apoio externo que cobria a falta do apoio de dentro.

Roland Corbisier refletiu, já desde 1963, sobre o papel político dos militares, tentando mostrar a contradição nos seus movimentos. Quando

nacional, o que demonstra capacidade de sensibilizar-se ante as nossas vicissitudes. Cf. RAMOS, A. G., *O problema nacional do Brasil*, p. 51.

¹⁵⁶ Cf. JAGUARIBE, H., A renúncia do Presidente Quadros e a crise política brasileira. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. I (1), p. 280-4 passim.

¹⁵⁷ Cf. JAGUARIBE, H., *Problemas do desenvolvimento latino-americano* – Estudos de política, p. 24.

intervinham, diziam pretender restabelecer a ordem e, no entanto, quase sempre o faziam para assumir o poder. Em desemprego real, frustrados e ressentidos porque foram formados para a luta externa e para fazer o que jamais tinham condições de fazer, procuravam contra quem voltar as suas armas e descobriam, então, um inimigo externo dentro da própria nação, uma empresa em que se fazeres ocupar.¹⁵⁸ O livro que Corbisier publicou reunia seus escritos do período, e juntava impressões vívidas da humilhação de um tempo na prisão, no meio dos carrascos do novo sistema. Muito se discutira sobre a “revolução brasileira”, e era tema novamente. O livro se encerrou dizendo que o imperialismo seria destruído pela “crítica das armas”, que o intelectual realiza pelas “armas da crítica”, em defesa de uma educação multifacetada e contraditória para a formação da consciência revolucionária.¹⁵⁹

2. A militância do intelectual

Roland Corbisier afirmou que o obscuro sentimento da crise impedia a consciência clara. Ficava antecipadamente invalidado e comprometido o crédito que se poderia abrir em favor de qualquer tentativa de solução ou projeto de reforma. Caberia aí falar de planejamento, conforme as tendências do após-guerra e as perspectivas do ISEB. Hélio Jaguaribe o exprimiu sistematicamente em aulas de 1957: pensar e planejar para executar; em vista da grande unidade nacional, um

¹⁵⁸ Cf. CORBISIER, R., *Reforma ou revolução?*, p. 144 -7 passim.

¹⁵⁹ Ibid., p. 274.

esforço ideológico com a organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais.¹⁶⁰ Se assim não fosse, difícil falar de prática e militância.

Guerreiro Ramos despertara, naquela década, para a auto-crítica da sociologia; devia ser teoria militante da realidade nacional, em reação às tendências positivistas. No Brasil, a sociologia fora condicionada por caracteres negativos, aliada a agências que se beneficiavam da alienação do país, principalmente econômica. Estivera distante dos problemas contemporâneos. Em termos da economia, já se dera alguma militância, mas a sociologia nacional reclamava por promoção. Exemplo, a questão do negro e das relações de raça aguardavam um tratamento mais adequado. O tema da branquidão, como critério de estética social, ainda era dominante, sendo que de alto a baixo se distribuía uma camada de origem negra no meio da população nacional. O Teatro Experimental do Negro foi um início notável de militância – e pacifista e generoso –, na tentativa de suscitar uma consciência das contradições.

Guerreiro Ramos, polêmico, citava “sociólogos oficiais” que votavam ódio por ele. Nisso, acabava achando estímulo para o trabalho. Com muitos leitores e tarefas em todo o país, preferia dizer que sua obra era eminentemente brasileira e que sabia poder fazer mais. Consequia criar ciência histórica e teoria da problemática atual: sem militância não há ciência social. Prosseguia na esteira de Hegel e seus continuadores revolucionários, com o historicismo de Dilthey à frente. Pretenderia realizar uma tarefa criadora no domínio da cultura. Seria um iconoclasta, como se propalou? Era simplesmente alguém incompreendido,

¹⁶⁰ JAGUARIBE, H., *Condições institucionais do desenvolvimento*, p. 53.



porque contrariava a rotina, fazia ciência histórica, assumia as mudanças de fase e mantinha a militância necessária. Com gosto, Guerreiro Ramos citava Napoleão para falar do próprio projeto: "*on s'engage et puis on verra*". Lançar-se na história e decididamente: apresentava assim a própria tarefa. Nesse sentido, produziu muito; com fecundidade teórica destacada, discutiu temas dos mais diversos, também o da revolução, e esteve sempre envolvido nalguma polêmica.

Corbisier comentou que muitos intelectuais, outrora, nenhum perigo ou ameaça representaram aos interesses das oligarquias dominantes. A "cultura" deles não era a realidade circundante. O conhecimento, livresco. Caracterizavam-se pela ociosidade. Ele mesmo vivera essa experiência, mas pôde confessar que, em campanha eleitoral, descobriu um outro País, visitando favelas e entrando nas casas dos pobres. Uma "conversão" ao Brasil. Disse, porém, que mesmo o intelectual engajado e militante teria de realizar o esforço de explicar a realidade, o mundo em que vivia, e que não seria intelectual se apenas militante.¹⁶¹ Era a união entre teoria e prática, entre tomada de consciência e elaboração do plano: os dois elementos teriam estado juntos naquele quinquênio de Kubitschek e do Plano de Metas.¹⁶² Corbisier insistia que o líder nem era só um ativista, nem só o homem do pensamento; de preferência, era o homem da ação. No grupo de ação devia haver um filósofo, o qual não seria assessor esporádico mas membro do grupo. Nisso aparecia o sentido da militância: "... o grupo não pode ou não deve incluir apenas técnicos ou especialistas, mas deve compreender homens de formação filosófica e políticos dotados de ampla experiência. Unificando-os a

¹⁶¹ CORBISIER, R., *Reforma ou revolução?*, p. 16.

¹⁶² *Ibid.*, p. 62.

todos, é indispensável a mesma formação ideológica...”¹⁶³ Todos partilhando o encargo de operar as transformações exigidas pela história.

A revolução se faria pacificamente ou pela violência? “As circunstâncias mostrarão o caminho.” Ao intelectual só caberia prosseguir em sua tarefa, o esclarecimento e a organização do povo brasileiro.¹⁶⁴ Corbisier explicava que a teoria socialista precisava ser ensinada à classe trabalhadora; não ia emergir espontaneamente da luta de classes. Contudo, colocado diante da revolução, voltava ao papel do intelectual de maneira geral: “A tarefa, e a responsabilidade dos intelectuais, criadores, intérpretes e pedagogos do pensamento revolucionário, não é propriamente a de definir a estratégia e a tática da revolução, mas a de interpretar a realidade do seu tempo e do seu País à luz desse pensamento...”¹⁶⁵

A abordagem de Vieira Pinto ressaltava a luta contra o imperialismo. Parecia lamentar o tipo de nacionalismo de alguns membros do ISEB, mas perseverou neste até o fim. Criticava com ironia certo traço de elasticidade, uma plasticidade que tinha visíveis reflexos na consciência individual; e ia alfinetando: “...também iniciativas de essência nacionalista admitem ser desviadas e se prestar a intenções e manobras contrárias ao bem do País”.¹⁶⁶ O seu apelo à ação e à militância foi lembrado como sendo o das massas e das classes intelectuais, “cada vez mais inconformadas com a nossa situação e desejosas de alterá-la”.¹⁶⁷

¹⁶³ Ibid., p. 196-7. Ver, sobre isso, todo o texto entre p. 193 e 197. A seguir, Corbisier aborda a questão da organização; ela não pode ser transcurada por quem quer que aborde o planejamento: “... não há revolução, nos dois sentidos, de tomada do poder e de execução de programa, sem organização” (p. 198).

¹⁶⁴ Cf. Ibid., p. 271.

¹⁶⁵ Ibid., p. 274.

¹⁶⁶ PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 2º v. – A consciência crítica, p. 567.

¹⁶⁷ Cf. Ibid., p. 592.

A partir desses dados e categorias fundamentais, passaremos ao problema pedagógico. Em vista de viabilizar a transformação ou o desenvolvimento, os intelectuais criticam, esclarecem, ensinam. Mas, como veriam os nossos históricos a educação? E a educação formal e o seu planejamento?

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO E O PAPEL DO INTELLECTUAL E A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO



CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO E O PAPEL DO INTELECTUAL E A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO



O capítulo III se coloca num ponto central do nosso trabalho. Depois de abordar uma história que nos situava melhor diante do ISEB como instituição, e depois de considerar conceitos básicos com os quais trabalharam nossos autores, queremos, no presente capítulo, defrontar-nos com questão fundamental de nossa tese: que o intelectual tem um papel de educador, e para isso se forma. Ainda é a partir das obras de nossos autores que desenvolveremos os tópicos a seguir.

1) A formação do intelectual e a consciência para o desenvolvimento

1. Necessidade de uma visão histórico-empírica

Partimos do pressuposto de que a ideologia do desenvolvimento necessitava explicitar-se historicamente na organização de planos. O planejamento não se elaboraria sem análises da realidade empírica. Antes, pois, de falarmos de totalidade, é necessário observar como nossos isebianos procederam com referência à realidade histórica e local. A mesma preocupação aflora quando se trata de educação: a educação escolar como tal e a educação do técnico e do trabalhador.

“Qualquer concepção a respeito da promoção do nosso desenvolvimento deve partir da tomada de consciência do mecanismo que o realiza”, escreveu

Hélio Jaguaribe.¹ Queria dizer que, para promover o desenvolvimento, era necessário esforço deliberado e consciente e, inclusive, adotar as instituições que mais favorecessem à realização histórica do que fora idealizado. Sociedade desenvolvimentista teria de vincular-se com a idéia de planejamento, idéia que, na década de 50, mobilizou muitos encontros, em todos os continentes; as nações deviam adequar-se aos novos tempos do pós-guerra. Em termos de economia, o planejamento foi objetivo constante a partir do governo Dutra. O passo dado pela Comissão Mista foi, depois, incorporado pelo Banco do Desenvolvimento Econômico, e o País enveredando-se para a organização das metas sobre as quais se basearia o Governo Kubitschek. O tema nos coloca diante da determinação empírica dos meios para realizar a ideologia do desenvolvimento. Jaguaribe concebeu que houvesse uma educação ideológica consciente; ela só se afirmaria como tal, porém, quando fossem organizados os padrões de comportamento e os programas em vista da execução e do desenvolvimento.

Por rebelar-se contra a idéia de que devêssemos ficar sujeitos a uma sociologia européia ou norte-americana, Guerreiro Ramos propôs o problema da sociologia enquanto nacional. Era o problema do colonialismo cultural. Afirmou ele: “Não é fortuito o fato de que, em todos os momentos em que, numa sociedade, se faz imperiosa uma mudança institucional, recrudescem os esforços de teorização da realidade social”.² Com uma sociologia brasileira, Ramos esperava obter suporte para a estruturação efetiva das tendências de autodeterminação vigentes no Brasil. Decidia-se por uma teorização sociológica

¹ JAGUARIBE, H., *Condições institucionais do desenvolvimento*, p. 46.

ou científica, resultante, de preferência, de uma atitude crítica e auto-crítica, interessada, radical, em todas as tendências que constituíam a realidade social. Ramos ressaltava o desenvolvimento global da sociedade, mas não descartou os fatores, pois reconhecia que tal teorização não escapava ao condicionamento histórico-social. Desconhecê-lo significaria cair naquela “teorização ideológica” à qual desejava atribuir bem menos prestígio.³ Repetiu que a radicalidade da sociologia científica se exprimia pela admissão do condicionamento histórico-social incessante. E explicava: existe uma efetiva preponderância deste ou daquele fator num determinado período; a essência da realidade social é a transitividade, ela é construída dialeticamente.⁴ Adiante, tendo recordado o imperialismo cultural e seu condicionamento, sugeriu que só se tornava neutralizável quando fossem atingidas condições objetivas determinadas num país.⁵

Em Corbisier, em 1952, lemos que o processo pedagógico consistia em promover “a coincidência entre o homem empírico e o homem ideal”. Ressaltava ainda, enfaticamente: “Menos do que das técnicas, depende a pedagogia da antropologia filosófica, da teoria que nos revela simultaneamente a estrutura do homem empírico e a imagem do homem ideal”.⁶ Uma visão essencialista e abstrata que, sem dúvida, pôde sofrer alguma superação dentro do ISEB. Em Vieira Pinto, foi dado descobrir, com os anos, um novo ou mais direto apreço pela ciência empírica e pela pesquisa, com referência mais estrita à historicidade: “O

² RAMOS, A. G., A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. I (1), p. 24.

³ *Ibid.*, p. 24.

⁴ *Ibid.*, p. 25.

⁵ *Ibid.*, p. 38.

traço mais distintivo da capacidade de criação do saber metódico, da ciência, encontra-se na atitude existencial do homem de estar *necessariamente* obrigado a pesquisar a natureza.”⁷ E no mesmo sentido: “O essencial do nosso pensamento está exposto nas páginas anteriores. Definimos a pesquisa científica fundamentalmente como um *ato de trabalho* sobre a realidade objetiva. Sendo um ato de trabalho, cabe indagar em que consiste. A resposta é aqui enunciada: consiste em conhecer o mundo no qual o homem atua; (...) sendo ato de trabalho (...), a pesquisa inscreve-se entre as modalidades da produção social (...); a definição implica que o trabalho de pesquisa científica faz-se sempre dirigido por uma finalidade que, sendo apanágio da consciência, dá a esse ato o caráter existencial que nele devemos reconhecer”.⁸

Cândido Mendes introduziu a questão da programação do desenvolvimento e também divisou os tecnocratas, nos países coloniais, como os possíveis planejadores. Entretanto, arremessando-se eles em bruto sobre o processo histórico, confiados na eficácia intrínseca da racionalidade, arriscavam-se ao perigo de, no excesso do “tecnicismo”, não se deixarem sensibilizar pelas condições históricas. Por isso que, depois de insistir na consciência nacional, como processo realizado através de etapas que líderes bem identificados teriam ganho, Mendes terminou dizendo que era o povo (não o tecnocrata, de certo) o estrito intérprete dessa consciência. É de notar que, em Mendes, história e povo adquiriam forte prevalência, mas não apareceram estratégias coniventes com os

⁶ CORBISIER, R., Situação e problemas da pedagogia. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (2), p. 229-30.

⁷ PINTO, Á. V., *Ciência e existência*, p. 421. O grifo é de Vieira Pinto.

⁸ *Ibid.*, p. 457.



interesses das massas populares (que o populismo costuma evocar). No seu livro *Nacionalismo e desenvolvimento*, o último tópico, intitulado “Desenvolvimento e história”, se encerrou relançando, com o nacionalismo, uma possibilidade de destino; aí se lia (populisticamente?): “Mas do sucesso, último, logrado, deste cometimento, responderá o povo, emerso”.⁹

Nas presentes linhas, pretendemos uma coisa só: mostrar que, nos históricos do ISEB, a pesquisa e o método de análise deveriam evoluir e significar comprometimento com uma realidade histórica, em contraste com o idealismo, segundo o qual a idéia provém da idéia. Um intelectual não se conceberia destacado nem do líder nem do grupo; logo, revolução ou educação, tudo se entenderia em chave praxística. Corbisier também já se mostrara cômico das implicações de um tal planejamento desde os primeiros cursos do ISEB: a transformação das estruturas de base se realizariam por meio de comportamentos livres, racionalmente planejados e executados, e a modernização e industrialização do país iriam requerer a formação de técnicos capazes de projetá-las e dirigi-las. Sem evidentemente, dispensar a participação de homens dotados de visão global e panorâmica.¹⁰ Contudo – com algumas ressalvas para Jaguaribe, homem de prática visão econômica e política –, os nossos isebianos incrementaram, o mais das vezes, os momentos da globalidade e da idéia e do interesse elitista em detrimento da realização. Isso interessa ao que se segue.

⁹ MENDES, C., *Nacionalismo e desenvolvimento*, p. 38-9 passim. Cf. a última página, 398.

2. Como se forma o intelectual?

Cândido Mendes, tendo estudado a ação das elites católicas da década de 20, opinou que entre elas não havia o desempenho de um legítimo papel do intelectual; não se notava esforço de mudança de perspectiva e nem aquele arrojo de formulação dos problemas do destino nacional, que podiam ser vistos a partir do momento crítico. O movimento de Jackson de Figueiredo demitia-se do papel de ideólogos diante do processo histórico, não auscultando os dinamismos novos da sociedade circundante. Apartaram-se mesmo, esses católicos.

Hélio Jaguaribe, ao comentar sobre a eficácia da consciência ideológica, recordou a necessidade de padronizar os comportamentos políticos segundo grandes diretrizes ideológicas. Os intelectuais estariam devotados já a um esforço ideológico, já à organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais, em vista de constituir a grande unidade nacional para o desenvolvimento.¹¹ Guerreiro Ramos elogiou uma nova “*intelligentzia*” no Brasil da década de 1950: intelectuais finalmente politizados e, à maneira do círculo de Weber ou da associação fabiana da Inglaterra, contrários às expectativas até então dominantes. Na proporção do teor concreto das idéias que exprimia, estava aberta ao intelectual a oportunidade de valer por si e exercer uma tarefa *pedagógica*.¹²

Corbisier evoluiu para uma abordagem da realidade social como contraditória. E explicou. A burguesia, tendo-se tornado classe dominante e proprietária dos meios de produção, provocou o aparecimento do proletariado,

¹⁰ CORBISIER, R., *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 84-5.

¹¹ JAGUARIBE, H., *Condições institucionais do desenvolvimento*, p. 53.

cujos interesses se constituíam como a antítese. A mesma burguesia tendia a não tomar consciência da estrutura social como um todo, exatamente porque não desejaria condenar-se como classe beneficiária da espoliação. Para Corbisier, via-se aí porque a burguesia se desinteressou pelas ciências humanas e sociais e se encaminhou para posições filosóficas e ideológicas irracionais. Era a geração do conservadorismo para manter o *"status quo"*. Surgiu a pergunta: "Por que a direita não pensa?". Pensar era procurar apreender, pelo pensamento, a realidade que o transcendia, ou seja, a Natureza e a História, o mundo não feito pelo homem e o mundo feito pelo homem. A realidade apareceu como processo, movimento, mudança; contraditória, pois, como já se viu. A burguesia continuava interessada em manter-se, mas a classe trabalhadora, segundo os próprios interesses e com denúncia, era impelida na direção da tomada de consciência e da própria emancipação.¹³

No processo histórico, portanto, as ciências sociais participam na tarefa de denúncia contra a exploração e em favor da igualdade e da justiça. Para formar o intelectual que intervém historicamente, qual o lugar da sociologia? Guerreiro Ramos contribuiu desde cedo com a teoria da redução sociológica, delimitando a contribuição do saber sociológico e científico para o processo econômico-político-cultural de descolonização. O intelectual sociólogo seria um pesquisador que, porém, não se distrairia de tarefas criadoras do ponto de vista nacional e se preveniria, inclusive, contra a sedução das ajudas financeiras externas. O saber científico, mesmo se estabelecesse natural distância entre o sociólogo e o leigo,

¹² RAMOS, A. G., *A crise do poder no Brasil*, p. 189. O grifo é nosso.

¹³ Cf. CORBISIER, R., *Os intelectuais e a revolução*, p. 57- 60 passim.



tenderia a uma popularização, facilitando o acesso das massas à cultura. Com a evolução histórica, se quieria esperar que a ciência sociológica fosse ingrediente da conduta ordinária dos cidadãos e do processo social global. Uma sociologia que não consentisse em regredir ao estado moralista e intelectualista comtiano, mas valorizasse outros aspectos da realidade social, sobretudo o econômico.¹⁴ O trabalho do intelectual sociólogo devia tender ao pragmatismo, com regras metódicas que conduzissem à fundação de uma sociologia nacional, com produção de idéias, de coisas ou serviços em proveito do meio brasileiro e com sistematização passível de ser adotada também por outros domínios do saber e da atividade humana.¹⁵

A formação do intelectual, portanto – aqui para nós atinente às diferentes áreas das ciências sociais –, se beneficiava do texto onde Ramos tratava do ensino da sociologia. Acenamos às primeiras regras de mais abrangência: é desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países desenvolvidos; a organização do ensino deve obedecer ao propósito da emancipação cultural dos discentes; no aconselhamento, os sociólogos considerem as disponibilidades da renda nacional e orientem para que a pesquisa receba estímulos à formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais; a sociologia autêntica vise à reconstrução social, à vida, à problematicidade da vida; os sociólogos brasileiros e latino-americanos não mais se adestrem para o conformismo, e a inteligência já não

¹⁴ Cf. RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 192-3.

¹⁵ *Ibid.*, p. 53-5 passim.

esteja em disponibilidade para teorias e soluções prontas.¹⁶ E ainda mais: o ensino da sociologia, no Brasil, marcado pela ausência de compromisso entre professor, conteúdo e necessidades comunitárias, conte mais com a experiência vivida e a meditação dos problemas; disponha de um corpo docente amadurecido para as tarefas didáticas; o aprendiz de sociólogo, o educando, não seja distraído da tarefa essencial de promoção da autarquia social do seu país.¹⁷ Em *A redução sociológica* – livro no qual reeditou sua famosa *Cartilha do aprendiz de sociólogo* de 1954 –, já acentuava Ramos que o trabalho sociológico, entre nós, refletia a dependência de quem se utilizava de produção estrangeira e exibia ao público leigo o conhecimento de conceitos e técnicas importados. Era a “sociologia enlatada”, a “sociologia consular”.¹⁸

Corbisier pode ser mencionado no que se referia à formação filosófica e ao ensino da filosofia. Coube-lhe apresentar o programa do Curso ministrado no ISEB em 1956, curso que orbitou em torno ao conceito de “circunstância”. Na apresentação, rememorou que acabavam de ser fundadas as faculdades de filosofia, e nisso via progresso, embora os efeitos da institucionalização ainda fossem parcos, inclusive pela ainda parca presença de vocações filosóficas. E a preocupação principal do professor: “...as faculdades não têm sabido corresponder às exigências do momento histórico que vivemos, promovendo a reforma radical da inteligência brasileira e a tomada de consciência da realidade nacional”.¹⁹

¹⁶ Ibid., p. 77-9 passim.

¹⁷ Ibid., p. 90-6 passim; comentários sobre a carência de autores e de mestres na área.

¹⁸ Cf. IDEM, *A redução sociológica*, p. 13-4.

¹⁹ Cf. CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 233.

Vieira Pinto, com a participação de Dermeval Saviani e de Betty de Oliveira, publicou livro de 1966 sobre educação de adultos; nele colocava sua experiência sobre o intelectual educador, as questões do ensino e também da formação. Vieira Pinto repisou, de início, que a educação tinha caráter social e portanto histórico; se a sociedade fosse democrática, os interesses dominantes teriam de ser os do povo. Assim, a educação era um fato humano, encontro com consciências livres, encontro dos educadores entre si e destes com os alunos. Em preparação permanente, o educador – conjuntamente com o filósofo e o sociólogo – necessitava possuir a noção crítica de seu papel, refletir sobre o significado da própria vida profissional, as circunstâncias que lhe determinavam a missão e as finalidades de sua ação. A finalidade tinha de ser nacional: a transformação da nação. O educador, como pedagogo, era chamado a produzir o saber e não a imitar o que noutras nações se produzia. A alienação do mimetismo ou da transplantação não mais se justificaria quando uma sociedade tivesse adquirido suficiente consciência de si. Do ponto de vista antropológico-sociológico, Vieira Pinto falava ainda do educador dos adultos: o básico era dizer que se formava neles a consciência crítica; o adulto crítico não aceitaria sair do seu meio para somente formar como técnico. Na verdade, a atividade educadora, eminentemente social, só seria válida se o educando admitisse participar dos acontecimentos no seu meio. A educação formalizada era um dos processos pelos quais a sociedade se configurava, não era o único: havia uma relação recíproca de muitos processos configuradores. Com isso, a sociedade era educadora do educador, num processo sem fim e de complexidade crescente; e não se descartava que ela, a sociedade,

houvesse de exercer um controle sobre o professor-educador, sobre sua qualidade técnica e profissional, sua competência, e, depois, sobre sua consciência de educador. O educador se perceberia, a essa altura, como alguém que se encontrasse inconcluso como sabedor, e isso o conduziria a que desejasse aprender sempre e adquirisse melhor consciência de sua realidade de servidor social, de homem de diálogo educacional. Capacitação externa, pois, e interna; isto é, a constante indagação da consciência sobre seu próprio papel social. Verdadeira análise, esta, que se realizaria melhor no debate coletivo, na crítica recíproca, na permuta de pontos de vista, na troca de opiniões e sugestões sobre os problemas comuns.²⁰

E os técnicos em Corbisier? Seriam intelectuais? O técnico, o especialista, situado entre o capital e o trabalho, é homem do saber teórico e prático. Enquanto tais, os técnicos não eram intelectuais, mas entre eles os intelectuais poderiam ser recrutados. Os técnicos formavam-se na universidade, que o capitalismo não podia dispensar; e esse capitalismo precisava dos técnicos que a universidade formasse. Os técnicos, de fato, não estavam a serviço do universal, como se dava com os intelectuais. Os técnicos ficavam a serviço dos interesses particulares da classe que detinha a propriedade dos meios de produção e padeciam de uma contradição ao praticarem espécie de auto-censura e se declararem apolíticos, ideologicamente neutros. Contudo, quando negavam a condição de “cães de guarda” do sistema capitalista, se recusavam a ser os funcionários alienados da super-estrutura; quando recusavam ser parafusos, assumiam a própria

²⁰ Cf. PINTO, Á. V., *Sete lições sobre educação de adultos*. Sintetizamos o texto, especialmente no que se refere às pp. 43-54 e 107-13.

humanidade, e essa tomada de consciência política os convertia em intelectuais ou filósofos.²¹ Repetia mais vezes Corbisier: o universal, o compromisso com a totalidade, com a história, era o que definia o intelectual.

Retornemos ao livro polêmico de Jaguaribe, mais vezes trazido à baila. Aí um apelo ao diálogo entre os intelectuais, que podia insinuar confiança em alternativas quando os caminhos pareciam fechar-se. Escreveu ele, como estudioso dos problemas brasileiros: "... o crescente equívoco que se está formando em torno do problema do nacionalismo, além de impedir a adoção de políticas racionais e eficientes, está levantando barreiras injustificáveis entre alguns de nossos melhores homens".²² Ao final desse livro, com fina perspicácia, Jaguaribe discutia a posição brasileira de neutralidade, associando-a à causa do desenvolvimento. Propugnando a necessária liquidação do Estado Cartorial, apelava para a formação de uma opinião pública consciente e responsável. Nesse caso de abrir-se, como Estado Funcional, às relações com o exterior, aventava a hipótese de "elaboração colegiada" em favor de independência e autonomia; um órgão colegiado permitiria uma política externa relativamente isenta das influências clientelísticas e criaria maior resistência perante grupos de pressão.²³

E quando o assunto foi o das possibilidades de manter independência perante as duas potências da Guerra Fria, Jaguaribe desembocou na unidade e coordenada solidariedade latino-americanas, que deviam impor-se²⁴. Insistia na solução da negociação, do diálogo, do jogo aberto em vista dos diferentes

²¹ Cf. CORBISIER, R., *Os intelectuais e a revolução*, p. 21-8 passim.

²² JAGUARIBE, H., *O nacionalismo e a atualidade brasileira*, p. 7.

²³ *Ibid.*, p. 273-5.

²⁴ *Ibid.*, especialmente p. 292-3.

interesses. Análises perspicazes indicavam na direção de um intelectual que se formasse para soluções pacíficas, mas dialogantes ...

3. Formar o intelectual para o nacionalismo

O nacionalismo é mais do que o amor à terra e a lealdade aos símbolos que a representam. É isso e mais o projeto de elevar uma comunidade ao “ser para si”, à apropriação total de si mesma. A conclamação ao nacionalismo não vem de retórica, vem sobretudo de tabelas, diretrizes e programas; daí a motivação concreta para um comportamento popular, um comprometimento das massas.²⁵

A partir de 1922, e especialmente a partir de 30, o Brasil começou a despertar e a tomar consciência de si próprio, explicou Guerreiro Ramos. Mas foi durante a última Guerra Mundial que se acrescentou um amplo trabalho de pesquisa e conhecimento da realidade e dos planos brasileiros. O país subdesenvolvido e semicolonial sentia a urgência de encontrar uma alternativa em face do imperialismo. Aceitação não fazia sentido, nem passiva nem ativa, mas havia de optar entre a oposição passiva e a ativa. A primeira, oposição passiva, supunha um mínimo de consciência da contradição existente entre os próprios interesses e os do imperialismo; a segunda, ativa, requeria plena consciência do problema, com luta aberta contra a dependência, sendo que, no plano cultural, a oposição se manifestava na ação da “*intelligentzia*”, órgão da consciência nacional. Não é o cultural sozinho; são também os planos do

²⁵ RAMOS, A. G., *Condições sociais do poder*, p. 28-9.



econômico e do político, juntamente; só assim a possibilidade da emancipação.²⁶ O mesmo Corbisier já nos alertou para a aliança esperada entre a burguesia industrial, o comércio ligado a essa burguesia, os setores esclarecidos da classe média e o proletariado industrial. Com o apoio nessas classes, nos seus interesses e reivindicações, coincidentes com os interesses do desenvolvimento do País, a “*intelligentzia*” brasileira poderia forjar a ideologia da libertação nacional.²⁷ Guerreiro Ramos defendia um nacionalismo-ciência, um nacionalismo que não se esgotaria em nenhuma posição partidária. Era uma posição sobretudo metódica.²⁸ Estudar a realidade nacional numa perspectiva própria, disse ele, foi busca e obra de pioneiros que, ao início da década de 50, até foram marginalizados como verdadeiras aves solitárias. Contudo, após 60, a própria universidade dava sinais de ter acordado para entender e assumir as propostas levantadas.²⁹

O nacionalismo como ideologia, para a sua expansão, contou com uma instância pedagógica principal, os programas do próprio ISEB. Corbisier enunciou-os: “estudos e pesquisas, cursos e conferências, editar obras nacionais e traduzir obras estrangeiras, promover concursos e conceder bolsas de estudos e prêmios, a fim de estimular a curiosidade e o interesse pelas coisas brasileiras”.³⁰ Como intelectual arrematava: “Todas as nossas atividades se enquadram em um plano coerentemente articulado que visa a possibilitar a tomada de consciência da realidade nacional, a ‘conversão’ de nossa ‘*intelligentzia*’ ao Brasil”.³¹ E sua

²⁶ CORBISIER, R., *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 47-8 passim.

²⁷ *Ibid.*, p. 44-5.

²⁸ RAMOS, A. G., *A crise do poder no Brasil*, p. 125-6.

²⁹ RAMOS, A. G., *Mito e verdade da revolução brasileira*, p. 52.

³⁰ CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 272.

³¹ *Ibid.*, p. 273.

palavra de político-candidato confessou objetivos mais largos, ao pedir voto em 1960: “A ideologia do desenvolvimento e o nacionalismo, porém, não se esgotam na atividade docente, na conferência e no livro. (...); o pensamento que defendemos só se poderá tornar realmente eficaz quando aqueles que o representam, com o apoio do eleitorado consciente, forem investidos nas funções públicas e passarem a interferir, de modo direto, na orientação política do Governo”.³²

Vieira Pinto, em sala de aula, elitista mitigado, avançou com a tese: “A ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas”. E se ela não surge espontaneamente? Quem vai influenciar no despertar dessa consciência? Não a inspeção externa feita por um clínico social, historiador, sociólogo ou político. A verdade sobre a situação nacional só seria dita pela própria massa. Equivocar-se-iam os que pensassem que a consciência do desenvolvimento devesse vir *de cima*, artefato da especulação da elite intelectual. O intelectual pensaria o projeto de desenvolvimento nacional com as massas, e nunca à distância.³³ A elite só seria autêntica se constituída por aqueles que fossem os primeiros a compreender a nova consciência nacional, a identificar-se com os sofrimentos do povo. Nada de personalidades carismáticas, salvadores iluminados por graça transcendente. Era da consciência coletiva que deviam emergir os promotores do desenvolvimento. Então se colocava a questão de como formular o problema da educação das massas. Sem doação, até podia admitir-se um aceleração por influência exterior; mas era preciso criar novo conceito de

³² Ibid., p. 286. É texto de circular aos eleitores, com data de agosto de 1960, pedindo voto.

³³ PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 34-5.

educação, conforme à definição do tipo de homem que se desejaria formar para promover o desenvolvimento do país.³⁴ Dentro de um humanismo para o nosso tempo e com sentido, e lançando convite a filósofos, historiadores, políticos, economistas e sociólogos para participarem na elaboração da ideologia do desenvolvimento nacional, Vieira Pinto clareava a tarefa do ISEB: a ele competia centralizar a ação intelectual para favorecer a rápida transformação da consciência nacional. Nos seus encontros, todos queriam aprender, mesmo os que iam ensinar; através dos debates dos seminários e dos trabalhos de investigação, procederiam ao exame exaustivo dos problemas da vida brasileira.

O trabalho sociológico para o esclarecimento e a autoconsciência das sociedades foi relevado por Guerreiro Ramos. Trabalho que devia cooperar para a compreensão das peculiaridades estruturais da nação e de cada região.³⁵ No Brasil, seriam raros os que não apreciassem a sociologia como saber também integrativo da vida comunitária efetiva; emergindo de suportes existenciais, ela contribuía para aprofundar a inserção do homem no seu contexto nacional e regional.³⁶ Mereceu crítica a sociologia “consular” ou “enlatada” de muitos dos nossos: conserva cultural vinda do exterior. Ramos desdenhava a pergunta muito comum na sala de aula: “que escola o senhor segue?” Ele recusava ortodoxias, excelências, modelos a imitar.

³⁴ Ibid., p. 42-3.

³⁵ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 82.

³⁶ Ibid., p. 90. Em polêmica com Florestan Fernandes, Ramos, em seu *A redução sociológica*, afirmava de novo a importância da sociologia como ciência do geral, ao tratar de “normas”, “valores”, “idéias”, como o que justificava a visão sobre o Brasil; este, por seu lado, era uma “particularidade histórica”, uma situação perante outras nacionalidades. Os sociólogos convencionais, porém, não estariam participando em nada na formulação de um legítimo pensamento sociológico nacional.

Também em matéria de economia nas universidades, Ramos criticava o aulicismo dos economistas periféricos que usavam dos mesmos métodos de análise dos países centrais. Por isso – e foi quando restringia certas pretensões de segurança nacional –, idealizava uma certa “vontade política da nação” a ser respeitada³⁷, vontade não facilmente detectável pela pesquisa empírica.

O alcance das teorias nacionalistas fora limitado, até por resistência a excessivas idealizações. Como uma das resistências, surgiu o polêmico livro de Jaguaribe, sobre o nacionalismo em 1958: “O nacionalismo brasileiro constitui uma ideologia vaga, sem formulação teórica e carregada de contradições” e “redistribuindo a opinião pública em favor de si mesma”; era tendência que “impôs uma caracterização meramente negativa aos seus opositores...”³⁸ Com aspereza, Jaguaribe advertia que nossas limitações nacionais e os critérios comparativos não desautorizavam a pura e simples afirmação de confiança nas potencialidades do país; e avisava do perigo de um nacionalismo incondicional tendencialmente xenófobo e propenso a erigir a própria condição em ideologia.³⁹ A proposta de Jaguaribe era uma “formulação mais consistente” do nacionalismo, apta a impedir-lhe o malogro. À sua maneira, ele começou, depois, a empregar o conceito de “nacionalismo integrador (...), preservador da nação mediante sua unificação político-jurídica”.⁴⁰

³⁷ RAMOS, A. G., *Condições sociais do poder institucional*, p. 31. Teria, porém, tentado suavizar posições sobre a segurança nacional, numa conferência de agosto do mesmo ano de 1957, no ISEB? Ver a conferência “Ideologias e segurança nacional” em IDEM, *O problema nacional brasileiro*, 1960, p. 41-76.

³⁸ JAGUARIBE, H., *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 12.

³⁹ Ibid., p. 35.

2) Questão da relação entre teoria e prática

1. O intelectual como formulador de ideologia

Genericamente, Jaguaribe definiu a ideologia como “o conjunto de valores e de idéias que apresentam como razoável e desejável determinado projeto ou estatuto convivencial para a comunidade, a partir de interesses situacionais de determinada classe ou grupo social”. As ideologias comandam o comportamento social de uma comunidade.⁴¹

Quando se insinuava, dizia ele, o apelo a formular uma nova ideologia válida, acontecia, ou que se postulasse a perda de validade de outra que anteriormente prevalecia, ou que crenças adjetivas, com correspondente projeto de vida coletiva, adquirissem caráter problemático. A liderança de elites prevalecentes estaria sendo questionada.⁴² Repartidos entre elites, sub-elites e massas, ou seja, entre formuladores, implementadores e sujeitos passivos de decisão, respectivamente, os papéis estariam sendo analisados em termos de custo e benefício, isto é, estaria sendo analisada sobretudo a relação entre a performance diretiva dos grupos e o senso de gratificação dos que se encontravam na base do processo. No caso das elites funcionais intelectuais, se tratava de uma tarefa educacional. Por seu lado, as elites, em geral, renovadas e auto-renovantes, iam dando respostas criativas às pressões das massas. Não sem conservar a parte mais

⁴⁰ Cf. *Ibid.*, p. 14 e 44, respectivamente.

⁴¹ JAGUARIBE, H., *A crise brasileira*, em: SCHWARTZMAN, S. (org.), *op. cit.*, p. 48.

substancial da própria liderança e várias das próprias prerrogativas, concediam participação maior às massas ou incluíam crescente mobilidade ascensional das mesmas.⁴³

Enunciados assim tais conceitos, e dado como aceito que era mister procurar constantemente o consenso entre as classes, já para preservar posições de quem se achava no alto, já para satisfazer a expectativas próprias das sub-elites ou das massas, Jaguaribe acabou empregando expressões deste tipo: “Carentes de preparação ideológica e política, as classes obreiras preferem as soluções demagógico-assistencialistas, como que se prestam ao jogo das clientelas.” Na verdade, porém, se achava em pauta uma luta de classes, com a dificuldade de encontrar um projeto de convivência que inspirasse confiança no futuro.⁴⁴ O tema da ideologia ligava-se, pois, a uma enumeração dos problemas nacionais e das soluções genericamente exigidas pelos mesmos. Uma ideologia, além de atender a solicitações específicas, iria integrar num sistema de crenças e idéias a programática – diríamos já, o planejamento – exigida pelos referidos problemas.⁴⁵

A urgência de mudanças, após o desaparecimento de Vargas e às vésperas de um novo concurso às urnas, foi sentida por Roland Corbisier. Tanto havia uma culpa nas elites tradicionais, como uma revolta contra a injustiça. Já não se podia disfarçar. “A culpa das elites é sempre a culpa maior, e são elas que devem ser denunciadas, são elas que devem comparecer ao tribunal da acusação e do julgamento.” Por outro lado, as elites técnicas, sociais, políticas e intelectuais

⁴² Cf. *Ibid.*, p. 53-4.

⁴³ Cf. MENDES, C., *Crise e mudança social*, p. XVII, na “Introdução”. Mendes se refere à fala de Jaguaribe, “Elites funcionais e disfuncionais”, transcrita na obra.

⁴⁴ Cf. JAGUARIBE, H., *A crise brasileira*, em op. cit., p. 139.

eram os que Corbisier queria entender como os “mais capazes”, “os superiores”, “os melhores”, os que deviam trazer melhoras de cima para baixo.⁴⁶ Logo depois de fundado o ISEB, nas primeiras conferências do segundo semestre de 1955, em posição definida frente ao colonialismo alienador dominante, Corbisier apresentava nova “*intelligentzia*”: estava disposta a responsabilizar-se como órgão da consciência nacional e a forjar uma ideologia da libertação.⁴⁷ Na aula no Curso Regular de 1956, reclamou por um “planejamento global, cuja elaboração implica a formulação prévia de uma ideologia”; e afirmou: “... não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional”. Os intelectuais, pois, se sentiam convocados a elaborar a ideologia que permitisse decifrar o Brasil.⁴⁸ Cada um deixava de ser consciência solitária e alienada para tornar-se órgão da consciência coletiva, a serviço dos interesses comuns do povo brasileiro e da realização do seu destino histórico.

Vieira Pinto, na conferência de maio de 1956, salientou a contribuição da filosofia para a edificação de tal ideologia, levando em consideração as raízes do processo histórico. Se, psicologicamente, o indivíduo possui a idéia, em sociologia se devia dizer que a idéia possui o indivíduo. Não, porém, num esquema conceitual abstrato e improdutivo, e sim para uma ação prática rigorosa, traduzida em planejamento. Clamava, portanto, por uma idéia diretora, por real inteligibilidade, por uma interpretação, por competência histórica. Sem o que não

⁴⁵ Ibid., p. 153.

⁴⁶ CORBISIER, R., *A responsabilidade das elites*, p. 42-3 passim.

⁴⁷ Cf. IDEM, *Formação e problema da cultura brasileira*, p. 44-5.

⁴⁸ Ibid., p. 86-7 passim.

haveria desenvolvimento.⁴⁹ Era imprescindível uma ideologia do desenvolvimento diante da inautenticidade e alienação de historiadores, sociólogos e filósofos, sujeitos a idéias de fora. A ideologia era o aspecto social daquilo que, no indivíduo, era a consciência de uma idéia. Mas não bastava afirmar isso. A ideologia do desenvolvimento, insistia Vieira Pinto mais incisivamente que os outros do grupo, tinha de ser fenômeno de massa, isto é, só revelaria plena eficácia se o seu sustentáculo social residisse na consciência das camadas populares. Quando Vieira Pinto ressaltava, então, que essa ideologia não seria doação feita a tais classes, mas admitia aceleração, vinha propondo analisarem, por meio de disciplinas científicas, os dados do processo histórico do país, e extraírem do conjunto da teoria explicativa as regras práticas que permitissem a intensificação útil do processo. Era a proposta da educação: “Enunciar esta questão é simplesmente formular o problema da educação das massas”.⁵⁰ Ao final do período JK, com experiência acumulada, fez duas afirmações contundentes em linha histórico-crítica: primeiro, que a aceitação da ideologia surgida da meditação de um grupo de sociólogos, economistas e políticos seria, sobretudo, produto do momento histórico para esse mesmo momento; segundo, que nunca se deveria julgar que a aceitação viesse da influência superesclarecida da elite autora da formulação ideológica.⁵¹ Isso, sinteticamente, se exprimia no que, em 1960,

⁴⁹ PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 19-26 passim.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 42-6 passim.

⁵¹ IDEM, *Consciência e realidade nacional* – 1º v. – A consciência ingênua, p. 49-50 passim.



escreveu sobre a tarefa do filósofo crítico: “formular em caráter *dialético* as leis da realidade *onde vive*”.⁵²

Guerreiro Ramos, mesmo em 1956, também avisava da urgência de agir para a emancipação do país. Realmente se percebiam os fatores auto-determinativos. Era preciso, porém – refletindo a consciência orgânica das nossas lacunas e necessidades –, projetar e realizar um elenco de medidas integradas para, então, enquadrar tais fatores nos estatutos econômicos e sociais que eles reclamavam. No entanto, Ramos via, na classe dirigente, a carência de uma compreensão da realidade do país como um todo.⁵³ Tal compreensão global resultaria de uma atitude crítica (componente ideológica) e auto-crítica (componente psicológica) com condicionamento histórico-social.⁵⁴ Condicionamentos eram muitos, aliás. O principal levava a que os isebianos esperassem ter no Estado o primeiro protagonista e o mais firme apoio para mudanças sociais profundas e eficientes.

2. Ligações com o poder constituído

Em 1962, Jaguaribe manifestou-se de modo interessante sobre o Estado, em análise sobre o desenvolvimento econômico e político tanto do Brasil como da América Latina. A configuração nacional continuaria sendo imprescindível, por diferentes razões: primeiro, persistiam sendo nacionalistas os mais poderosos

⁵² IDEM, *Consciência e realidade nacional* – 2º v. – A consciência crítica, p. 104. O grifo é nosso.

⁵³ RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 206.

⁵⁴ Ibid., *A dinâmica da sociedade política*. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, I (1), p. 24.

Estados do mundo; segundo, dispensável a proteção nacional contra as discriminações do nacionalismo alheio, e terceiro, não se previam outras formas de associação para substituir a ação nacional, como corretivo às forças centrífugas como garante da propensão ao desenvolvimento da comunidade.⁵⁵ De fato, havia tempo que se valorizava o Estado em toda ação de planejamento. Pretendia-se superar os vícios do Estado Cartorial, pondo no lugar o Estado-serviço com administração produtiva e eficaz. Também a exploração de novas riquezas nacionais só seria possível com intervenção do Estado, porque particulares não poderiam enfrentar todas as dificuldades nessa área e socializar a produção. Em todo sentido, só a ele tocava uma política interna baseada num planejamento geral.⁵⁶

Na abordagem sobre a abertura das consciências individuais a planos de desenvolvimento, Vieira Pinto apelava a nova e necessária representação, uma imagem justa da realidade nacional, que permitisse “a concepção do plano de desenvolvimento que os grupos sociais dirigentes pretendem realizar”.⁵⁷ Iniciando o primeiro Curso Regular, o ISEB se oferecia para contribuir com o Estado e com grupos sociais nele influentes, como também confiava na ação do novo Presidente democrata.

Em obra de 1955, publicada dias depois da fundação do ISEB, Corbisier juntou artigo saído na revista *Colégio* de julho de 1948. Já em 48 criticava as “elites sociais” de vida leviana e irresponsável que tivéramos; augurava o

⁵⁵ JAGUARIBE, H., *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, p. 49.

⁵⁶ IDEM, A crise brasileira, em : SCHWARTZMAN, S. (org.), op. cit., p. 164 -5; ver também p. 170.

⁵⁷ PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 25.

surgimento de novas elites democráticas, sobrelevando o papel dos ideólogos, teóricos e intelectuais que, na catequese e conversão das consciências, podiam criar nova atmosfera histórica; convocava-os para uma “cruzada urgente e quixotesca da redenção do nosso povo”.⁵⁸ Em 1950, em conferência na Biblioteca Municipal de São Paulo, deixara ecoar o resultado da eleição de 3 de outubro, que reconduziu Vargas à Presidência. Como intelectual, atribuía a todo homem de espírito a tarefa de transcender a paixão e a incompreensão, colocar em “suspensão fenomenológica” as próprias conveniências e abraçar o senso histórico. Na ressurreição do ditador e liberticida, Corbisier convidava a respeitar o resultado da livre escolha pelas urnas. E então, fazia confluír o seu retrospecto da história do Segundo Império e da República, num período – o medíocre governo de Dutra –, de retração da ação intelectual. Em 3 de outubro, enfim, derrotadas foram as elites em primeiro lugar, e ficou desprestigiado o Exército. “Venceram as massas, derrotando as elites; venceu o número, derrotando a qualidade.”⁵⁹ Depois, em conferência do mês de dezembro, na Associação Comercial, falou das perspectivas da democracia no Brasil, um longo estudo especialmente teórico. Confessou nada ter encontrado em nosso passado que pudesse servir de ponto de apoio para as experiências democráticas. Crítico das massas desorganizadas e inconscientes, e esperando da tomada de consciência das elites políticas e intelectuais, decidia onde combater: “organizar o regime, a fim de que não só realizasse o imperativo da justiça social, mas conduzisse aos postos

⁵⁸ CORBISIER, R., *Responsabilidade das elites*, p. 50-2 passim.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 83. A seguir, Corbisier lembrou essa “hecatombe eleitoral”, expressão de um jornalista, e concluiu: “Não rir, nem chorar, mas compreender. Compreender que, se quisermos manter a democracia, deveremos transformá-la radicalmente, convertendo-a de liberal em social” (p. 85).

de governo os mais capazes e os melhores, pois, como ensinou Rousseau, *'c'est l'ordre le meilleur, et le plus naturel que les plus sages gouvernent la multitude'*.⁶⁰ De certo, naquelas conferências se explicitava, mais que uma teoria, um programa de ação. Que desembocaria, em 1954, num entusiasmo forte pela figura carismática de Juscelino, capaz de despertar no professor paulista isebiano uma confiança singular: o Estado seria sempre a salvação. Em 20 de dezembro de 1954 – programação cativa na Rádio Mayrink Veiga – iniciava com a primeira crônica, “Sentido de uma campanha”, e lançava Juscelino Kubitschek de Oliveira, o “intrépido governador das Alterosas” e “demônio da ação”.⁶¹ Em conferência de 31 de março de 1960, no auditório do Ministério da Educação e Cultura, embora consciente das limitações da estrutura objetiva e das tendências dominantes da realidade, ainda fez referência à “poderosa personalidade do homem de Estado, do Chefe de Governo”, bem como ao “novo Estado brasileiro, entendido como principal agente ou protagonista do desenvolvimento nacional”.⁶²

Confiado na missão do Estado, escrevia, ainda em 1963, que o planejamento revolucionário tendia a atribuir ao Poder Público os principais encargos do desenvolvimento; como já dissera antes: em relação aos países pobres e atrasados, o órgão que convertia o plano em realidade, ou procurava adaptar a realidade ao plano, era precisamente o aparelho administrativo, o Estado.⁶³ De modo geral, Corbisier também nutriu a idéia de uma ação política direta junto do Governo por meios político-partidários. Em panfleto de propaganda da própria

⁶⁰ Ibid., p. 125. Cf. p. 122-5.

⁶¹ IDEM, *JK e a luta pela presidência*, p. 26.

⁶² IDEM, *Brasília e o desenvolvimento nacional*, p. 19 e 54, respectivamente.

⁶³ Cf. IDEM, *Reforma ou revolução?*, p. 207 e 209, respectivamente.



candidatura, em 1960, fazia constar: “... o pensamento que defendemos só se poderá tornar realmente eficaz quando aqueles que o representam (o País) (...) forem investidos nas funções públicas e passarem a interferir, de modo direto, na orientação política do Governo”.⁶⁴ Só mais tarde, já migrado intelectualmente para uma análise da realidade de cunho “hegeliano-marxista”, foi que Corbisier abandonou tais pontos de vista otimistas quanto à ação do Estado (e da burguesia industrial) em favor do desenvolvimento.⁶⁵

Com ou sem migração à esquerda, todos os nossos históricos passaram, aos poucos, a posições de mais reserva quanto às ligações com o poder, fosse o do Estado, fosse o da classe burguesa industrial.

3) A educação crítica e emancipadora

1. O problema pedagógico como tal e a cultura

No primeiro capítulo, já referimos o interesse do ISEB pela cultura, o que consentiu viesse tal órgão a nascer dentro do MEC. Privilegiaria a reflexão sobre o “C” que compõe a sigla. Há uma história sobre isso. Em setembro de 1954, quando era Ministro da Educação o Professor Cândido Motta Filho, Roland Corbisier assumiu a Secretaria Geral da ATEC: Assistência Técnica de Educação

⁶⁴ Cf. IDEM, *Autobiografia filosófica*, p. 286.

⁶⁵ MENDES, C., em 1963, publicou o livro *Nacionalismo e desenvolvimento*. Nele, aborda a ideologia do “Estado Supletivo” e defende a intervenção do Estado, no campo econômico (o estatismo e o estado empresário), contra distorções devidas a uma ideologia liberal capitalista; preferia recordar que o aparelho fora transformado em depositário mudo e complacente de grande parte da infra-estrutura do Estado colonial (p. 383-4).

e Cultura. No discurso de posse, o novo Secretário destacou a razão de ser da ATEC e a importância da cultura como projeto. Serviço público, à maneira de utensílio, nascia de um projeto anterior, projeto de racionalização implícito na filosofia de acordo com a qual, consciente ou inconscientemente, todos se comportavam. A Secretaria de Estado da Educação não dispunha de órgãos adequados que permitissem articular e unificar a sua política no setor cultural. Através da ATEC, pretendia aquela Secretaria não uma centralização administrativa, mas a unificação de sua política, imprimindo sentido à atividade do Ministério. Com a racionalização e organização de planos, a ATEC poderia obter melhor rendimento dos recursos técnicos, materiais e humanos com que contaria no setor cultural.⁶⁶ Com ela, se estavam dando outros passos e diretrizes notáveis para a breve fundação do ISEB dentro do MEC.

Em 1952, em São Paulo, Corbisier falara da educação, tentando refletir sobre os fundamentos: a razão de ser da pedagogia, mais que dos aspectos técnicos e didáticos. Qualquer descrição do processo educativo devia mostrar, inicialmente, que ele se reduzia a uma relação entre dois termos: a cultura, entendida no sentido objetivo e de história, e o sujeito capaz de assimilá-la. Cultura era conceito que se usava aplicar sem atenção à diversidade de significações. Efetivamente, na origem da cultura, enquanto realidade objetiva e histórica, estava “o próprio homem, a imaginação do gênio criador que modela e configura as formas do pensamento e da arte, da ciência e dos costumes”.⁶⁷ A educação, por sua vez, como ação e influência constante da comunidade sobre o

⁶⁶ Cf. o discurso de posse em: CORBISIER, R., *Autobiografia filosófica*, p. 228-30.

indivíduo, não se reduzia a um aprendizado, sempre igual, de certas técnicas ou especializações que permitiriam o exercício de uma profissão. Coincidia com a vida humana que se desenrola no seio de uma comunidade. Verdadeira educação, para os gregos, era a “*paideia*”, formação do homem pela cultura, uma educação prolongada, a vida dentro da cidade.⁶⁸ A cultura era conjunto orgânico de crenças, de valores, de obras, de ideais que, unificados na sua diversidade por uma só inspiração e um só estilo, imprimiam no indivíduo a forma que representava e simbolizava a sua alma. As idéias de unidade e de cultura, pois, não se separavam. A volta aos gregos, portanto, ajudava a recuperar o sentido pleno e orgânico da educação que, em nosso mundo desarticulado e caótico, se confundia ora com a tecnologia e com fórmulas que só proporcionavam êxito em determinadas esferas do conhecimento, ora com pura ilustração e enciclopedismo erudito. A cultura era nossa vida cotidiana na comunidade, e nos educava ou nos deseducava, não apenas através da família ou do ambiente escolar, mas sobretudo através de influxos modeladores de conduta recebidos do meio social. Por isso, aliás, se disse que a pedagogia transbordava para a política,⁶⁹ obrigando-se, doutro lado, a tomar em consideração a presença da propaganda e o mundo moderno anti-cultural e anti-pedagógico, onde grassava o desinteresse por desenvolver e formar a pessoa humana.⁷⁰

⁶⁷ CORBISIER, R., Situação e problemas da pedagogia. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (2), p. 224.

⁶⁸ Cf. *Ibid.*, p. 224-5 *passim*.

⁶⁹ Cf. *Ibid.*, p. 225-6 *passim*.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 227.

O problema fundamental da pedagogia, filosófico e ético, era a essência do homem e do seu destino ou razão de ser, e perguntava-se então: que é o homem que nos propomos educar, para que existe, qual é o seu destino?⁷¹

Guerreiro Ramos, direcionando a questão da educação do sociólogo para a redução sociológica e a superação do formalismo, também deu urgência a discussões sobre fundamentos e ressaltou as exigências efetivas das comunidades de nações subindustrializadas: “O trabalho educacional, as atividades científicas e técnicas se frustram, quando se orientam por critérios de organização de fundo e forma não específicos em cada país”.⁷²

Jaguaribe, detectando o problema da “incultura” nacional, analisou a seu modo a carência de outrora de elementos favoráveis para o florescimento da nossa cultura. Achou as raízes para a crise cultural brasileira no não-exercício da angústia religioso-filosófica. Teríamos herdado da cultura portuguesa uma pauta de valores e idéias já consolidados e que davam resposta antecipada aos problemas religioso-filosóficos, visto que ela mesma não fora atingida pela crise da Reforma. Assim, Portugal não teria revisado os fundamentos de sua cultura; ficara imobilizado nas idéias medievais e sem reflexão própria. E nem nós os revisamos. Nesse processo, criou-se uma cultura verbal, no Brasil, apreciável somente por critérios de sonoridade, ritmo e força figurativa, e encaminhada para o ornamento e o divertimento. Cultura para o consumo das classes mais abastadas. Colocado tudo isso como problema, Jaguaribe indicou soluções que atrás já foram

⁷¹ Ibid., p. 228-9. Corbisier afirmou enfaticamente: “Enquanto não tivermos respondido a essas perguntas, será inútil nos perdemos na discussão dos métodos pedagógicos e dos processos e técnicas de transmissão da cultura”. Ibid., p. 229.

⁷² Cf. RAMOS, A. G., *A redução sociológica*, p. 263.

enunciadas. Dois elementos básicos nós destacamos: criação de um movimento ideológico que extraísse da própria crise os materiais e os incentivos para uma afirmação cultural vigorosa; e reforma da educação, tornando-a compulsória e global, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias. Ele não deixou de mencionar a criação de amplo quadro de técnicos e administradores.⁷³

O mesmo Jaguaribe, reputando que somente as classes latifundiário-mercantis fossem contrárias ao desenvolvimento (industrializante), já imaginava uma reforma do Estado. Havia as condições gerais para tanto. As condições especiais constariam de propaganda ideológica, como disse, bem como de organização dos grupos mais dinâmicos interessados na funcionalização do Estado; a organização e a educação ideológica suscitariam, juntos, a adesão das grandes massas rurais e urbanas.⁷⁴ Adviria o desenvolvimento como processo social global. Contra barganhas clientelistas, Jaguaribe sugeria padronizar os comportamentos políticos. Os padrões políticos seriam moldados segundo as grandes diretrizes da posição ideológica; por seu lado, a educação se apoiaria na organização daqueles núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais que, independentemente da distribuição de partidos – estes não seriam de desprezar absolutamente –, formariam correntes de idéias e de interesses dentro e fora do Congresso e do Governo. Com apoio maciço e unitário aos programas de desenvolvimento, se estaria imprimindo ao Estado a funcionalidade de que

⁷³ Cf. JAGUARIBE, H., *A crise brasileira*, em SCHWARTZMAN, S. (org.), op. cit., p. 140 e 151-2 passim.

⁷⁴ JAGUARIBE, H., *Condições institucionais do desenvolvimento*, p. 31-2.

carecia. Evidentemente, Jaguaribe enfatizava, aqui também, o progresso econômico.⁷⁵

As especulações de Corbisier sobre a cultura, que vinham de datas anteriores, possivelmente influíram sobre colegas do ISEB. Os conceitos de unidade e totalidade, sob outro prisma, mereceram sua atenção, em 1948: sua abordagem sobre a crise brasileira foi elitista. Apreciava positivamente as chefias iluminadas, açulava-se contra os tecnocratas e técnicos. O técnico, deliberadamente, “circunscreve e limita o campo da sua consciência”: técnicos “podem ser produzidos em série, nos estabelecimentos de ensino adequados”. Quando faltam e não se encontram, também podem ser importados, e “só a insensatez da nossa época é que poderia inventar o absurdo da ‘tecnocracia’”. Sem a “visão de conjunto” e a consciência da totalidade dos problemas, eles “só podem ser aplicados como instrumentos”. “As funções técnicas estão sempre subordinadas a planos de conjunto, cuja concepção implica a consciência de interesses e necessidades mais amplos, o que constitui propriamente a ‘política’.”⁷⁶ Oito anos após, no ISEB, afirmou que a transformação das estruturas de base, que incluíam também indústria nacional e mercado interno, não aconteceria mecanicamente, mas por meio de comportamentos livres racionalmente planejados e executados. Aquela transformação acarretaria transformações paralelas no plano da educação e da cultura. A industrialização, portanto, requeria formar técnicos capazes de projetá-la e dirigi-la. Com isso, reclamava mudança no aparelho pedagógico, com a criação de escolas, com novos

⁷⁵ Cf., *Ibid.*, p. 53.

⁷⁶ Cf. CORBISIER, R., *Responsabilidade das elites*, p. 43.

programas e métodos de ensino adequados às novas exigências. E além dos técnicos, e engenheiros, também iriam formar os políticos e homens dotados de visão global e panorâmica dos problemas nacionais.

Vieira Pinto manifestou semelhante preocupação com o conjunto, na Introdução ao primeiro volume de *Consciência e realidade nacional*. A consciência crítica é que se atribuía a compreensão do sistema de conceitos, dizia ele; sua obra visava a apreciar os reflexos das transformações em andamento sobre a consciência nacional. Assumindo sua tarefa específica, que é de esclarecer, etc., o filósofo da nação em desenvolvimento iria oferecendo valiosa contribuição ao esforço de toda a comunidade.

2. A educação “oficial”: humanista e técnica

Vimos como Corbisier chegou a depreciar como limitados os técnicos e especialistas. Corbisier dizia de todos, e do liberalismo, desconsiderarem o ideal comum, a visão do homem. Pois que o homem vive para além da profissão, Corbisier não admitiu reduzir educação à família e à escola apenas; ele a estendia ao rádio, à imprensa, ao cinema, à conferência, ao sermão; sobrelevou em especial a filosofia: “Cabe ao filósofo preparar essa recuperação, preservando a forma, a efígie humana, condição primeira e objetivo último da pedagogia”.⁷⁷ Para ele, Corbisier, a filosofia implicava uma pedagogia latente, o dever-ser de uma imagem do homem.

⁷⁷ CORBISIER, R., Situação e problemas da pedagogia. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (2), p. 235.

Vieira Pinto reprovou a visão “socrática”, segundo a qual os males de uma sociedade proviriam de defeitos de instrução nos indivíduos. Essa posição de muitos vinha justificar que, de direito, era aos virtuosos que cabia governar, preparados por obra de sábios. Pedagogia simplória de quem achasse que a virtude se ensina. Vieira Pinto, teoricamente, negou que um país só pudesse contar com um índice de desenvolvimento cingido à etapa em que o seu processo de transformação se encontrasse. Vício do “pedagogismo”: melhor educação seria aquela que acelerasse o desenvolvimento nacional. Na verdade, explicava ele, era a realidade que suscitava o conteúdo da educação conveniente. À pedagogia como ciência, só lhe cabia estabelecer os meios e procedimentos adequados a possibilitar a transmissão daquele conteúdo.⁷⁸

Para Vieira Pinto, a educação não precedia o processo de desenvolvimento, mas o acompanhava contemporaneamente, numa tensão dialética. No seu dinamismo, cada etapa conteria as tarefas a realizar, como propostas e desafios à ação humana. Ora, a educação seria justamente a consciência dessas tarefas e a mobilização dos meios e recursos próprios para executá-las.⁷⁹ Portanto, reagindo sobre o processo em curso, a educação podia retardá-lo ou acelerá-lo. Dois sistemas pedagógicos coexistiam a todo momento: o oficial, de caráter formal, vindo dos administradores e dirigentes, e o real, imposto pelos fatos, ministrado pelo processo mesmo do desenvolvimento. Conforme Vieira Pinto, o segundo era a matéria da verdadeira pedagogia.⁸⁰ Por seu lado, a

⁷⁸ PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 1º v. – Consciência ingênua, p. 117-8 passim.

⁷⁹ Cf. *Ibid.*, p. 118.

⁸⁰ Cf. *Ibid.*, p. 120.

pedagogia “oficial” seria benéfica, ou não, conforme a compreensão que tivesse do processo nacional em andamento sobre o qual assentava. A despesa em educação, que uma sociedade fizesse, se verteria em benefício da própria sociedade e não do indivíduo isoladamente. Por isso, deveria ficar claro que a educação adequada era a que se tivesse sujeitado a duas considerações: de uma parte, seria delineada por quem possuísse a consciência crítica do processo da realidade, de outra só seria crítica e oportuna se suscitasse o aparecimento de outra consciência crítica. Educação teria de definir-se, pois, como auto-reprodução da reflexão crítica. E crítica e eficaz seria a educação para o desenvolvimento. Primariamente, não deveriam interessar conteúdos particulares de conhecimento nem assuntos de natureza técnica; a educação deveria despertar no educando um modo novo de pensar e de sentir a existência.⁸¹ Conclamações para a educação podiam ser dispensáveis, pois a sociedade, a certo momento, perceberia a responsabilidade por ela e por uma possível reforma do sistema. A reforma do ensino nacional, comandada pela visão da realidade como um todo, seria matéria de decisão política, e por isso aos pedagogos de ofício lhes caberia apenas organizar os meios de transmissão dos conteúdos do saber, cumprindo a orientação cuja origem estivesse fora de seu domínio.⁸²

Era necessário e positivo para a democracia avançar na luta pela escola pública, leiga, universal e gratuita, mesmo que prevalecesse na nova lei (LDB) o voto ruim. Contaria como um equívoco que certas questões devessem ser discutidas predominantemente por técnicos e especialistas, sem os leigos, sem

⁸¹ Cf. Ibid., p. 121.

⁸² Cf. Ibid., p. 122.

respeitar o sentir do povo. À ignorância popular não se devia sobrepor a inteligência esclarecida. Os especialistas e técnicos, verdadeira aristocracia, prestavam e deviam prestar inapreciável serviço, mas não convinha tomarem a direção do processo. A esse pretexto, Vieira Pinto sobrelevou o papel dos políticos mais que o dos economistas, dos filósofos mais que o dos educadores, dando à filosofia, enfim, o comando do processo coletivo.⁸³

Fundamentalmente popular tinha de ser a educação, escreveu Vieira Pinto no seu *Consciência crítica*. Refutando o elitismo também de colegas isebianos, descaracterizava ali a educação como privilégio das elites. Afirmou: o desenvolvimento implica o progresso da consciência, e este se acelera pela educação, mas, para que tal progresso aconteça, tem de a educação visar à totalidade das massas trabalhadoras. Na verdade, Vieira Pinto não pretendia excluir a organização escolar, que defendia também ao pregar que a revolução tinha de ser feita na escola.⁸⁴

Era legítimo, na perspectiva do ISEB, considerar o educador como um intelectual, sobretudo se admitisse crescer na própria consciência. É elucidativo revisitar a figura do educador, que apareceu nas lições de Vieira Pinto sobre a educação de adultos. Ali se oferecem propostas críticas quanto ao planejamento educacional também.

Nada nem ninguém estaria isento da educação. Não o estavam as crianças tampouco, pois que se preparavam para atividades de participação e trabalho. Significativa, nesse sentido, a definição de educação que desvelava o trabalho e o

⁸³ Cf. *Ibid.*, p. 124-6 *passim*.

⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p. 502-3.

social como fins da mesma: educação é o “permanente aproveitamento” das capacidades de cada indivíduo pelo todo social em seu benefício. Assim, concluía Vieira Pinto, ela respondia aos estímulos sociais de criar hábito de convívio social e de ministrar trabalho útil.⁸⁵

Vieira Pinto, valorizando o trabalho, valorizava a educação crítica informal. Por que o adulto? Porque era o homem na fase mais rica da sua existência, mais plena de possibilidades. Era o trabalhador “trabalhado”, e que trabalharia nas condições oferecidas pela sociedade onde se encontrasse. Pois que aos adultos cabia a direção da sociedade, o seu trabalho se tornaria também ação política, no sentido sociológico. A participação cada vez mais ativa do trabalhador expandiria a sua consciência, e lhe ensinaria por que e como se lhe deveria atribuir participação mais ativa na vontade geral. Ainda que analfabeto, pois o fato de o ser não representaria obstáculo à consciência de seu papel social; com efeito, viera recebendo a outra educação ao participar na realidade social, ou até, porventura, como líder nos movimentos sociais.⁸⁶

E outras *Lições* ainda. O trabalhador, que é quem cuida de sua prole, deseja que ela aprenda a ler e escrever e freqüente a escola. A educação do adulto não poderia separar-se da educação da criança: de fato, o adulto, ao se alfabetizar, pretenderia saber ao menos tanto quanto seus filhos; logo, ninguém dispensaria a campanha de alfabetização de adultos.⁸⁷ Vieira Pinto recriminou o vergonhoso desprezo moral que se teve pela dignidade do homem. O educando, em verdade, é um ser pensante, portador de idéias e produtor de idéias, freqüentemente com alta

⁸⁵ Cf. PINTO, Á. V., *Sete lições sobre educação de adultos*, p. 69-70.

⁸⁶ Cf. *Ibid.*, p. 80.

capacidade intelectual, segundo o atestaram a literatura oral e a crítica dos fatos por ele mesmo exercidas.⁸⁸ Ao educador de verdadeira consciência crítica tocava identificar-se com o educando adulto e utilizar um método adequado, com respeito por esse adulto, que seria, antes de tudo, atuante na sociedade e desejoso de capacitar-se para influir socialmente. Vieira Pinto reprovava as elites que pensavam em elevar alguns, para que estes depois elevassem outros. O mundo todo se eleva, quando consigo eleva o homem! Reprovava os governos que alimentavam as tais elites culturais e também os que se desinteressavam por construir escolas para todos.⁸⁹

Roland Corbisier reuniu e completou estudos do período de 1963 em livro posterior. Fazia dez anos que o ISEB se defrontava com o problema global do desenvolvimento. O programa de metas agravava as contradições e merecera críticas; não fora um plano integrado e global, não obstante o saldo positivo.⁹⁰ O tema das reformas de base ou de estrutura despontou justamente em correspondência com necessidades objetivas do processo. Inútil erudição seria querer demonstrar a tese de que as classes dominantes suscitavam, por intermédio dos seus intelectuais, as ideologias dominantes que viessem sancionar e justificar os próprios interesses e privilégios.⁹¹ Por outro lado – e ficou por fazer um trabalho pedagógico de elucidação, definição, esclarecimento e persuasão do público – teria sido preciso superar a demagogia e a agitação, a onda emocional

⁸⁷ Cf. Ibid., p. 81.

⁸⁸ Cf. Ibid., p. 83.

⁸⁹ Cf. Ibid., p. 94-5.

⁹⁰ Cf. CORBISIER, R., *Reforma ou revolução?*, p. 64.

⁹¹ Cf. Ibid., p. 91.

em favor das reformas.⁹² Depois da ambivalência do reformismo, Corbisier tratou das próprias reformas de base, entre elas a universitária. Lamentavelmente, no período colonial, a classe média não precisou saber muita coisa. Os advogados floresceram muito – uma superprodução – e houve grandes juristas, embora com formação importada. Com uns poucos livros mais as qualidades pessoais, nem dependiam de máquinas ou de laboratórios para defender as propriedades e os interesses das classes dominantes⁹³. O povo jazia no analfabetismo e na ignorância, totalmente excluído da educação e da cultura e incapaz de influir no processo de desenvolvimento, de ajudar na economia que se modernizava. Corbisier aceitava que, sem o conhecimento científico da realidade que se quisesse transformar, e dos problemas que se quisesse resolver, não se elaboraria plano algum, não se tomaria posição ideológica em relação ao modelo de desenvolvimento que se pretendesse realizar. As linhas para uma planejada educação para o desenvolvimento eram: esclarecimento ideológico, formação científica e tecnológica, cultura popular e alfabetização das massas. Dentro do tema da reforma universitária, destacava ainda a importância de difundir a cultura junto ao povo e de a direção das escolas contar com a participação dos estudantes.⁹⁴

Retomou-se, no livro, a questão do planejamento. Não se planejaría sem o “prévio conhecimento”. Corbisier apreçou positivamente, então, as equipes de cientistas ou de especialistas, os bons conhecedores, por exemplo, de uma região. Também pressuposto de notável importância o aparelho administrativo: onde

⁹² Cf. *Ibid.*, p. 100.

⁹³ Cf. *Ibid.*, p. 126.

quase tudo estivesse por fazer, o protagonista primeiro seria o Poder Público, o Estado, com os quadros de gerentes, administradores e funcionários; desvinculados de um regime elitista anterior, porém. Mas, donde recrutá-los? Era a pergunta sobre as estruturas políticas, as dominações de classe e a educação, com a proposta de luta constante, mesmo na legalidade vigente, contra a alienação.⁹⁵

3. Planejar a universidade

Também revelador das vistas ideológicas que marcaram o grupo por tempo relativamente longo foi o interessante artigo que Hélio Jaguaribe escreveu em 1954. Era um comentário sobre a Conferência da Unesco em Utrecht em 1948. Os países membros reconheceram que a missão das universidades consistia em: 1) formar profissionais liberais; 2) pesquisar e desenvolver, criadoramente, a ciência; 3) dar aos estudantes noções de cultura geral. Jaguaribe pretendeu criticar o conceito de “cultura geral”; ponto que, na conferência, com geral cumplicidade, permanecera o mais obscuro. Não era verdade, dizia, que a universidade ensinou cultura geral, porque todos os problemas se resumiam, para ela, no econômico. A menos que estivessem errados os filósofos e sociólogos, as universidades se viam na maior crise de sua história. Posta a questão assim, era preciso determinar previamente o que era a universidade e qual o fim a que ela se destinava.⁹⁶

⁹⁴ Cf. Ibid., p. 128-9.

⁹⁵ Cf. Ibid., p. 129-32 passim.

⁹⁶ Cf. JAGUARIBE, H., A crise da universidade. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. IV (1), p. 16-9 passim.

A universidade é um processo histórico e uma função social. Portanto, por um lado todas as sociedades possuem um processo de transmissão de sua cultura, uma educação das novas gerações; por outro lado, quando o processo assume a forma de ensinar, se diversifica de acordo com a complexidade da estrutura social. Um ensino superior, o Ocidente o ministrou desde o século XII; e ele passou sempre por transformações; mas sobretudo nos últimos 100 anos, isto é, após 1850, quando mudou muito a conjuntura.⁹⁷ Jaguaribe elucidou três fatores pelos quais a universidade persistiu até o século XIX. Um, a dependência da função ante a situação social. Outro, a característica essencial de prevalência da inteligência geral sobre a especializada. E, enfim, as relações entre a cultura e seu elemento. E valia explicar: após meados do século XIX, com inversão da dinâmica social, a função passou a determinar a situação social, e veio a prevalecer a inteligência especializada. Com a Revolução Industrial, necessitava-se de quem dominasse o saber técnico-industrial: tempo da “revolução dos gerentes” (Burnham), isto é, dos que controlavam os segredos da técnica industrial e da técnica de administração de unidades complexas. A função dominava sobre o “*status*”.⁹⁸ Nos meios especulativos e teóricos, também houve mudanças: o positivismo e o neo-positivismo consideraram os processos operativos como objeto da filosofia, tornada “filosofia científica” no lugar da ‘literatura metafísica’. Estabeleceram-se três planos autônomos, então: a filosofia científica, o físico-matemático, o técnico, e bem pouco do que houvera antes. A universidade era a Complexidade. Ia tentar

⁹⁷ Ibid., p. 19-22.

⁹⁸ Ibid., p. 23-6.

o impossível: formar um corpo de especialistas, para usar a expressão de Ortega.⁹⁹

A maior parte das disciplinas seria de ensino técnico-profissional.

O grande problema da universidade, nesses séculos XIX e XX, era o intervalo entre o que a universidade representava e o que deveria representar. Perguntava-se Jaguaribe: continuava ela exercendo sua missão de educação superior? Na hipótese negativa, podia e devia voltar a exercê-la?¹⁰⁰ Questões que extravasavam para as condições econômicas, sociais e culturais do Ocidente e para a problemática do Homem. A universidade cultural viu-se em dificuldades, e nisso se dava uma história irreversível, mas as condições para ela existir poderiam ocorrer em outra conjuntura histórico-social, dizia Jaguaribe. Ele procurou retomar a anterior definição de cultura: compreensão unitária e total da realidade. No entanto, a manter assim, se desvalorizava a cultura como visão científica da realidade, na qual apareciam, tripartidos, três planos autônomos, o da metodologia, o da ciência natural e o da tecnologia. Logo se refez contudo: tal tripartição não devia ter suprimido os pressupostos, e esses deveriam ter sido restabelecidos.¹⁰¹

Jaguaribe avançou, finalmente: a economia e as ciências, em geral, se tornariam como que impossíveis, se desaparecesse o “homem culto” e se a cultura perdesse a compreensão unitária e total da realidade. O “homem culto” exercia o comando da sociedade até princípios do século passado, e era um educador para a cultura; estava destinado a dirigir a comunidade, resultando também um ensino de orientação inteligente e superior para os acontecimentos histórico-sociais.

⁹⁹ Ibid., p. 27-8.

¹⁰⁰ Ibid., p. 30.

Oferecia-se um modelo humano, segundo o qual cada um se pudesse realizar. Ora, se não houvesse mais homens cultos, perder-se-iam a cultura e o próprio homem: a primeira, porque é o objeto ante o qual o homem culto é o sujeito; o segundo, porque, “não sendo o homem uma realidade acabada e permanente, deixa de existir quando desaparece o esforço de humanização, isto é, o esforço de conquistar a plena auto-consciência”.¹⁰² Quando se perde o homem, surge o especialista, ou seja, o funcionário, como que um instrumento afeto a uma função e alienado ao coletivo. Nesse caso, se perderia a própria ciência, porque a verdadeira atividade científica repousa sobre postulados que antecedem e transcendem a ciência; sem estes, não existiria mais a visão unitária e total da realidade, o mundo surgiria sob a forma caótica de fenômenos.¹⁰³

Universidades como as anglo-saxônicas se mostraram insensíveis a tais requisitos e tendências de unitariedade e não acataram o renascimento humanístico. A dependência ante o especialista reduzia a universidade à formação de profissionais liberais e técnicos, e deixava-se a cultura ao cargo de institutos e órgãos livres. Logo, um problema fundamental: a compreensão culta do mundo já devia ter sido objeto de reformas, de maneira que se pudesse por em unidade com a interferência do homem.¹⁰⁴ Aquele problema se agravava, porque a tendência contemporânea era que os profissionais e técnicos exercessem cada vez mais a função de classe dirigente; até hostis à cultura, podiam forçar um rebaixamento do nível espiritual da época. “Essa tendência se agravará conforme se intensifique a

¹⁰¹ Ibid., p. 31 passim.

¹⁰² Ibid., p. 32.

¹⁰³ Ibid., p. 32-3 passim.

¹⁰⁴ Ibid., p. 34 passim.



participação das massas trabalhadoras no governo, participação desejável e necessária, por muitas razões, mas perigosa se não for precedida de uma habilitação cultural dos líderes proletários.”¹⁰⁵

Outro artigo de Jaguaribe, “Que é filosofia?”, também informa sobre o pensamento de fundo do autor e sobre a universidade. O “saber a que se ater” seria a base de todo saber. O saber prático, mais diretamente apoiado nos instintos, apareceria dentro de condições dadas; o saber teórico nos forneceria um sistema de constantes válidas para circunstâncias e momentos diversos, isto é, conteria o esquema de todas as circunstâncias em que seria aplicável. Jaguaribe enfatizou que as exigências pragmáticas eram também experimentadas pelos animais, ao passo que apenas a “visão de mundo” constituiria a fonte de toda cultura e sua máxima finalidade. Podemos ver que também aqui se manifestou, da parte do nosso isebiano, uma subestimação pelo técnico, pelo homem não universitário, pelo especialista, pelo homem de ação menos afeito às lides da razão; ou o descaso pelo trabalhador, a quem a razão nunca teria socorrido.

Álvaro Vieira Pinto, ao publicar obra sobre universidade, lembrou as contradições que envolviam as classes, e lembrou como os grupos se alternavam sem mudança no comando, adiando, com isso, a resolução das contradições. A fase vivida após Juscelino, porém, foi marcada pela rápida exacerbação das forças contrárias em jogo. A consciência popular desenvolveu-se, sobretudo ao compreender as razões das agruras do povo. Vieira Pinto chamou esse período de pré-revolucionário, porque as camadas populares começaram a se convencer de

¹⁰⁵ Ibid., p. 34.

que só pela sua decidida ascensão obteriam meios de realizar as reformas consideradas urgentes. Era a etapa da consciência.¹⁰⁶ Com a consciência das massas apoderando-se de idéias indispensáveis, se levantava o problema da reforma da universidade. Sem o fundamento de tais idéias, os planos para melhorar o ensino superior, as leis de reforma, ou os debates inofensivos – coisas de que se encarregavam cavalheiros pitorescos do MEC –, se tornariam puro pedantismo. Um comício de camponeses no Nordeste decidia mais sobre a futura universidade do que as reuniões dos Conselhos de Educação. O comando da luta social pela reforma foi assumido pelos estudantes e não pelos professores. Os estudantes eram pela práxis. Na origem das idéias que deviam servir para formular a reforma, eles identificavam-se, como coletividade, às forças sociais ascendentes, e, por suas qualificações intelectuais, ingressavam como vanguarda de tais forças. Eles, e não os docentes, se inquietavam em promover o movimento que desembocaria na reforma universitária.¹⁰⁷

E por que a universidade se incluiria entre instituições a reformar? Porque ainda se constituía como peça essencial da estrutura arcaica. Entendê-lo era o desafio. Modernamente, contudo, o jovem a procurava, a fim de se preparar ao trabalho, não para virar doutor; a transformação dela, porém, devia ocorrer nas estruturas e não na superfície; não mais um centro distribuidor de alienação, mas instrumento de criação de nova consciência. Humana e livre, seu elemento pedagógico superaria o puro cerimonial didático e os grupos professorais seriam

¹⁰⁶ PINTO, Á. V., *A questão da universidade*, p. 10-2.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 13-4.

mais do que técnicos.¹⁰⁸ Nas averiguações propostas, Vieira Pinto chegou a desprestigiar o “pedagógico” em favor do “sociológico”: que relações a universidade, se instrumento da classe dominante, mantinha com o resto da comunidade? Qual parte da população estaria podendo ingressar na universidade e qual parte sofrendo expulsão?¹⁰⁹

Descoberta a essência da universidade, tornou-se fácil descrever as suas relações com o dispositivo geral de domínio da classe social diferente. Essa classe dominante lhe atribuía funções determinadas; feita instrumento capital da estrutura política vigente, era utilizada para forjar argumentos que assegurassem o comando ideológico. Sociólogos e juristas formados na universidade defenderiam a classe dominante, num travamento interno de idéias e de especialidades de ordem teórica ou tecnológica.¹¹⁰ Vieira Pinto, então, se manifestou em viva oposição ao delito de corromper a essência da cultura contra os interesses da nação e de apresentá-la como instrumento de escravização. Sonegadas as idéias que a cultura lhe podia dar, viu-se o povo privado das armas ideológicas que lhe teriam servido para humanizar a própria existência. O serviço real era prestado aos grupos poderosos por uma universidade que se alçava como repressora da cultura; afinal, a universidade era reservada a um seletto círculo de espíritos luminosos. Os trabalhadores continuavam a sofrer.¹¹¹

Vieira Pinto retomou a questão: “em que medida a cultura se origina na universidade, nela tem guarida, e aí encontra terreno propício a se desenvolver?”.

¹⁰⁸ Cf. Ibid., p. 16-7.

¹⁰⁹ Cf. Ibid., p. 28.

¹¹⁰ Cf. Ibid., p. 30-1.

¹¹¹ Cf. Ibid., p. 45-6.

Examinada a condição submissa da universidade, achou a resposta: “Só pode ser gerada no âmbito universitário, ser protegida e defendida por ele, a cultura que corresponda aos interesses de tal classe”. A cultura expandida pela universidade era, na sua maior parte, indiferente ou hostil aos interesses das grandes massas trabalhadoras e à outra cultura que elas produziam.¹¹² Em correspondência, ele assinalou um fato de observação geral: o horror da universidade a toda referência ao seu papel social; escudando-se na “autonomia”, diz, ela tudo fazia para passar despercebida da vigilância social, como se nada tivesse com os conflitos ideológicos e políticos no âmbito da comunidade.¹¹³

Em 1956, no primeiro Curso Regular do ISEB, Vieira Pinto já insistia na oportunidade de “criar um novo conceito de educação”, e projetava o sonho de uma educação das massas, no esquema de um “humanismo do nosso tempo”; humanismo que prezaria, fundamentalmente, “o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade material e as artes que exprimam o sentido original do homem brasileiro”.¹¹⁴ Era, desde então, uma atitude interessante de abertura à realidade moderna, de diálogo com os debatedores da LDB nos finais da gestação. Sem traições à massa proletária .

¹¹² Cf. *Ibid.*, p. 57-8.

¹¹³ Cf. *Ibid.*, p. 61-2.

¹¹⁴ Cf. PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 44. Ainda ficou sem resposta nossa pergunta sobre a real posição de Guerreiro Ramos, naquele ano de 1956. Que teria ele pensado de um sonho de transformações profundas e em proveito das maiorias, quando assim escreveu: “O *lumpenproletariat*, a mão-de-obra marginal, o rebotalho das ruas, é u’a matéria amorfa de que dispõem as correntes que, de modo ocasional, lhe asseguram uma vantagem imediata”?

CAPÍTULO IV

A CRÍTICA SOBRE OS “HISTÓRICOS” DO ISEB: INTELECTUAIS, SEU PAPEL E O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Até aqui atestamos o pensamento dos “históricos” do ISEB quanto a uma ideologia do desenvolvimento para o Brasil. Não trataram explicitamente da educação escolarizada, embora ligados ao Ministério da Educação e *Cultura*. Interessaram-nos, então, os pressupostos filosóficos dessa “omissão”. Neste último capítulo, abordando criticamente a obra intelectual e a ação dos nossos “históricos”, recolhemos deles, para nosso roteiro, importante chave de leitura e pressuposto: a unidade-homogeneidade.

1) **A unidade como chave para a compreensão crítica dos três capítulos**

1. Filosofia e unidade / totalidade nos “históricos” do ISEB

Unidade foi uma idéia diretora para nossos “históricos”. A correção por eles projetada para a “hemiplegia” do MEC o deveria completar com órgãos correspondentes à Cultura. Já por aí se manifestava um zelo pela unidade / totalidade. Unidade, nas coisas do País, foi uma obsessão em toda a trajetória do grupo de interesse que, no ISEB, em julho de 1955, consolidou o projeto de formular a ideologia do desenvolvimento. E não somente dos “históricos”. Também Anísio Teixeira e Abgar Renault abordavam a realidade educacional e

tecnológica sob o prisma do discurso da unidade nacional territorial dos anos 40. Mas, a grande unidade nacional para o desenvolvimento, que “requeria núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais”, era o programa de vida do ISEB.¹

1.1. Unidade como ideologia

Como matéria de uma teoria sistemática do pensar e do agir humanos, ideologia passara a constituir tema central de reputada disciplina universitária, a sociologia do conhecimento. A despeito das divergências, disse Guerreiro Ramos, nenhum sociólogo contestava o condicionamento dos grupos pelas respectivas posições na estrutura social.² No ISEB, segundo Octávio Ianni, houve mais homogeneidade ideológica na primeira fase, em especial sob a liderança de Jaguaribe; de modo geral, a segunda fase foi mais contraditória. O grupo queria fazer-se ouvir e criar discípulos e, para o desenvolvimento modernizante e industrial, buscavam influenciar no aparelho de Estado³. A Escola Superior de Guerra (ESG) também era interessada em formar “indivíduos de educação heterogênea, inculcando-lhes o sentimento de comunidade e do interesse coletivo, garantindo unidade, pois, dentro da fidelidade ao Estado, o instrumento de mobilização da ação coletiva”.⁴

Outro ponto de vista a considerar é o de Claude Lefort, citado por Marilena Chauí: a sociedade histórica é comandada por divisões internas. Esta, no

¹ Cf. atrás, p. 59.

² RAMOS, A. G., *O problema nacional do Brasil*, p. 45- 6.

³ Ver IANNI, O., *O ciclo da revolução burguesa*, p. 55- 6 e 58.

instante em que “se produz como sociedade, produz as divisões que a fazem ser”; e, “pressupondo divisões e repondo a divisão das classes, tenta oferecer-se como idêntica, identificando-se a uma das classes – a dominante –, mas só pode fazê-lo imaginariamente (pela ideologia) e recorrendo à força ou à persuasão”. Chauí ainda contesta: “Estamos numa sociedade que recusa refletir sobre a divisão interna que a constitui...”; “... a sociedade tenta exorcizar as contradições que a constituem e o trabalho dessas contradições”. E ainda diz Chauí, lembrando, com Walter Benjamin, os “vencedores”: essa sociedade, “exclui todos os feitos e fatos que ponham em risco ou em dúvida sua unidade e unicidade contínuas”.⁵ E a insistência dos nossos isebianos sobre a unidade, de onde se origina? Tudo nos remete à pregação e teoria de Plínio Salgado, o fundador e Chefe do Integralismo na década de 20: é questão de conferir o Manifesto Integralista de 1932.

1.2. Filosofia na base das grandes questões

Os filósofos podem pensar em termos de universalidade, afirmou Vieira Pinto no primeiro encontro de 1956. O grupo trabalhou pressupostos comuns, na história prévia ao ISEB. De certo, as raízes já não podem ser apenas escolásticas. Depois da matriz da educação católica, passaram pelo hegelianismo, via historicismo, pela fenomenologia ou existencialismo, e, na última fase, beberam muito do marxismo-leninismo, já bem divulgado no Brasil.

⁴ Cf. Ibid., p. 69. Está citando COELHO, Edmundo Campos, *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*, da Forense Universitária, p. 167.

⁵ Cf. CHAUÍ, M., *Seminários – O nacionalismo e o popular na cultura brasileira*, p. 60-1.



A universalidade da filosofia manifesta recendências do elitismo de Plínio Salgado, para quem o filósofo (o cristão) devia esclarecer, trazer para a luz, quem se achasse na obscuridade. Em matéria de filosofia, o Brasil se encontrava na fase inicial, noturna, sem a “visão de conjunto”. Para Vieira Pinto, só a compreensão filosófica poderia ter proporcionado um instrumental indispensável e categorias prévias, para que a comunidade nacional pudesse interpretar a própria realidade.⁶ Mas ajuntava, positivamente, o trabalho do sociólogo para a progressiva formação da autoconsciência a partir de uma “protoconsciência”.⁷ Sua programática primeira aula de 1956 fez uso de conceitos iluministas: esclarecer, clareza, claro, aclarar..., também presentes no Integralismo de Plínio Salgado. Contudo, em nossos “históricos” apareceram influências de Hegel para boa parcela dos seus pontos de vista, para a “visão de conjunto” e a crítica, que socorreriam as massas anteriormente sensitivas e mudas perante o drama social mas agora capazes dos primeiros protestos.

Texto tardio de Corbisier trouxe a tônica do seu pensamento: “o intelectual, e, a rigor, o intelectual é o filósofo, é o único que pode transcender o condicionamento de classe...”; “socrático e hegeliano, o filósofo adotará, como método único da filosofia, o diálogo e a dialética, o que o levará a tentar esclarecer, isto é, educar seus interlocutores (...), em princípio, incluir todos os membros ou habitantes da cidade”.⁸ O filósofo-político, ou o político-filósofo, a rigor, seria a consciência da sociedade considerada em conjunto.⁹ Na mesma obra,

⁶ Cf. PINTO, Á. V., *Ideologia e desenvolvimento nacional*, p. 11-5 passim.

⁷ *Ibid.*, p. 16-7.

⁸ Cf. CORBISIER, R., *Filosofia, política e liberdade*, p. 27 e 34.

⁹ *Ibid.*, p. 43.

como que corrigindo, Corbisier ressalva que “na filosofia de Hegel, apesar de seu idealismo, encontram-se os germes do historicismo...”¹⁰

Marilena Chauí é de ajuda para compreender tal universalidade, marca do filósofo em Hegel, num sentido oposto ao de Kant. Kant separava entendimento e razão, fenômeno e realidade em si, e a interpretação posterior viu aí separação entre sujeito e mundo, seres humanos e natureza, espírito e natureza. Filósofos e artistas românticos alemães, não aceitando tal separação, buscavam reunir, “reconciliar” humanos e Natureza, através do sentimento estético, da imaginação ou da sensibilidade. Hegel, contudo, compreendeu que só existe o Espírito, a Razão, que a Natureza é uma manifestação do Espírito, que a Cultura também é uma exteriorização do Espírito, num movimento que não é seqüência temporal de acontecimentos, de causas e efeitos, mas a vida do Espírito (= lógica).¹¹ Assim, Hegel recusou obviamente, solução romântica. Como, então, unir, verdadeiramente, Natureza e Cultura, Espírito e Realidade?¹² O Espírito começa como um sujeito que se exterioriza no predicado Natureza, isto é, manifestando-se como *coisa*, mas coisa já para ser consumida (terra, água, animais, etc.). No consumir, aparece um outro predicado do Espírito, a Consciência: esta se conserva também, não pelo consumo das coisas naturais, mas pela negação da mera naturalidade delas. Agora, a Consciência afirma que a coisa existe não *em si*, mas *para mim* – isto é, ela possui um sentido em minha experiência. Serve bem o exemplo da montanha; quando esta me aparece num dos seus significados,

¹⁰ Ibid., p. 189.

¹¹ Para entender que é a lógica, e, depois, a ciência da lógica, remetemos a M. CHAUI, *Convite à filosofia*, p. 202-4; estuda a *dialética* segundo Hegel.

¹² Cf. Ibid., p. 202.

especificamente é negada pelo Espírito como Natureza e se afirma como Cultura: torna-se *ser-para-si*, nega-se como *ser-em-si*. O próprio Espírito põe um sentido novo. Ora, quando o Espírito, então, se reconhece como sujeito que se produz a si mesmo, se reconcilia consigo mesmo, e é, ao mesmo tempo, *em-si e para-si*.¹³

A filosofia deseja apreender o sentido de totalidade, de universalidade, nunca somente a coisa *em-si*. Clareamos com uma explicação de Corbisier: “Que significa a água de Tales de Mileto, que, segundo o consenso unânime, inaugura a filosofia no Ocidente? A água de Tales não é propriamente aquela em que nos banhamos e que bebemos, mas a substância primeira, ou primordial, da qual todas as coisas são feitas e à qual as coisas devem todas retornar. É o que há de comum entre todas as coisas, a unidade na multiplicidade, o universal portanto. A partir de Tales (...), a filosofia se caracterizará pelo projeto de apreensão do universal, da totalidade.” Afinal, diz Corbisier, “a razão é uma capacidade e exigência de ligação, de relacionamento, de unificação”.¹⁴ Conforme Chauí, foi prevalecendo aquele segundo sentido de cultura: se o homem é dotado de liberdade e cultura, age por escolha, de acordo com valores e fins (reino de finalidade livre), e a cultura, sinônimo de História, é a relação dos humanos com o tempo e no tempo. Essa foi a ênfase de Hegel, como foi a de Marx mais tarde. Para Hegel, cada período de uma cultura (num país, por exemplo), seria fase da vida do Espírito, ou Razão, a ser ultrapassada pelas seguintes num progresso contínuo.

Marx viu um erro básico em Hegel, o de confundir História-Cultura como manifestação do Espírito (Razão). Para Marx, a História-Cultura narra, sim, as

¹³ Cf. todo o texto acima, de M. CHAUÍ, p. 203-4, para uma primeira compreensão de como, de preferência, deve ser vista a “Cultura” nos “históricos” do ISEB na década de 1950.

lutas reais dos seres humanos reais, que produzem e reproduzem *relações sociais* – e nisto se distinguem eles da Natureza e se diferenciam uns dos outros em classes sociais antagônicas. E ainda: a classe que domina e a que é dominada possuem concepções diferentes e contrárias sobre as causas dos acontecimentos, e as explicações sobre isso não são idênticas em cada classe. A sociedade histórica, via-se por aí, era um problema e não uma solução. Numa sociedade, as diferentes classes sociais produzem culturas diferentes e antagônicas. Uma sociedade, portanto, conhece um fenômeno inexistente nas “comunidades” – nestas, há cultura única –, o fenômeno chamado da ideologia. A ideologia, explica Chauí, é resultado da imposição da cultura dos dominantes à sociedade inteira, como se todas as classes e todos os grupos sociais pudessem e devessem ter a mesma Cultura, embora vivendo em condições sociais diferentes. Através da ideologia, pois, as sociedades históricas procuram oferecer a imagem de uma única Cultura e ocultar a divisão social interna.¹⁵

1.3. Ainda a filosofia e totalidade versus cisão

A “visão de conjunto” da filosofia dos nossos “históricos” surgiu como uma cultura ou uma “ideologia”. Bebida também do Integralismo. Doutro lado, vendo obras de idade mais madura, achamos o conceito de totalidade tirado de Hegel. Uma vez abandonados pontos de vista anteriores, o Integralismo, por exemplo, passaram a procurar novas justificativas e fundamentos para a sua

¹⁴ CORBISIER, R. *et al.*, *Introdução à filosofia*, p. 211-2.

concepção de unidade. Hegel foi o caminho áureo no momento de sobreviver no meio de novos ventos democráticos do Pós-Guerra ou de um dogma cristão mais dialogante.

Não por acaso, a seleção de textos de Hegel, que Corbisier preparou, oferece muitos elementos sobre o estatuto da filosofia e o homem universal. Hegel, aliás, ocupa “um lugar especial, sendo arremate o desfecho de toda a filosofia ou de toda a racionalidade ocidental...”.¹⁶ Em *A fenomenologia do Espírito*, Prefácio, disse Hegel mesmo: “a verdade é o todo”, ou a totalidade.¹⁷ E Corbisier insistiu em apresentar a filosofia hegeliana como sistema: “... a verdade filosófica só se poderá exprimir no sistema da verdade, quer dizer, a filosofia enquanto sistema”.¹⁸ Disso convencido, Corbisier afirmou que a história é racional, e, inversamente, a razão é histórica, e concluiu que, em qualquer momento da história, “a totalidade deve estar implícita, como razão de ser e sentido”.¹⁹ O Espírito Absoluto é a síntese do espírito subjetivo e do espírito objetivo: é o fundamento comum de ambos, então; esse Espírito Absoluto “encontra a sua manifestação suprema na filosofia, que o conhece conceitualmente”.²⁰ Aí, outra vez, a grandeza da filosofia como ciência da totalidade. Hegel mencionou a filosofia em sua relação com a Cultura, de um modo muito afim ao que acabamos de ver explicado em Corbisier: “A *cisão* é a origem da necessidade de filosofia e, enquanto cultura da época, essa origem é o

¹⁵ Cf. CHAUI, M., *op. cit.* 293- 6 *passim*.

¹⁶ CORBISIER, R., *Hegel: Textos escolhidos*, p. 12.

¹⁷ *Ibid.*, p. 15.

¹⁸ *Ibid.*, p. 19.

¹⁹ *Ibid.*, p. 19.

²⁰ *Ibid.*, p. 30.

aspecto não livre, dado, da forma. Na cultura, o que é a aparência do absoluto, *se isolou* do absoluto, fixando-se como coisa independente. Mas, ao mesmo tempo, a aparência não pode renegar sua origem, deve esforçar-se por constituir em um todo a multiplicidade de suas limitações.”²¹ Hegel veio, então, tratando da distinção entre Razão e Entendimento. O Entendimento, poder de limitação, está perdido nas partes e se esforça por alcançar o Absoluto, mas só reproduz a si mesmo sem fim. A Razão se opõe à fixação absoluta da coisa pelo Entendimento, tanto mais quanto os termos opostos absolutamente procedem eles próprios da Razão. “Quando a força unificadora (a capacidade de unificação) desaparece da vida dos homens, e as oposições perdem sua relação viva e sua ação recíproca, tornando-se independentes, então nasce a necessidade da filosofia.”²² A necessidade da filosofia é um pressuposto da luta entre o Entendimento e a Razão; sem a filosofia, aliás, não avança a inquietude da vida por desprender-se na liberdade. Para que cultive a filosofia, é preciso que um povo tenha atingido certo grau de formação intelectual; que esteja garantido contra a necessidade, pois a filosofia é uma maneira livre de agir; que não sinta mais o interesse pelo particular, do qual deriva o egoísmo. Quando não há mais harmonia interior entre o que o Espírito deseja e aquilo que o deve satisfazer, então se produz a filosofia.²³ É nesse sentido que Hegel fala do pássaro de Minerva: só levanta vôo ao cair da tarde.²⁴ Quando a consciência mais está desperta, pode elevar-se acima

²¹ HEGEL, G. F., *Lições sobre a história da filosofia*. Introdução. Cf. Ibid., p. 33-4. Os grifos são nossos.

²² Cf. HEGEL, G. F., *Diferença dos sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling*. Em: Ibid., p. 34 - 5.

²³ Cf. IDEM, G. F., *Lições sobre a história da filosofia*. Em: Ibid., p. 38-40.

²⁴ Cf. IDEM, *Filosofia do direito*. Prefácio. Em: Ibid., p. 40.

do estado de unidade imediata com a natureza e restabelecer a unidade pela vida do Espírito.²⁵

A partir daí, também entendeu Hegel que fosse possível passar de uma filosofia a outra, e que nenhuma filosofia ultrapassou seu tempo: todas apreenderam o espírito de sua época.²⁶

Esses dados sobre o filósofo como homem do universal, mas inserido na sua época, nos permitiram compreender melhor o que escreveu Corbisier: "... se a solidão do filósofo anacoreta é anti-filosófica, porque anti-socrática, a solidão entre os eleitos, no pequeno grupo privilegiado, é anti-filosófica porque é anti-hegeliana". O filósofo adotará como método único o diálogo e a dialética, para tentar educar todos os habitantes da cidade. Será pedagogo e será político, para criar as condições de exercer a pedagogia filosófica.²⁷ Continuamos roçando bem de perto o problema da unidade nacional e do universal, o problema da nação.

A Razão deve resolver as contradições postas pelo Entendimento. As contradições marcam presença em Corbisier: se a filosofia pressupõe o filósofo, este, por sua vez, pressupõe o lugar e o tempo, a cultura, a época e a fase, o momento histórico em que viveu e em que pensou.²⁸ Por isso, pôde passar do existencialismo à fenomenologia, ao historicismo e até a uma leitura de Marx. Também Jaguaribe sempre pendeu para a historicidade, na esteira de Dilthey. A essência da filosofia constituía "um todo articulado, só compreensível em seu

²⁵ Cf. IDEM, *Lições sobre a história da filosofia*. Introdução. Em: Ibid., p. 40.

²⁶ Cf. Ibid., p. 43. Isso leva a leituras "historicistas" e "culturalistas" que os "históricos" do ISEB assumiram.

²⁷ Cf. CORBISIER, R., *Filosofia, política e liberdade*, p. 34.

²⁸ IDEM, *Introdução à filosofia – I*, p. 241.

conjunto”²⁹; contudo, era algo de muito essencial para a filosofia a sua historicidade: a história intervém na própria fixação do objeto da filosofia. Jaguaribe caminhou também com Ortega y Gasset; com ele, reafirmou a vida como “realidade radical, porque nela radicam todas as demais realidades. Tanto o sujeito como os objetos são componentes da vida”.³⁰ Os homens que se encontram vivendo estão sempre, em qualquer momento de sua vida, imersos em um certo contexto cultural e histórico. Mas, uma cultura ambiente se interpõe entre cada um e as coisas, e é ela que proporciona uma “visão do mundo”. A “visão do mundo” consistia na redução, a um sistema unificado, da multiplicidade de representações e querências surgidas em nossa relação com o mundo, graças à apropriação, por parte do sujeito, da cultura vigente em sua comunidade”, apropriação que não excluía uma constante reelaboração.³¹ Em Jaguaribe, apareceu um especial relativismo, manifesto nas “brechas na visão do mundo que nos parecia anteriormente satisfatória”, ou na assunção da expressão de Ortega y Gasset: “cada sujeito é uma perspectiva aberta para a realidade”.³² Havia, sim, a necessidade de formar cultura e organizar um sistema, mas se via que “a filosofia é o esforço por compreender o mundo tal qual ele se pousa para o sujeito pensante, dentro de sua circunstância”. Jaguaribe, com esse ponto de vista, legitimava o que chamou de a “concreticidade” da filosofia, que, afinal, se via sempre surpreendida “num permanente começo”.³³ Como vimos, aqui se oferecia

²⁹ JAGUARIBE, H., *Que é filosofia?* *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. IV (1), p. 165.

³⁰ Cf. *Ibid.*, p. 168.

³¹ *Ibid.*, p. 169.

³² *Ibid.*, p. 170.

³³ *Ibid.*, p. 179.

a possibilidade de pensar o universal e o particular, a teoria e o prático-técnico, sem a projeção de dualismos.

1.4. Nacionalismo

Também nacionalismo lembrava unidade. Jaguaribe assim escreveu em 1958: “Basicamente, (...) o projeto nacionalista é algo que, fundado na necessidade de assegurar, mediante um adequado ordenamento político-jurídico, as comuns necessidades econômicas e de defesa, unifica, em dado território, comunidades vinculadas pelos mesmos laços histórico-culturais”.³⁴ Nacionalismo, como aspiração fundadora e preservadora da nacionalidade, implicava não só em solidariedade entre os membros, mas também num projeto de vida nacional.³⁵ Havia, para Jaguaribe, duas espécies de nacionalismo, porém: a primeira, nacionalismo integrador, era a das comunidades que se constituíam em nações, e aí se inscreviam os latino-americanos; a segunda, o nacionalismo imperialista. Só a primeira nos interessa aqui. Não eram simples particularismos de um povo e sua região que suscitavam movimentos nacionalistas; pelo contrário, estes procuraram superar os particularismos. Claro que Jaguaribe não defendia um romântico “*Volksgeist*”, pois que as “características nacionais” até seriam produtos históricos mutáveis. O que ele defendia era a força de um projeto de integração nacional. Projeto que brotava de uma unidade preexistente à relação membro-grupo; e brotava porque havia uma unidade econômica, geográfica e cultural dos povos

³⁴ IDEM, *O nacionalismo na atualidade brasileira*, p. 28-9.

³⁵ Ibid., p. 20-1.

que a compunham; e, enfim, porque havia um elemento contratual, à maneira de decisão política. Desse modo, as relações sociais eram de cooptação, não as de vizinhança. Considerando esses três elementos, mas sobretudo o econômico, Jaguaribe pensou que, na modernidade, o intercâmbio de bens entre cidade e campo estreitou os vínculos que uniam povos de características comuns, também na medida da contigüidade territorial e da maior unidade cultural prévia.³⁶

Jaguaribe pensou em termos de unidade o nacionalismo, e fugiu a uma abordagem dialética da cultura unificadora. Já Cândido Mendes, para o nacionalismo enquanto atitude nacional de afirmação contra o colonialismo, defendeu o imperativo da radicalidade como primeiro princípio. Radicalidade que supunha uma opção das classes que as impedisse de enredarem-se no “*status quo*” em função de um “*modus vivendi*” parasitário, e supunha ainda um desempenho de enfrentamento decidido ao regime colonial. A proposta de Mendes denunciava o perigo ideológico insito no conceito de conciliação: ele admoestava contra a ideologia do imobilismo dentro do esquema que clamava por “união nacional” e governos apartidários. Denunciava o situacionismo, através de posições realistas.³⁷

Já Claude Lefort nos alertou a respeito de ideologias que encobrem as contradições, as divisões. A sociedade histórica era chamada a refletir, escreveu Chauí. Chauí analisou os próprios *Cadernos do Povo Brasileiro*, em seminário, e percebeu que os *Cadernos* operavam com quatro idéias que, na maioria, funcionavam como axiomas, quase como dogmas. Feria os princípios

³⁶ Cf. Ibid., p. 24-5 passim. Cf. p. 27-8.

³⁷ Cf. MENDES, C., *Nacionalismo e desenvolvimento*, p. 129-32 passim.

democráticos que as contradições não pudessem explicitar-se. Aqueles autores não eram democráticos, pois não operavam demonstrativamente, deixando já determinada a conclusão a que desejavam conduzir. Chauí corrigia: que o povo incluía diferentes camadas e grupos com contradições internas: “Admiti-lo como formando uma unidade é pura ilusão”.³⁸

Na sequência, Chauí, rememorando o período de Oliveira Vianna e Integralistas, mostrou como se cruzavam duas vertentes nacionalistas. Uma originada em Hegel, outra em Herder. Hegel afirmou a racionalidade e a universalidade do Estado Nacional como culminância de um processo histórico e político que recolhia frutos do romantismo e do liberalismo. Expressando o seu Estado Nacional o “espírito de um povo”, num momento determinado do desenvolvimento histórico, tinha-se a superação-conservação da unidade imediata ou substancial da família como comunidade natural. Superava Herder cuja concepção política romântica começava e findava na família como comunidade. O conceito de Hegel sobre nacionalidade também invertia as concepções da Escola do Direito Histórico de Friedrich Karl von Savigny, para o qual o Estado Nacional era produto de forças históricas nacionais inconscientes e ocultas, originando-se a lei, por seu lado, de uma consciência nacional (romantismo). Hegel significava também “a superação-conservação da unidade imediata ou formal das vontades como sociedade civil, ponto onde começava e findava a concepção liberal clássica” (liberalismo).³⁹ Repetindo, Hegel, em sua síntese, avançava e via o Estado como o ponto mais alto da vontade plenamente consciente de si e para si;

³⁸ Cf. CHAUÍ, M., *Seminários – O nacionalismo e o popular na cultura brasileira*, p. 75.

³⁹ Cf. *Ibid.*, p. 30.



partia da sociedade civil e não da nação, entendida a sociedade civil e o “espírito de um povo” como o final e o resultado de um processo histórico. O Estado era o ápice da racionalidade, sendo a natural selvageria alienação e animalidade inconsciente.⁴⁰ Esses ideários opostos, foi dito, se cruzaram no Brasil. De uma parte, o Estado era realização deliberada de uma vontade política racional encarregada de superar as divisões nacionais, regionais e locais; de outra, o Estado era encarregado de exprimir o caráter nacional.⁴¹ Entretanto, ficando o “espírito do povo” mal definido e sujeito às influências dos trópicos, podia facilmente levar a que se invocasse um Estado autoritário como solução em favor da ordem. Outra vertente, enfim, brotava das análises marxistas sobre o Estado nacional-popular. Aqui, destacamos apenas a denúncia autorizada por essas análises marxistas: os grupos que dominam o Estado envidam todos os esforços para que não apareça a unidade entre a relação social de exploração e a relação impessoal de dominação; ou seja, no Estado capitalista, como é marcante a separação entre sociedade civil e Estado, a forma do mesmo lhe permite *aparecer* como “dominação de ninguém”.⁴² Explicamos melhor: a sociedade capitalista é fundada numa divisão interna e efetua a própria identidade pela contradição de classes; assenta, porém, uma imagem unificadora sobre três pólos abstratos, que são: Povo, Nação e Estado. São esses três pólos que, enquanto representações, produzem “um imaginário social de identificações e o ocultamento da divisão social como luta de classes”.⁴³

⁴⁰ Cf. Ibid., p. 30-1.

⁴¹ Ibid., p. 31.

⁴² Ibid., p. 35.

⁴³ Ibid., p. 36.

Com as bases até aqui recolhidas, podemos captar outros momentos onde se projetam os conceitos de unidade em desfavor da diversidade, do todo em prejuízo das partes, do nacional em desprestígio do regional, etc. Problema com ressonâncias na educação. Foi-nos dado também compreender como o ISEB via o intelectual: o que tinha a “visão do conjunto”, alguém que, de maneira elitista, podia subestimar a ação dos demais, dos que não foram agraciados com a luz de certa filosofia privilegiada ou de um chefe luminoso.

2. A visão de conjunto ou a heterogeneidade?

Passaremos a análises práticas, em chave psicológica, tomando como suporte o que já nos tópicos anteriores foi debatido.

Em seu idealismo, Plínio Salgado desabafou: “O Império legou à República um país unido, homogêneo (...), e a República, com mais vinte ou trinta anos, terá completado a sua obra de dissolução”. E apelava para soluções aos problemas nacionais.⁴⁴ Alexandre S. C. de Barros, em artigo de 1977, aludia com estes termos aos inícios do período republicano: “...o ponto importante é de que este grupo [os oficiais brasileiros da época] era suficientemente homogêneo, o que, dentre outros fatores, tornou-o capaz de promover a implantação da República no Brasil”.⁴⁵ Após o Estado Novo, contudo, apresentavam-se dois instrumentos de heterogeneização das elites político-administrativas: destruição da

⁴⁴ Cf. a citação do texto em TRINDADE, H. H. , A ação integralista brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados*, 10, p. 35.

⁴⁵ Cf. BARROS, A. de S. C. , A formação das elites e a continuação da construção do Estado Nacional Brasileiro. *Dados*, 15, p. 111.

meritocracia e expansão do ensino superior. Esta foi mais acelerada entre 1946 e 1964 e exponencialmente após 1964. Barros estudou a organização do sistema de treinamento vigente nesse período, chegando a mencionar, assim, uma “excessiva heterogeneização das elites civis, tanto políticas quanto administrativas”.⁴⁶ Segundo Plínio Salgado, houvera, com o período revolucionário, o sentimento de que se estava “mais que nunca no escuro”; Cândido Motta Filho chamou de “geração sacrificada” essa geração que teve ilusões de clareza com o “artificialismo de nossas instituições”.⁴⁷ Conforme nossas constatações, os que perseguiram a homogeneidade eram, quase sempre, os mesmos que se avantajavam na exaltação da unidade e na recusa de reconhecer a presença das contradições.

A unidade, sobretudo regida pelas elites iluminadas, fora tema do Manifesto Integralista de 1932. As elites teriam, em tudo, a primazia: na construção da Nação, do Estado, e da unidade enfim. Mas Álvaro Vieira Pinto, platônico nas raízes filosóficas, soube assumir aberta posição em favor das massas e dos operários, em especial na última fase do ISEB, e evoluir para uma visão dialética e anti-elitista da realidade. Vejamos *Ciência e existência*: as classes trabalhadoras pensavam, sim, embora “em sentido reivindicatório” e contra as classes dominantes; estas, com efeito, se recusavam a tomar a sério os chamados “incultos”, cerceavam suas produções e reprimiam suas idéias.⁴⁸ Quanto ao pesquisador, dizia Vieira Pinto, a dialética o estimulava ao papel criador, o livrava da passividade em que geralmente fora educado e o poupava de só receber dos

⁴⁶ Ibid., p. 112-3.

⁴⁷ Cf. ainda TRINDADE, H., loc. cit., p. 32. “Uma geração sacrificada” é o título do primeiro capítulo da obra de 1931, *Alberto Torres e o tema de nossa geração*, devida ao jovem Cândido MOTTA FILHO.

teóricos. A dialética dignificava o trabalhador científico e revelava a unitariedade entre métodos e pensamento.⁴⁹ Vieira Pinto já recusava separar o particular e o universal, espicaçando contra a extrema especialização em matéria de ciência: “Não é habitual ouvir-se esta lição!” Valorizando a reflexão filosófica, ele retornava à síntese do universal e do particular, expressa na filosofia dialética da realidade.⁵⁰

Clara visão dialética da sociedade faltou, aos inícios, em Guerreiro Ramos. Com os demais, confiou que a burguesia industrial era a que iria liderar a arrancada para o desenvolvimento, com fortes sinais já no Pós-Guerra. Essa ideologia burguesa se tornou o centro de uma “unidade” que os nossos isebianos preconizaram: confiança na burguesia e limitação no exercício da dialética. Ramos, sem perceber que não bastaria contemplar a eventual ruína da oligarquia tradicional, foi como que tomado de euforia com o que chamou “desintegração do complexo rural”. Segundo escrito seu de 1955, a “abertura do complexo rural” permitia a migração de mão-de-obra e capitais do campo para a cidade e era sinal de dinamismo da economia brasileira.⁵¹ O que se evidenciava, no Brasil como na América Latina, era a homogeneização ascendente apenas de um centro, com a hegemonia das grandes empresas; segundo Furtado, continuavam a acentuar-se as disparidades num sistema de acumulação capitalista.⁵² Josué de Castro, pertencente ao ISEB, embora um pouco à distância, captou bem cedo o que

⁴⁸ PINTO, A. V., *Ciência e existência*, p. 131.

⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 389.

⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 392-6.

⁵¹ Cf. RAMOS, A. G., *Introdução crítica à sociologia brasileira*, p. 44.

⁵² FURTADO, C., *Ver O mito do desenvolvimento econômico*.

sucedida no Brasil e traçou o mapa contraditório de nossa “geografia da fome”.⁵³ Denunciou o dilema no qual se havia caído com o progresso: “pão ou aço”. Seu vasto conhecimento do país e de Delegado do Brasil à FAO autorizava a criticar a carência de recursos alimentares: “Nos últimos anos vem o Brasil sofrendo uma profunda transformação em sua economia, embora nem sempre traduza um autêntico progresso social, capaz de melhorar as condições de vida do seu povo”.⁵⁴ Insistindo em que o maior problema estava na prioridade dos investimentos e nos desequilíbrios graves que depressa se constituíam como fatores de estrangulamento em toda a economia,⁵⁵ apontava a urgência de alterar substancialmente os métodos de produção agrícola e de realizar a reforma agrária. As posições brasileiras se ostentavam obscurantistas, pois a indústria até sentia dificuldades em escoar a própria produção.⁵⁶ Denunciava a dualidade nas diferenças entre Nordeste e Sul, entre centro e periferias – esplendor de vida urbana versus atoleiro social –, etc., e contrapunha o êxito da construção de Brasília ou da expansão da indústria automobilística à fome do país – “somos uma das grandes áreas da geografia universal da fome”.⁵⁷ Seguíamos ainda os ditames de uma economia colonial, politicamente desinteressados pela sorte da maioria.⁵⁸

Enquanto Josué de Castro se condoía da fome do povo, Jaguaribe golpeava o socialismo do Estado stalinista e vibrava com as possibilidades do nosso crescimento. Chegávamos à socialização verdadeira! Primeiro, uma “burocracia

⁵³ CASTRO, J. de, *Geografia da fome. (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. A primeira edição fora de 1946.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 27.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 28.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 285-6.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 272.

gerencial”, capaz de substituir os ditos controles espontâneos e automáticos por controles do mercado planejado; e, segundo, a socialização da estatização: “a socialização da economia suprime as relações de dependência econômica, fazendo desaparecer o poder econômico privado”.⁵⁹

Miguel Reale, no Integralismo, escreveu sobre o geral / particular em estudo de 1936: “Não é possível explicar um fato particular senão à luz de uma lei geral”; a seguir, com Boutroux, recordava que “a narração dos fatos, notas isoladas, não adquirem sentido e unidade senão graças à suposição de um certo número de idéias gerais”.⁶⁰ Em conexão com essa totalidade, abordou a complexidade: “façamos a história dos homens na complexidade dos seus fatores múltiplos, refletindo idéias e sentimentos, tendências e vontades, considerando a atuação conjugada de todos os motivos, religiosos, éticos, estéticos, econômicos, etc.”.⁶¹ Aos cinquenta anos do Manifesto Integralista (1932), rememorava coisas que já lhe agitavam o espírito em 1936: diversas tendências atuavam nos quase seis anos de atividade da Ação Integralista Brasileira⁶² e era de reconhecer-se a amplitude e a complexidade dos temas que interessaram àquela geração jovem.⁶³ A partir da experiência do Integralismo, ele, Reale, pôde inclinar-se para “soluções realistas, fundadas numa visão pluralista e ao mesmo tempo

⁵⁸ Ibid., p. 274.

⁵⁹ JAGUARIBE, H., A crise brasileira, em: SCHWARTZMAN, S. (org.), op. cit., p. 160 e 170 passim. Comentando essas passagens dos *Cadernos* do IBESP, que Jaguaribe dirigiu, alguém desejou atribuir a este um período curto de adesão ao socialismo; equivocadamente, de certo; tivemos a viva impressão de um momento de fraqueza em que o inteligente isebiano ou fez ironia ou se perdeu na propaganda ideológica em favor dos próprios projetos ibespianos, que seriam assumidos em âmbito oficial, depois, no ISEB.

⁶⁰ REALE, M., Considerações gerais sobre a História, em: REALE, M., *Obras políticas* (1ª fase – 1931 / 1937), p. 31.

⁶¹ Ibid., p. 31.

⁶² IDEM, Introdução à edição de 1983. Em: Ibid., p. 7.

convergente”. De modo historicista – um referencial para o qual ia caminhando –, já insistia nas “circunstancialidades”,⁶⁴ mas era mais forte a chamada para a convergência e a unidade, como bem se pôde ver.

Testemunho posterior de professor atuante do ISEB sublinhou a heterogeneidade. Nelson Werneck Sodré, um moderado do PCB, deixou claro que houve dificuldades para a orientação unitária desde o começo. Em 1958, o fato básico do livro de Jaguaribe permitira aflorarem sentimentos variados e até ressentimentos. Como imaginar fácil homogeneidade e formulação de uma ideologia para todo o Brasil, se os membros fundadores não conseguiram a mínima homogeneização nem para o planejamento e preparo das próprias conferências? Ele e Mendes jamais discutiram entre si os conteúdos das próprias aulas. Rude foi também o trauma da ruptura entre Guerreiro Ramos e Jaguaribe. Nos seus relatos, mais do que mostrar a crise, Sodré parecia defender que a falha mais visível fora não terem tomado em consideração o particular, a diferença, as divisões, a contradição. Teria faltado realismo para afrontar a heterogeneidade em discussão aberta, e Sodré também se ressentiu do próprio fracasso em dialogar com a UNE em vista de melhor tratamento à pessoa de Jaguaribe.

Sinal vivo de resistência à admissão de divisões ainda foi dado por ocasião da conferência de Guerreiro Ramos a militares, no ISEB, em agosto de 1957. O título, “Ideologias e segurança nacional”. Assim se expressara o conferencista: “Refletindo a situação geral do País, as Forças Armadas, hoje, no Brasil, estão divididas, o que, nas presentes condições, longe de constituir um sintoma nefasto,

⁶³ Ibid., p. 18.

⁶⁴ Ibid., p. 17.

é antes salutar indício de que não estão isoladas ou marginalizadas no meio brasileiro e a demonstração de que participam das mesmas vicissitudes que caracterizam a realidade nacional”.⁶⁵ De então em diante, cresceu a tensão entre o ISEB e as Forças Armadas e mudou a relação dentro dos cursos. De um lado, iam-se comprometendo, no ISEB, com as posições mudancistas, e, do outro, a Escola Superior de Guerra (ESG) resistia rijamente na ideologia da unidade e da segurança nacional.

A tensão homogeneidade / heterogeneidade nos adverte que qualquer projeto de unidade só resulta benéfico desde que as contradições e divisões se possam explicitar livremente.

3. Comentários críticos aos capítulos II e III

3.1. Sobre as concepções fundamentais

3.1.1. Resistências na semicolônia

Colônia e, em conexão, semicolônia, são conceitos básicos no ISEB. Na semicolônia, quando já se desfrutava de algum progresso para a sobrevivência das comunidades, se achavam todos sob a hegemonia latifundiário-patriarcal. Hegemonia que os nossos isebianos projetavam destruir. A teoria do desenvolvimento que tencionavam elaborar contava com mudança e participação

⁶⁵ RAMOS, A. G., *O problema nacional do Brasil*, p. 51.



numa nova fase, a da industrialização. Nessa fase, a unidade teria como centro o empresário, coordenador do novo desenvolvimento, e, como grande planejador, o Estado, Estado Empresarial e não mais Cartorial. Grande reivindicadora, a burguesia industrial. As massas seriam cooptadas. Em linhas gerais, temos aí demarcado o campo de toda a ação isebiana.

Já ressaltamos a importância da “unidade” e da “harmonia” na obra e na mística de Plínio Salgado. O projeto contra o qual Salgado se punha era o da industrialização e da urbanização, ou melhor, ele resistia, no seu nacionalismo, às matrizes internacionais das transformações envolvidas no progresso do século XX, e desse modo propunha uma reação arcaizante do campo contra as cidades. Tinha tudo a ver com o indianismo incapaz de responder aos fenômenos mais recentes.⁶⁶ Salgado apoiava a burguesia rural nas suas bases e, assim, a ordem e a tradição, outrora representadas no Monarca que só a Deus teria de dar contas dos próprios atos.⁶⁷ O pensamento da unidade era garantido a partir da intocável lei de Deus: “Os verdadeiros princípios da Democracia tinham de ser fundamentalmente cristãos. Entre a lei dos instintos e a lei de Deus, os democratas sinceros adotarão esta”,⁶⁸ porque nas raízes do homem se devia buscar o princípio vital do sistema político a que ele aspira.⁶⁹

A perspectiva do alto e da Autoridade, e não a das massas, caracterizava o Integralismo. Além do nacionalismo, rigoroso e exaltado, “preconizava ele um regime político unitário, fortemente hierarquizado, sob a direção do chefe

⁶⁶ CHACON, V., *História dos partidos brasileiros* – Discurso e práxis dos seus programas, p. 130.

⁶⁷ SALGADO, P., *O ritmo da História*, p. 215.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 78.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 76.

nacional, a quem se subordinariam os chefes provinciais”.⁷⁰ O Integralismo teve forte ascendência sobre a juventude (tudo era jovem!), e dele alguns dos nossos isebianos beberam elementos ideológicos que ajudam a entender diversas categorias. A raiz do movimento e do seu pensar deixaram sinais profundos.⁷¹

Na recusa a apoiar a revolução tenentista, porque feria a Autoridade do Estado, e na recusa à industrialização, a ideologia integralista se apresentava como a própria “luz”; a “clareza” se opunha à “obscuridade”.

Para os nossos isebianos, a burguesia industrial devia coordenar o desenvolvimento do Brasil na fase nova de emancipação sob Kubitschek. Opção pela burguesia, contra o cartorialismo do Império e da Velha República e contra as corporações profissionais. A “classe” já valia para os isebianos, mas, de modo simplista, as massas trabalhadoras e as classes médias eram destinadas a cooperar com a burguesia modernizante. A ideologia nacionalista do desenvolvimento posava como ideologia dos industriais. Mendes, o mais jovem, assimilara bem uma análise classista: o que se passou na sociedade dos anos 50, escreveu, foi uma luta pela dominância em favor de privilegiados. Conforme a análise de Josué de Castro, poderia dizer que o sistema se prestou a desenvolver “os já desenvolvidos”. No privilegiamento da burguesia, se insistia na revolução brasileira como sendo aquela “revolução burguesa”, pela qual teríamos de passar como passou a Europa – e era recordado o princípio das etapas (e fases!), ao qual recorreram W. W. Rostow e os que “explicaram” o subdesenvolvimentismo. Para

⁷⁰ MELO, G. C. , *Integralismo brasileiro*, em: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, v. 10, p. 1621.

⁷¹ Atente-se, para melhor confirmar-nos, para a sincera paixão com que Miguel REALE, integralista da primeira hora, escreveu sobre a própria experiência. Ver op. cit., os três volumes.

a mudança e superação do semicolonialismo no Brasil, Mendes sugeriu mais tarde que, conjugando a cultura, o desenvolvimento e a consciência, a educação fosse científica e ética, e, portanto, respeitasse as massas trabalhadoras, o que verificou, não se deu com as opções tecnocráticas de 1964.

Se difícil se revelava o processo de conscientização como superação da alienação, sem dúvida também se tornaria difícil, a qualquer mente mais lúcida, aceitar que as massas, operárias, rurais ou desvalidas, tivessem abraçado uma aliança com a classe que, segundo nossos “históricos”, ia dirigir o processo de emancipação e modernização. Era pouco evidente que todos fossem ganhar na ida para a cidade, como propalavam Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Não escutavam as admoestações contra o dualismo econômico e o aprofundamento das desigualdades entre mundo urbano e mundo rural, num País que nem contava com o mercado interno para absorver a produção originada dos abundantes investimentos na indústria.⁷²

3.1. 2. Mudanças na cultura

A passagem para nova fase filosófica levou ao existencialismo. Queria-se nova e unitária imagem do homem, e se tendia a reconhecer que as massas tinham direito a participar nas decisões. A Nação pareceu entrar numa fase de “vontade política”. Na verdade, se redefinia o poder dos industriais. A cidade foi idealizada. Já detectavam ali a presença de “classes sociais”, o que não impediu se

⁷² Tardamente, Jaguaribe confessou que JK estabelecera acordo com a burguesia latifundiária, em troca de apoio, prometendo não tocar na questão agrária e fundiária durante o próprio mandato.

mantivesse o acirramento – doutrina da ordem em JK – contra as doutrinas comunistas.⁷³ Mendes observou que os trabalhadores ergueram outra estrutura, grupos de pressão mais refratários à homogeneidade. Vieira Pinto, contudo, mesmo com seu avanço notável no terreno sócio-político, ainda discursava sobre “cultura solidificadora”.

A insistência de Ramos e de Jaguaribe sobre a história – e sobre a Nação como resposta histórica – tentou mostrar um “povo” consciente e criador de aparelhagem jurídica e institucional, um povo sabedor de que nacionalismo somente opera unido a desenvolvimento.

Confiava-se no Estado, o que detinha em mãos o controle dos recursos necessários para promover o desenvolvimento. Pedia-se adesão incondicional a ele, como noutros tempos, antes da teorização de Hegel. O Estado, “normatividade primeira” para Ramos, ou “área do consenso” e “visão de conjunto” para Jaguaribe. De maneira geral, os nossos “históricos” não projetaram nem um Estado como “aparelho ideológico” (cf. Althusser) nem um Estado “refém” nas mãos das classes possuidoras e dominantes. Só posteriormente (1977), dada a crise real que se abateu sobre o País, Jaguaribe reconheceu que as concessões ao capital externo tinham ido longe demais, e Mendes pôde chamar à atenção para a união de reflexão e prática, dado o fato inegável de que no ISEB se inflou o momento da idéia e faltou a consciência orgânica e o planejamento. Efetivamente, o espontaneísmo da consciência nos impressiona a qualquer momento que se examine o ISEB. Mas, qual ação deslanchar para despertar a

⁷³ Miguel REALE, como ele mesmo narrou em seus escritos integralistas, deu testemunho dessa profunda aversão ao comunismo. Ver REALE, M., op. cit., passagens diversas.

consciência nas massas, se até mesmo a burguesia não chegara a conscientizar-se da própria tarefa? Como realizar a luta que Corbisier preconizava? Doutra parte, a escolha de uma classe de apoio, como era a burguesia industrial, sinalizava – ironia! – que se estava realizando a concepção de Plínio Salgado, a da organização da unidade consensual e da ética desinteressada: agir sempre em boa consciência, levados pelo amor de Deus e da Humanidade. Entretanto, um pouco mais aberto às lutas de classe, e baseado num padrão trófico e no consenso originado do debate, Cândido Mendes tentava restringir: “Mas sem concessões ao dirigismo da burguesia”. O ISEB, afinal, conseguiu avanços na linha da organização da sociedade a partir de classes. Mas, apresentar três classes engajadas num pacto social que ninguém ostensivamente discutira foi arbitrário. E o número de três classes podia ser, no mínimo, simplificador. Havia muito, em interessante página, Caio Prado Júnior enunciara uma complexidade de condições e de interesses de grupos sociais diversos já no início do século XIX, ainda período colonial.⁷⁴

3. 1. 3. O intelectual e um projeto (revolucionário)

Para que aconteçam mudanças no meio de um povo sem memória, um povo que não segura nas mãos o passado, “arquivo dos crimes praticados contra o

⁷⁴ Ver PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 293-302. De fato, Prado Júnior passa de formas inorgânicas da sociedade colonial a aspectos organizados, falando de “unidade singular de nossa estrutura social”. E ainda diz: “Constitui-se no grande domínio um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e exploração econômica. Na medida da importância da aglomeração, a população cresce. As funções se tornam mais diferenciadas e exclusivas...”. Cf. p. 299.

homem” (Miguel Reale), é necessária a ação de elites de tutela e a visão de conjunto do intelectual. Elites às quais toca esclarecer, definir, decifrar e resolver os problemas. Para Vieira Pinto, os intelectuais iriam sugerir soluções aos especialistas, enquanto Ramos colocava os dois Webers a educarem a nacionalidade. Ramos não separou, ele uniu o intelectual e o técnico; intelectual, porém, com a missão de educar o segundo, transmitindo-lhe, inclusive, princípios de ética e sentido do coletivo. Vieira Pinto punha filósofo e sociólogo a iluminarem os economistas. De novo, a dualidade socrática e platônica de quem sabia e de quem não sabia, de luz e trevas, como no mito da caverna de um Platão “integralista”. Ainda bem que, mais vezes, ele acentuava o fazer mais que o iluminar, um fazer segundo a “circunstância”, sem subserviência às classes dominantes. A “nova realidade” de após Juscelino significava a reivindicação dos trabalhadores. Cândido Mendes, atribuindo o “exercício da função crítica” ao intelectual, repeliu a autonomização da necessária reflexão, e vinculou a ideologia à compatibilização dos dissensos, até revalorizando os tecnocratas num momento de paralisia da economia. Nesse sentido comunitário-ético, Corbisier insistiu no ser crítico em meio à circunstância. Ficou-nos uma pergunta: deixaria de ser intelectual aquele que se isolasse do coletivo? Não deixaria, deduzimos, pois que *todo* grupo social – mesmo então na instituição egoísta – conta com seus intelectuais.

Corbisier, havia tempo junto com Jaguaribe, batia sobre a tônica da historicidade; como quem quisesse levar a sério as contradições. No meio da crise, como das contradições, orientava que era preciso apoiar a pesquisa científica e

não se satisfazer com juízos de valor. Sinal de superação do puro iluminar sem o planejar e executar.

3.1. 4. Crise e projeto: o problema da revolução

Corbisier disse que, na crise, não se sabe o que fazer, mas a vida continua. Tudo é processo. A questão de fundo, porém, era esta: onde a causa da paralisia do capitalismo na década de 50? Na pesquisa pelas soluções, Jaguaribe anotou que sobre as crenças adjetivas se podia agir de imediato, e propôs algo como uma nova pauta de valores e um projeto eficaz. Era preciso buscar a idéia de Brasil (Jaguaribe e Corbisier), a idéia-projeto de humanidade (Vieira Pinto), e daí garantir o avanço histórico. Nossos filósofos nem sempre tomaram consciência da real dificuldade de avançar sem ter estratégias. Não era verdade que já Miguel Reale, em 1935, anotava como obstáculo a sedução do rádio e dos partidos? No seu idealismo, nossos isebianos pareciam esquecer que muitas forças opostas se acirravam em campo.

Diante de convulsão no Terceiro Mundo, clamor por igualdade, justiça e autonomia, diante da efervescência política da África e da Ásia, era candente o tema da revolução, mas no Brasil se julgava correto afirmar que o interesse maior recaía sobre os “dados brutos” da população, e que a revolução nacional não tinha o que ver com a Guerra Fria. Na opção pelo coletivo nacional e pelo “circunstancial”, nossos autores retornavam sempre a isto: a revolução era a democrática burguesa. Até por essa razão, o próprio Corbisier passou a aceitar o

voto (não obstante oferecido em abundância a Getúlio), a respeitar a escolha das massas com seus resultados, que, ao menos, valiam como diagnóstico.

Vieira Pinto ressaltava tendencialmente uma consciência crítica das massas e fazia preceder a prática, embora tentando pôr os dois momentos em concomitância. Não explicava de onde havia de brotar a prática, nem explicava quem para ela educaria. Teria sido aprendida espontaneamente, a partir do instante em que a massa se tivesse posicionado distante da burguesia, como Jaguaribe supôs? No máximo, caberia aqui falar da força da realidade, da sua exigência, à maneira de Zubiri e Julián Marías. Há, porém, o risco de a consciência, sem a realização, se limitar aos desejos. Marilena Chauí verificou que a realidade brasileira tem mostrado que o poder, o centro de decisões, foi ficando intocado; democracia tinha de definir-se, então, como luta pela participação no poder. Doutro lado, era coerente afirmar que a consciência evoluía nas massas graças ao só estarem distantes da burguesia? Ora, a burguesia está sempre muito próxima, de fato, pelos seus meios de comunicação e outros aparelhos ideológicos; ela disputa o controle sobre as massas, chamadas a produzir desde cedinho e a colaborar sem contestação.

Para o Corbisier da última etapa do ISEB, o ideólogo era o homem capaz de pensamento e de visão global da história, mas tinha de levar “vida em equipe com diferentes especialistas”.⁷⁵ Um crescimento na linha da compreensão do intelectual, pois já não havia menoscabo pelos técnicos. Se outra tarefa do intelectual era a de ajudar à burguesia industrial a tomar consciência de si mesma,

⁷⁵ CORBISIER, R., *Reforma ou revolução?*, p. 195-8 passim.

caberia perguntar se não se presumia demais quanto à intelectualidade. Outras forças entravam em campo: o peso do prestígio e das pressões do capitalismo internacional, o capital associado interno, as organizações profissionais interessadas, e o IPES que se ia fortalecendo Brasil afora. De certo, surgia de novo o problema de que as contradições passavam ao largo, como se tudo fosse harmonia. Passavam ao largo, ao imaginarem eles que todos tivessem aderido ao nacionalismo no período de JK; ou que a FIESP absorveria com facilidade o discurso de Corbisier; ou ao esperarem demais da “*intelligentzia*” para criar as condições históricas para a revolução socialista.

3.1. 5. As Forças Armadas. Ciências sociais militantes

Na década de 40, seguia forte a organização latifundiário-patriarcal. Como até ao final do século XX, com muitas empresas “urbanas” mantendo um setor agro-pecuário próprio. E a população se recorda da truculência com que os “ruralistas” buscaram dirigir o processo de elaboração da Constituição de 1988. Com as oligarquias rurais esteve sempre unido o poder militar, embora de 1922 a 1930 se tenha inclinado para o lado da burguesia mercantil e industrial. A classe média, da qual eram extraídos os escalões militares mais elevados, foi que levou Getúlio ao poder em 1930. Isso já não se deu em 1950 por se terem sentido abandonadas pelo ditador populista, mais interessado pelas massas desde os finais do Estado Novo. Jaguaribe apontou na classe média um moralismo que beneficiou uma falsa revolução, na década de 50, através da acusação de

“corrupção dos governos”. Contudo, foi o peso ético de militar como Teixeira Lott que favoreceu à tomada de posse de Juscelino bem como à sua continuidade no mandato.

Em 1955, antes das eleições, Cândido Motta Filho esteve dando conferência na ESG e, na ocasião, Corbisier destacou a crescente influência das classes armadas. Interessante que se ressaltou o cuidado, entre as diferentes Forças, por ostentar a unidade; os militares não admitem tocarem de fora nas suas contradições. Ramos desagradara, na conferência de 1957, ao opinar que as Forças Armadas se dividiam quanto aos problemas nacionais e da população. A investida deles ao poder, em 1964, deixou claro que essa classe média tende mesmo à aliança com quem a prestigia.

A militância do intelectual tinha o que ver com a organização, para além da “sociologia oficial”, de núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais. A ciência social militante só podia ser histórica, enfatizou Ramos na linha de Dilthey. E Corbisier, por seu lado, encareceu o momento da teoria: sem a teoria, a prática não estaria correta.

Como a teoria não brota espontaneamente da luta de classes, o intelectual, para Vieira Pinto, no mister de esclarecer e de interpretar a realidade do seu tempo, devia unir-se às massas: dessa conjunção é que derivava o apelo à ação e à militância.

3. 2. Sobre o papel do intelectual e o planejamento da educação

3. 2.1. O intelectual / ideólogo à busca da realidade

3. 2.1.1. O histórico-empírico

A fidelidade à análise nos obriga a dizer que os nossos isebianos avançavam a valorizar o histórico-empírico. A ênfase na totalidade e na globalidade chegou a produzir um ofuscamento desse aspecto, porém.

Só após o embate com a pressão por mudanças é que se pode falar de “tomada de consciência”. Sem ela, entretanto, ninguém assume novos esforços deliberados e nem as vontades se unem a escolher os meios de realizar metas. Também ideologia se une a planos, pois, numa recíproca implicação. Ramos o expressou desta forma: teorização não escapa ao condicionamento histórico. Portanto, não podendo a defesa da ideologia global nacional ser apenas obsessão, não eram eles alheios ao tema do planejamento, por mais que recusassem concessões aos “técnicos”. Nesse sentido, o homem ideal de Corbisier tendeu a completar a historicidade de Vieira Pinto e vice-versa. Esses isebianos, aliás, tentavam completar-se, mesmo discutindo pouco entre si, e, em parte, foram corrigindo o rijo elitismo de raízes antigas. A abertura racional de Mendes a reconhecer o crescimento dos tecnocratas (planejamento) no panorama nacional tinha o que ver com o favorável destaque que Corbisier chegou a dar à relação entre um intelectual, um líder e os participantes ativos num mesmo grupo.

3. 2. 1. 2. Como formar o intelectual?

Reconheceu-se o conservadorismo de muitos, especialmente de católicos como Jackson de Figueiredo, por 1920. Pouco se falava de mudanças, então, mas foram introduzindo-se novos dinamismos e uma crítica da intelectualidade. Em nosso momento, após 1950, o assunto já era a eficácia, juntamente com a mudança e a sua acompanhante, a tomada de consciência. Por 1953, Ramos discursava sobre sociólogos contrários a tendências até então dominantes, e detentores de tarefa educadora e pedagógica. Uma pergunta apareceu, a que intitularia, na outra década, um dos *Cadernos do Povo Brasileiro*: *Por que a direita não pensa?* Se não pensa, devemos educá-la, raciocinavam muitos isebianos desde o início. Na verdade, tinham uma opção de fundo: apoiar a burguesia dirigente. E esta pensava, sim, mas segundo os próprios interesses de classe; e pensando, e possuindo seus intelectuais tradicionais ou orgânicos (Gramsci), conseguia entendimentos, inclusive, com a burguesia rural, como consta de estudos diversos.

Se o problema brasileiro de fundo era a descolonização, havia razão na proposta de Ramos para que a sociologia, popularizando-se, se abrisse ao acesso das massas. Não a sociologia moralista ou intelectualista comtiana, não a “enlatada” ou “consular”, mas a sociologia nacional e aberta a outros domínios, em diálogo com o que era a “circunstância”, o “momento histórico” e a “tomada

de consciência”. Vieira Pinto, sensível aos interesses das massas trabalhadoras, e enfatizando o intelectual e o educador como “servidor social, homem do diálogo educacional”, divulgou uma visão dialética da nossa realidade desde os primeiros momentos do ISEB. Jaguaribe, na polêmica obra de 1958, teve o ensejo de propugnar um Estado Funcional e de sugerir unidade e diálogo numa coordenada solidariedade entre os latino-americanos, mas, ante as dificuldades em acolher grupos de pressão e seus coordenadores, sentiu que qualquer idealismo em torno aos intelectuais parecia frustrar-se já de início.

3. 2. 1. 3. Formar para o nacionalismo

Após a Segunda Guerra, começou-se a batalhar por mais pesquisa e conhecimento científico como fatores de resistência ao Imperialismo. Como se supunha um mínimo de consciência da contradição nas maiorias, a propalada aliança das classes ia requerer da “*intelligentzia*” a elaboração de uma ideologia de libertação nacional. Quase não se tratou, porém, da contradição entre interesses da burguesia, da classe média, dos operários. Ganhariam mesmo todos com a industrialização? Ao capital associado e aos estrangeiros interessava o apoio de intelectuais como os isebianos, para os quais haviam de ser os empresários a elite privilegiada e dominante naquela década. O nacionalismo isebianos acabou por significar, contraditoriamente, opção por uma classe contra a maioria obreira. Em favor desta, de certa maneira, se manifestou Vieira Pinto, e, posteriormente, Cândido Mendes. Ramos quis integrar a vida comunitária sem os “enlatados”. Em

contraste, um Jaguaribe não xenófobo em matéria de capitais, confiante de que a Nação saberia preservar-se através de uma unificação “político-jurídica”. De modo geral, se queria a independência econômica e cultural, mas, definitivamente, sob a liderança do capitalismo nacional.

3. 2. 1. 4. Relação teoria-prática e poder constituído

Falar em teoria é, primeiro de tudo, falar da ideologia como conjunto de valores e de idéias. À maneira historicista, Jaguaribe lembrou que um projeto e uma ideologia vinham, normalmente, derrubar os anteriores e que uma problematização precede um novo ingresso. Renovadas e auto-renovantes, as elites funcionais dão respostas criativas às pressões das massas. Jaguaribe ousou dizer que as classes obreiras preferiam soluções demagógico-assistencialistas (*sic*) e se fechavam à possibilidade de que as massas, resistentes às soluções vindas do alto, tivessem maneira própria de trabalhar as ideologias. Havia tempo, Corbisier detectara nas massas a revolta contra a injustiça e culpa maior por ela carregavam as elites, sobretudo as elites técnicas, os tecnocratas a quem não bastava serem os “melhores” mas que precisavam contar com uma ideologia prévia a todo planejamento. Vieira Pinto mantinha posições diferentes quanto às massas: nelas, teoria e ação vinham juntamente, e havia pouco tempo para a estrita “reflexão”. Uma história, portanto, de idealismo nos “melhores” e de resistência nas massas. “Solução” para tal dialética vinha de Ramos: o Estado era um primeiro

condicionamento histórico para resolver os problemas, e era, para os isebianos, o primeiro protagonista ou apoio para mudanças sociais profundas e eficientes.

Mesmo para Jaguaribe, o Estado devia exercer a função de corretivo à força centrífuga; no Estado era mais exequível a ação de planejamento, apta a superar os vícios do Estado Cartorial. Também Vieira Pinto acabava por defender a centralização, atribuindo aos grupos sociais dirigentes a tarefa de conceber planos. Como suporte, a presença de um Presidente democrata – homem que haveria de escutar as elites intelectuais – no meio de uma massa que só esperava ser governada, se atendermos ao pensamento do Corbisier ainda do período Dutra. Por conseguinte, o Estado era tido, passivamente, como o lugar do domínio das elites.⁷⁶

3. 2. 2. A educação crítica e emancipadora

3. 2. 2. 1. Pedagogia e cultura

A presença do ISEB no MEC orientava-se a que o “hemiplégico” Ministério prestasse mais atenção às questões de Cultura. Uma visão unitária igualmente: por uma vida humana comunitária (o coletivo), contra uma educação limitada a certas especializações; e oposta à fragmentação de crenças, valores, obras e ideais. Era filosófico e ético o problema da pedagogia: que é o homem

⁷⁶ Boa contribuição, nesse sentido, foi a de MICELI, S., *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 -1945)*; mostrou, através de análise detalhada, como existe uma tradição de um Estado árbitro em assuntos culturais e, ao mesmo tempo, como muitos postos de serviço público foram

que nós objetivamos educar, para que existe, qual o seu destino? Portanto, discutir cultura era discutir fundamentos, segundo nossa realidade e sem formalismo. Tratava-se de um conceito amplo de educação.

Segundo Jaguaribe, Portugal ficara imobilizado em termos de crenças: historicamente não assumiu a mudança forçada pela Reforma. Como não revisou nunca os fundamentos, a cultura ficou, aqui no Brasil, para o consumo das classes mais abastadas, isto é, para a classe latifundiária mercantil. Motivo por que se faziam urgentes uma reforma de Estado para estímulo de grupos mais dinâmicos e uma ideologia do desenvolvimento para controlar a tecnocracia a partir da “visão de conjunto”. Quem o dizia era Corbisier, na revista *Colégio*, reagindo conservadoramente ao planejamento do governo Dutra e subestimando os técnicos em confronto com os filósofos. Isso tinha implicações no conceber a relação filosofia / educação escolar. Mais uma vez, a contradição: no Ministério da Educação, o ISEB não abria caminhos para discutir com os quadros profissionais.

3. 2. 2. 2. Como é vista a Educação “oficial”

Foram sobretudo Vieira Pinto e Corbisier os que se interessaram pela educação escolar. Corbisier sobrelevou a filosofia e os filósofos. Vieira Pinto, contudo, carregou contra a visão individualista “socrática”, segundo a qual os males da sociedade proviriam de defeitos na instrução e os virtuosos é que deveriam governar: uma crítica de tradição platônica (e integralista?) contra o

ocupados por intelectuais. Nessa ocupação, tiveram destaque também os integralistas. Ver p. 162, por exemplo.

liberalismo individualista. Desde Piratininga – veja-se Plínio Salgado – se vivia vida independente; como num igualitarismo democrático, cada um tratava de se afirmar e defender como pudesse, e a lei era a do mais forte, “como acontece sempre que a voz da autoridade é mais fraca do que a da liberdade”.⁷⁷ Entendido isso conforme o realismo integral de Miguel Reale, “é absurdo procurar a solução dos problemas exclusivamente no domínio da subjetividade”.⁷⁸

Tentando estudar os fundamentos, como filósofo, Corbisier se dedicou à cultura e quis descobrir o próprio homem, com seu gênio criador, e a vida dentro da cidade e na comunidade. Da mesma maneira, para Vieira Pinto. Para este, tinha de a realidade prover o conteúdo da educação, a matéria da verdadeira pedagogia, o sistema de educação que se chama “real”; em contraposição ao “oficial”, que só seria benéfico se tivesse a compreensão do processo nacional em andamento. A própria despesa em educação reverteria em benefício da sociedade e não do indivíduo isoladamente. Tudo isso fazia a concepção unitária, universal, crítica, que habilitaria para delinear a educação.

E os “técnicos”? Tanto se tornaria perigosa uma concepção fechada ao número imenso deles, quanto seria difícil selecionar, para poder escutá-los, os que participariam de um planejamento. Aqui se apelaria para o diálogo entre duas posições, evitando cisões inúteis e dogmatismo. Vieira Pinto soube insistir nessa educação crítica. Contudo, não arriscava o flanco ao afirmar que não deveriam interessar os conteúdos particulares ou os conhecimentos de natureza técnica? E não é simplificadora a sua “decisão política da sociedade”, por confiar demais

⁷⁷ SALGADO, P., *Como nasceram as cidades do Brasil*, p. 98.

⁷⁸ REALE, M., *op. cit.*, p. 246.

num consenso *espontâneo* da população? É bem não aceitar a imposição da gestão dos “técnicos”; pelo outro lado, porém, aparece como idealista a oferta das “luzes” dos filósofos e a confiança incauta nos leigos. Não obstante, ficou claro que, com preconizar que a revolução fosse feita *na escola*, e com a defesa de uma escola pública aberta à massa dos trabalhadores, Vieira Pinto demonstrou sensibilidade ao que ocorria no universo escolar.

Ao falar do educador, insinuou-se um repensamento de Vieira Pinto: pela educação, todos tinham de se preparar, para o trabalho e era mesmo essa a finalidade da educação. De novo, o coletivo e, logo, a Nação. O trabalhador iria trabalhar nas condições oferecidas pela sociedade onde se encontrasse. Era um retorno à visão historicista, ao “circunstancial”. Ali, na participação, no meio da mudança, ou até como líder no movimento social, a nova tomada de consciência do trabalhador. Vieira Pinto impressionou por acentuar a vigilância que o indivíduo crítico devia exercitar em favor de si mesmo e de cada um. Também defendeu a escola para todas as crianças, em nome da demanda dos pais. Pensamento atual de Misael do Vale, estudioso da “educação popular” (UNESP), que já há muitos anos vem ensinando que a escola para todos não é a que procura alfabetizar adultos, mas a que democratiza as oportunidades para toda criança. Em 1963, Corbisier se posicionou a favor das reformas de base, apesar de considerar demasiada a agitação. A grita lhe fazia lembrar um período colonial no qual as pessoas ficavam sem formação e os muitos advogados defendiam os interesses das classes dominantes. O povo jazia excluído, mas os interesses da industrialização urgiam por educação. Corbisier já não hesitou em sustentar a importância da

educação científica, dos especialistas e das equipes de cientistas; e mencionou favoravelmente a participação dos estudantes na direção das escolas: sinal de que o influxo da UNE se tornara efetivo dentro do ISEB. Finalmente, resultado da leitura marxista, Corbisier ia superando a visão elitista radical. E se não abriu mão das funções do Estado, estimou melhor as equipes de técnicos e de administradores, não sem indicar para a luta pela sua desalienação. A pergunta sobre a política se unia à pergunta sobre a educação.

3. 2. 2. 3. Planejar a universidade

Na visão historicista de Jaguaribe, a universidade era processo histórico, se diversificava e passava por transformações. Com a “revolução dos gerentes”, na era industrial, chegou a prevalecer a inteligência especializada, o saber técnico-industrial. Mas o grande problema da universidade era que devia ensinar a “cultura geral”, ser universidade cultural, e, para exercer a função de ensino superior, ter compreensão unitária e total da realidade (os pressupostos). De fato, ela nunca abandonou a pesquisa pela compreensão total da realidade, por um modelo humano e pelo “homem culto”, por aquilo que, afinal, antecede e transcende a ciência como postulado. Não descurou o coletivo, no seu lado humanista. Contudo, Jaguaribe, homem da eficiência – que, por reservas contra o funcionário alienado, porém, acabou criticando a eficiência demasiado técnica das universidades saxônicas –, nunca desvalorizou a visão científica. Conseguiu



manter para si uma posição de equilíbrio, de diálogo com a realidade e com as “circunstâncias”, e depois promovê-la.

No artigo “O que é filosofia?”, Jaguaribe separara fortemente o saber prático e o saber teórico, para acentuar o apreço pela “visão de mundo”. Elitista, ainda subestimara o homem não universitário, o homem da ação. Abriu-se, porém, às contradições, especialmente as que se explicitaram na fase após Juscelino, as agruras do povo e as exigências de reforma. Entendeu aquele período pré-revolucionário como etapa ou fase da consciência, etapa de idéias indispensáveis, de disputa (e contradição) pela práxis que mais se adaptasse à nova circunstância de luta pelas reformas.

Conforme Vieira Pinto, a universidade devia abandonar as estruturas arcaicas e deixar sua condição de distribuidora da alienação. A revisão de sua relação com a comunidade – e insistia no sociológico mais do que no pedagógico! – lhe permitiria superar as condições de sujeição às classes dominantes. Perguntou: em que medida a cultura se origina na universidade? Sua resposta acabou orientando para a urgência de a universidade se abrir às grandes massas trabalhadoras, assumir o próprio papel social que, muita vez, ela mesma repudiou, como se nada tivesse com os conflitos ideológicos e políticos no âmbito da comunidade. Na busca do “humanismo do nosso tempo”, Vieira Pinto não se subtraiu à disputa das classes, mas indicou proveitosamente na direção de um diálogo multidisciplinar.

2) Sobre o papel dos intelectuais – Contribuição crítica de outros autores

1. A crítica do intelectual em Gramsci

Gramsci tratou da formação dos intelectuais, de quem eram e de como surgiam. Primeiro surgiam assim: “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”. Eram chamados “intelectuais orgânicos”.⁷⁹ E o segundo tipo: “Cada grupo social, ‘essencial’, (...) surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até os nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.” Eram os intelectuais tradicionais.⁸⁰

Os chamados “intelectuais orgânicos” representavam, o mais das vezes, “especializações”. Dos “intelectuais tradicionais” lemos: dado que sentiam com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles consideravam a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social

⁷⁹ GRAMSCI, A., *Os intelectuais e a organização da cultura*, p. 3.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 5.

dominante.⁸¹ Um “critério unitário” ou de distinção para caracterizar as diversas e variadas atividades intelectuais devia ser buscado “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das *relações sociais*”.⁸² Gramsci escrevia, um pouco à frente, depois de interessante argumentação: “...se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais”. “Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.” E assim se pôde resumir: “Todo homem (...) é um filósofo”.⁸³ No entanto, a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não era sempre igual; por isso, existiam graus diversos de atividade específica intelectual. Avançando para o mundo da industrialização, que bem conheceu em Turim, disse Gramsci para completar: “No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve *constituir a base* do novo tipo de intelectual”.⁸⁴ Especialmente, estava afirmando que todo operário da indústria era um intelectual. Com esse conceito já trabalhara o semanário *Ordine Nuovo*. Daí que o novo intelectual não seria detentor de eloquência, mas alguém que se imiscuiria ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”.⁸⁵

⁸¹ Ibid., p. 6.

⁸² Ibid., p. 7. O grifo é nosso. Note-se a base histórica e não abstrata para qualquer critério.

⁸³ Ibid., p. 7 *passim*. Cf. ainda GRAMSCI, A., *Concepção dialética da história*, p. 11, 18 e 35 entre outras.

⁸⁴ Ibid., p. 8. O grifo é nosso.

⁸⁵ Ibid., p. 8.

Dois temas se tornaram aqui patentes: quem é o intelectual? e qual a relação intelectual / técnico? Uma posição como a de Gramsci saberia fugir ao risco – ver o marcante “todos são intelectuais” – de elitismo, como foi o do ISEB e da tradição brasileira anterior. O problema do elitismo ressurgiu sempre na conduta psicológica das massas, as quais reagem, muita vez, pelo silêncio. O problema existe. Veja-se o comentário de Michel Debrun, nos finais do período militar-autoritário, sobre a presença dos intelectuais / professores de vários níveis num partido: “A preeminência de bases em si mesmas intelectuais no seio do conjunto do PMDB tende também a ofuscar a possibilidade do surgimento de intelectuais orgânicos oriundos de outros setores”.⁸⁶ Se eram todos intelectuais, haviam todos de se encorajar e apresentar os resultados de sua reflexão sobre a prática. O elitismo, entretanto, fundamentalmente conservador, ocasionava o “centralismo burocrático” em oposição à organicidade, ao movimento.⁸⁷ A proposta de Gramsci podia ser de ajuda para evitar desconsideração para com os muitos do mundo da indústria que receberam educação técnica, ou para com os simples trabalhadores. Além do mais, Gramsci recusava a idéia de independência do intelectual e rejeitava qualquer tentativa de colocá-lo fora das classes.⁸⁸ O intelectual orgânico, repetimos, se colocava realmente no meio do grupo que o elegeu ou aceitou.

Se, de um lado, se punha o empresário com sua ampla formação técnica e “capacidade de organizar a sociedade em geral”,⁸⁹ doutro se erguia o intelectual

⁸⁶ Cf. DEBRUN, M., *A conciliação e outras estratégias*, p. 98.

⁸⁷ Cf. MACCIOCCHI, M. A., *A favor de Gramsci*, p. 173.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 211.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 4.

tradicional que devia, em atitude política (e política não se separa nem da filosofia nem da pedagogia⁹⁰), conquistar sempre a confiança dos demais membros do grupo.

A organização escolar, da Idade Média em diante, foi necessária para a formação do intelecto. Servia para ampliar a “intelectualidade de cada indivíduo e até para facilitar uma especialização”, e dela podia provir a “alta cultura” em todos os campos da ciência e da técnica. Mais complexa seria a escolaridade que tivesse maior número de “graus verticais”; como mais complexo ou civilizado o País que pudesse construir mais laboratórios e aparelhos para eles, etc.⁹¹ Gramsci mostrou-se atento a expor os problemas em torno à mais refinada especialização técnico-cultural,⁹² e projetou a escola unitária que ia integrar cultura e necessidades novas, contando internamente com pessoal técnico, etc.⁹³ À maneira de um técnico, ele mesmo abordou, pois, todo o possível funcionamento da escola que projetava e imaginou até os tipos de prédios para ela convenientes. Querendo formá-los, Gramsci valorizava os técnicos sem elitismos ou dualismos.

Sempre superando dualidades, Gramsci abordou a relação campo / cidade. Os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e presos às suas vicissitudes. Os intelectuais de tipo rural eram, na maior parte, “tradicionais”, ligados à massa social camponesa ou à pequena burguesia das cidades ainda não movimentadas pelo sistema capitalista. Gramsci foi, nisso, reflexivo e aberto a novas investigações: era, essa, uma “distinção da qual decorre toda uma série de

⁹⁰ Ibid., p. 20.

⁹¹ GRAMSCI, A., op. cit., p. 9.

⁹² Ibid., p. 9-10.

⁹³ Ibid., p. 118-9.

problemas e de possíveis pesquisas históricas”.⁹⁴ Evitou atitude simplificadora. Passando à discussão sobre o desenvolvimento, colocou a questão do *Mezzogiorno*, o Sul da Itália, correlata às alianças dos trabalhadores, urbanos e rurais. Não separou o Norte e o Sul. Certo que aspirava a uma unidade também, como toda a esquerda, mas sem dissimular e ocultar as contradições. Muito menos iria favorecer a uma classe dominante ou a uma revolução que significassem prejuízo para as massas trabalhadoras.⁹⁵

O partido político, positivamente, podia ser um lugar de encontro; proporcionava a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo e os intelectuais tradicionais. Era um mecanismo que representava, na sociedade civil, aquela mesma função que, de modo mais vasto e sintético, o Estado desempenhava na sociedade política. O partido acabava transformando os próprios componentes em intelectuais políticos qualificados e em dirigentes. Um intelectual que passasse a fazer parte do partido político de determinado grupo social se confundiria com os intelectuais orgânicos desse grupo e a eles se ligaria estreitamente. Isso não ocorria na participação na vida estatal. O que ocorria era muitos intelectuais pensarem ser o Estado, crença que levava a desagradáveis complicações para aquele grupo fundamental econômico que era *realmente* o Estado.⁹⁶

Os nossos isebianos não alimentaram pelos partidos muito apreço, com ressalvas para Jaguaribe, que os estudou. O caminho era hegeliano: o da

⁹⁴ Ibid., p. 13-4 passim.

⁹⁵ Ver, na mesma obra de Gramsci, no seu capítulo “Notas esparsas” (p. 25-114), vários tópicos que recordam a “unidade” segundo as visões de um Gramsci nacionalista, mas não com o sacrifício dos mais desvalidos apenas.

unificação, e de um Estado centralizado e centralizador. Na década de 50, os nossos isebianos centraram a autoridade numa pessoa que representava o Estado, investindo muito em Juscelino Kubitschek. Com isso, esperavam contornar as complicadas vicissitudes dos partidos: de um lado, elitistas, não criam na participação da massa que ingressasse na luta partidária; doutro lado, rechaçavam os intelectuais da classe média que haviam cartorializado os partidos. Abraçaram luta partidária somente depois de JK, quando se convenceram do aprofundamento da crise econômica e da exclusão do proletariado dos resultados do progresso industrial. Num só pleito, três se apresentaram como candidatos, Corbisier, Mendes e Ramos. Persistiam na solução elitista para reforçar o Estado, como os “policy-makers” que Ianni refugava. O que devíamos fazer não era lutar “pelo povo”, escreveu Ianni. Para ele, as tarefas intelectuais possuíam outro calibre: devemos “colocar-nos a serviço do povo brasileiro, para que ele adquira, com a maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na maioria”. Espelhando o pensamento de Florestan Fernandes, insistia Ianni na maioria, com o acumplicamento de ciência e realidade, razão e história.⁹⁷

Na revolução da mentalidade e no “primado da subjetividade” de Gramsci, os homens eram vistos como sujeitos da história e em relação orgânica intersubjetiva. Gramsci visava a revelar o inconsciente, para dele fazer a afirmação de uma liberdade anti-burguesa; pedia ao sujeito tivesse coragem moral

⁹⁶ Cf. Ibid., p. 14 -5 passim.



para, consciente, libertar-se das amarras da velha ideologia e do “fardo” que todas as inibições, regras e leis, impostas pela sociedade burguesa, representavam.⁹⁸

Na abordagem da participação de todos como sujeitos, de todos os trabalhadores como filósofos (“são já cultos”), não poderiam mais ser paternalistas as relações entre intelectuais e operários.⁹⁹ A ampliação do conceito de intelectual, para Gramsci, tornava possíveis tanto a aproximação concreta à realidade como também um modo de colocar a questão que entrasse em choque com preconceitos de casta.¹⁰⁰ Uma evidência permaneceu: os intelectuais, no mundo moderno, surgiram para justificação das necessidades sociais de produção e dos interesses políticos do grupo fundamental dominante, enquanto a formação em massa estandardizava os indivíduos.¹⁰¹ E finalmente Gramsci reagiu em favor da participação dos camponeses. É o que aqui desejamos considerar melhor. Noutros tempos, a experiência dos “conselhos de fábrica” salientara a força dos operários da indústria em Turim contra o “bloco histórico” de industriais-latifundiários. Naquele período do *Ordine Nuovo* (1919-1926), insistira com vigor sobre o papel dirigente do proletariado urbano no campo, rejeitando Salvemini, cujas propostas meridionalistas se encerravam com a reforma agrária e a pequena propriedade.¹⁰² Depois, Gramsci conseguiu analisar a realidade e chegar a uma consciência crítica muito mais profunda, graças à revisão da derrota do proletariado de Turim pela ofensiva fascista, e escreveu as *Teses de Lyon* (1925)

⁹⁷ Cf. IANNI, O., Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. Em: IDEM, *Sociologia da sociologia*, p. 119.

⁹⁸ MACCIOCCHI, M. A., op. cit., p. 210.

⁹⁹ MANACORDA, M. A., *O princípio educativo em Gramsci*, p. 35-7 passim.

¹⁰⁰ Cf. GRAMSCI, A., op. cit., p. 11.

¹⁰¹ Ibid., p. 12.

e, com idéias a partir daí desenvolvidas, *A questão Meridional* (1926). Apareceu muito claro que o caminho era reforçar o bloco operários-camponeses-intelectuais, pois o bloco dominante impusera exploração de tipo colonialista ao *Mezzogiorno*, agravada pelo fascismo. E desta o país só poderia libertar-se pela insurreição dos camponeses, aliados ao proletariado urbano. Era a afirmação, em suma, das 44 *Teses*. Apesar dos resultados, Macciocchi considerou a *Questão Meridional*, com as *Teses de Lyon*, como o ponto culminante do pensamento gramscista.¹⁰³ Os intelectuais foram colocados como o elemento de ligação entre a infra-estrutura e a superestrutura, com seu trabalho ideológico – conquista da sociedade civil – prévio à luta em fase política ou militar.

A teoria gramsciana do intelectual decorria da análise das influências iluministas – batalha ideológica contra a aristocracia antes das hostilidades no plano político e armado. Segundo Macciocchi, decorriam três conseqüências imperativas para o partido revolucionário: 1. Luta ideológica contra a superestrutura do bloco dominante; 2. Indispensável adesão “à classe operária de um aliado, os intelectuais, para a criação de um *consenso*, ou novo “senso comum” das massas; 3. Após a conquista do poder, ampliação da esfera de consenso, pois que *ditadura* e *consenso*, para Gramsci, são indissociáveis.¹⁰⁴ Esses três elementos suscitavam a pergunta: de que maneira a classe operária poderia exercer a função dirigente-dominante sobre as outras camadas e, mais especificamente, sobre os intelectuais? Para responder, valiam as reflexões de

¹⁰² MACCIOCCI, M. A., op. cit., p. 125.

¹⁰³ Ibid., p. 127.

¹⁰⁴ Cf. Ibid., p. 130.

1920 sobre a revolução russa: capacidade de desagregar a velha ideologia e difundir uma nova ideologia, plena de consenso, ideologia que transformasse radicalmente a maneira de pensar das massas, coincidindo com os interesses e as aspirações não apenas de uma vanguarda mas também do povo. Essa classe operária se mostraria capaz de construir um Estado, na medida em que conseguisse convencer a maior parte da população; sobre essa convicção – com disciplina e espírito de hierarquia – iria repousar a adesão nacional às iniciativas do poder operário.

O problema dos intelectuais foi estudado em sua realidade efetiva. Cultura era o centro de uma luta incessante entre o antigo e o novo, entre o conservadorismo e a revolução, e os intelectuais, como parte de um bloco histórico, representavam um fator de unidade entre infra e superestrutura.¹⁰⁵

Voltamos aos nossos isebianos e às esquerdas. Difícil é imaginar como projetavam a revolução industrial e democrática brasileira através da dominação da burguesia, depois das experiências do período pós-Revolução Francesa, da derrota das maiorias, do colonialismo econômico e cultural. Difícil deglutir a dualidade ou a boa consciência do capitalismo monopolista. E, agora mais próximo, como absorver as diferenças regionais e alhear-se ao empobrecimento do novo proletário urbano e à expulsão das grandes massas do campo? Como eleger a burguesia industrial para, qual corporação avulsa, definir sozinha a economia? Por que imaginá-la desvinculada da oligarquia rural, se da terra derivava ainda o capital?

¹⁰⁵ Cf. Ibid., p. 131-2. O grifo é nosso.



2. A contribuição de outros autores

Em Norberto Bobbio se pode ler: “Toda sociedade, em qualquer época, teve seus intelectuais, ou mais precisamente um grupo mais ou menos extenso de indivíduos que exerce o poder espiritual ou ideológico contraposto ao poder temporal ou político, isto é, um grupo de indivíduos que corresponde, pela função que desempenha, àqueles que hoje chamamos de intelectuais”.¹⁰⁶ Sublinharíamos a contraposição ao poder temporal ou político. Acabava Bobbio de escrever que o problema dos intelectuais era o problema da relação entre os intelectuais e o poder, o poder público. Isso interessou ao nosso estudo do ISEB. Bobbio deixara claro que, não sendo a categoria homogênea do ponto de vista descritivo, e menos ainda do prescritivo, caíra em descrédito o intelectual utopista que gostaria de mudar o mundo à sua imagem e semelhança. Ganhara mais crédito o que tinha os pés no chão, o que aconselhava o político a dar um passo de cada vez e a ser realista.¹⁰⁷ Assim se confirmava o compromisso político, tradicional aliás. Bobbio apresentou o intelectual como aquele que, numa situação antitética, entre cultura e política, tinha de evitar o extremismo, já que não se queria afirmar unilateralmente nem como “traidor” (da cultura), nem como “inutilizador” (da política).¹⁰⁸ Na definição acima, vemos, incluiu-se a *contraposição*. Com isso, Bobbio apresentou a tarefa do intelectual como “ambígua”, um poder que não se confundia com as

¹⁰⁶ BOBBIO, N., *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*, p. 119.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 14.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 21-2.

muitas “*cracias*” que todos conheciam;¹⁰⁹ o seu poder se exercia pela persuasão – palavra, signos e símbolos – e não pela coação; no caso extremo sua violência era psicológica. A tradição russa – que Guerreiro Ramos mencionou – definia os intelectuais como “antagonistas do poder”, em crítica distância de toda forma de domínio exercido exclusivamente com meios coercitivos. Função pedagógica dos intelectuais salientou-se em Kautsky, provinda a consciência socialista de profundos conhecimentos científicos; em suma, a consciência socialista não surgiria direta nem espontaneamente da luta de classes. Assim, Kautsky, para além de atribuir ao intelectual a tarefa de iluminar o governante, como foi desde o Humanismo, também valorizou o partido, o moderno Príncipe de Gramsci.¹¹⁰

Os intelectuais foram aclamados como os tradutores da idéia no caos da vida, portadores de um dom quase divino, operários do pensamento presentes no começo do drama interminável da história dos homens.¹¹¹ Pierre-Henri Simon os exaltou como profetas: eram os que punham as exigências do espírito, as razões mais profundas, a avaliação dos fins e não o cálculo dos meios.¹¹² No mesmo sentido entusiasta, ainda, Dionys Mascolo: “o pensamento não é uma especialidade, menos ainda uma função, mas é uma força no mundo...”¹¹³

Conforme Bodin, antes da industrialização, no Ocidente e no Oriente, se repartiam as profissões segundo a preeminência da filosofia ou do direito ou da religião (que une as duas anteriores). Só depois é que vieram as profissões

¹⁰⁹ Ibid., p. 119. Cf. hierocracia, sofocracia, plutocracia, etc...

¹¹⁰ Ibid., p. 122-3.

¹¹¹ Assim, em Henri BARBUSSE, *Le couteau entre les dents – Aux intellectuels*, de 1921. Citado em: BODIN, L., *Les intellectuels*, p. 68.

¹¹² SIMON, Pierre-Henri, *La France à la fièvre*, de 1956; citado em: Ibid., p. 69.

técnicas, portanto.¹¹⁴ Dentro de uma tradição humanista, com marca na Escolástica e sobretudo na Renascença. Jacques Le Goff citou o livro dos feitos do Maréchal de Boucicaut: “Duas coisas foram instituídas por Deus, como dois pilares para sustentar a ordem das leis divinas e humanas. Esses dois pilares são a cavalaria e a ciência, que se combinam muito bem”. Daí que Froissart distinguiu os cavaleiros em armas e os *cavaleiros em leis*, cabendo mais tarde, nessa evolução, que Francisco I (1533) concedesse o grau de cavaleiro aos doutores da universidade. Foi um “acréscimo” de dignidade para os intelectuais, personagens que recusavam ser confundidos com trabalhadores, num desprezo pelo trabalho manual que se agravou no tempo do Humanismo.¹¹⁵ No Humanismo, os intelectuais abandonaram uma das suas tarefas capitais, o contato com a massa e, com isso, o laço entre a ciência e o ensino em favor de um trabalho orgulhoso e solitário.¹¹⁶

Impressão bem viva que se pode ter do projeto do ISEB é que tentou recuperar o Humanismo nesse sentido “pior”: os intelectuais são uma aristocracia. Compõem nas fileiras do estamento, consoante expressão de Florestan Fernandes ou Sérgio Miceli. Sua vocação é a de conselheiros do Príncipe, como Erasmo de Roterdã soube mostrar.

Como não se separam cultura e política, existe uma tendência de o Estado açambarcar a ação do intelectual. É o político-filósofo, vivamente exemplificado no próprio Platão. Sérgio Miceli publicou interessante estudo, no qual

¹¹³ MASCOLO, Dionys, *Lettre polonaise sur la misère intellectuelle en France*; citado em: Ibid., p. 69.

¹¹⁴ BODIN, L., op. cit., p. 95.

¹¹⁵ LE GOFF, J., *Os intelectuais na Idade Média*, p. 100.

documentou uma cooptação dos intelectuais pelo Estado Novo de Vargas e ainda no período subsequente: “...os intelectuais recrutados pelo regime de Vargas assumiram diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos diferentes domínios de atividade”. Durante o período “populista” (1945-1964), verificou-se uma ampliação das carreiras reservadas aos intelectuais, ao mesmo tempo que se intensificou o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração, etc...).¹¹⁷ Miceli, porém, revelando tal “cooptação”, ressaltou que os intelectuais do regime Vargas se vinculavam muito mais a figuras da elite burocrática do que aos dirigentes partidários ou às facções políticas de seus respectivos Estados.¹¹⁸ Se pensamos, então, nos integralistas que conseguiram postos em nível de poder central, ao mesmo tempo que recusavam os partidos¹¹⁹, por que não pensaríamos na adesão ao Estado, através da figura central de Kubitschek, pelos nossos isebianos “históricos”?

A divisão entre o mundo dos sábios e o mundo dos técnicos, entre a teoria e a prática, consistia em verdadeiro divórcio, comum entre os gregos, já previsto na Escolástica e fortemente acentuado no Humanismo.¹²⁰ Questão ainda mal resolvida entre nossos “históricos” do ISEB. Edgar Morin, ao sentir a contradição, curiosamente aplicou ao novo intelectual o conceito de “incultura especializada” e lobrigou a permanência do problema: “Os intelectuais não têm mais acesso ao saber disperso nas múltiplas especializações, e os técnicos não têm mais acesso à

¹¹⁶ Ibid., p. 123.

¹¹⁷ Cf. MICELI, S., *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, p. 131.

¹¹⁸ Cf. Ibid., p. 132.

¹¹⁹ Cf. Ibid., p. 68: seus “ganhos posicionais”.

consciência global”. Menos duro que os isebianos, porém, e estimando bem o técnico, Morin se perguntava da possibilidade de um “humanismo-técnico”. Mas, tudo isso nos reporta à questão da definição sobre a identidade do intelectual.¹²¹ Vimos como Gramsci, no tempo novo da indústria, soube assumir o técnico como intelectual. Sua posição de diálogo com o mundo moderno valorizou os “técnicos” e se tornou desafio a superar todo elitismo e discriminação.

Louis Bodin examinou a evolução posterior, marcada em obras da década de 50. Foi paradigmática a ideologia das elites intelectuais e estudantis nos antigos territórios ultramarinos. Pelejavam por desintoxicação cultural. A cura proveio dos bancos das faculdades, especialmente da Sorbonne, como escreveu o malgache Jacques Rabemananjara em 1956. Também André Gorz, obra de 1959, foi citado por Bodin: o caminho era o da crítica, mas poucos intelectuais tinham conseguido forjar os instrumentos da transformação, a nova tarefa imposta por Marx na XI das *Teses contra Feuerbach*.¹²² Além disso, somou-se o que Bobbio chegou a experimentar, quanto à “deserção” do intelectual: o homem de cultura deveria evitar perguntas sob a forma “ou – ou”, porque, para além do dever de entrar na luta, havia “... o direito de não aceitar os termos da luta tais como são postos, de discuti-los, de submetê-los à crítica da razão”. Também fora paradigmática, pois, a experiência de Elio Vittorini, em 1945; quando se viu pressionado – serviço ao Governo ou evasão – e sujeito a censura pelo partido comunista, respondeu “negando que o papel do intelectual revolucionário fosse o de tocar o pífano da revolução e reivindicando para si o direito de pôr, com sua

¹²⁰ LE GOFF, J., op. cit., p. 100.

¹²¹ Cf. BODIN, L., op. cit., p. 118.

obra, certas exigência revolucionárias diversas das que são postas pela política”. Vittorini afirmava, afinal, que também os intelectuais fazem política, política diferente, porém, da dos políticos puros.¹²³

Bodin, quase á maneira de conclusão da pequena obra, sugeriu que a ambigüidade subsistia, que os intelectuais não constituíam uma categoria apodítica, e que as considerações sociológicas se desvaneciam na impossível determinação do lugar, ou do papel, de indivíduos que só pareciam ter em comum a sua diversidade. O que mais se revelava era oposição de culturas e de consciência social. No caso do “intelectual”, qualquer etiqueta podia atrair a censura de estarmos criando uma fantasmagoria.¹²⁴

Os nossos “históricos” isebianos sobrelevaram o filósofo, o formador de uma ideologia global; não terem trabalhado melhor a diversidade foi, de certo, neles, notável limitação.

3) Planejar a educação: aprender da realidade, não só ensinar

1. Sair da dependência – descolonizar-se

O problema pedagógico se colocou sempre, quando se tratou de emancipação. Vieira Pinto, divisando a educação como instrumento de dominação, concebeu também a ação das lideranças metropolitanas, ou dos seus associados, como ação “pedagógica”. Os pedagogos dominantes enxergavam as

¹²² Cf. Ibid., p. 76-7 passim.

¹²³ Cf. BOBBIO, N., op. cit., p. 135- 6 passim.

colônias como ainda em etapas infantis no processo da consciência. Mistificação real, dizia Vieira Pinto, para justificar cruzadas filantrópicas pela educação de nações atrasadas. Logo, enquanto os dominadores adotavam caminhos que a eles próprios convinham, imaginavam que às metrópoles bastava transferir seu produto, as próprias ideologias, enviando ou até reenviando um salvador – que diriam ir para “educar o povo” – para a colônia: um iluminado inútil, chamado de “pedagogo oficial”. Vieira Pinto, que sempre levou adiante uma luta ideológica, criticava o simplismo dos pedagogos oficiais e dos burocratas pedagógicos.¹²⁵

Com termos filosóficos semelhantes, Paulo Freire considerou a permanência da ideologia de dominação no meio das sociedades objetos (“seres para outro”). O ser que é ontologicamente “para si” se transforma em “para outro” quando, perdendo o direito de decidir, não opta e segue as prescrições de outro ser: adquire “consciência servil” em termos hegelianos. As ciências humanas eram chamadas a analisar essas relações dentro do quadro geral da dependência. Num outro momento histórico, o trabalhador social, junto com as pessoas, devia conscientizar-se das reais dificuldades da sua sociedade, ampliar cada vez mais os próprios conhecimentos, e refletir sobre os métodos de ação e os limites objetivos com os quais se enfrentava. Nesses termos, Paulo Freire tratou da “mudança cultural” e suas várias correlações: desenvolvimento, reforma agrária, educação,...¹²⁶ Freire, em sintonia com uma expressão de Karl Mannheim, “democratização fundamental”, enfatizou uma crescente participação do povo,

¹²⁴ BODIN, L., op. cit., p. 117.

¹²⁵ PINTO, Á. V., *Consciência e realidade nacional* – 2º v. – Consciência crítica, p. 379-82 passim.

¹²⁶ FREIRE, P., *Educação e mudança*, p. 55-6 passim.



imerso, antes, num processo no qual se limitava a ser espectador mas, a seguir, emergindo e descruzando os braços e decidindo. Por último, Freire sentiu a necessidade de uma educação para a vocação ontológica do homem e para o ser-sujeito, alicerce para a tomada de consciência e para ir cuidar das condições peculiares da nossa sociedade de transição.¹²⁷

Até aqui, o problema da descolonização e da visão global e crítica da educação. A ideologia ainda foi considerada, no entanto, numa advertência: ela já não podia ser “doação” de certos intelectuais ao resto da sociedade, e muito menos aos mais humildes. Michel Debrun acusou no próprio Vieira Pinto a pretensão de que a ideologia fosse a fagulha que operasse conversão quase mística das consciências e mobilização; além de dificuldades nos obstáculos exteriores, ainda e sobretudo via Debrun as dificuldades da arrancada ideológica e do despertar dos grupos e indivíduos.¹²⁸

Florestan Fernandes explicitou que, nas recentes circunstâncias de luta pelo desenvolvimento econômico, “os países subdesenvolvidos são os que mais dependem da educação como fator social construtivo”; precisavam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; e não só: também no horizonte cultural, no progresso social e na formação de novos tipos de personalidade.¹²⁹ Reivindicações desse tipo, e, ainda mais, reivindicação da educação pública, gratuita, obrigatória e leiga, conquista do Estado burguês em ascensão com a Revolução Francesa, ligaram-se, no Brasil, à nova ordem social e

¹²⁷ Ibid., p. 66.

¹²⁸ DEBRUN, M., *Conciliação e outras estratégias*, p. 59.

¹²⁹ Cf. FERNANDES, F., *Educação e sociedade no Brasil*, p. 351; citado em: ROMANELLI, O., *História da educação no Brasil*, p. 183.

econômica que começava a definir-se após 1930. Foram proclamadas no *Manifesto dos Pioneiros* de 1932. De maneira especial, embora genericamente, o *Manifesto* reclamava por uma unificação do sistema educacional, pela organização da educação profissional de níveis médio e superior, pela formação universitária para os professores de todos os níveis.¹³⁰ Na verdade, o problema da manutenção ou não do atraso da escola em relação à ordem econômica e à ordem social, no pensar de Romanelli, era decorrente da forma como se organizava o poder, como servia aos interesses dos grupos nele mais notavelmente representados.¹³¹ A burguesia industrial ia em franca evolução com a industrialização e a urbanização. O próprio Anísio Teixeira, signatário do *Manifesto* com Fernando de Azevedo e outros, sublinhou, desde os inícios, um projeto educacional “regulador e retificador”, enquanto propunha uma divisão do trabalho democrática e um sistema capitalista coerente e harmônico com paz social. A educação teria um papel estabilizador.¹³²

Com a ideologia nacional do desenvolvimento, como situar-nos, então, ante a educação que a devia divulgar e que devia fornecer a mão-de-obra? Afirmou-se o populismo político, especialmente após a Segunda Guerra. Vargas, em sua campanha eleitoral de 1949, criticou Dutra por ter-se aberto demais ao capital estrangeiro, e adotou posições nacionalistas, a fim de garantir apoio das massas populares, às quais cuidava de segurar dentro dos limites das estruturas vigentes. Com Juscelino (1956-1961), o populismo se permitiu erros que Leôncio

¹³⁰ ROMANELLI, O., *Ibid.*, p. 150.

¹³¹ *Ibid.*, p. 191.

¹³² Cf. TEIXEIRA, M. M. S., *O significado pedagógico da obra de Anísio Teixeira*, p. 160-1 passim.

Basbaum acusou: inverter a proposição “um povo rico faz uma nação rica”; confundir a expansão industrial com industrialização e desenvolvimento nacional; abandonar a região nordestina; aceitar a estrutura agrária; manter a *Instrução 113* da SUMOC, isto é, entrada de capital estrangeiro em condições privilegiadas.¹³³ Erros que geraram exigência de novo modelo e intensa crise para os governos de Jânio e de Jango, que ficaram prejudicados. De fato, houve mais verbas para a educação (formação científica e técnica), mas diminuíram as da agricultura, e grandes massas rurais migraram para as periferias das cidades e aí permaneceram analfabetas e marginalizadas.¹³⁴

2. Educação geral e integral? Com o ensino técnico!

O ISEB pregava uma ideologia global. Outros pregavam a expansão do ensino profissionalizante para formar técnicos e mão-de-obra em vista da revolução industrial em processo.

Lauro de Oliveira Lima, em 1960, detectou uma angústia nacional em torno do problema da educação e um estalar de estruturas: “os tímidos – temerosos do vir-a-ser – ficam alarmados na antevisão de uma calamidade, de um esfarelamento da “chamada unidade nacional”.¹³⁵ De certo modo, escreveu até para acalmar ânimos exaltados, também dos pastores e intelectuais católico,

¹³³ RIBEIRO, M. L. S., *História da educação brasileira*, p. 154 -5.

¹³⁴ Cf. *Ibid.*, p. 158.

¹³⁵ LIMA, L. O., Por que só a escola não evolui? *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 78, p. 160-1.

irritados com a campanha – em favor de escola pública, para todos, gratuita, laica – de Anísio Teixeira, conhecido também por antiga posição anti-religiosas.

Segundo Mendonça, Anísio Teixeira, ao longo dos anos 30, já viera propondo um novo tipo de intelectual; sua marca seria a de uma “mentalidade científica”, no duplo significado de espírito experimentalista e espírito democrático.¹³⁶ Num projeto geral, até isebiano, de reconstrução, a educação devia ocupar posição absolutamente central, e a formação das elites deveria ser rediscutida. Para Anísio, “a necessidade de soluções científicas para os problemas contemporâneos (não só os de caráter estritamente material ou econômico, mas também os de ordem social ou humana em geral)” exigiria o novo tipo de intelectual capaz de construir uma cultura adequada à civilização técnica. Intelectual para dar “direção”, nos conceitos elitistas de Dewey. Para isso, se supunha uma mentalidade comum e uma certa identidade de interesses e compreensão que só seria possível conseguir por meio da educação.¹³⁷

Contra o auto-didatismo e por um novo espírito universitário, Anísio reclamava quadro relativamente coeso, que exercesse a “coordenação da vida espiritual do País” e, então, mentalidade comum, “espírito comum”, “comunhão em torno dos mesmos ideais e interesses”. Assim em 1962.¹³⁸ Além do espírito unitário, a ênfase na base experimental e a atribuição ao cientista do título de “intelectual por excelência” com missão essencialmente educativa; expressa, esta

¹³⁶ MENDONÇA, A. W. P. C., O intelectual como dirigente e como educador. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 77 (186), p. 304.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 308-9.

¹³⁸ *Cf. Ibid.*, 313-4.

missão, em preocupações com a socialização do saber científico, a relação ensino / pesquisa, a extensão universitária e a divulgação científica.¹³⁹

Anísio deixara o ISEB em 1960. Obviamente não partilhava das críticas dos “históricos” isebianos ao técnico em educação. Sua preocupação com a ciência o aproximava ao espírito modernizante da UNESCO, a Carlos Chagas Filho, batalhador incansável pela ciência no Brasil, e aos críticos da formação humanista e tradicional. Não pudemos investigar sua relação com nossos autores após 1960, sendo que, antes, fizera presença relativamente limitada no ISEB. Gildásio Amado lembrou que Anísio já tentara unir ensino geral e ensino profissional na década de 30, mas superestimara a receptividade da idéia em ambiente brasileiro. Ponderava Amado que “seu idealismo minimizara os reflexos em setores apegados a um tradicionalismo, tanto mais radical quanto menos cristalizado em expressões autênticas de nossa cultura, apoiado que era essencialmente no modelo europeu”.¹⁴⁰

A especialização técnica, de certo modo, veio a vencer também em Corbisier, tão renitente a respeito dos “técnicos” e “pedagogos oficiais”. É interessante ler seu prefácio ao livro de Pierre Fougereyrollas, que traduziu. Redirecionando-se, Corbisier, admitia os dois momentos do filosofar, o da crítica e o do colapso do filosofar. A crítica é a vocação da filosofia, é seu momento primeiro. Construído, porém, um sistema, tende este a transformar-se em dogma, mito e ideologia. Este segundo momento, carregado de historicidade, é o do inevitável colapso do filosofar: a filosofia é substituída pelos saberes científicos e

¹³⁹ Cf. *Ibid.*, 314 -5.

¹⁴⁰ AMADO, G., *Educação média e fundamental*, p. 16.



pelos poderes técnicos, ela que é impulso original, transcendência e liberdade.¹⁴¹ Na verdade, Corbisier parecia refletir sobre o “mistério” da liberdade após as primeiras e duras experiências com a ditadura militar – o Prefácio é de dezembro de 1966. Na esteira de Fougeyrollas, pôde refletir sobre a realidade científica de outros intelectuais práticos e sobre poder que já exerciam hegemonicamente. A reflexão de Corbisier ainda se situava em relação estreita com o historicismo, que marcou seu pensamento de bases em Hegel e em Dilthey (este, *via* Jaguaribe).

Em Fernando de Azevedo, nos anos 30, a apologia da ciência na escola – de cunho positivista –, indicara entusiasmo pela indústria.¹⁴² Já desde 1932, segundo G. Amado, o sistema médio exibia marcada distinção entre o ensino secundário e os ramos do ensino técnico. Estes preparavam para a imediata participação profissional; aquele se destinava a “formar uma sólida cultura geral”, acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística.¹⁴³ De certo, se pensava na unidade nacional territorial – Capanema e o elitismo das “individualidades condutoras” –, ideologia que vingava até os inícios da década de 50 e que os ibespianos procuraram substituir pela ideologia nacional do desenvolvimento. O ensino técnico ainda ficou destacado do humanista, sobretudo, “*a contrario*”, nos institutos de formação técnica e profissional, criados em 1942, SENAI e outros. Os isebianos enfatizavam a separação, acentuando a filosofia, como vimos.

¹⁴¹ Cf. CORBISIER, R., Prefácio do tradutor, em FOUGEYROLLAS, P., *A filosofia em questão*, p. XXII-III.

¹⁴² Ver AZEVEDO, F. de, *A educação e seus problemas*. São artigos diversos.

¹⁴³ AMADO, G., op. cit., p. 3

A Constituição de 1946 mantinha o lugar da cultura, bem como reconhecia o direito de todos à educação a ser dada no lar e na escola (artigo 166). Prescreveu a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o primeiro projeto foi apresentado em 1948, mas as discussões, algumas vezes acirradas, se estenderam até 1961, quando a LDB, em 20 de dezembro, foi finalmente sancionada.

Nos inícios, o projeto para o secundário, base para a formação das elites intelectuais, excluía a tecnologia. No entanto, provocava viva discussão a vontade de colocar elementos utilitários nos programas, em atenção a adolescentes de classes menos afortunadas: o secundário atrairia muito mais candidatos. Mas o ponto nevrálgico da projetada reforma fôra o ensino médio. Disputou-se em torno a projetos vários: o projeto da Sub-Comissão de Ensino Médio, o projeto Carlos Lacerda, o projeto do Ministro Clóvis Salgado, o projeto Marianni e outros. G. Amado apontou que uma vantagem nas conclusões foi poderem as escolas “desvencilhar-se do tremendo cipoal de imposições regulamentares do regime anterior”. Afirmou, contudo, como lamentando, a dualidade de programas (elites / trabalhadores): “... tudo isso teria tido maior importância se coincidissem com o desmonte também da carcomida estrutura dupla nesse nível de ensino”.¹⁴⁴

Por que abordamos a problemática daquela discussão sobre o ensino médio? Porque sempre nos pareceu surpreendente que, entre os isebianos estudados, ressalva feita a Vieira Pinto, de algum modo se tivesse visto com descaso o técnico escolar e pouca atenção se tivesse prestado a todo o debate –

¹⁴⁴ Ibid., 136.



inclusive ideológico esse – acontecido em diferentes âmbitos em vista da LDB. Inseridos no MEC, parecia estivessem os nossos isebianos em outro universo. Quanto à Lei, Otáisa Romanelli lastimou que, após os compromissos adotados, tivesse prevalecido a velha situação, agravada inclusive, porque se aprofundou a distância entre as necessidades escolares e as do desenvolvimento.¹⁴⁵

3. A questão da escola pública e da escola particular

Também podemos, nesta área, lembrar os isebianos “históricos”. Alimentaram reservas sobre a religião, o mais das vezes, exceção feita sobretudo a Mendes, em afinidade mais visível com a Igreja Católica especialmente nos anos 60. No entanto, agora com exceção de Vieira Pinto, pouco se manifestaram sobre a questão da luta pela escola pública e laica.¹⁴⁶ Valnir Chagas, liberal, lembrou que, nos anos 50, a velha e rígida separação entre escola pública e privada tumultuou os debates da LDB, mas concluiu, conciliador, que se tornou rapidamente uma curiosidade do passado. Para ele, os cuidados com o Homem, representados sobretudo pela Educação e pela Saúde, não podiam ser deixados aos azares do espontaneísmo ou da especulação comercial. Toda escola era pública por natureza e destinação; “público”, no sentido amplo que não significava apenas “estatal”, mas envolvia o conjunto das forças sociais. Em atitude compreensiva,

¹⁴⁵ ROMANELLI, O., *op. cit.*, p. 179.

¹⁴⁶ No *Petit Robert* – Dictionnaire de la Langue Française, edição de 1972, p. 966, se lê que “leigo” é “o que não recebeu as ordens de clericatura, tratando-se de batizados”. “Laico” (forma erudita de mesma raiz grega, com significado de “povo”) guarda o sentido negativo de “independente de toda confissão religiosa”. O Dicionário ainda explica sobre “laicidade”: “Princípio de separação da sociedade civil e da sociedade religiosa, não exercendo o Estado

afirmou que o debate sobre a escola pública e privada, superado na generalidade em que se encontrava, alcançava seu “*punctum dolens*” quando se circunscrevia ao aspecto dos lucros.¹⁴⁷

Romanelli, tratando do *Manifesto dos Pioneiros* de 1932, assinado por Fernando de Azevedo mais 25 educadores e intelectuais, comentou que o documento propunha adequar o sistema educacional a uma nova ordem industrial e burguesa, sem a questionar. Refletia o pensamento pedagógico dos representantes dessa nova situação em luta contra a escola tradicional e não contra o Estado burguês.¹⁴⁸ A mesma coisa podia ela dizer do *Manifesto ao Povo e ao Governo*, de 1959, e dos aspectos sociais da educação; educação para todos era dever do Estado. Ora, na questão da luta em favor da escola pública, e abordando a relação com interesses da Igreja pela educação privada, Romanelli opinou que o “essencial em tudo isso era o fato de a Igreja ter estado sempre comprometida, pelo menos até havia bem pouco, com uma ordem social fundada numa organização dual de características aristocráticas”.¹⁴⁹ Romanelli não mencionou o outro aspecto, o da luta pela laicidade da escola. Quanto a um certo laicismo, ganhavam razão as reclamações católicas, ainda que pudesse ser válida a acusação de muitas amarras ao poder tradicional. Já estudamos, em Miceli, como o vínculo dos próprios intelectuais brasileiros com o Estado foi demais estreito, em especial

nenhum poder religioso e as Igrejas nenhum poder político”. A França conheceu controvérsias mais intensas dessa ordem no fim do século XIX.

¹⁴⁷ CHAGAS, V., *Educação brasileira: o ensino de 1ª e 2ª graus – • antes, • agora, e • depois?*, p. 278. O problema infirmado pelo que se chamou a “ilusão liberal”. Pela inspiração básica de teor liberal da campanha em defesa da escola pública, diz Saviani, o problema foi colocado em termos a-históricos e a-políticos. Imaginava-se “um Estado neutro que pairava acima das diferenças de classe, configurando-se no guardião dos interesses da sociedade em seu conjunto”. Cf. SAVIANI, D., p. 11-2.

¹⁴⁸ ROMANELLI, O., op. cit., p. 150-1.

desde a cooptação do Estado Novo. A crítica devia bater contra isso. Doutro lado, uma experiência infeliz predominou na antiga URSS e países do Leste Europeu, no que se referia à cultura religiosa; e a lembrança do totalitarismo (fascista, nazista, franquista, salazarista, getulista) estava bem viva em muitos quanto a direitos fundamentais. Nesse sentido, pareceu-nos mesmo incoerente que a autora tivesse omitido o “anti-comunismo” (ou anti-positivismo, etc...) da Igreja dentre os motivos de rejeição à “laicidade” da nova escola. Em numerosos ambientes, em especial católicos, o “caso Anísio Teixeira” se tornou histórico. Um dos artigos a ler sobre a problemática, de cuidadosa elaboração, mais consistente até pela argumentação do que pelo zelo religioso, seria o de Frei Evaristo Paulo Arns, bem posteriormente Arcebispo de São Paulo.¹⁵⁰ O aceso debate havido não podia ser colocado “entre parênteses”; não fora “inócuo” e 1964 o acabou comprovando, lamentavelmente. Algo semelhante se deu com o ISEB : luta explícita, mas sem tomar conhecimento ou das próprias forças ou da força do outro, do adversário. Poderiam ter carecido de análises no ISEB? Não pareceram desconsiderar a presença de contradições, acabando por isso mais divididos? O próprio Corbisier, por exemplo, e outros à maneira dele, reconheceu que as esquerdas radicalizaram mais do que consentiria a conjuntura sócio-histórico-política, o que instigou a reação golpista em 1964. Não teriam percebido os nossos “históricos” que atribuíam demasiadas prerrogativas ao Estado e às classes burguesas que, no

¹⁴⁹ Ibid., p. 178.

¹⁵⁰ Cf. ARNS, E. P., Anísio Teixeira *versus* Igreja, em: *Rev. Eclesiástica Brasileira*, p. 353- 65. Em: *Vozes – Rev. Católica de Cultura*, 7, p. 481-93. Somos convicto de que melhor respeito à vida e à cultura religiosa e à fé, no socialismo real, teria levado a melhor aceitação do socialismo no mundo.

poder, se acomodavam entre alianças e alternâncias? Faltou escutar os grupos que pensavam diferente.

4. Valor da ciência e ensino profissional

Ainda aqui nos defrontamos com a questão da tecnologia, do ensino técnico, da valorização do intelectual técnico. Escutaremos o próprio Anísio Teixeira, que, de certa maneira, foi um técnico do ensino, no INEP e na CAPES. Apoiado a uma visão de conjunto, não esquecia que era preciso dinamizar a introdução da mentalidade científica nos meios educacionais.

Anísio Teixeira falou de uma educação que “já não nos convém”. A que se tinha em casa, e pelo rádio e pelo cinema. Era um artigo com título positivo: “A educação que nos convém.”¹⁵¹ O planejamento, para Anísio, tinha de estar por trás de qualquer projeto de sociedade em vista do mundo do trabalho e da participação de todos. Diante da revolução industrial e tecnológica, que avançava pelo século XIX, foi-se tendo a necessidade de abordar o mundo de modo científico. No Brasil de 1950, não bastava a educação humanista, que não era excluída porém. Anísio reivindicava a educação secundária, para habilitar “à posse de um instrumental de trabalho”.¹⁵² A civilização tecnológica avançava aceleradamente e requeria de todos os indivíduos não um mínimo de educação escolar, mas

¹⁵¹ Cf. TEIXEIRA, A., A Educação que nos convém. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 21 (54), p. 19. Não interessa que o empresariado do IPES tenha feito uso de tal frase para nomear o seu FORUM bem mais tarde, em 1968, em versão elitista e tecnocrática. Cf. IPES, *A Educação que nos convém* – FORUM realizado em outubro / novembro – 1968.

¹⁵² Cf. TEIXEIRA, A., A escola secundária em transformação. Em: *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXI (53), p. 4 -5.

educação que “nos permita viver e compreender as novas complexidades da vida”.¹⁵³

Anísio abordava também a cultura geral como aquela que, até prolongada, era dada aos filhos de uma elite, sem propósito prático ou econômico. Exemplificou com as reivindicações populares em educação em países mais adiantados: lá os de menos recursos exigiram “o ingresso possível a todos os tipos de escolas existentes”, e não por necessidade espiritual ou de luzes, mas como condição para a vida econômica e o trabalho. Se, no século XIX, disse Anísio, “a educação podia ser ineficiente e podia se fazer de qualquer modo, como de qualquer modo se podia fazer a educação religiosa...”, isto é, educação como bem “indefinido e indefinível”, numa “concepção mística”, atualmente, no entanto, o ensino deveria atender “às novas condições de trabalho”. O rádio e o cinema tinham sua utilidade educativa e criavam a oportunidade de participação no debate geral e público da nação até para o analfabeto. A educação escolar, com mais fortes razões, precisava ser eficiente, adequada e bem distribuída, ensinando bem para poder cobrir as necessidades do trabalho diversificado e várias da vida moderna. O que Anísio enfatizava era que a escola não podia dar uma educação qualquer.¹⁵⁴ Suas posições decorriam, em geral, do liberalismo e do pragmatismo, mas podiam lançar raiz nas posições de Vieira Pinto em *Ciência e Existência*. Sobretudo, era ciência para todos e não só trabalho. Anísio enfrentou problemas de técnicos; e era como técnico da educação, que, afinal, estava no ISEB. Sugeriu determinado tipo de escola secundária como lugar de ensino, mas com eficácia

¹⁵³ Ibid., p. 7.

¹⁵⁴ Ibid., p. 18-9.

empírica; aventou sérias propostas para a administração: um sistema descentralizado, responsabilidade das comunidades, pequenos conselhos escolares locais, um Fundo Escolar municipal com receita pré-fixada, uma pluralidade que encontraria o seu centro de controle e unificação num Conselho a nível de Estado...¹⁵⁵ De certo, Corbisier se excedia ao atribuir carácter intelectual secundário a todos os técnicos e “pedagogos oficiais”.

Finalmente, a ciência. A revolução abraçada pelo ISEB como tal atestou a evolução das ciências sociais. Elas avançaram com as novas experiências do segundo pós-Guerra. Não cresciam no isolamento. E o ISEB cresceu quando se abriu à realidade, limitou-se quando se fechou na ideologia “global”.

No final da década de 40, foi verberada por Corbisier a insensatez de inventarem a “tecnocracia”. Insensatez, sim, como poder (“*cracia*”) opressor; mas, como serviço técnico, era a necessária tecnologia. A imposição isebiana da filosofia, de modo idealista, em miope “visão de conjunto” afinal, também não era sensata. A sistematização acabava sufocando a crítica e levando a verdadeira filosofia à queda ou colapso.¹⁵⁶

A ciência passou por um desenvolvimento histórico; se não luzes somente, tampouco era toda sombras. Evidentemente, há de ser estudado junto o mecanismo do poder a que ela se prende.

¹⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 28. Ver ainda seu artigo de meses depois: esclareceu que a unificação significaria sobretudo destruição dos dualismos intelectuais que, se não encobriam, disfarçavam os dualismos sociais: escola puramente acadêmica X escolas profissionais, escola da elite X escola do povo. Ver *IDEM*, Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. Em: *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXII (55), p. 15.

¹⁵⁶ Cf. novamente CORBISIER, R., Prefácio do Tradutor. Em: FOUGEYROLLAS, P., *A filosofia em questão*, p. XXI-XXIII.

José Roberto Moreira reprovou o pragmatismo como teoria geral do conhecimento, unilateral, capitalista, mas positivamente reconheceu a estima pela ciência como resultante da tomada de consciência de uma evolução histórica. Questão, pois, de critério de escolha.¹⁵⁷ Convém recordar, criticamente, que se difundiu uma teoria ativa da modernização após a Segunda Guerra, aquela que servia à transferência de capitais dos Estados Unidos aos países devastados da Europa e aos outros continentes, inclusive a países recém-libertados das metrópoles européias.¹⁵⁸ Doutro lado, desde o ante-projeto da LDB relatado por Almeida Júnior, se registrou aquela real finalidade do sistema educacional de produzir a formação social do capitalismo pela reprodução das forças produtivas e das relações de produção.¹⁵⁹ Uma negação da dimensão política era o resultado da consciência perversão da relação entre fins e meios na tecnocracia.¹⁶⁰ Da parte do Estado, devia estabelecer-se uma política da educação e até aí todos concordavam; mas havia de definir quais concepções viriam na base de tal política. Aí a pergunta sobre o poder: quem definia os rumos da sociedade? Para Bosi, o nacionalismo desenvolvimentista só significou “arremedo de resistência” diante dos males do “gigantismo industrial e burocrático”.¹⁶¹

Daí o interrogar-nos: se o caráter racional da ação econômica conduziu o Estado a criar grupos de trabalho e pesquisa para dar suporte à sua atuação (ISEB), donde a certeza de que suas propostas seriam bem aceitas pelo poder

¹⁵⁷ MOREIRA, J. R., O valor da ciência e os estudos educacionais. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, XXI (53), p. 36.

¹⁵⁸ CUNHA, L. A., *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, p. 17.

¹⁵⁹ Cf. HORTA, J. S. B., Planejamento educacional, em: MENDES, D. T., *Filosofia da educação brasileira*, p. 236.

¹⁶⁰ Cf. *Ibid.*, p. 224 -5.

central do Estado? Ou estaria lá para legitimar ações políticas?¹⁶² A levar em consideração Lourenço Filho, as regras tinham de ser discutidas sempre de novo, exigiam um esforço de interpretação, por se situarem como normas gerais num âmbito abstrato. Isso obrigava a cuidar-nos com a visão tecnocrática da realidade: era sempre um ponto de vista restrito. Lourenço Filho procedia à análise da LDB de 1961. Para a formulação das leis gerais de ensino, elementos de muitas fontes confluíram: a filosofia e a ideologia política; as doutrinas correntes sobre administração pública; idéias generalizadas sobre aprendizagem e ensino; costumes relativos à vida das escolas... As leis vieram impor ordem jurídica, embora também tenham contribuído, nos Estados de Direito, países organizados, para salvaguardar direitos subjetivos perante o poder público... Ora, os serviços do ensino visariam a realidades específicas, situações concretas. Pelo lado do administrador, Lourenço Filho exemplificou com o caso do “a educação é direito de todos”. Era definição, era um abstrato, e supunha homogeneidade. Para ser traduzida em termos práticos, porém, havia de tomar em conta “grupos diferenciados segundo idades, sexo, capacidades diversas e maior ou menor participação na vida do país”.¹⁶³ Voltamo-nos a Lourenço Filho, não para justificar falhas dos governos e dos seus técnicos, nem para desculpar ideólogos, mas para indicar a complexidade de cada situação, a qual passa a exigir, sempre mais, suma vigilância em vista de acertar. Já para o filósofo da “visão geral”, já para o “técnico”, a abertura a novas dimensões e aspectos do objeto poria uma

¹⁶¹ BOSI, A., *Cultura brasileira*, em: MENDES, D. T., op. cit., p. 180-1.

¹⁶² Ver MARINHO, L. C. de O., *O ISEB em seu momento histórico* – Dissertação de Mestrado, p. 10-1.

¹⁶³ LOURENÇO FILHO, M. B., *Organização e administração escolar – Censo básico*, p. 261.

exigência de, buscando uma práxis correta, tomar a sério tanto a teoria como a prática.

5. Os “históricos” do ISEB e o dualismo

Os “históricos” do ISEB falharam por alguns dualismos fundamentais.

Em nome da “visão de mundo” unitária, se cobriu de prerrogativas o filósofo, o “homem culto”, o homem da “visão de conjunto”, dirigente dos técnicos ou, no mínimo, conselheiro. Evolução se deu quando o ISEB, abrindo-se aos estudantes e às realidades da luta pelas reformas de base, pensava em novos termos a Revolução Brasileira: era o momento em que Vieira Pinto, que ficara quase sozinho, colocou em primeira plana o trabalhador, e Corbisier veio a refletir sobre temas caros à esquerda, como as reformas de base, a igualdade, a justiça, a derrota da corrupção.

O dualismo empresário / trabalhador foi uma constante insuperada, pois que perdurava a aliança com a burguesia industrial, a que devia liderar a Revolução. Aparente suavização do dualismo se descobriria com a tirada de Jaguaribe de que todos eram empresários na medida em que aumentavam o próprio consumo. Na verdade, minimizando a luta de classes permanente, refugavam envolver-se com os problemas das classes trabalhadoras, sem chegar efetivamente à “conversão ao Brasil”, que sensibilizou Corbisier.

Uma dualidade, que era marca registrada da tradição educacional brasileira, foi a da escola para as elites (secundária e superior) e da escola para as

classes populares (primária e a profissional). A primeira para os espíritos luminosos, a segunda para os que deviam sofrer, na expressão empregada por Vieira Pinto ao tratar da universidade. A educação das elites para os já emancipados, a educação popular para os que produziam, a fim de aumentarem a produtividade. Não houve unidade entre os nossos isebianos sobre como podia acontecer a ascensão de classe; acordavam entre si que a participação no consumo, nas cidades, revelava aumento de salário e conseqüentemente participação na renda (Jaguaribe). Nossos isebianos, em especial sob Juscelino, não discutiam o aumento do desemprego nas cidades que cresciam rápido.

Dois outros dualismos sócio-econômicos, já analisados, eram: campo / cidade e regiões atrasadas / regiões desenvolvidas. As explicações de Jaguaribe sobre a socialização através do salário recebido na cidade não nos convenceu, porque não se tocava na questão do poder decisório. As explicações de Guerreiro Ramos quanto ao serviço que o Sul, comprador e consumidor dos produtos do Nordeste, estaria prestando a este, não podiam ser aceitas porque, de fato, se reproduzia internamente a dualidade que, desde sempre, fora a raiz de toda crítica: colonialismo nas relações metrópole (Sul desenvolvido) / colônia (região atrasada).

Eufóricos em favor da indústria, estimulavam, ou ao menos consentiam, que levas de trabalhadores se transferissem para a cidade. Nossos “históricos” pouco mencionaram o problema da terra. Jaguaribe, bem tardiamente, acabou por revelar que Juscelino, para garantir o apoio das classes latifundiárias, prometera não tocar nos problemas da agricultura ou fundiários. A verdade é que, neste

Brasil, se deu, então e a seguir, o maior êxodo rural de que já se teve notícia na história humana.

Por que, no seu otimismo, se omitiram nossos isebianos ante os problemas concretos e a realidade crua das maiorias, ante o dualismo da discriminação, para deter-se nos problemas ideológico-filosóficos? A tese sobre a ação política do ISEB, de Alzira de Abreu, não esclareceu tudo, mas concluiu com algo de fundamental: a ideologia nacional-desenvolvimentista foi “meio de legitimação do Estado de compromisso, na medida em que forneceu ao populismo um instrumento de mobilização popular que, pela manipulação de símbolos nacionais, e a eles recorrendo, conseguiu preencher a função de tornar compatível o máximo de capitalização com o mínimo de tensão social”.¹⁶⁴

4) A proposta do debate e da discutibilidade

1. Poder e posições (ações) em conflito

Octávio Ianni protestou que, no Brasil, por tradição, só tiveram valor as elites esclarecidas e deliberantes e que “trabalhador não tem vez, *não discute*”.¹⁶⁵ Era velha a acusação, entre intelectuais, de que a desigualdade operava exclusões, e Djacir Menezes propusera que, para alargar o círculo, necessário se tornava “interessar o povo na discussão dos assuntos coletivos. Educação, discussão livre,

¹⁶⁴ ABREU, A. A. de, *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*, p. 302.

¹⁶⁵ IANNI, O., *O ciclo da revolução burguesa*, p. 58.

liberdade de opinião, são condições vitais de vitalidade democrática”.¹⁶⁶ É pensamento antigo, retomado na reedição de 1956. Kubitschek, em nosso período populista, propalava: “Não tenho outra vocação que a da vida democrática. Aprecio o debate livre; gosto de críticas, de levá-las em consideração e de examinar, servindo-me das observações mesmo vindas de adversários, sobre se estou certo, se tenho pensado e agido corretamente de acordo com os mais altos interesses da Nação Brasileira.” Limoeiro Cardoso, entretanto, comentou que, em Kubitschek, “mesmo fatos de relevância não são discutidos, nem aprofundados nas razões que os motivaram. Seu tratamento é sempre e sistematicamente empírico...”.¹⁶⁷ Na realidade, JK procedia de outra maneira; questionado pelas oposições, respondia com as realizações do seu Governo, mesmo se o assunto fossem as reivindicações dos trabalhadores. “Devemos, em lugar de discutir infundavelmente, pôr-nos a trabalhar, a agir, a lutar.”¹⁶⁸

Na expressão de Sodré referida por Abreu, também o ISEB, como instituição, pretendia ser “um centro de debates, onde todas as posições eram discutidas e criticadas”.¹⁶⁹ A experiência, segundo verificamos pelas publicações, foi a de grande dificuldade em superar ciúmes e divisões, especialmente porque se interpunha o problema das posições e do poder. Por exemplo, para Ramos, mal saído do ISEB, Mendes apareceu logo como o “trêfego conde papal (...), viva síntese de contradições, pois, ao que parece, consegue ser homem de confiança da

¹⁶⁶ MENEZES, D., *Tratado de economia política*, p. 591.

¹⁶⁷ Cf. KUBITSCHKEK, J., *Discursos, 1957 – 1956*, p. 157, citado em CARDOSO, M. L., *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK - JQ*, p. 245-6 passim.

¹⁶⁸ Cf. KUBITSCHKEK, J., *62 – JK – Discursos – 1956*, 551, p. 188. Citado em: *Ibid.*, p. 253.

¹⁶⁹ Cf. ABREU, A. A., *op. cit.*, p. 220-1.

Light, da Cúria, da Shell, do ISEB e do PCB”,¹⁷⁰ e Vieira Pinto como o ingênuo que imaginava pudesse uma ideologia ser “formulada”.¹⁷¹ Nossa pesquisa mostrou que, suposto o entendimento e a cordialidade, e a vontade de servir ao conhecimento e à transformação, careceram de abertura para o diálogo já noutros tempos. Já relatamos que Werneck Sodré lamentou terem-se encontrado pouco para discutir programas. A propósito, mais tarde, em 1968, Mendes soube experimentar, de algum modo, a importância do espírito de reflexão. Comentou que, com o regime tecnocrático-militar, houve “tendência à regressão, em conjunto com a do processo de reflexão, do sistema social, imediato, condicionador da produção ideológica”; acusou que a produção ideológica foi substituída pelo “estrito operacionalismo”, e foi eliminado o processo de reflexão e o desempenho da função social da “*intelligentzia*”. Era o confinamento das oposições à busca da estratégia de subversão, e não mais ao debate de alternativas.

¹⁷⁰ RAMOS, G., *A crise do poder no Brasil*, p. 141-2.

¹⁷¹ Cf. RAMOS, A. G., *Mito e verdade da revolução brasileira*, p. 208-9. Aí escreveu, analisando *Consciência e realidade nacional* de Vieira Pinto: “Chega a ser cômica a sua ingenuidade (...) Imaginamo-lo recém-admitido na intimidade do círculo que fundou o ISEB em 1955, e que vinha do antigo IBESP. Aí, provavelmente, o Sr. AVP ouviu, diversas vezes, alusão à necessidade de formular-se a ideologia do nacionalismo brasileiro. Convenhamos que esse projeto, para os mais inteligentes e experimentados, nunca foi entendido senão como termo de conversa, incitamento à compreensão global do fenômeno brasileiro. Por definição, só se compreende cabalmente uma ideologia depois que ela encerra a sua eficácia histórica. Nunca houve, na história da inteligência, quem quer que seja minimamente categorizado para o trato das coisas do saber, que concebesse a idéia de formular uma ideologia. Só as ideologias mortas podem ser narradas.” O grifo é nosso. Observe-se que, como consta, Ramos passara a uma posição como a de Daniel Bell, *The end of ideology*, obra de 1960. Lê-se à p. 211: “Chegamos hoje, no domínio do saber, ao fim da ideologia. (...) Depois de tantas frustrações, de tantas promessas não-cumpridas, a ideologia chegou ao fim: (...)”. Contudo, prosseguindo na crítica a Vieira Pinto e à sua obra *Consciência e realidade nacional*, Ramos crê que, ele próprio, é o verdadeiro crítico a assumir o marxismo, não como ideologia, mas como “sociologia viva” (p. 211-2).

Mais que nunca dificultado o debate das massas ou com as massas, chegara-se também ao fim do período populista.¹⁷²

É próprio do tecnocrata, demiurgo fácil, sôfrego de resultados e à procura de alcançá-los por todos os meios à mão¹⁷³, eliminar qualquer problemática relacionada com os fins e negar a dimensão política. O processo decisório fica submetido aos critérios da racionalidade técnica.¹⁷⁴ Contudo, também a esquerda adotou imposições com frequência, cerceando o debate. Se grupos de direita radicalizaram na repressão ao crescimento populista das massas e ao avanço das reivindicações por reformas, também as esquerdas radicalizaram ao empreender ação agressiva por uma política econômica nacionalista, por maior controle sobre os lucros das empresas estrangeiras e distribuição da renda, pela extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país, pela transformação da estrutura agrária.¹⁷⁵ Já ninguém recuava, e o resultado foi a tomada do poder pelos militares em 1964, com o predomínio das idéias prevaletentes na Escola Superior de Guerra.¹⁷⁶ Caberia, aqui, refletir, com Raymond Aron, sobre a radicalização diante do impasse criado quando não se podem aceitar as desigualdades: “quem se recusa a derramar o sangue resigna-se com facilidade à desigualdade das condições”. Com isso, quem optou pelas maiorias se sentiria obrigado a escolher pela ação e ir até o fim.¹⁷⁷ Cremos apresentar-se aqui outro aspecto do profetismo

¹⁷² Cf. MENDES, C., *Prospectiva do comportamento ideológico: o processo de reflexão na crise do desenvolvimento*. *Dados*, 4, p. 130 – 1 passim.

¹⁷³ Cf. MENDES, D. T., *Existe uma filosofia da educação brasileira?* Em: MENDES, D. T., *Filosofia da educação brasileira*, p. 59.

¹⁷⁴ HORTA, J. S. B., *Planejamento educacional*. Em: *Ibid.*, p. 224.

¹⁷⁵ ABREU, A. A., *op. cit.*, p. 303.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 281.

¹⁷⁷ ARON, R., *O ópio dos intelectuais*, p. 243.

do intelectual, mencionado por Pierre Henri Simon.¹⁷⁸ No entanto, Aron advertiu sobre um paradoxo daí originado: “O revolucionário torna-se carrasco, o conservador desliza para o cinismo.” Na sua busca de solução ao impasse, Aron se perguntava: “pode o intelectual escapar à disciplina da ação?” Se a resposta fosse pelo “não”, continuaria o impasse; se fosse pelo “sim”, o cinismo se consagraria vitorioso. Consciente de que os intelectuais, como o comum dos mortais, não se libertam da “lógica das paixões”, e se inquietam tanto com a “eficácia” como com a “equidade” de suas palavras, Aron achou mais sábio responder em nome apenas pessoal; respondeu em favor da escolha histórica, a que comporta os riscos da condição histórica. Disse: “O intelectual não recusa a participação e, no dia em que participa da ação, aceita a sua dureza. Mas esforça-se por nunca esquecer nem os argumentos do adversário, nem a incerteza do futuro, nem os agravos aos seus amigos, nem a fraternidade secreta dos combatentes”.¹⁷⁹

2. Dogmatismo e discutibilidade

2.1. O dogmatismo

A problemática do dogmatismo em termos ideológicos e educacionais se revela nisto: conscientização seria só “adesão” do povo aos imperativos da consciência da vanguarda. Aqui, posições “verdadeiras”. As dos demais grupos

¹⁷⁸ Cf. novamente BODIN, L., op. cit., p. 69-70.

¹⁷⁹ ARON, R., op. cit., p. 243-4.

são “falsas”. É o que se chama de exclusivismo, com conseqüências terríveis para a organização social e a relação entre as nações. Sem pensar nos sofrimentos individuais de quem não tem voz nem vez.

Em oposição ao antieducador, que é o tecnocrata poderoso, demiurgo fácil que faz e que impõe com facilidade, Dermeval Mendes distinguiu o educador: este “conhece, antes de mais nada, os ritmos longos, densos e, às vezes, imprevisíveis que a práxis engendra e articula para dentro e para fora de cada homem”.¹⁸⁰ Os ritmos longos se opõem, aqui, a toda imposição e aceleração, em favor da discussão livre e do debate participativo. Um simples conhecimento “aberto”, porém, não foi bem o que o IBESP perseguiu, no seu tempo, liderado por Jaguaribe; andou à busca de um conhecimento da realidade social “integrado, sistemático, abrangente”, uma “ideologia”. O IBESP preparava um projeto político para interpretar a crise nacional, esclarecer ideologicamente as forças progressistas, sob a liderança de uma “*intelligentzia*” acima das classes, como encontrada em Mannheim; projeto revolucionário, afinal, embora reformista.¹⁸¹ Abrangência e sistematicidade, ideologia esclarecedora e revolucionária (eficiência imediatista) contrastavam com os “ritmos longos” e a “abertura” do conhecimento, que o educador tinha de vivenciar quando se deparava com os impecilhos do real, conforme a expressão de Trigueiro Mendes. Não o sistema e o dogmatismo de leituras doadas. Contra as soluções globais e centralizadas, para a educação neste caso, citamos Ladislau Dowbor: “Nossa educação não tem de moldar-se à idéia de um tipo ‘ideal’ de educação, e sim partir de uma sólida

¹⁸⁰ MENDES, D. T., Existe uma filosofia da educação brasileira? Em: MENDES, D. T., op. cit., p. 59.

compreensão das necessidades diferenciadas e prioritárias da população, segundo as regiões e grupos sociais.” E, a seguir, pressionando por conhecimento “aberto”, debate e participação permanente: “Ninguém entende melhor das suas necessidades do que a própria população”.¹⁸²

Imposição fácil de uma “nova verdade” é realidade de ontem e de hoje. Nosso final de século XX o confirmou. Milton Santos denunciou as formas brutais com que a atual globalização impôs mudanças, e convocou para um debate, sem ambigüidades, de revisão sobre o que fazer com as coisas, as idéias e as palavras. Devia-se tomar o Brasil como situação estrutural; em meio à tal globalização, porém, estruturas não podiam ser reconhecidas facilmente. Qual o papel do intelectual nas presentes condições? Promover apenas o combate às formas de ser da “nação ativa” seria insuficiente. Milton Santos sugeriu, primeiro, mostrar analiticamente a vida sistêmica da “nação passiva” e as suas manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada e totalitária. A seguir, oferecer à reflexão da sociedade em geral a visão renovada da realidade contraditória e de cada fração do território. Sem esquecer a sociedade desorganizada. Com o novo interesse social, também esta contaria com ajuda para postular o exercício de uma política diferente no país.¹⁸³ Sem exclusões. Já Anísio Teixeira atendera a que rádio e cinema iriam permitir ao analfabeto tomar parte no debate geral e público da nação em vista de emancipação.¹⁸⁴

¹⁸¹ Cf. SCHWARTZMAN, S. (org.), op. cit., p. 4 passim.

¹⁸² DOWBOR, L., *Aspectos econômicos da educação*, p. 64.

¹⁸³ SANTOS, M., *Nação ativa, nação passiva*. Em: *Folha de São Paulo – Caderno MAIS!*, 5, p. 3, de 21 de novembro de 1999.

¹⁸⁴ TEIXEIRA, A., *A educação que nos convém*. Loc. cit., p. 19.

O intelectual teve de travar sempre uma luta contra a “barbárie”, luta perigosa na qual venceu, em geral, porque seu papel foi determinante nas mudanças sócio-culturais. Teve de deixar o abstratismo das querelas de definições, e unir-se a outros intelectuais, velados ou não, para ativar o interesse de homens e mulheres pelos ganhos possíveis que os desafiavam.¹⁸⁵ O desafio à luta atingia a todos. R. Aron, através de suas obras, batalhou pelo resgate da política, pela participação no poder. Política em sentido negativo. Não procurava por uma definição ou dizer *o que é* a política, mas, de preferência, por estudar *o que não é*, o que *não deve ser* a política. Assim, Guilherme Merchior apontou que Aron, até porque fugia a qualquer conceito de totalitarismo, considerava grande erro “atribuir ao comportamento político uma univocidade que ele não tem”. A política é sobretudo uma multiplicidade de objetivos e valores, “a realidade da política escapa à univocidade da teoria”.¹⁸⁶

Como se trata aqui de universalização e de sua freqüente imposição unilateral, e como a religião (o cristianismo) é espaço demais exposto a tais perigos, trazemos uma palavra da teologia católica que pode reforçar pontos de vista do presente capítulo: “O absoluto corresponde somente a Deus; o que cabe ao homem é a tarefa inacabável de ir assimilando-o, tanto na glória como na humildade do serviço...”.¹⁸⁷ E ainda: “...a *situação* é o lugar indispensável de todo

¹⁸⁵ BODIN, L., op. cit., p. 120-1.

¹⁸⁶ Ver Prefácio de José Guilherme MERCHIOR. Em: ARON, R., *Estudos políticos*, p. 17-20 passim.

¹⁸⁷ QUEIRUGA, A.T., *O diálogo das religiões*, p. 22.

verdadeiro diálogo; a única coisa que se pede é ser conscientes dos próprios pressupostos e mantê-los abertos à confrontação”.¹⁸⁸

2. 2. A discutibilidade

Criticando o falso debate e a “antecipada decisão” de quem não aguarda um argumento do interlocutor, e urgindo a superação de qualquer dogmatismo, escreveu Vieira Pinto: há os pensadores que “representam os interesses dos setores dirigentes, e cultivam tacitamente a crença de que seu modo de pensar corresponde ao da sociedade por inteiro”.¹⁸⁹ Não é possível debater para manter sua própria verdade; para Vieira Pinto, o processo, crítico e único, é o de ensino / aprendizagem. E aprende-se com os técnicos, sem descaso nenhum pela amaturalidade, pelas mãos.¹⁹⁰ A consciência, em sua constante indagação sobre o próprio papel social, abria-se, assim, ao debate coletivo, à crítica recíproca, à permuta de pontos de vista, à troca de opiniões e sugestões sobre os problemas comuns de educadores e educandos.¹⁹¹

Qualquer discussão, evidentemente, tem de permitir a manifestação das contradições. A contradição não pode mais ser exorcizada, como o foi desde Aristóteles até Leibniz, em conexão com o princípio de não-contradição.¹⁹²

¹⁸⁸ Ibid., p. 23.

¹⁸⁹ PINTO, Á. V., *Ciência e existência*, p. 151.

¹⁹⁰ Cf. Ibid., p. 339- 40.

¹⁹¹ Cf. IDEM, *Sete lições sobre educação de adultos*, p. 113.

¹⁹² Cf. FOUGEYROLLAS, P., op. cit., p. 104.

Corbisier levantou uma pergunta: "...se as contradições, quer dizer, os problemas, são insolúveis, por que ou para que filosofar?"¹⁹³

Já lembramos que os nossos isebianos falharam em praticar entre si um debate mais amplo; na discussão, a sociedade do tempo iria aparecer mais heterogênea e o campo ideológico mais complexo. Aliás, advertiu-se validamente que mesmo os intelectuais marxistas descuidaram e não discutiram, por exemplo, para além das questões da propriedade, a alienação e as transformações nas relações de produção.¹⁹⁴ Trata-se de um exemplo. Na verdade, Chauí foi mais longe quando afirmou que Marx não devia tornar-se um dogma; ele mesmo discutira, em sua época, o seu mundo com suas representações, "alterando-os e alterando-se"; aos de agora, pois, caberia não poupar-se dos rigores das análises e dos percalços da prática, fazendo da "álgebra da história" a única estrela de quem navega sem mapas.¹⁹⁵

Papel do intelectual e planejamento da educação têm o que ver em especial com a ciência. Qualquer debate, nestes tempos de império da razão instrumental, costumou abranger a pergunta sobre os critérios de cientificidade. Ora, segundo Pedro Demo, o mais aceitável dos critérios era o da discutibilidade, no sentido formal e político ao mesmo tempo. No seu lado político e educacional, a discutibilidade significava: não cabe o dogma, as ciências devem assomar como diálogo ou comunicação de conteúdos, não se pode separar teoria e prática e o estudo de problemas visa sempre a soluções. Discutibilidade, pois, mantinha um realista controle da ideologia. Discutível, a ideologia nunca tornaria a ciência

¹⁹³ Cf. CORBISIER, R., Prefácio do Tradutor. Em: Ibid., p. XXIII.

¹⁹⁴ CHAUI, M., *Cultura e democracia*, p. 110.

subserviente: o argumento e a competência se imporiam.¹⁹⁶ Também estariam a salvo as condições objetivas e subjetivas do diálogo humano, “fala contrária entre dois atores que se comunicam e se confrontam”. Esse diálogo mesmo reclamaria fosse controlada a ideologia com o seu possível ardil em busca de dominar mais que comunicar.¹⁹⁷ Pedro Demo referia, a essa altura, a importância de refletir sobre o poder da especialização, que podia desembocar na tecnocracia; seu corretivo seria a interdisciplinaridade e a recíproca complementaridade entre especialista e generalista. E refletir sobre o pluralismo: nem todas as posturas seriam de igual valor político, e uma sociedade desigual sempre exigiria o compromisso de abertura em termos de discutibilidade. Em busca conjunta. Bem diferente da posição eclética, falta de posição elaborada de quem ficava com qualquer coisa.¹⁹⁸

Defender a discutibilidade, não seria defender valores liberais ocidentais? Não eram os liberais que defendiam a “liberdade de controvérsia”? Não necessariamente. Ela é de todos, é do bom senso. As experiências particulares do Ocidente mostraram que o dogmatismo só infelicitou populações e permitiu avanços pouco satisfatórios. Sem o escutar e sem a troca de experiências, é de surdos o diálogo.

¹⁹⁵ Ibid., p. 219.

¹⁹⁶ Cf. DEMO, P., *Metodologia científica em ciências sociais*, p. 26-7 passim. Já vimos que Pedro Demo buscou o conceito de discutibilidade a J. Habermas, à sua teoria da ação comunicativa.

¹⁹⁷ Cf. Ibid., p. 29.

3. Diálogo e modéstia intelectual

3. 1. Diálogo é possível

O que são os intelectuais? Em nossa pergunta fundamental, se aborda a própria política gramsciana. A tarefa deles é gerar o consenso, diria Gramsci. A política em Gramsci, por outro lado, é a “expressão cultural que visa a assumir as formas homogêneas da consciência social em um ‘bloco’, no qual as classes produtoras e trabalhadoras encontram a proposta intelectual capaz de dirigir a sociedade”.¹⁹⁹ Política e formação da cultura, pois, não se separam, como não se podem separar interesse do indivíduo e interesse da comunidade, ou vice-versa.

O “sistema” de Paulo Freire e seus métodos da cultura popular foram analisados por Cândido Mendes, em 1966, positivamente. Mendes chamou à atenção, porém, que havia o perigo de uma experiência solidária que “desnecessitava a capa opaca do individualismo”. O positivo era a personalização pela comunicação, numa via nova do humanismo que a cultura popular trilhou. O “vínculo associativo” ia até além da organização de um grupo oprimido ou da estrita disciplina objetiva de uma coletividade reivindicante. A articulação comunitária e os “laços do diálogo” deviam continuar a projetar no campo do trabalho o sentido básico de personalização que marcou a emergência da cultura popular. O método supunha uma “interpenetração cada vez maior deste ‘nós’, por sua vez subordinado a um enriquecimento e a uma iluminação cada vez mais

¹⁹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 48-51 *passim*.

¹⁹⁹ Cf. GONZALEZ, H., *O que são intelectuais?*, p. 90.



densos” e o resultado seria uma solidariedade constelada e vivida com os circunstantes.²⁰⁰ Contudo, Mendes criticava que as “palavras geradoras” atuavam no sentido de que o mundo dos participantes se apresentava extremamente homogêneo, ou que o aprendizado posterior (ou abstração subsequente) não favoreceria a individualização ou insulamento do alfabetizando.

Na continuação, Mendes indicou para uma aplicação prática da sua crítica: os temas da reforma agrária e do parcelamento (evitando o minifúndio) estariam correlacionados com a compreensão sobre sindicalização e cooperativismo. Sindicato e cooperativa surgiriam, ambos, como alongamento do diálogo entabulado nos círculos de alfabetização e cultura. Logo, aquela personalização, criticava ele, não levava a uma individuação dos que viviam desguarnecidos de uma “memória social consistente”.²⁰¹ Mendes, pois, receando a massificação, reclamava pela afirmação da individualidade de um participante.

Michel Debrun, negando a “conciliação” como cooptação, admitiu falar de “negociação” na luta político-ideológica, entendida, porém, como “trégua movediça entre valores incompatíveis”, que visassem à recíproca eliminação; não como acordo entre cavalheiros, como se os dois lados fossem movidos pelas mesmas orientações sistêmicas. Insistiu na importância, sim, de uma política global.²⁰² Os grupos mais críticos, para realizarem trabalho sério e alcançarem alternância do poder – os que se apoderaram do poder, ainda que queiram “dialogar”, não desejam compartilhar o seu poder –, deveriam empenhar-se, insistia ainda Debrun, por “desmistificar as ideologias conservadoras”; por

²⁰⁰ Cf. MENDES, C., *Memento dos vivos*, p. 208 passim.

²⁰¹ Cf. *Ibid.* p. 238.

exemplo, as que propalavam que a sociedade precisava ser educada, era fraca, etc.²⁰³ Entre advertências que Debrun fazia, ainda se contavam estas duas: que Gramsci mesmo prevenia contra qualquer “transformismo” ou assunção fácil de proposta de outro partido²⁰⁴; ou que os intelectuais tradicionais podiam ser como “casta auto-recrutada” (sem projeto?), a manter uma tradição intelectual dentro de certa instituição, mas já sem guardar referência a um grupo antigo e concreto com o qual se comprometera... No entanto, Debrun admitia o “diálogo” em vista da “dinâmica global” da sociedade e de certa coesão; um diálogo entre intelectuais orgânicos e tradicionais podia estimular seu entrosamento progressivo, de modo que um pólo atendesse cada vez melhor à perspectiva e às preocupações do outro pólo. Explicava, quanto a isso, que podia acontecer que o tradicional, disponível e desengajado, fosse dotado de certas aptidões, como conhecimentos sociais, capacidade refinada de dedução e síntese, visão do mundo mais abrangente, etc. e, com esse saber “preexistente”, ajudasse ao intelectual orgânico a melhorar a própria auto-consciência e a fazer mais aceitável um projeto de sociedade. Nessa conexão, tratava-se, evidentemente, de colaboração e diferenciação de papéis ao mesmo tempo.²⁰⁵

O diálogo era dificultado até pela situação vivida naqueles inícios da década de 80. Ficava bem claro que Debrun se reservava contra a posição do outro. Abraçado radicalmente, um projeto de sociedade impediria que as posições se encontrassem. Mas os educadores Paulo Freire e Antonio Faundez, exatamente

²⁰² DEBRUN, M., *A conciliação e outras estratégias*, p. 35.

²⁰³ *Ibid.*, p. 62.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 86.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 96.

em nome da transformação, apontaram para a tolerância: “Eu talvez tenha parte da verdade, não a tenho em sua completude, parte dela está com vocês – procuremo-la juntos”.²⁰⁶ Diálogo assim podia ser válido em todo o campo sócio-político-econômico-educacional, mas nunca dispensaria nem a personalização na comunidade nem a individualização dos interlocutores.

3. 2. O intelectual e o debate

Paulo Freire e Antonio Faundez se posicionaram contra o autoritarismo de quem tinha uma verdade e tencionava impô-la a toda força. O educador devia propor, não podia negar-se a propor; e nem se recusava à discussão democrática radical, aquela que não desafia o educando.²⁰⁷ Contraposto ao autoritarismo e também ao espontaneísmo, o debate vinha ressaltar, com Gramsci, que todos são filósofos. O chamado não-filósofo (senso comum), um “filósofo que se ignora”, é quem conhece profundamente a sua própria realidade e o intelectual que se quer unir às massas deve saber apropriar-se de tais conhecimentos do senso comum.²⁰⁸ Mas o intelectual sofria sempre o desafio de enfrentar o saber científico como poder: se dissesse “este é o caminho”, se poria como autoritário, e se, no pragmatismo, esquecesse a ciência e a teoria, seria um empirista. Nos dois casos, prestaria serviço à direita, isto é, aos dominadores.²⁰⁹ O papel da subjetividade no processo da transformação da realidade foi enaltecido por Freire e Faundez em

²⁰⁶ FAUNDEZ, A., FREIRE, P., *Por uma pedagogia da pergunta*, p. 43.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 45.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 58.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 60-1.

todo o processo educativo; alertavam que a realidade se expressava “fundamentalmente através das massas que vivem cotidianamente de uma forma diversa da que nós pensávamos, do que o conceito nos mostra”.²¹⁰ A discussão revelava Gramsci: um intelectual antidogmático, no centro da filosofia, da política e da pedagogia, e também nacional, porque comprometido com a situação e porque pelo particular antes de ser pelo universal.

Paulo Freire rejeitou o elitismo de quem trabalhava *para* as classes populares e não *com* elas. O intelectual, que tinha um sonho, sonho político, devia discutir; que “seja um sonho possível de ser realizado e sua realização seja nas concretas condições em que se acha”. Somente iria *ofertar* às classes populares, às classes trabalhadoras, o seu sonho, na condição de o realizar *com* elas, verdadeiros sujeitos. Deparava-se aí com uma passagem a operar, o “suicídio de classe” (Amílcar Cabral), rumo a uma comunhão em que teriam, os intelectuais, a humildade de ensinar mas também a humildade de aprender. Para Paulo Freire, eram *novos intelectuais* só os que tinham a compreensão das classes populares.²¹¹ Era preciso, pois, criar uma sociedade onde o perguntar fosse “um ato comum, diário...”,²¹² em atitudes novas que iam realizar o sonho, o poder ia sendo reinventado, e um novo conceito de poder (popular) se ia desenvolvendo.²¹³

²¹⁰ Ibid., p. 63.

²¹¹ Cf. Ibid., p. 67-8. É oportuno lembrar que “humildade” pode ter conotação histórica muito rica a partir das raízes bíblicas. A raiz latina é *humus*, o chão, a terra. Humilhar-se, enquanto um descer de novo ao mesmo chão no qual todos se encontram em igualdade, significa, sobretudo, serviço; é crítica à arrogância (a *hybris* grega) elitista, dos “melhores”. Não significa submissão rastejante. “A humildade bíblica é, em primeiro lugar, a modéstia enquanto oposta à vaidade” (LEON-DUFOUR, X., *Dictionnaire of biblical theology*, p. 218).

²¹² Ibid., p. 74.

²¹³ Sobre o poder, ambos desenvolvem longo diálogo. Ver Ibid., p. 75-85.

Dentro do espírito da economia política, os sonhos dos oprimidos foram recordados por Michael Apple; os sonhos das mulheres, dos negros... A educação se tornara mais importante do que noutros tempos, porque ia capacitar as pessoas a questionarem umas às outras, a conhecer os sonhos dos demais, a lutar nas instituições onde trabalhavam e a incorporar todos os múltiplos sonhos em novas instituições. Uma “unidade desconcentrada”. À maneira de Gramsci, Apple queria novo planejamento: “cercar o Estado dominante com formas democráticas e socialistas”, uma luta fora do Estado, em escolas, nos locais de trabalho... Era uma revolução. Raymond Williams a chamou de “a longa revolução”.²¹⁴

Igualmente nesses termos de repensamento do socialismo e de resistência, Anne Sassoon propôs repensar o partido, o qual padecia do perigo de ser uma organização que de tudo sabia e tudo fornecia. Para além do partido, era preciso “uma regeneração de toda uma gama de organizações, desde sindicatos, grupos de mulheres, organizações voluntárias, associações profissionais, até as instituições educacionais que formam aqueles que formulam os planos de ação e os intelectos daqueles que analisam a sociedade, ajudando a criar a cultura”.²¹⁵

Depois de abordar a necessidade de discutir novamente os problemas em grupos, é oportuno voltar à humildade do intelectual, e, em favor de um projeto de sociedade, recordar a ele, como aos educadores, propostas que a muitos têm passado despercebidas. No ISEB, bem observamos, faltaram a amizade e a

²¹⁴ APPLE, M., Michael Apple. Em: LINHARES, C. F., GARCIA, R. L. (orgs), *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*, p. 113.

²¹⁵ SASSOON, A., Anne Sassoon. Em: *Ibid.*, p. 63. Interessante como N. Chomsky, depois de explicitar como o grande capital especulativo internacional vai ficando cada vez mais afastado da influência popular, sugere, dialeticamente, que “haverá uma reação popular para adquirir controle

cordialidade, o planejamento humilde em equipe, a solidariedade para carregar juntos os combates diversos. Revisitando a filosofia, a Didática Fundamental descobriu recentemente a multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. Destacou-se a percepção da Professora Candau, que coordenou seminários da área. Algumas falas, em seminário, lembraram estas dimensões do processo: humana, técnica e política. Candau, por exemplo: “Competência técnica e competência política não são aspectos contrapostos”.²¹⁶ Noutro seminário, Candau enumerou, sob o nome de “estruturantes do método didático”, e articuladas entre si contra dicotomias e dualismos, estas dimensões: intelectual e afetiva, objetiva e subjetiva, lógica e psicológica, política e técnica.²¹⁷ Finalmente, o que tinha sido raro no âmbito intelectual e escolar, se chegou a dar ênfase à dimensão “afetiva”, ou, como chamaram outros pedagogos, “humano-afetiva”. A esse propósito, ainda cabe mencionar Menga Lüdke; ela assim se expressou na ocasião: “O futuro professor recebe muito pouca ajuda vinda de uma relação direta, pessoal, com outro profissional, em sua prática. (...) O professor é lançado à sua prática isoladamente e assim continua a exercer sua profissão, sem o contato com seus colegas ou com os superiores responsáveis por sua iniciação.(...) O exercício isolado (...) tem, aliás, profundas repercussões (...): dificuldades de desenvolvimento do próprio profissional, através do estabelecimento de um sistema de avaliação pelos pares, falta de comunicação de soluções de ensino

local e criar *centros de poder* e, em última análise, orientar-se no sentido de dissolver o poder central.” Cf. CHOMSKY, N., Noam Chomsky. Em: *Ibid.*, p. 47. O grifo é nosso.

²¹⁶ CANDAU, V. M., A Didática e a formação de educadores – Da exaltação à negação: a busca da relevância. Em: *A didática em questão*, p. 21.

²¹⁷ CANDAU, Tem sentido hoje falar de uma didática geral? Em: CANDAU, V. M., *Rumo a uma nova didática*, p. 37-8.



encontradas em uma classe, falta de reconhecimento direto do bom trabalho, etc.”²¹⁸ Marli André, exatamente reclamando por um redimensionamento da Prática de Ensino, privilegiava a “troca afetiva entre professora e alunos”, inclusive na chamada: “O aluno parece se gratificar (...), parece vibrar com a atenção da professora...”; e o aluno reage: “...a gente diz o que pensa...”. A autora enfatizou, na linha da afetividade: “A professora o está individualizando...”²¹⁹

A tese abordou um projeto de imposição de idéias, de ideologia, de filosofia. Tocamo-nos com a dificuldade de entendimento e abertura no ISEB. Tocou-nos a sentida divisão entre nossos “históricos”, até para sempre, e solidões individuais..., bem como o “dogmático” descaso do filósofo perante o técnico e as massas. Contudo, nos foi dado poder sentir mudanças aqui ou acolá, ou promover projetos escritos, às vezes em garatujas, na efervescência das contradições. Totalidade e diálogo, ternura na paz e na guerra, e de preferência para a paz, são reclusos permanentes e em qualquer parte. Exemplificamos com as novas manifestações e lutas daquela “esfera privada” (Habermas falou assim da mulher, em contraposição com o “público”!), num mundo sem justiça social e subjugado sempre por leis masculinas, etc.; como escreveu M. Apple.²²⁰ Ou então nos pomos a escutar, em diálogo, a militante gramsciana Anne Sassoon: “Devemos estar em contato com nossos próprios sentimentos e relacionar nossos pensamentos com eles, se quisermos ter alguma chance de estar em contato com outros. Ou seja, um repensar que compartilha preocupações com outros deve vir de dentro assim como

²¹⁸ LÜDKE, M., O educador: um profissional? Em: Ibid., p. 69.

²¹⁹ ANDRÉ, M. E. D. A., A pesquisa na didática e na prática de ensino. Em: Ibid., p. 176-7. Conferir, acima, neste capítulo, a observação de Cândido Mendes sobre a importância da individualização, ao lado da personalização como “nós” em comunidade.

de fora. Precisamos escutar nossos corações, bem como nossas cabeças, e refletir sobre nossas experiências cotidianas, para começar a verificar se nossas idéias e nossas políticas são válidas. De que outra maneira poderemos ter empatia por outros, por mais que reconheçamos a distância entre experiências diferentes?”²²¹

CONCLUSÃO

²²⁰ Cf. APPLE, M., op. cit., p. 109.

²²¹ SASSOON, A., op. cit., p. 51-2.



CONCLUSÃO

Ao encerramento desta pesquisa, é forçoso reconhecer que o esforço teórico e prático dos “históricos” do ISEB, nas condições então vigentes, alcançou vasta repercussão. Notável a acumulação e elaboração de conhecimento sobre o Brasil, em grupo tão jovem quanto obstinado a ponto de não divisar alguns limites. Ficam-nos várias interrogações sobre o período e as abordagens deles, certamente. Queremos enunciá-las. A seguir, em dois pontos, com a sustentação de outros autores que trataram da razão moderna e do papel do intelectual, pinçaremos alguns aspectos filosóficos e ideológicos, a fim de projetar a relevância de manter em aberto muitas de nossas posições e aceitar a discussão mais ampla. É bem provável que isso produza melhor fruto e amadurecimento para nosso mundo e nossa sociedade, para nossa cultura e nossa educação.

1) Questões dirigidas aos “históricos” do ISEB

São muitas as perguntas que aqui lhes colocamos. Significam um convite a prosseguirmos em nossas reflexões. Não teriam sido obrigados a responder a todas. Muitas delas representam inquietações que persistem no tempo, exatamente porque as mudanças não corresponderam às expectativas da época nem às nossas. Morderam os problemas. O tempo da solução está por vir, não veio até agora. Estas questões ficam em aberto também para outros:

1. Não havia cultura no Brasil, no início do século? Mas a cultura não é também um fazer, uma ação realizada para a transformação da natureza? O povo brasileiro, homens e mulheres, sempre fez algo, e usou de técnicas. Por que chegaram a radicalizar a intelectualização da “cultura” ao ponto de perder o “fazer”?
2. Num país colonizado, e aptos a criticar o semicolonialismo, por que não viram as “pequenas colonizações”, o controle de uma região sobre a outra e as diferenças berrantes?
3. Jaguaribe se mostrou um planejador, e muitas vezes apontou soluções, como um tecnocrata. Se nele se começava a unir filosofia e técnica, por que não ajudou ao grupo a também valorizar a técnica e, internamente, promover um interesse na luta pela formação integral das populações em êxodo?
4. Se se viu JK comprometido com problemas técnicos da indústria e da economia, alheio à “visão de conjunto”, por que, no período, não realizaram a crítica do seu Governo?
5. Se viram Cuba em luta, por que tão pouco se manifestaram sobre a questão, e como se puderam todos alhear à América Latina, dado que a reflexão sobre esta América colonizada estivera presente desde o começo? Obrigavam a tanto o nacionalismo e a equidistância entre as duas grandes potências?
6. Se havia um Paulo Freire já despontando, por que também não se manifestaram sobre as ações concretas para o despertar das consciências e superar o espontaneísmo? Como não coube, nas primeiras etapas, nenhum aceno aos meios de comunicação de massa, rádio em especial?



7. Havia uma discussão em pauta sobre nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e em torno a planos para educação para o trabalho. Que é que os levava, além do que já descobrimos, a ausentar-se desse meio também coordenado pelo Ministério da Educação e Cultura?

8. Quais os motivos reais por que os demais membros do ISEB deixaram para cinco ou seis líderes os cuidados por um Instituto de tão altas pretensões?

9. Estando o ISEB envolvido com o debate sobre o poder com processos de moldagem, como explicar que não se interessaram pelo campo imediato da Educação, lugar da dominação, da ideologização, da concorrência, etc.?

10. Como explicar que nas reflexões dos nossos isebianos, ainda não se desse espaço para a dimensão humano-afetiva?

Outras muitas perguntas poderiam ser enunciadas; certamente indicariam todas para futuras pesquisas sobre uma fase nacional de aprendizado e esperanças, de ambigüidades e contradições.

2) Ainda o discurso sobre a multidimensionalidade e o diálogo.

Em nosso quarto e último capítulo, já avançamos com propostas. Estamos, agora, numa conclusão definitiva. Ainda pareceu oportuno dizer que o diálogo indicado não pode, ele tampouco, ser entendido como um convite ao idealismo. Diálogo não é solução mágica para nós. Existem muitos diálogos

enganadores. Numerosos deles abortam. Os de índole pacifista, como pudemos referir, encobrem contradições e conflitos, colam bandagens em cima de machucaduras sem assepsia, produzem asco ou sofrimento de tristes consequências. Diálogo não poderia ser puro conceito ou nova abstração, desatado de problemas reais, nem “solução” falsa ou ingênua que, como por encomenda, um tecnocrata jogasse depressa em cima de uma mesa de discussão. Simplificarmos nós essa proposta seria injustiça perante o serviço intelectual prestado ou as dificuldades vividas pelos nossos isebianos “históricos”; como seria, para a tese, desperdício de vantagens acumuladas ou salto no vazio em lugar de avanço e conquista.

Quanto ao mesmo período que estudamos, fomos ler as conclusões de Limoeiro Cardoso sobre Juscelino Kubitschek. Finalizaram contestando as gritantes desigualdades sociais e, em especial, a ideologia de fundo da administração do Presidente. As desigualdades entre desenvolvidos e subdesenvolvidos explicavam-se por mero atraso, que seria corrigido através da aceleração do crescimento. As enormes diferenças entre regiões ou entre grupos ricos e pobres mereceram pouca discussão, entreviu-se que a ideologia não captava o mais leve sinal de uma estruturação social, reduzindo as explicações todas a questões de partidos. Em suma, dava-se, no Governo, uma racionalização universalizante com dupla função: preservar a ordem e, correlativamente, apresentar os interesses das forças sociais emergentes como se fossem os interesses de toda a coletividade. Um poder, na verdade, se mostrava, nisto, hegemônico, conjugando com o tema do desenvolvimento o fortalecimento da

segurança. Ao mesmo tempo, o álibi para garantir o apoio político era o da prosperidade para todos buscada pelo desenvolvimentismo. De fato, defendia-se a ordem estabelecida, conforme Limoeiro Cardoso. Evidentemente, como foi por ela e por nós demonstrado: ausência quase total de debate político no período do Governo Kubitschek. A politização interessava pouco, a problematização do fato político nunca se deu em público, e tudo, em geral, acontecia nos bastidores. Alimentava-se uma ânsia por crescimento econômico, e o “espírito do desenvolvimento” mobilizava para a prosperidade. Kubitschek esteve mais para administrador do que para estadista.¹ Também Jânio Quadros, enfrentando uma situação de heterogeneidade, não conseguiu hegemonia, exatamente porque pretendeu apenas uma hegemonia particular; como não a conseguia, agarrava-se a abstrações, sem discutir da viabilidade e realização de seus ideais. Não fortalecendo, então, o domínio, perdeu com ele a direção.²

Complexidade e discutibilidade foram a nossa proposta, já para perceber uma, já para assumir destemidamente a outra. No diálogo, na abertura ao debate, no respeito ao interlocutor e opositor, sem ingenuidades e com a crítica consciência de que a vida em sociedade é questão de distribuição de poder, são consagradas as alianças e se forma a hegemonia. Com vigilância e atenção, pois – é do pensamento pedagógico-político de Gramsci –, diálogo não significa nunca um vácuo de hegemonia.

Nossos isebianos se fecharam muita vez; ou só no cultural / filosófico, ou só no elitismo político-econômico-ideológico.

¹ Ver CARDOSO, M. L., op. cit., p. 414-9 passim.

Voltamos, aqui, à multidimensionalidade da condição humana. O humano-afetivo, o político, o histórico, o econômico, o cultural, o religioso, o técnico, são as muitas dimensões que compõem a Complexidade do ser-homem e do ser-mulher indistintamente. No meio dessa realidade e desse discurso é que se deve inserir a problematização da unidade. A unidade como resultado, freqüentemente, denota a imposição de um ponto de vista, e, por isso, é melhor tê-la como busca do que como definitiva conquista. A partir disso, se entenderia certa nota de Paulo E. Arantes, e sobretudo a obra de Th. Adorno que ele apresentou; Arantes comentou de Grünberg, o fundador do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt: “Grünberg estava convencido de que qualquer unidade de pontos de vista entre colaboradores prejudicaria os fins críticos e intelectuais da própria iniciativa”.³ Arantes completava que a perspectiva do grupo de Frankfurt era “aberta”, em dimensão “crítica”, pois. Nesse estudo que tivemos em mãos, Adorno criticou o iluminismo: “O que o iluminismo reconhece de antemão como ser e como acontecer é o que pode ser abrangido pela unidade; seu ideal é o sistema, do qual tudo segue”. A esse propósito, mostrando as contradições no iluminismo, Adorno acabara de afirmar: “O iluminismo é totalitário”.⁴ A dominação se manifestou no isolamento de muitos numa coletividade dirigida, através da técnica e pela coação. O dominante, senhor e proprietário, era representado por Ulisses de Ítaca, entre

² Ibid., p. 433.

³ Ver o artigo Vida e obra, de ARANTES, P. E., consultor sobre Adorno, em: *Theodor W. Adorno – Textos escolhidos*, p. 5.

⁴ Cf. ADORNO, Th. W., O conceito de iluminismo, em: *Theodor W. Adorno – Textos escolhidos*, p. 21. Assim explica um texto de história da filosofia: “Iluminar, ilustrar, esclarecer, fornecer as luzes: a Luz, metáfora da razão desde Platão, torna-se no século XVIII – o século das Luzes – a grande palavra de ordem”. Termos que nos fazem recordar o elitismo característico dos intelectuais do integralismo bem como dos nossos isebianos. Ver ABRÃO, B. S., *História da filosofia*, p. 249.

Cila e Caribde; fez-se acorrentar, mas ainda guardou o poder de, só ele, ouvir as sereias: os remadores, ouvidos tapados, atrelados a um mesmo ritmo, eram os trabalhadores modernos da fábrica e outros. Deste lado, um ofuscamento que superava qualquer ofuscamento mítico vencido. Do outro lado, o esclarecimento (*Aufklärung*) da moderna técnica industrial e da cultura que valeu em benefício de poucos.⁵ Tudo isso nos faz pensar na massa preterida pelo projeto intelectual dos nossos “históricos”.

Herbert Marcuse, em obra significativamente de 1964, entendeu que um governo (poder), em país desenvolvido ou em fase de desenvolvimento, só se poderia garantir quando organizasse e explorasse com êxito a produtividade técnica possibilitada pela sociedade industrial.⁶ E acreditava que um país atrasado deveria, em boa parte, buscar de fora o capital necessário ao acúmulo primordial, se quisesse avançar na industrialização. Assumindo os casos da Índia e do Egito, dizia que tinham até de acelerar a industrialização, se fosse para obter relativa autonomia na competição com os dois gigantes da época. Marcuse reconhecia limites crus para a autodeterminação do país que pensasse, como numa alternativa, em melhorar seus estilos tradicionais de vida e trabalho simplesmente sobre as suas próprias bases. Mudanças que autorizassem tomar tal direção não se percebiam de modo nenhum.⁷ Intelecção rude, que aqui só mencionamos, sem entrar no mérito da polêmica sobre o nacionalismo em nossos isebianos. Interessamos, aqui, apenas, recordar a complexidade de qualquer situação, sobretudo nos tempos modernos.

⁵ Cf. principalmente *Ibid.*, p. 55.

⁶ MARCUSE, H., *A ideologia da sociedade industrial – O homem unidimensional*, p. 25.

Marcuse, tratando de um universo estabelecido da locução e do comportamento, com racionalidade técnica própria, descobriu nele um elemento mítico, porque, afinal, há elementos mistificadores, irracionais, empregados na publicidade, na propaganda e na política da produção. O mito se encontra tanto na fase superada tradicional, como na fase moderna industrial. Nesta, havia uma irracionalidade do todo, muita vez bem escondida, produzindo insanidade; e do outro lado, contra-atuando, existia um comportamento racional, recusando continuar com as condições que produziam a insanidade.⁸

Marcuse foi adiante com a sua reflexão em torno a esse mundo industrializado que se ocupava em forjar um homem unidimensional. A sociedade estabelecida controlava toda comunicação normal; mas, aos valores estranhos às suas exigências podia não sobrar nenhum meio de comunicação a não ser, até para tentar chamar os homens e as coisas por seus nomes, o meio anormal da ficção. O sistema material, como a cultura, se enrijeceram contra o surgimento de um novo Sujeito, contra uma modificação qualitativa ou “controle vindo de baixo”.⁹ Seriam muitas as possibilidades da sociedade industrial adiantada, mas os meios e instituições cancelavam seu potencial libertador. Por isso Marcuse – admitindo que os extremos históricos pudessem (probabilidade) se encontrar, “a mais avançada consciência da humanidade e sua força mais explorada” – prestava apoio, em nome da lealdade da teoria crítica, aos que, dentre os “sem esperança”, “deram e dão a sua vida à Grande Recusa”.¹⁰

⁷ Cf. *Ibid.*, p. 60-1 *passim*.

⁸ Cf. *Ibid.*, p. 179.

⁹ *Ibid.*, p. 227-31 *passim*.

¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 233-5 *passim*.

Por que Marcuse em nosso texto, neste lugar? Porque nos pareceu que, enquanto apresentava o homem unidimensional da técnica, acabou discursando sobre a nova racionalidade hegemônica e, ainda, nos revelando que o homem é mais do que somente a técnica. Marcuse, na verdade, tem em mente uma *outra dimensão*, a que é liquidada “por sua incorporação total na ordem estabelecida”; nessa incorporação (para solidez da “coesão social”), parecem ir abaixo “os ideais de humanismo, os desgostos e as alegrias individuais, a realização da personalidade”, “valores culturais” que, na “luta entre Oriente e Ocidente” “são diariamente administrados e vendidos”.¹¹ Com isso, entendemos nós que Marcuse já considerava positivamente uma bidimensionalidade dialética, racional / irracional,¹² e, ademais, em sereno exame, pudemos ver nele a marca da multidimensionalidade da realidade humana. O homem *todo*, então, como acabamos de ler: humano-afetivo que se doa e se recusa, social, histórico, político, cultural, religioso, administrador-técnico; sempre intelectual (racional), provocado a participar ou a negar-se, a unir e a dividir em constante e difícil atuação dialogal. Acreditamos que Marcuse nos ajuda a dizer, com os nossos “históricos” isebianos, um sim ao filósofo / ideólogo; mas também ao técnico; e, não obstante, dizer bem mais ainda, conforme o que acabamos de citar do próprio Marcuse.

Atentos ao elitismo no ISEB, ainda uma palavra sobre a teoria filosófica de Pierre Fougeyrollas. O ímpeto filosófico não quer negar de modo absoluto a posição “dogmática”, o “colapso”; não aniquila o momento do sistema ou da

¹¹ Cf. Ibid., p. 69-70 passim.

¹² Cf., na página acima, essa dualidade; um pólo nada mais é do que possibilidade e resistência.

síntese. Na sua dialética, insiste que a filosofia permanece viva enquanto é crítica. De fato, aqui se mostra, expressão dele, a “experiência-limite”. Temos por bem lembrar que ninguém consegue viver na permanente vertigem do limite; vivemos no penúltimo; não há como evadir-se ao cotidiano: o escape significaria cair na abstração que se desejou exorcizar. Fougeyrollas – que o mesmo Corbisier não leu ociosamente – constou como excelente contribuição que nos abria caminhos para esse tipo de diálogo que viemos apresentando; a ênfase, conseqüentemente, recaiu sobre isto: é *sempre* crítica e inquieta, problematizante, a inteligência humanizada.

3) Proposta de ação

Se o diálogo tem de se construir em oposição à pura abstração, então podemos dizer que, na característica da discutibilidade, ele é práxis, necessária práxis. E cabe, em nossa tese, insistir na práxis educacional. Trata-se de formar a intelectualidade (todo homem e mulher), o intelectual, e de humanizar e servir às gerações sucessivas.

O intelectual, sobretudo o “profissional”, o que se dedica à reflexão a tempo pleno, deve tender a lutar pela igualdade, como logo explicaremos. Alimenta-se de utopia, embora não cuide de defini-la sempre, ou embora, verbalmente, negue todo pensamento utópico. Aí se situam os pensadores hebraico-cristãos e marxianos, em particular. Chegam muita vez a entregar-se ao profetismo, ao combate incompreendido e solitário, a uma luta pelo “desconhecido”, por esperanças de realização infinitamente distante, a par com os

desesperançados. Em tese, não contemporizam com a desigualdade, aguardam e projetam mudanças constantemente. Diferentemente, os iluministas, e liberais com eles, lutam por liberdades e se baseiam mais no cálculo ou na racionalidade técnica; à frente, uma elite esclarecida que diz saber dos caminhos por onde trilha ou vai trilhar, e que presume conduzir a outros com o facho de suas luzes. As mudanças atendem mais à questão da liberdade, freqüentemente a liberdade da mesma elite, exceção feita para o grupo “liberal autêntico”, os que guardam o espírito revolucionário da pregação anterior à conquista do poder na Revolução Francesa.

A respeito das duas tendências, traçadas em linhas gerais, é válido voltar a alguns pensamentos expressos no capítulo quarto como fonte para reflexão. Aron apelou para a fraternidade entre os intelectuais, para o respeito com o que pensa e age diferente, que sofre com uma ação abraçada conscientemente. Diálogo e tolerância com projeto foram também assunto no final do livro de Bobbio, já citado. Bobbio relata da experiência da visita de um grupo – comunistas, não-comunistas e até anti-comunistas – à China em 1955. Pró e contra, tudo foi avaliado por diversos textos. Bobbio concluiu com outros que, em nome da liberdade, mas sobretudo em nome das esperanças de um povo e até do respeito à diferença histórica (a vontade dos chineses de se livrarem da memória de tempos de opressão anteriores), convinha manter determinadas atitudes. Sabiamente, Calamandrei, um dos membros, e solidário com o grupo da visita, “defendeu a atitude dos que, querendo contribuir para a evolução do comunismo rumo à liberdade, consideravam que o melhor caminho seria o de manter aberto o diálogo

com os chineses, ao invés de considerá-los párias intocáveis a serem banidos da humanidade”. Tratava-se, para Bobbio, de procurar compreender “se o regime chinês representava para aquele povo um real progresso em direção à justiça e mesmo à liberdade, em comparação com os governos anteriormente existentes”.¹³ O mais interessante, a seguir, é que Bobbio se defrontou com a comparação entre mentalidades marxista e liberal, no que se referia à “verdade”, e procurou, como liberal, atender a que uma sociedade é “saturada de poderosos encargos valorativos” (sic). Bobbio acenava, então, à dificuldade de escolha entre dois lados de um certo dilema, considerado sobretudo o desejo de manter o diálogo com comunistas italianos. Atrevia-se a escolher diante de difícil dilema, mas avisava que “agora a escolha parece mais fácil”. Qual era o dilema? O dilema que um chinês, quem sabe, se teria posto após 1949: a) projeto perverso de exterminar uma classe, a burguesia; b) o fracasso inevitável de um grandioso projeto para transformar o curso da história, no qual acreditaram ou esperaram milhões de homens. Perante uma “justa derrota de um crime pavoroso ou a utopia invertida” na China, Bobbio já não mencionava uma escolha, que, ainda bem, não lhe tocava fazer, mas afirmava, no limite, que, das duas possíveis conclusões, “a mais trágica é, sem sombra de dúvida, a segunda”. É a difícil discussão com ciência e com consciência. Citamos a experiência de Bobbio para dizer, mais uma vez, que diálogo não pode ser idealizado. É inegável o condicionamento da história, nada é simples e não há tempo marcado.¹⁴ Daí que as decisões se tomem em cima de diálogo prolongado, leal em todas as dimensões; por isso reputamos válido,

¹³ Cf. BOBBIO, N., op. cit., p. 185-6.

¹⁴ Ibid., p. 86-7.

digamos novamente, falar da humildade do intelectual e do preparar-se para a humildade: superação da “hybris”, historização e descida ao chão da história.

O planejamento da educação nos faz defrontar-nos a cada vez com realidades autônomas, complexas, com mestres e discípulos, com grupos e pessoas, cuja história é bem própria, até única. As diferentes filosofias, voltadas à educação, ofereceram cada uma o seu contributo, e nisso também houve um diálogo. Toda posição é de risco, como tudo o mais; não é eclética, quando se tem um projeto e se assume o debate leal e a confrontação com outras posições. A discutibilidade, que permite se imponha a realidade do outro, da circunstância, do mundo, problematiza quanto ao método, quanto a qualquer aplanamento (Marcuse), ideologização e dogmatização. Michael Apple se torna, de novo, uma boa sugestão. Com o seu estilo “qualitativo” e etnográfico – ver o característico dele, o “vou contar uma história” –, numa busca confessa e sincera por uma reconstrução do socialismo em condição como a norte-americana, indicou algo mais para a escola a partir da experiência vivida. Numa escola de população pobre e heterogênea, resolveu-se montar o currículo com os pais. A escola tornou-se o local em que todos os pais começaram a conversar entre si, delineando o currículo, e os debates se fizeram tensos. Bom êxito. Apple comentou assim, então: “As pessoas tiveram que realmente engolir o orgulho e escutar com atenção umas às outras.”¹⁵

Outra vez, porém, uma palavra estimulante para a auto-vigilância de todos os intelectuais que ensinam e que aprendem, a palavra finalíssima da obra de R.

¹⁵ APPLE, M., Michael Apple. Em: op. cit., p. 82-3.



Aron – esperando vênia, porque uma passagem aqui afastada do seu contexto e porque não assumimos em tudo a sua radicalidade: “Se a tolerância nasce da dúvida, que se ensine a duvidar dos modelos e das utopias, a recusar os profetas da salvação, os anunciadores de catástrofes. Chamemos com os nossos votos a vinda dos céticos se forem eles que deverão apagar o fanatismo”.¹⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹⁶ Cf. ARON, R., *op. cit.*, p. 257.



ROLAND CORBISIER

CORBISIER, R. *Conteúdo na e página*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. *Síntese e problema da pedagogia*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 2 (2), p. 219-35, abr./jun. 1952.

_____. *A introdução à filosofia como problema*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 7 (14), p. 956-72, out./dez. 1953.

Imagem da Saúde. São Paulo, 1953. 107p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Filosofia, v. 2 (3), p. 422-36, jul./set. 1953.

_____. *Dilemas e crise do capitalismo*. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 4 (14), p. 209-31, abr./jun. 1954.

_____. *Responsabilidade dos elites*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956. 243p.

_____. *Formação da cultura brasileira*. *Rev. do Clube Militar*, 144, p. 31-9, 1957.

_____. *Formação e problema da cultura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: MEC/GBD, 1954. 107p.

_____. *Brasilha e o dilema econômico nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963. 147p.

_____. *O futuro da revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROLAND CORBISIER

CORBISIER, R. Consciência e nação. *Rev. Colégio*, 1950.

_____. Situação e problemas da pedagogia. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. II (2), p. 219-35, abr / jun. 1952.

_____. A introdução à filosofia como problema. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 2 (4), p. 668-78, out / dez. 1952.

_____. *Imagens da Suíça*. São Paulo, 1953. 103p.

_____. Significação da idéia de mundo e de crise. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 3 (3), p. 422-36, jul / set. 1953.

_____. Dialética e crise do capitalismo. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 4 (14), p. 209-31, abr / jun. 1954.

_____. *Responsabilidade das elites*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956, 243p.

_____. Formação da cultura brasileira. *Rev. do Clube Militar*, 144, p. 31-9, 1957.

_____. *Formação e problema da cultura brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1958. 105p.

_____. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. 74p.

_____. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- _____. *Enciclopédia dos grandes brasileiros*. São Paulo: Ed. Três, 1973 / 74.
- _____. *Enciclopédia Filosófica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.
- _____. *Filosofia, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 198p.
- _____. *Filosofia e crítica radical*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976a. 260p.
- _____. *JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista*. São Paulo: Duas Cidades, 1976b. 179p.
- _____. *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 330p.
- _____. *Os intelectuais e a revolução*. Rio de Janeiro: 1980, 78p.
- _____. *Hegel: Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 159p.
- _____. et al. *Introdução à Filosofia*. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 243p.

HÉLIO JAGUARIBE

- JAGUARIBE, H. Origem e meta da história. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 2 (3), p.531-58, jul / set. 1952.
- _____. A crise da universidade. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. IV (1), p. 16-34, jan / mar. 1954.

- _____. Que é filosofia?. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. IV (1), p. 164-81, jan / mar. 1954.
- _____. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Federação e Centro dos Industriais, v. 2, 1956. 68p.
- _____. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1957. 52p.
- _____. *Situação política brasileira*. Conferência no Clube de Engenharia. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. 27p
- _____. Sucinta análise do nacionalismo brasileiro. *Rev. do Clube Militar*, 147, p. 11-4, 1957.
- _____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. 305p.
- _____. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. 55p.
- _____. A renúncia do Presidente Quadros e a crise política brasileira. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1 (1), p. 272-311, nov. 1961.
- _____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. 224p.
- _____. Ordem mundial, racionalidade e desenvolvimento. *Rev. Dados*, 1 (2º semestre), p. 141-59, 1966.
- _____. *Problemas do desenvolvimento latino-americano: estudos de política* por Hélio Jaguaribe. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, 202p.

- _____. Le colonial-fascisme. In: *Les temps modernes*, 257, out. 1967.
- _____. *Sociedad, cambio y sistema político*: desarrollo político: una investigación en teoría social y política y un estudio del caso latinoamericano. Trad. Floreal Mazia. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1972. 226p.
- _____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* – uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 236p.
- _____. *Desarrollo político*: sentido y condiciones. Buenos Aires, 1972. 246p.
- _____. *Desarrollo económico y político*. Trad. Eduardo L. Suarez. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. 232p.
- _____. *Brasil*: crise e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 157p.
- _____. *Desenvolvimento político*. Trad. Anita Kon. São Paulo: Perspectiva, 1975. 274p.
- _____. *Sociedade, mudança e política*. Trad. Anita Kon. São Paulo: Perspectiva, 1975. 225p.
- _____ et al. *A dependência político-econômico da América latina*. Trad. Andes Mato. São Paulo: Loyola, 1976. 157p.
- _____. *Crises e alternativas na América Latina*. São Paulo: Perspectiva, 1976. 209p.
- _____. A condição imperial. *Dados*, 15, p. 3-24, 1977.

- _____. *Introdução ao desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 224p.
- _____. El pensamiento social y político de Marx. In: *El trimestre económico*. México. v. 46 (4), p. 805-29, 1979a.
- _____. ISEB – Um breve depoimento e uma apreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, (14), out / nov. 1979b.
- _____. Moralismo e a alienação das classes médias. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981a. p. 31-38.
- _____. A crise brasileira. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981b. p. 132-169.
- _____. Para uma política nacional do desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981c. p. 171-95.
- _____. *Oito décadas de República 1901- 1980*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 15, p. 21-44, 1983.
- _____ et al. *Que crise é esta?* São Paulo: Brasiliense / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984. 214p.
- _____ et al. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. 500p.

- _____. *Sociedade e política: um breve estudo sobre a atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 76p.
- _____. Raízes do Brasil e a transição para a sociedade de massas. In: MASCARENHAS, S., *Raízes e perspectivas do Brasil*. Campinas: Papirus / Editora da UNICAMP, p. 17-35, 1985.
- _____ et al. *Brasil, 2000: para um novo pacto social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 196p.
- _____ (org). *A proposta social democrática: a social democracia na atualidade européia, hispano-americana e brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 28, 1989. 302p.
- _____. *Alternativas do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. 145p.
- _____. *Brasil: reforma ou caos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 30p.
- _____ (org). *Sociedade, estado e partidos na atualidade brasileira* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 455p.
- _____. *Economia e política da crise brasileira: o pensamento da equipe F.H.C.*, 1995. 228p.
- _____. Brasil e mundo na virada do século. *Dados – Rev. de Ciências Sociais*, v. 39 (3), p. 349-66, 1996.

CÂNDIDO MENDES

- MENDES, C. Possibilidade da sociologia política. Rio de Janeiro, 1954. 36p. In:
 DOURADO, P. D. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. 5 (18), p. 332-3,
 abr / jun. 1955.
- _____. *Perspectiva atual da América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: MEC /
 ISEB, v. I, 1960. 50p.
- _____. Elite de poder, democracia e desenvolvimento. *Dados*, 6, p. 57-90,
 1960.
- _____. Desenvolvimento e problemática do poder. *SÍNTESE Política,
 Econômica, Social*, 14, p. 60-91, abr / jun. 1962.
- _____. Política externa e nação em progresso. *Rev. Tempo Brasileiro*, I, p. 40-
 6, set. 1962.
- _____. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro
 de Estudos Afro-Asiáticos, 1963. 398p.
- _____. Antecipações do pensamento de João XXIII na "Pacem in Terris".
SÍNTESE Política, Econômica, Social, 18, p. 34-58, abr / jun. 1963.
- _____. *Memento dos vivos: a esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro:
 Tempo Brasileiro, 1966. 256p.
- _____. Sistema político e modelos de poder no Brasil. *Dados*, 1 (2º semestre),
 p. 7-41, 1966.
- _____. Prospectiva do comportamento ideológico: o processo da reflexão na
 crise do desenvolvimento. *Dados*, 4, p. 95-132, 1968.

- _____. A triplíce expansão: demográfica, tecnológica e democrática. In: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. (org.). *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1969. p. 65-70.
- _____. *A contestação e o desenvolvimento racionalizado na América Latina*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1970. 115p.
- _____. (org.). *Crise e mudança social*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972. 306p.
- _____. *O legislativo e a tecnocracia*. Rio de Janeiro: Imago / Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1975. 269p.
- _____. *Beyond populism / by Candido Mendes*: translated by L. Gray Cowan. Albany: State University of New York at Albany, 1977a. 112p.
- _____. Contribuições para uma análise da situação da Igreja no Brasil no momento atual. Goiânia, 1977b. 27p. (mimeo.)
- _____. *Justice, faim de l'Église*. Trad. Françoise Bonnal. Paris: Desclée, 1977c. 144p.
- _____. *Le mythe du développement*. Paris: Éditions du Seuil, 1977d. 277p.
- _____. Seminar on urban networks: structures and changes. Brasília / Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1977e. 401p.
- _____. Tempo social e urbanização. *Dados*, 16, p.137-63, 1977f.
- _____. (org.). *Urban networks structure and change organized by Candido Mendes*. Rio de Janeiro: Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1977g. 401p.
- _____. Os religiosos, a Igreja e seu desempenho político no Brasil. São Paulo: Itaici, 1978. 30p. (mimeo.)

- _____. *Constestation et développement en Amérique Latine*. Trad. Françoise Bonnal. Paris: Presses Universitaires de France. 1979a. 182p.
- _____. Seminar on technocracy and its controls on developing countries. Rio de Janeiro: Educam / Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1979b. 339p
- _____. et al. *O outro desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Artenova / Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1983. 205p.
- _____. *A inconfidência brasileira: a nova cidadania interpela a Constituinte*. Florense Universitária, 1986. 145p.
- _____. In memoriam: Vieira Pinto e a conquista da consciência nacional. *Dados – Rev. De Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 30 (3), p. 243-51, 1987.
- _____. *A democracia desperdiçada: poder e imaginário social*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 318p.
- _____. *O vinco do recado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. 124p.
- _____. *A presidência afortunada: depois do real, antes da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1998. 362p.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

- RAMOS, A. G. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1950. 158p.

- _____. *Sociologia do orçamento familiar*. São Paulo: Departamento da Imprensa Nacional, 1950. 89p.
- _____. Pauperismo e medicina popular. *Rev. Sociologia*, v. XIII (3), p. 252-73, agos. 1951.
- _____. *A sociologia industrial*. Formação; tendências atuais. Rio de Janeiro: Estúdio de Artes Gráficas, 1952. 176p.
- _____. *O processo da sociologia no Brasil*: esquema de uma história de idéias. Rio de Janeiro: 1953. 41p.
- _____. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*. Prefácio a uma sociologia nacional. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1954. 173p.
- _____. *Relaciones humanas del trabajo*. México, 1954.
- _____. *Sociologia de la mortalidad infantil*. México, 1955.
- _____. A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, v. 1 (1), p. 23-38, dez. 1956.
- _____. *As condições sociais do poder nacional*. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1957a, 38p.
- _____. *Ideologia e segurança nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957b. 50p.
- _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957c. 222p.
- _____. Estrutura atual e perspectiva da sociedade brasileira. *Rev. Brasiliense*, 18, p. 49-58, 1958.
- _____. *Redução sociológica*: introdução ao estudo da razão sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. 165p.

- _____. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960. 262p.
- _____. *A crise do poder no Brasil: problema da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. 197p.
- _____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. 218p.
- _____. *Pequeno tratado brasileiro da revolução*. *Rev. Tempo Brasileiro*, 3, p. 7-51, mar. 1963.
- _____. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 18, 1966. 453p.
- _____. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2.ed. Trad. Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. 210 – XXI p.

ÁLVARO VIEIRA PINTO

- PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional*. – 1º v. – A consciência ingênua. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1960a. 438p.
- _____. *Consciência e realidade nacional*. – 2º v. – A consciência crítica. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1960b. 639p.
- _____. *Ideologia e desenvolvimento*. 4.ed. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1960c. 46p.

- _____. *A questão da universidade*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1962a. 163p.
- _____. Por que os ricos não fazem greve? *Cadernos do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b. 118p.
- _____. Indicações metodológicas para a definição de subdesenvolvimento. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. III (2), p. 252-79, jul. 1963.
- _____. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 537p.
- _____. *Sete lições sobre educação de adultos*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1982. 118p.

OUTROS AUTORES

- ABRÃO, B. S. *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 480p.
- ABREU, A. A. de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur L'ISEB*. Paris, 1975. 303p. Thèse pour le doctorat de 3.^{ème} cycle. Université René Descartes.
- ABREU, J. Tendências antagônicas do ensino secundário brasileiro. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIII (78), p. 3-18, abr / jun. 1960.
- ADELMAN, I. *Teorías del desarrollo económico*. 2.ed. Trad. Roberto Ramón Reys, 1964. 171p.

- ADORNO, TH. W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultura, 1999. 191p.
- ALCÂNTARA, B. ISEB, comunista? *Rev. Católica de Cultura*, 12, p. 936-43, 1953.
- AMADO, G. *Educação média e fundamental*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. 340p.
- AMMANANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1984. 176p.
- ANDRADE, P. N. de. A atual conjuntura e o processo do desenvolvimento nacional. *Rev. do Clube Militar*, 156, p. 5-9, ago / set. 1960.
- ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa na didática e na prática de ensino. In: CANDAU, V. M. (org.). *Rumo a uma nova didática*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 179p.
- APPLE, M. Michael Apple. In: LINHARES, C. F., GARCIA, R. L. (orgs.). *Dilemas de um final século: o que pensam os intelectuais*. Trad. Nicholas Davies e Denise Milon del Peloso. São Paulo: Cortez, 1996. p. 73-114.
- ARANTES, P. E. Vida e obra. In: ADORNO, TH. W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 5-11.
- ARCEBONI, L. *A filosofia contemporânea no Brasil*. Trad. João Bosco Feres. São Paulo: Ed Grijalbo, 1969. 215p.
- ARNS, E. P. Anísio Teixeira versus Igreja. *Vozes - Rev. Católica de Cultura*, 52 (7), p. 481-93, jul. 1958.



- ARON, R. *O ópio dos intelectuais*. Trad. Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. 268p.
- AS METAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXX (72), p. 46-60, out / dez. 1958.
- AZEVEDO, F. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, v. 22, 2.ed. 1946. 383p.
- _____. O projeto em acusação. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXI (79), p. 203-9, jul / set. 1960.
- BARROS, A. de S. C. A formação das elites e a continuação da construção do estado nacional brasileiro. *Dados*, 15, p. 101- 22, 1977.
- BEISIEGEL, C. de R., *Política e educação popular*. A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982. 304p.
- BENEVIDES, M. V. de M. *O governo Kubitschek*. Desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 302p.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997. 187p.
- BOCHENSKI, I. N. *A filosofia contemporânea ocidental*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 3.ed. São Paulo: E.P.U. / Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 300p.
- BODIN, L. *Les intellectuels*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964. 125p.

- BOSI, A. Cultura brasileira. In: MENDES, D. T. (org.). *Filosofia da educação brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 135-94.
- CAMPOS, R. de O. *Planejamento de desenvolvimento econômico de países sub-desenvolvidos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1962. 51p.
- CANDAU, V. M. Tem sentido hoje falar de uma Didática Geral? In: _____. *Rumo a uma nova didática*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 33-9.
- _____. A formação de educadores: uma perspectiva multidimensional. In: _____. *Rumo a uma nova didática*. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990. p. 43-8.
- CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 459p.
- CARNOY, M. *Educação, economia e estado – base e superestrutura: relações e mediações*. São Paulo: Cortez, 1984. 88p.
- CARTA PASTORAL do Arcebispo Baiano sobre Educação. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIII (77), p. 132-43, jan / mar. 1960.
- CASTELLS, M. A teoria das classes sociais. *Estudos*, 3, p. 43, jan. 1973.
- CASTRO, J. *Geografia da fome. (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. 337p.
- CAVALCANTI, T. Condições institucionais do desenvolvimento. *Rev. do Clube Militar*, 141, p. 13-22, jan / mar. 1956.

- CHACON, V. *História dos partidos brasileiros* – Discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. 739p.
- CHAGAS, C. A conquista da ciência no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXVI (83), p. 26-37, jul / set. 1961.
- CHAGAS, V. *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus – • antes, • agora • e depois?* São Paulo: Saraiva, 1978. 386p.
- CHAIA, M. W. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990*. Ibitinga: Humanidade, 1992. 204p.
- CHAPONAY, H. Henryane de Chaponay. In: LINHARES, C. F., GARCIA, R. L. (orgs.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. Trad. Nicholas Davies e Denise Milon del Peloso. São Paulo: Cortez, 1996. p. 136-58.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado* – forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978. 663p.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982. 220p.
- _____. *Seminários – O nacionalismo e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 106p.
- CHOMSKY, N. Noam Chomsky. In: LINHARES, C. F., GARCIA, R. L. (orgs.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. Trad. Nicholas Davies e Denise Milon del Peloso. São Paulo: Cortez, 1996. p. 28-47.



COELHO, J. T. *O intelectual brasileiro: dogmatismos & outras confusões*. São Paulo: Global, 1978. 92p.

COSTA, J. S. da. Ética e ideologia do desenvolvimento em Álvaro Vieira Pinto. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXVI (146), p. 125-39, abr / mar / jun. 1987.

CORÇÃO, G. *Dez anos – Crônicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958. 307p.

CRIPPA, D. Álvaro Vieira Pinto. A questão da universidade. *Rev. Convivium*, v. 6, p.101-6, nov. 1962.

DAVIDOFF, C. H. A ideologia da modernização em Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. *Rev. Perspectiva*, 5, p. 29-38, 1982.

DEBERT, G. G. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. São Paulo, 1986. 512p. 2v. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DEBRUN, M. *Ideologia e realidade*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. 284p.

_____. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 173p.

_____. A compreensão ideológica da história. *Rev. Brasiliense*, 46, p. 82-100, 1963.

_____. As motivações sociais das escolhas ideológicas. *Rev. Brasiliense*, 48, p. 87-100, 1963.

DECRETO nº 37. 608 – de 14 de julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 24 (60), p. 266-8, out / dez. 1955.

DEMO, P. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989. 287p.

_____. *A nova LDB: ranços e avanços*. Campinas: Papirus, 1997. 111p.

DOWBOR, L. *Aspectos econômicos da educação*. São Paulo: Ática, 1986. 96p.

DUARTE, O. P. O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base. *Rev. Brasiliense*, 7, 1963.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Trad. e prefácio de Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 445p.

FERNANDES, F. Em defesa da escola pública. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIII (77), p. 3-15, jan / mar. 1960.

_____. A democratização do ensino. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIV (79), p. 216-25, jul / set. 1960.

_____. *Brasil em compasso de espera* – pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec. 1980. 293p.

FERNANDEZ, O. L. Análise existencial da realidade brasileira. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Universidade de Brasília. 1981. p. 93-127.

- FERRI, F. *Política e história em Gramsci*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 257p.
- FILHO, C. M. Significado político da escola. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXIV (59), p. 3-11, jul / set. 1955.
- FRANCO, A. A. de M. Missão da universidade. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXIX (70), p. 102-15, abr / jun. 1958.
- FRANCO, M. S. C. *O tempo das ilusões*. In: CHAUÍ, M., *Ideologia e mobilização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra / CEDEC, 1978.
- FREIRE, P., FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 158p.
- _____. *Educação e mudança*. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 79p.
- FOUGEYROLLAS, P. *A filosofia em questão*. Trad. Roland Corbisier. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 137p.
- FURTADO, C. *Perspectiva da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. 80p.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico* (texto extraído da primeira parte de *O mito do desenvolvimento econômico*, Paz e Terra, 1974). 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 89p.
- GATTI, B. A. Retrospectiva da pesquisa educacional no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 68 (159), p. 279-88, maio / ago. 1987.
- GONZALEZ, H. *O que são intelectuais?* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 130p.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Novo*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 444p.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 244p.

_____. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 341p.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. 228p.

HORTA, J. S. B. Planejamento educacional. In: MENDES, D. T. (org.). *Filosofia da educação brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 195-239.

IANNI, O. *Sociologia da sociologia*. O pensamento sociológico brasileiro. 3.ed. São Paulo: Ática, 1989. 239p.

_____. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984. 112p.

JAIME, J. Álvaro Borges Vieira Pinto – Consciência e realidade, obra maior de um pensador da esquerda. In: _____. *História da filosofia no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997. v. 2, p. 390-406.

_____. Hélio Jaguaribe – Um filósofo social, o teórico e líder do “Grupo de Itatiaia”. In: _____. *História da filosofia no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 2000. v. 3, p. 325-42.

_____. Roland Corbisier – O filósofo da paixão que salta da direita à esquerda marxista. In: _____. *História da filosofia no Brasil*.

Petrópolis: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 2000. v. 3, p. 160-68.

JASPERS, K. *Razão e anti-razão em nosso tempo*. Trad. Álvaro Vieira Pinto. Rio de Janeiro: MEC / ISEB, 1958. 87p.

JUNIOR, O. B. de L. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. *Dados*, 17, p. 29-51, 1978.

LAJOLO, L. *Antônio Gramsci. Uma vida*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, 1982. 150p.

LEBRUN, G. A realidade nacional e seus equívocos. *Rev. Brasiliense*, 44, p. 42-62, 1962.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 144p.

LIBÂNEO, J. B. Contexto sócio-cultural do surgimento da educação libertadora. *Rev. da Educação AEC*, 105, p. 9-18, 1997.

LIMA, L. de O. Por que só a escola não evolui? *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIII (78), p. 158-64, abr / jun. 1960.

LINHARES, C. F., GARCIA, R. L. (orgs.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. Trad. Nicholas Davies e Denise Milon del Peloso. São Paulo: Cortez, 1996. 216p.

LOURENÇO FILHO, M. B. A educação cabe a todas as instituições sociais. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 31 (73-74), p. 309-17, 1959.

- _____. Lei de Diretrizes e Bases. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIV (79), p. 34 -51, jul / set. 1960.
- _____. *Organização e administração escolar* – Censo básico. São Paulo: Melhoramentos, 1963. 288p.
- LÜDKE, M. O educador: um profissional? In: CANDAU, V. M. (org.) *Rumo a uma nova didática*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 179p.
- MACCIOCCHI, M. A. *A favor de Gramsci*. Trad. Angelina Peralva. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 301p.
- MAIO, M. C. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados – Rev. de Ciências Sociais*, v. 40 (1), p. 127-63, 1997.
- MALAN, P., PEREIRA, J. E. de C. A propósito de uma reinterpretação do desenvolvimento brasileiro desde os anos 30. *Dados*, 10, p. 126-45, 1973.
- MANACORDA, M. A. *O princípio educativo em Gramsci*. Trad. William Lagos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 288p.
- MARCUSE, H., *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Trad. Giasone Rebuá. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 238p.
- MARINHO, L.C. de O. *O ISEB em seu momento histórico*. Rio de Janeiro, 1986. 168p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira: 1933-1960*. 3.ed. São Paulo: Cultrix / USP, v. 7, 1978.

- MARX, K. *Para a crítica da economia política; Do capital; O rendimento e suas fontes*. Trad. Edgar Malagodi. São Paulo: Nova Cultura. 256p.
- MELO, G. C. de. Integralismo brasileiro. In: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Verbo, v. 10, p. 1621.
- MELLO, A. F. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996. 120p.
- MENDES, D. T. (org.). *Filosofia da educação brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 240p.
- MENDONÇA, A. W. P. G. O intelectual como dirigente e como educador. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 77 (186), p. 304-17, maio / ago. 1996.
- MENEZES, D. *Tratado de Economia Política*. 2.ed. Rio Janeiro / São Paulo: Livraria Freitas Bastos. 1956. 622p.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL / Difusão Editorial, 1979. 210p.
- MOCHCOVITCH, L. G. *Gramsci e a escola*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990. 80p.
- MOREIRA, J. C. B. O ISEB e os católicos. *Rev. A Ordem*, v. 4 -6, p. 21-8, dez. 1959.
- MOREIRA, J. R. O valor da ciência e os estudos educacionais. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 21 (53), p. 21-47, jan / mar. 1954.
- MORIN, E. *Para sair do século XX*. Trad. Vera Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 361p.



- MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira*. Pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977. 365p.
- NOSELA, P. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, 149p.
- NUNES, Cl. Anísio Spínola Teixeira. In: FÁVERO, M. L. A., BRITTO, J. M. (orgs.). *Dicionário de Educadores no Brasil* - da Colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: UFRJ / MEC – Inep, 1999. p.56-64.
- OLIVEIRA, J. E. L. *Ensino técnico e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1962. 95p.
- ORTIZ, R. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 192p.
- PAIM, G. *Industrialização e economia natural*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. 119p.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990. 335p.
- PEREIRA, O. D. O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base. *Rev. Brasiliense*, 47, p. 23-41, maio / jun. 1963.
- POSSE DO MINISTRO CÂNDIDO MOTTA FILHO na Pasta da Educação e Cultura. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXII (56), p.44-5, out / dez. 1954.
- POSSE DO MINISTRO ABGAR RENAULT na Pasta da Educação e Cultura. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXIV (60), p. 121-22, out / dez. 1955.
- PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 267p.

- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. 390p.
- QUEIRUGA, A. T. *O diálogo das religiões*. Trad. Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 1997. 82p.
- RANGEL, I. M. Economia dos serviços de utilidade pública. *Rev. do Clube Militar*, 143, p. 51-6, jul / set. 1956.
- _____. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957, 109p.
- _____. A economia e a política ou resposta a Guerreiro Ramos. *Rev. Tempo Brasileiro*, 4 -5, p. 14 -24, jun / set. 1963.
- REALE, M. *Obras políticas* (1ª fase – 1931 / 1937). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. Tomo I, 246p.; Tomo II, 286p.; Tomo III, 251p.
- RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: organização escolar*. 15.ed. Ed. Autores Associados, 1998. 207p.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 267p.
- SALGADO, P. *O ritmo da história*. 3.ed. São Paulo: Voz do Oeste / INL, 1978. 229p.
- _____. *Como nasceram as cidades do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Voz do Oeste / INL, 1978. 195p.
- SANTOS, C. A. G. Pressupostos teóricos da didática. In: CANDAU, V. M. (org.). *A didática em questão*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 114p.



SANTOS, M. "Nação ativa, nação passiva". In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 5, p. 3, 21 / 11 / 99.

SANTOS, W. G. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963. 122p.

SASSOON, A., Anne Sassoon. In: LINHARES, C. F., GARCIA, R. L. (orgs.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. Trad. Nicholas Davies e Denise Milon del Peloso. São Paulo: Cortez, 1996. p. 48-72.

SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. 3.ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1986. 110p.

_____. Gilberto Freyre e Álvaro Vieira Pinto. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 68 (159), p. 277-8, maio / ago. 1987.

_____. Álvaro Borges Vieira Pinto. In: FÁVERO, M. L. A., BRITTO, J. M. (orgs.). *Dicionário de Educadores no Brasil – da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: UFRJ / MEC – Inep, 1999. p. 45-50.

SCHWARTZMAN, S. Desenvolvimento político e desenvolvimento econômico. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3 (1), p. 271-82, 1963.

_____. (org.). *Cadernos do Nosso Tempo – Seleção e introdução de Simon Schwartzman*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 196p.

SILVA, M. R. Dez anos pelo progresso da ciência. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXIII (77), p. 221-34, jan / mar. 1960.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Saga, 1969. 512p.

SODRÉ, N. W. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. 69p.

STACCONE, G. *Gramsci – 100 anos: revolução e política*. Petrópolis: Vozes, 1991. 115p.

TEIXEIRA, A. A escola secundária em transformação. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 21 (53), p. 3-47. jan / mar. 1954.

_____. A educação que nos convém. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 21 (54), p. 16-33, abr / jun. 1954.

_____. Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXII (55), jul / set. p. 3-22, 1954.

_____. Educação e desenvolvimento. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. XXXV (81), p. 71-92, jan / mar. 1961.

TEIXEIRA, M. M. S. *O significado pedagógico da obra de Anísio Teixeira*. São Paulo: Loyola, 1985. 171p.

TRINDADE, H. H. A ação integralista brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados*, 10, p. 25-60, 1973.

TRINDADE, H. *Integralismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. 388p.

TOLEDO, C. N. de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977. 195p.

TORRES, C. A. *Sociologia política da educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1977. 104p.

TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos / Ed. Universidade de Brasília, 1982. 133p.



VAZ, H. C. de L. Consciência e realidade nacional. *Rev. SÍNTESE Política, Econômica, Social*, 14, p. 92-109, abr / jun. 1962.

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. *Dados – Rev. De Ciências Sociais*, v. 39 (3), p. 377- 92, 1996.

VILAÇA, A. C. I. S. E. B. *Rev. Católica de Cultura*, 12, p. 943-4, 1953.

VITA, L. W. ISEB – Introdução aos problemas do Brasil. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v. VII (I), p. 372-4, jan / mar. 1957.

_____. Resenha. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. 52p. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v.8 (31), p. 385-6, jul / set. 1958.

_____. Resenha. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958, 295p. *Rev. Brasileira de Filosofia*, v.9 (36), p. 655-6, out / dez. 1959.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 181p.



VALE, A. M. do. *Papel e formação do intelectual e o planejamento da Educação nos “históricos” do ISEB*. Marília, 2001. 323p. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

Os “históricos” do ISEB discutiram o papel do intelectual no Brasil, na década de 1950, em conexão com filosofia / ideologia e com unidade. Desde o IBESP, projetavam formular uma ideologia global e descolonizadora do desenvolvimento pela indústria e iam difundi-la através de cursos, etc. Nacionalistas, apoiavam o Estado; só ele teria condições de levar ao crescimento. Perceberam que novas classes se afirmavam no País, mas elegeram a burguesia industrial como dirigente do processo; com a justificativa de que todos ganhavam, apoiaram as realizações de JK sem ver contradições, a do êxodo rural e a da marginalização urbana por exemplo. A filósofos e outros intelectuais, com prevalência sobre os técnicos, cabia esclarecer a sociedade para tirá-la da alienação, da incultura. “Visão de conjunto”, elitismo e dogmatismo reduziam planejamento escolar e escola a questões de “técnica”. O autor da tese notou a falta de diálogo mais aberto, pois “todos são intelectuais” (Gramsci). A tese propõe a discutibilidade, consideradas, dialeticamente, a multidimensionalidade em todas as relações humanas e a superação da arrogância.

Palavras-chave: o intelectual e ideologia global; unidade; educação; diálogo.

VALE, A. M. do. The role and formation of the intellectual and Education planning in the “historics” of *ISEB*. Marília, 2001. 323p. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ABSTRACT

The “historics” of ISEB discussed the role of the intellectuals in Brazil in the 50’s, in connection with philosophy, ideology and unity. Since the IBESP, they projected a kind of global ideology of development through the industry and they would diffuse it through courses, etc. They were nationalists and defended the State; only the State would have the conditions to produce growth. They saw there were new social classes in the country, but the industrial bourgeoisie was chosen as the leader of the process; by saying everybody should win, they supported JK without detecting contradictions, for example, rural immigration and urban marginalization. Philosophers and other intellectuals had advantage over technicians and they took in charge to illuminate society and to save it from alienation and unculture. Their “global view”, elitism and dogmatism reduced school planning and education itself to techniques. The author of the thesis noticed a lack of clear dialogue, because “all men are intellectuals” (A. Gramsci). The thesis proposes the “discussibility”, in a dialectical consideration about multidimensionality and overcoming of arrogance.

Keywords: ISEB; intellectuals and global ideology; unity; education; dialogue.

